

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

JANAÍNA CARDOZO CAPELETTI

**O ESG NO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE MEIO AMBIENTE:
UMA ANÁLISE DA COBERTURA DO PORTAL DO JORNAL VALOR ECONÔMICO**

PORTO ALEGRE

2024

JANAÍNA CARDOZO CAPELETTI

**O ESG NO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE MEIO AMBIENTE:
UMA ANÁLISE DA COBERTURA DO PORTAL DO JORNAL VALOR ECONÔMICO**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGCOM/UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Orientação: Prof.^a Dr.^a Ilza Maria Tourinho Girardi

PORTO ALEGRE

2024

JANAÍNA CARDOZO CAPELETTI

**O ESG NO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE MEIO AMBIENTE:
UMA ANÁLISE DA COBERTURA DO PORTAL DO JORNAL VALOR ECONÔMICO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, – PPGCOM/UFRGS. como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Ilza Maria Tourinho Girardi – UFRGS
Orientadora

Prof. Dr. Wilson da Costa Bueno – USP
Examinador

Prof.^a Dr.^a Cláudia Herte de Moraes – UFSM
Examinadora

Prof.^a Dr.^a Eloisa Beling Loose – UFRGS
Examinadora

À família Cardozo. À minha mãe, Eunice, pelo apoio incondicional a todos os meus sonhos, e ao meu irmão, Christian, e aos meus tios, Nicéia e Carlos Edison, por estarem sempre presentes e vibrando em cada conquista.

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Ilza Maria Tourinho Girardi, pela sua trajetória inspiradora, pela orientação generosa e por me fazer acreditar que conseguiria, mesmo diante de momentos adversos.

Aos colegas do grupo de pesquisa, pela acolhida e incentivo. Um agradecimento especial à Eloisa Loose, pelas valiosas contribuições e pela coordenação de meu estágio docente, que foi uma experiência maravilhosa. Agradeço também ao Sérgio Pereira por me socorrer em diversas dúvidas ao longo do curso.

À família e aos amigos, que se fizeram presentes, me incentivando amorosamente.

Ao Márcio Soares e à Marcela Mies Laino pelo incansável encorajamento.

À Veridiana Dalla Vecchia, pelas trocas sobre o projeto inicial e pela generosidade em compartilhar a sua experiência acadêmica.

À Rosane Vargas, pelo incentivo e pela atenciosa revisão.

À UFRGS, universidade pública de excelência.

Quando ouvidos parecem não escutar e corações
parecem endurecidos para grandes ideias e causas
da humanidade, mais temos que falar delas e,
sobretudo, colocá-las em prática.

(Marina Silva, 2018)

RESUMO

Este estudo investiga como se dá a construção do discurso sobre o meio ambiente na perspectiva do Jornalismo Econômico, em específico na cobertura da pauta ESG, termo inglês (*environmental, social and governance*) que corresponde às práticas ambientais, sociais e de governança de uma organização. O objeto da investigação foi o projeto editorial Prática ESG, do jornal *Valor Econômico*. Por meio dos procedimentos metodológicos de pesquisa bibliográfica e da análise do discurso de filiação francesa, foi possível identificar que o discurso ESG está atrelado à formação discursiva neoextrativista, filiada à formação ideológica colonial, uma vez que reforça as relações de poder do mercado como capazes de solucionar a crise socioambiental e que os recursos naturais brasileiros são um “mar de oportunidades” a serem exploradas no cenário crítico atual.

Palavras-chave: ESG; Jornalismo Ambiental; Jornalismo; Discurso; Meio ambiente.

ABSTRACT

This study investigates how the discourse on the environment is constructed from the perspective of Economic Journalism, specifically in the coverage of the ESG agenda, an English term – environmental, social and governance – which corresponds to the environmental, social and governance practices of an organization. The object of investigation was the editorial project *Prática ESG* of the newspaper *Valor Econômico*. Through the methodological procedures of bibliographical research and the analysis of French-affiliated discourse, it was possible to identify that the ESG discourse is linked to the neo-extractivist discursive formation, affiliated with the colonial ideological formation, as it reinforces market power relations as capable of solving the socio-environmental crisis and that Brazilian natural resources are a “sea of opportunities” to be explored in the current critical scenario.

Keywords: ESG; Environmental journalism; Journalism; Discourse; Environment.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Redes parafrásicas	98
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AD	Análise do Discurso
AIEs	Aparelhos Ideológicos do Estado
AWG	Anthropocene Working Group
BM	Banco Mundial
CDP	Carbon Disclosure Project
CDSB	Climate Disclosure Standards Board
CEO	Chief Executive Officer
COP 28	28ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas
COVID-19	Coronavirus Disease 2019
CSRD	Corporate Sustainability Reporting Directive
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
EFRAG	European Financial Reporting Advisory Group
ESG	Environmental, Social and Governance
ESRS	European Sustainability Reporting Standards
EU	European Union
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FD	Formação Discursiva
FI	Formação Ideológica
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEE	Gases do efeito estufa
GRI	Global Reporting Initiative
H2V	Hidrogênio Verde
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IFRS	International Financial Reporting Standards
IGBP	International Geosphere-Biosphere Programme
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ISSB	International Sustainability Standards Board

IPCC	Intergovernmental Panel on Climate Change
MCC	Mercado de Crédito de Carbono
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PRI	Princípios do Investimento Responsável
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PSA	Pagamento por serviços ambientais
RCE	Redução Certificada de Emissão
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
SER	Responsabilidade Social Empresarial
SASB	Sustainability Accounting Standards Board
SD	Sequência Discursiva
TBL	Triple Botton Line
UNEP-FI	United Nations Environment Programme Finance Initiative
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima
VER	Verification of Emission Reduction
WCED	World Commission on Environment and Development

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 QUESTÕES HISTÓRICAS NA INTERSECÇÃO ENTRE ECONOMIA E MEIO AMBIENTE	21
2.1 DO COLONIALISMO À COLONIALIDADE	21
2.2 DESENVOLVIMENTO (IN) SUSTENTÁVEL	24
2.3 ECONOMIA VERDE	29
2.4 ESG: UMA NOVA SIGLA PARA VELHAS PROPOSTAS?.....	33
3 QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS CONTEMPORÂNEAS	42
3.1 NÃO ESTAMOS NO ANTROPOCENO, MAS ELE EXISTE	46
3.2 NEOEXTRATIVISMO	51
3.3 SOLUÇÕES PARA UM PLANETA EM ESGOTAMENTO.....	53
3.3.1 <i>Soluções reformistas</i>	55
3.3.2 <i>Alternativas transformadoras</i>	65
4 JORNALISMO	72
4.1 JORNALISMO AMBIENTAL	75
4.2 JORNALISMO ECONÔMICO	80
5 O DISPOSITIVO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA ANÁLISE DO DISCURSO... 83	
6 PERCURSO METODOLÓGICO E ANALÍTICO.....	87
6.1 O PROJETO PRÁTICA ESG DO JORNAL VALOR ECONÔMICO	87
6.2 APRESENTAÇÃO DO CORPUS EMPÍRICO E DISCURSIVO	89
6.3 TEMAS DO DISCURSO AMBIENTAL DO PRÁTICA ESG: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DAS MATÉRIAS ANALISADAS.....	91
6.4 A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO SOBRE MEIO AMBIENTE NO PROJETO PRÁTICA ESG	93
6.4.1 <i>As filiações de sentidos</i>	97
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICE A – Material empírico	130
APÊNDICE B – Sequências Discursivas e Marcas Discursivas.....	135

1 INTRODUÇÃO

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), desde 2013, destaca a influência humana no aquecimento da atmosfera, dos oceanos e da superfície terrestre. O Sexto Relatório de Avaliação (AR6) do IPCC, publicado em 2022, pela primeira vez, quantificou o grau de atribuição do papel humano nas mudanças já observadas global e regionalmente. Do aquecimento de 1,09 °C observado atualmente (2011-2020) em comparação com o período pré-industrial (1850-1900), 1,07 °C provavelmente deriva de ações humanas, como a queima de combustíveis fósseis e o desmatamento.

Cada uma das quatro últimas décadas foi mais quente que todas as anteriores desde 1850. Entre 2011 e 2020, o aumento da temperatura sobre os continentes é de 1,59 °C, em média, contra 0,88 °C sobre o oceano. Já ultrapassamos muitos dos limites estipulados na década anterior em relação às mudanças climáticas. O ser humano (*anthropos*) transformou-se em uma força geológica (Chakrabarty, 2009). Conforme observa Ailton Krenak sobre o “mito da sustentabilidade”, inventado pelas corporações, “fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso... fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ela é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade” (Krenak, 2019, p. 15).

Vandana Shiva (2003) cunha a expressão “monoculturas da mente” para caracterizar o pensamento unilateral que se instalou no mundo. Segundo ela, a monocultura inicia-se na mente para só depois chegar ao solo. Isso ocorre quando um grupo ou um sistema se autodetermina superior, sobretudo em termos de conhecimento e cultura, e cria mecanismos para imprimir em outras sociedades suas formas de pensar e de estar no mundo. Assim, poder e saber são indissociáveis porque têm a ver com a forma como alguns grupos passaram a ser vistos com a ascensão do capitalismo. “Nascidos de uma cultura dominadora e colonizadora, os sistemas modernos de saber são, eles próprios, colonizadores” (Shiva, 2003, p. 21).

A partir dos anos 2000, a discussão sobre o desenvolvimento sustentável começou a abordar as mudanças climáticas, questão vinculada aos níveis de consumo e de produção, ganhando força a tese de que tecnologias “mais limpas” poderiam resolver os problemas socioambientais. Porém, essa ideia não considera questões como a concentração de renda, o aumento do consumo de matéria e energia e a ameaça inerente que é o atual sistema capitalista (Marques, 2015). Sugahara e Rodrigues (2019, p. 2) destacam a constante disputa no discurso do desenvolvimento sustentável, em “que diferentes setores políticos, econômicos e sociais

buscam legitimizar sua visão do desenvolvimento sustentável como verdadeira, ajudando, desta forma, suas agendas particulares”.

Do conceito de desenvolvimento sustentável formalmente estabelecido no *Relatório Brundtland* (1987)¹ derivam vários outros, que sustentam a ideia de separação homem-natureza. Um dos desdobramentos é o ESG (*Environmental, Social and Governance*, sigla em inglês), cunhada em 2004 pelo Pacto Global, iniciativa do setor privado para o desenvolvimento sustentável vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU)². O ESG corresponde às práticas ambientais, sociais e de governança de uma organização. Embora o conceito já exista há 20 anos, no Brasil o tema ganhou destaque recentemente, com mais proeminência a partir da pandemia de Covid-19, em 2020.

Informações da revista *Exame* divulgadas em setembro de 2022 (ESG [...], 2022), em levantamento do Google Trends³, mostram que o termo ESG cresceu 1.200% nas buscas na Internet realizadas no Brasil, entre os anos de 2020 e 2022. O estudo *ESG na Mídia*⁴, realizado pela empresa de relações públicas CDN, mostra que a exposição da sigla ESG rendeu R\$ 278 milhões em mídia espontânea entre abril e junho de 2023 (Sacchitiello, 2023).

A *head* de inteligência de dados da CDN, Fernanda Dantas, declara que “é difícil afirmar com certeza baseado apenas no estudo, mas podemos especular que o setor financeiro é um importante ator das abordagens ESG e subsidia a mídia com fontes e dados e pelo compromisso e oferta de produtos sustentáveis” (Dantas, 2023).

A liderança entre os veículos que mais divulgam pautas relacionadas à temática ESG fica entre a revista *Exame* e o jornal *Valor Econômico*. Ambos possuem em seus portais seções próprias intituladas ESG. Entre os veículos analisados pelo relatório, a *Exame* aparece em

¹ Em 1983, foi criada pela Assembleia Geral da ONU a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), que foi presidida por Gro Harlem Brundtland, na época primeira-ministra da Noruega, daí o nome final do documento, e Mansour Khalid. O documento *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum) apresentou um novo olhar sobre o desenvolvimento, definindo-o como o processo que “satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. É a partir daí que o conceito de desenvolvimento sustentável passa a ficar conhecido (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991).

² ESG surgiu em uma publicação do Pacto Global em parceria com o Banco Mundial, chamada *Who cares wins* (Pacto Global da ONU – Rede Brasil, c2024).

³ Criado em 2006, o Google Trends (*trends* significa tendências, em inglês) é uma ferramenta gratuita disponibilizada pelo Google que permite acompanhar a evolução do número de buscas por uma determinada palavra-chave ou tópico ao longo do tempo.

⁴ A equipe de inteligência de dados da CDN analisou um total de 1.346 reportagens, publicadas em 20 diferentes veículos de mídia – tanto impressa quanto *online* – e que fizeram uso dos termos ESG (sigla em inglês para as ações que englobam os temas de meio ambiente, social e governança) ou ASG (sua tradução, em português, que se refere a ambiente, social e governança) (Sacchitiello, 2023).

primeiro lugar como a publicação mais engajada na temática ESG (o veículo assumiu a liderança por conta dos eventos proprietários dedicados ao tema). Na edição anterior do estudo, publicada após o primeiro trimestre de 2023, a *Exame* aparecia na terceira posição.

Em segundo lugar, o *Valor* aparece como o veículo mais engajado no assunto no referido trimestre, conforme o estudo. A publicação, que nos primeiros três meses do ano havia ficado na liderança, contava com um caderno mensal dedicado aos assuntos de ESG. Em terceiro lugar, ficou o Broadcast, de propriedade da Agência Estado, com abordagens sobre diferentes assuntos relacionados ao ESG no ambiente corporativo.

Ainda, conforme o estudo, dentro dos aspectos abordados pela sigla ESG, a questão ambiental aparece em primeiro lugar (44,6%), seguida das pautas sociais (33,8%) e, por fim, da governança, que corresponde a 21,6% da exposição na imprensa. A pesquisa também mostrou que matérias exclusivas sobre o assunto na imprensa registraram queda de 43 pontos percentuais entre o primeiro e segundo trimestres do ano, passando de 84% para 41% da amostra auditada. Os dados também apontaram que efemérides e eventos têm peso relevante na exposição midiática de ESG; então, com a mídia concentrada no início da CPMI dos atos antidemocráticos do 8 de janeiro, a cobertura política se sobrepôs em abril, esvaziando espaços para outros temas.

Outro dado que merece destaque é que a temática ESG está incorporada ao discurso institucional das marcas e, no primeiro trimestre de 2023, 71% da exposição trazia marcas associadas ao tema, percentual que passou para 81% no segundo trimestre. Conforme a CDN, temas sobre produtos, impacto positivo e metas ESG são os que geram maior interesse da imprensa, alcançando espaços editoriais mais qualificados (Como a mídia [...], 2023).

Em outra pesquisa, publicada pelo jornal *Valor Econômico* e promovida pela Data Makers (Bertão, 2023) com líderes de negócios, 85% disseram que zelar pela imagem da companhia é a principal motivação para adotar práticas ESG. Em segundo lugar, vem a reputação corporativa, com 65% dos respondentes afirmando que a levam em consideração. Melhora de gestão da empresa (59%), redução de riscos (pressão de *stakeholders*; 38%) e retenção de talentos (35%) foram outros tópicos mencionados.

A partir da ascensão do tema, principalmente nos veículos de mídia hegemônicos, surgiu o interesse em realizar esta investigação. Para tanto, elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: Como se dá a construção do discurso ESG no *Valor Econômico*? O objetivo geral da

pesquisa é verificar como o discurso sobre meio ambiente é construído pelo *Valor Econômico* e, em especial, como a pauta ESG é apresentada pelo jornal.

Para o seguimento da pesquisa, foram elaborados os seguintes objetivos específicos:

- a) identificar as formações discursivas sobre o meio ambiente na cobertura da pauta ESG realizada pelo portal do jornal *Valor Econômico*;
- b) discutir, a partir do olhar do Jornalismo Ambiental, as alternativas para o enfrentamento dos problemas ambientais nas matérias sobre a pauta ESG;
- c) observar as justificativas e os contextos dados para a valorização do tema ESG;
- d) discutir limites e potencialidades da perspectiva ESG.

O veículo escolhido para a análise foi o jornal *Valor Econômico*, pela relevância da publicação sobre o assunto e por ser um veículo tradicional no campo do Jornalismo Econômico brasileiro.

Diante de interesses empresariais tão evidentes sobre a temática socioambiental, mostra-se importante aprofundar a reflexão sobre quais sentidos são disputados na relação entre imprensa e ambiente corporativo. Indo além, também é preciso analisar o papel dos veículos de comunicação, do jornalismo e da função desse tipo de notícia na promoção de ações realmente efetivas diante da crise climática atual.

Direciono o meu foco ao Jornalismo Econômico, uma vez que o modelo global de desenvolvimento adotado hoje impacta diretamente o meio ambiente. Como diz Latour (2020, p. 19), “O Novo Regime Climático vem há tempos varrendo todas as fronteiras e nos expando aos quatro ventos, sem que haja meio de construirmos muros contra os invasores”.

Esta proposta de pesquisa está diretamente relacionada a minha preocupação com o meio ambiente, área em que atuo profissionalmente, como assessora de comunicação e pesquisadora de mercado. A dissertação propõe uma análise discursiva, compreendendo como fundamental levar adiante os estudos científicos no âmbito do Jornalismo Ambiental, disciplina que cresce em protagonismo no cenário atual, em que a humanidade, por meio de seus diversos saberes, necessita lançar mão de todo o conhecimento possível para mudar o sistema que gera a severa crise social e ambiental vivenciada.

Loose e Girardi (2017) esclarecem sobre a importância do jornalismo no empoderamento da sociedade por meio de informações qualificadas, em particular na cobertura sobre meio ambiente e mudanças climáticas.

Ainda que haja falhas e lacunas na cobertura das MCs [mudanças climáticas] – não apenas no Brasil –, a mediação realizada pelos meios de comunicação social é de extrema relevância para que o trabalho científico e as decisões sociopolíticas tornem-se públicas e para que a população tenha informações para enfrentar tais riscos. Assim, o jornalismo tem um papel social a cumprir: o de empoderar os cidadãos por meio de informações qualificadas. Mesmo reconhecendo-se os limites dos efeitos do jornalismo, acredita-se que existe uma potencialidade na sua prática em razão de sua legitimidade e vasto alcance (Loose; Girardi, 2017, p. 4).

Como nos fala Anabela Carvalho (2020), as variações do discurso sobre o desenvolvimento sustentável, incluindo o discurso de modernização ecológica e a economia verde, ganharam uma posição hegemônica na maioria das sociedades. Falhando ao não conseguir transmitir pontos de vista sobre a relação entre os humanos e a natureza, a maioria dos meios de comunicação legitimou e reforçou o sistema social existente. Dessa maneira, a governança sobre as mudanças climáticas, tanto em níveis nacionais quanto internacionais, tem sido cada vez mais determinada pelos parâmetros do capitalismo de livre mercado, da industrialização e do neoliberalismo.

Entre outros atores sociais, as organizações têm papel protagonista na condução de um padrão de negócios de esgotamento de recursos naturais. De acordo com Matias (2014), as empresas deveriam parar de fazer negócios com danos colaterais e começar a desenvolver negócios com benefícios colaterais, passando a criar, além do capital financeiro, outros tipos de capital, social, natural, humano para a sociedade.

A fim de verificar as dissertações e as teses publicadas no Brasil que trabalham com os temas centrais deste trabalho (Jornalismo Ambiental, Jornalismo Econômico, ESG e meio ambiente), realizou-se uma pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação, Ciência e Tecnologia (IBICT)⁵, no Google Acadêmico⁶, no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes⁷ e no Portal de Periódicos da Capes⁸, com as seguintes combinações entre os termos: “jornalismo econômico”, “jornalismo ambiental”, “comunicação”, “jornalismo”, “ESG”, “ASG (ambiental, social e governança)”, “meio ambiente”, “journalism, communication”.

Foi encontrada apenas uma tese com os termos jornalismo e ESG, defendida em 2022, por Eduardo Brandão Ornelas, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no Programa

⁵ Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

⁶ Disponível em: <https://scholar.google.com.br/?hl=pt>. Acesso em: 15 mar. 2024.

⁷ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>. Acesso em: 15 mar. 2024.

⁸ Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/index.php?>. Acesso em: 15 mar. 2024.

de Comunicação e Semiótica, intitulada *A visibilidade midiática da Vale S/A em tempos de destruição socioambiental*. O trabalho analisa os crimes socioambientais cometidos em Mariana, Brumadinho e demais localidades atingidas pela lama tóxica a partir do colapso de barragens a montante de mineração, respectivamente, em 2015 e 2019, e os principais desdobramentos sobre a visibilidade midiática da Vale S/A entre 2015 e 2021. A estruturação da pesquisa se iniciou pelo que foi noticiado pelo jornal *Valor Econômico*, pela revista *IstoÉ* e pelo site da multinacional. O autor destaca que as grandes corporações têm revisado seus discursos e práticas de maneira a estarem estrategicamente alinhadas com os princípios ESG, seja no âmbito do ser, seja no do parecer.

Na busca pelas expressões Comunicação e ESG, apareceu apenas uma pesquisa diretamente relacionada à área. Após a leitura dos resumos, foram mapeados os trabalhos de outras áreas que se mostraram, de fato, pertinentes, em algum sentido. São eles:

- a) *O audiovisual como recurso para resgate reputacional: a Teoria da Reparação da Imagem e o Discurso de Renovação na Comunicação ESG em cenário pós-crise*, dissertação defendida em 2022, por Sandra Maria Barroca Silveira, do Programa de Comunicação Social da PUCMG (Silveira, 2022);
- b) *Relevância do desempenho ambiental, social e de governança e de sua divulgação em mídias sociais*, dissertação defendida em 2021, por Inae de Sousa Barbosa, do Programa de Ciências Contábeis da Universidade Regional de Blumenau (Barbosa, 2021);
- c) *A perspectiva ESG no branding das gestoras de fundos de investimento como estratégia de diferenciação*, dissertação defendida em 2022, por Fabiana Araújo Avelar, do Programa de Economia Criativa, Estratégia e Inovação da ESPM/RJ (Avelar, 2022);
- d) *Crises de imagem, estratégias de resposta e o engajamento no ambiente digital: um estudo com as marcas Carrefour e Vale*, dissertação defendida em 2022, por Thiago Hess dos Santos, do Programa de Administração da PUCPR.

Esses trabalhos, de modo geral, corroboram uma das evidências constatadas na pesquisa acerca da preocupação reputacional como motivação para o mercado aderir à pauta ESG, em detrimento da compreensão sobre a importância da preservação ambiental. Nota-se que, embora haja um “boom” de utilizações do termo ESG na comunicação empresarial e na mídia hegemônica, as pesquisas acadêmicas no campo do Jornalismo precisam ser ampliadas.

Como subsídio para observar um panorama abrangente sobre as pesquisas internacionais a respeito da agenda ESG, o estudo realizado por Ribeiro e Lima (2022) se destaca, embora não seja no campo do Jornalismo ou da Comunicação. Os pesquisadores mapearam e analisaram as principais correntes teóricas de base e de fronteira dos estudos internacionais em ESG. Por meio de análise bibliométrica em artigos publicados na base de dados *Web of Science* (WoS)⁹ até o final de 2021, classificaram cinco *clusters*¹⁰ teóricos que balizam as pesquisas atuais sobre o tema: a) influência das teorias organizacionais na ESG; b) competitividade organizacional; c) impacto da ESG no desempenho financeiro; d) responsabilidade social corporativa; e e) Teoria dos Stakeholders.

Em relação às temáticas emergentes no campo de estudos ESG, os autores encontraram seis *clusters* teóricos: a) investimentos sustentáveis – as relações entre investimentos sustentáveis e valorização ou desvalorização das organizações; b) transparência e conselho administrativo – trata-se da transparência das organizações na publicação de relatórios de sustentabilidade e de critérios ambientais, sociais e de governança (ESG) e a relação desses relatórios com os conselhos administrativos e com o desempenho organizacional; c) efeitos da ESG – efeitos dos critérios ambientais, sociais e de governança (ESG) no desempenho das empresas; d) relações entre desempenho financeiro e desempenho social corporativo – estudo das relações organizacionais de desempenho financeiro corporativo e de desempenho social corporativo das organizações; e) relação entre acionistas e ESG – artigos que investigam a relação assimétrica entre como as empresas divulgam seus relatórios de ESG e como os acionistas e investidores gerais captam e interpretam essa mensagem; e f) riscos e ESG – relação entre riscos aos investidores e aos credores e critérios ambientais, sociais e de governança (ESG).

As pesquisas que constituem o estado da arte sobre ESG afirmam o que, posteriormente, foi encontrado na análise do *corpus*, na materialidade dos textos analisados, que a pauta ESG é uma pauta do mercado, em específico, o mercado de capitais. Ela está na agenda empresarial que busca adotar ações ambientais, sociais e de governança, com vistas a atender a interesses de investidores, preocupações de consumidores e cumprimento de leis e regulamentações.

⁹ Disponível em: <https://access.clarivate.com>. Acesso em: 15 mar. 2024.

¹⁰ O nome Cluster contém um amplo conjunto de técnicas para localizar subgrupos de observações em um banco de dados.

Importante destacar que, nesta dissertação, o termo mercado, referenciado em diversos momentos, é compreendido como “instituição mercado”¹¹, que, nas palavras de Bresser-Pereira (2009, p. 7), “é o mecanismo de competição econômica regulado pelo Estado que logra uma coordenação relativamente automática das ações econômicas; é a instituição que complementa a coordenação mais ampla realizada pelo Estado”.

Outro termo utilizado ao longo do texto é capital, entendido como o valor que, por meio de determinado processo de circulação, se autovaloriza através da criação, da produção da mais-valia. Capital é o nome simplificado do valor-capital.

O capítulo 2 deste estudo aborda as questões históricas na intersecção entre economia e meio ambiente, apresentando um olhar sobre como o colonialismo e a colonialidade estão enraizados na origem do desenvolvimento sustentável e de seus desdobramentos. A economia verde surge como a resposta capitalista para a crise socioambiental, apresentando novos produtos e serviços que mantêm a exploração de recursos naturais e a visão de separação homem-natureza. Nesse capítulo, apresento o aprofundamento teórico sobre o ESG, sua história, bases de sustentação e funcionamento.

No capítulo 3, algumas questões socioambientais contemporâneas, compreendidas como elementos reafirmados pelo discurso ESG, são apresentadas. Nesse sentido, a responsabilidade humana na crise atual, com a dinâmica de destruição de suas intervenções no ecossistema levam ao questionamento de já estarmos em uma nova época geológica. O Antropoceno ou Capitaloceno (um dos vários termos utilizados) seria o resultado do sistema capitalista e de sua lógica de mercado. Outro termo dessa engrenagem é neoextrativismo, que constitui uma ferramenta atual de exploração e legitimação de poder, com especial aplicação no Sul global.

A seguir, apresento as soluções para um planeta em esgotamento. Essas soluções são categorizadas em reformistas e alternativas transformadoras. As soluções reformistas são as propostas do mercado para manter a apropriação de recursos naturais e a visão mercadológica da natureza. As soluções que integram esse capítulo são as mais recorrentes nas matérias, ao

¹¹ Conforme Bresser-Pereira (2009, p. 7), “o Estado é o sistema constitucional legal e a organização que o garante; é, portanto, a instituição fundamental de cada sociedade, é a matriz das demais instituições, é o princípio coordenador ou regulador com poder sobre toda a sociedade e o aparelho político que permanentemente o executa e reforma. É por meio da lei ou da ordem jurídica que se coordenam as ações sociais, e é por meio da administração pública que se garante essa coordenação. Já o mercado é uma instituição mais limitada, mas igualmente fundamental: é o mecanismo de competição econômica regulado pelo Estado que logra uma coordenação relativamente automática das ações econômicas; é a instituição que complementa a coordenação mais ampla realizada pelo Estado”.

longo do período da análise. As alternativas transformadoras são alguns exemplos de estratégias que emergem de movimentos sociais baseadas na pluralidade de visões, para além do antropocentrismo. São propostas que fogem da lógica capitalista e que não entram no debate proposto pela mídia hegemônica quando trata de crise ambiental e de proposições de enfrentamento.

Avançando, o capítulo 4 propõe uma revisão sobre o jornalismo enquanto função social, como se dá o discurso jornalístico e as características, contribuição e importância do Jornalismo Ambiental. Nesse capítulo, como o trabalho analisa o Jornalismo Econômico, apresento alguns aspectos específicos dessa especialidade.

O capítulo 5 apresenta o dispositivo teórico-metodológico da investigação, constituído pela Análise do Discurso (AD) de filiação francesa, que propõe estudar o discurso para promover a interpretação da produção de sentidos.

O próximo passo, apresentado no capítulo 6, descreve o percurso metodológico e analítico da dissertação. Aqui apresento o objeto, que é o Projeto Prática ESG, editoria do jornal *Valor Econômico* para dar visibilidade às ações empresariais sobre a pauta. Após, explico a constituição do *corpus* formado por matérias publicadas no *site* do *Valor Econômico*, sob a editoria Projeto Prática ESG, no período de outubro a dezembro de 2023, que tratam, exclusivamente, do aspecto ambiental da sigla ESG.

Com o objetivo de proporcionar uma melhor contextualização dos discursos encontrados na análise, faço uma breve descrição dos assuntos abordados nas matérias que constituem o *corpus*, para depois seguir para a análise em si. Apresento como se dá a construção do discurso sobre o meio ambiente, sendo encontrada a formação discursiva neoextrativista perspectiva ideológica da colonialidade.

Por fim, apresento minhas considerações após o longo caminho da pesquisa, na qual consolido a posição de que, diante do iminente colapso do planeta, é necessário resistência, e o jornalismo possui o importante papel de oportunizar debates e mostrar perspectivas. Acredito ser imperativo qualificar a cobertura sobre o meio ambiente, independentemente da editoria que esteja tratando do assunto.

2 QUESTÕES HISTÓRICAS NA INTERSECÇÃO ENTRE ECONOMIA E MEIO AMBIENTE

Modernidade, colonialidade e capitalismo estão interligados de maneira que a modernidade não pode ser entendida sem reconhecer a colonialidade e vice-versa. A expansão do capitalismo global foi possibilitada e sustentada pela exploração colonial, e as hierarquias estabelecidas durante o colonialismo continuam a moldar as dinâmicas contemporâneas.

A colonialidade impõe um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento econômico contínuo e no consumo, que é insustentável do ponto de vista ambiental. Esse modelo, herdado do colonialismo, favorece a industrialização e a urbanização, às custas de ecossistemas naturais. Países que foram colônias tornaram-se fornecedores de matérias-primas para o mercado global, frequentemente em condições de exploração ambiental.

Brand e Wissen (2021) cunharam como “modo de vida imperial” o cotidiano de produção e consumo do Norte global, baseado na exploração global da natureza e do trabalho, que externaliza suas circunstâncias socioecológicas de diversas maneiras. Tal modo de vida permanece preservado às custas de violência, destruição ecológica e sofrimento humano, em uma parte cada vez maior do mundo.

Estamos diante de um acúmulo sem precedentes de contradições, que resultam de uma política autoritária baseada na desigualdade social e em uma progressiva exploração da natureza. A reprodução da sociedade e de suas bases biofísicas estão se perdendo no imperativo do crescimento capitalista. Vivemos, portanto, em meio a uma crise da própria gestão de crise – uma crise de hegemonia e do Estado (Brand; Wissen, 2021, p. 50).

Do colonialismo, herdamos os sistemas de opressão, exploração e violência entre povos e a natureza que perpetuam até hoje em prol do poder. Novas engrenagens mantêm um padrão de desenvolvimento que esgotou os limites planetários e busca se reinventar por meio de conceitos verdes. A seguir, veremos como chegamos ao atual momento.

2.1 DO COLONIALISMO À COLONIALIDADE

O colonialismo refere-se à conquista e à exploração de territórios, principalmente pelas potências europeias, a partir do século XV até o século XX. Durante o colonialismo, as metrópoles governaram territórios colonizados, explorando recursos naturais, impondo

sistemas econômicos e culturais. Já a colonialidade é um conceito diferente de colonialismo, ainda que vinculado a ele (Quijano, 2009). O autor explica que este último se relaciona estritamente a uma estrutura de dominação/exploração, mas não necessariamente implica relações racistas de poder, enquanto a colonialidade se refere a padrões duradouros de poder, controle e dominação que foram estabelecidos durante o colonialismo e que continuam a moldar as sociedades modernas.

A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América (Quijano, 2009, p. 93).

Para Schiavinatto Vitti (2019), a compreensão do capitalismo e da modernidade a partir da experiência colonial, primeiramente nas Américas e depois na África, passa pelo extrativismo. O fim do colonialismo histórico, com o processo de independência das nações na América, no decorrer do século XIX, ou, mais tardiamente, a “descolonização”, nos países africanos e asiáticos, não implicou, necessariamente, a emancipação cultural, política e econômicas desses países.

Processo que se observa na manutenção das relações de dependência entre centro-periferia de um lado, e também nas práticas coloniais internamente às relações sociais nos países colonizados. Essas implicações se deram na constituição dessa colonialidade do poder e do saber, que para Quijano (2009; 2005) estabelece um protótipo, uma forma de estabelecimento e exercício puramente moderna – única que se conforma em um sistema de classificação social pautada na raça, no controle do trabalho, na produção de uma forma de conhecimento específica e poderíamos adicionar na apropriação violenta da natureza como instrumento da acumulação de capital. É nesses critérios que se pode apontar a continuidade histórica das relações coloniais para além do colonialismo jurídico e que ganham durante o século XX e XXI uma dimensão expandida, por meio da ampliação e da expansão territorial das ações das empresas transnacionais sobre todo o mundo (Schiavinatto Vitti, 2019, p. 120).

Quijano (2009) e Mignolo (2010) nos dizem que a colonialidade é uma estrutura de poder que envolve hierarquias raciais, a desvalorização de saberes não ocidentais e a marginalização de identidades e subjetividades não europeias. Para enfrentar as desigualdades e as injustiças contemporâneas, é necessário reconhecer e dismantlar essas estruturas de colonialidade, valorizando a diversidade de conhecimentos e formas de ser.

O colonialismo propagou a ideia de que desenvolvimento e progresso são sinônimos de modernização e ocidentalização, justificando a exploração e a transformação de paisagens e sociedades colonizadas. Os projetos de desenvolvimento contemporâneos continuam a seguir o modelo de exploração intensiva de recursos, contribuindo para a degradação ambiental e a desigualdade social. Não à toa, as comunidades marginalizadas são as mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas e dos desastres ambientais, devido a um histórico de políticas de desenvolvimento insustentáveis.

A relação entre a colonialidade e a crise social e ambiental atual revela como estruturas históricas de dominação e exploração continuam a impactar profundamente as dinâmicas globais. A lógica de exploração de recursos permanece hoje em muitos países anteriormente colonizados, frequentemente perpetuada por empresas multinacionais e acordos comerciais desiguais. Tal exploração contribui para o aquecimento global e a degradação ambiental, afetando desproporcionalmente as populações mais vulneráveis, muitas delas em países do Sul global.

A crise climática reflete a reprodução de um padrão global de poder colonial, um poder capitalista, segundo Quijano (2009), na medida em que há um desigual desenvolvimento entre as nações e a imposição racial como medida da dimensão social:

Hoje, a luta contra a exploração/dominação implica, sem dúvida, em primeiro lugar, o engajamento na luta pela destruição da colonialidade do poder, não só para terminar com o racismo, mas pela sua condição de eixo articulador do padrão universal do capitalismo eurocentrado. Essa luta é parte da destruição do poder capitalista, por ser hoje a trama viva de todas as formas históricas de exploração, dominação, discriminação, materiais e intersubjetivas. O lugar central da “corporeidade” neste plano leva à necessidade de pensar, de repensar, vias específicas para a sua libertação, ou seja, para a libertação das pessoas, individualmente e em sociedade, do poder, de todo o poder. E a experiência histórica até aqui aponta para que não há outro caminho senão a socialização radical do poder para chegar a esse resultado. Isso significa a devolução aos próprios indivíduos, de modo direto e imediato, do controle das instâncias básicas da sua existência social: trabalho, sexo, subjetividade e autoridade (Quijano, 2009, p. 113-114).

Nessa direção, Bringel e Svampa (2023) identificaram um novo tipo de colonialismo, que surge impulsionado pelas grandes potências econômicas em busca da transição energética. Assim, para que China, Estados Unidos e Europa alcancem a desfocilização, criaram novas zonas de exploração nas periferias mundiais. Esse processo começa a ser conhecido, no ativismo e na academia, como “extrativismo verde” ou “colonialismo energético”, o que seria

uma nova dinâmica de exploração capitalista (matérias-primas, bens e recursos naturais e mão de obra), voltada para a promoção da transição energética verde:

O colonialismo energético é a peça central do “Consenso do Descarbonização”: um novo acordo capitalista global que aposta na mudança da matriz energética baseada em combustíveis fósseis para outra sem (ou com emissões reduzidas) de carbono, com base em energias “renováveis” e que condena os países periféricos a serem zonas de sacrifício, sem alterar o perfil metabólico da sociedade nem a relação predatória com a natureza (Bringel; Svampa, p. 51, 2023, tradução própria).

O paradigma do crescimento tem sido central nas representações de mundo e nas políticas econômicas desenvolvidas desde 1945. O desenvolvimento e o crescimento se tornaram norma global tanto no capitalismo quanto no socialismo (Azam, 2019) e se transformam sob “novas roupagens”, porém seguindo a lógica de dominação da natureza.

2.2 DESENVOLVIMENTO (IN) SUSTENTÁVEL

Oliveira (2005) remete a origem do desenvolvimento sustentável à obra do liberal norte-americano do final do século XIX Gifford Pinchot¹², teórico sobre o conservacionismo. Ele defendia a gestão racional e eficiente dos recursos naturais para garantir sua disponibilidade para gerações futuras. Essa abordagem contrasta com a preservação estrita, defendida por John Muir, contemporâneo de Pinchot, que buscava proteger a natureza da intervenção humana.

Já na década de 1960, Rachel Carson, uma bióloga americana, publicou *Silent Spring* (1962), que expôs os efeitos negativos dos pesticidas no meio ambiente. Esse livro é amplamente creditado por despertar a consciência pública sobre os problemas ambientais e estimular o movimento ambientalista moderno. Durante as décadas de 1960 e 1970, houve um aumento significativo na conscientização ambiental e no ativismo. Movimentos e organizações começaram a pressionar por regulamentações mais rígidas sobre poluição e proteção ambiental (Sugahara; Rodrigues, 2019).

Em meio a esse movimento, o Clube de Roma, um grupo de intelectuais e líderes empresariais, encomendou um estudo que resultou no relatório *The Limits to Growth*, com a liderança de Dennis Meadows. Publicado em 1972, o relatório utilizou modelos de computador para prever as consequências do crescimento exponencial da população e do consumo de

¹² Gifford Pinchot, que foi chefe do Serviço Florestal dos Estados Unidos, no final do século XIX, defendia um balanço entre utilitarismo e preservacionismo, defendendo o uso racional dos recursos naturais em áreas protegidas, de forma controlada e equilibrada, abordagem que ficou conhecida como conservacionismo.

recursos em um planeta finito. Ele destacou a necessidade de equilíbrio entre crescimento e sustentabilidade. Mebratu (1998) divide em três períodos distintos a discussão sobre o desenvolvimento sustentável: pré-Conferência de Estocolmo¹³, de Estocolmo até a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1987 (World Commission on Environment and Development – WCED) e pós-WCED.

A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano (Estocolmo, 1972) foi marcada pelo dissenso entre países centrais e periféricos. Assim, o período Estocolmo-WCED pode ser caracterizado por embates entre liberdade de crescimento econômico e preocupações ambientais. Países considerados em desenvolvimento sentiram-se prejudicados com a possibilidade de terem seus custos de produção elevados em razão das novas legislações e maior controle de suas ações em razão da sustentabilidade. “Neste sentido, houve a evidência do embate entre Sustentabilidade e Desenvolvimento, ou seja, a resiliência do Planeta e o aumento do consumo da população humana” (Sugahara; Rodrigues, 2019, p. 10).

O conceito de desenvolvimento sustentável tem como marco o ano de 1987, quando a então presidente da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, Gro Harlem Brundtland, apresentou para a Assembleia Geral da ONU o documento *Nosso Futuro Comum*, que ficou conhecido como Relatório Brundtland. Desenvolvimento sustentável seria aquele que atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas necessidades e aspirações (Our [...], 1987).

A Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD-92 (ECO-92) –, em 1992, no Rio de Janeiro, aconteceu sob a influência do relatório de 1987. Ela foi a celebração do Desenvolvimento Sustentável através, principalmente, de um documento chamado *Agenda 21*. Para Oliveira (2005, p. 43), a *Agenda 21* foi concebida para ser uma espécie de “receituário para acertos de ordem ecológica”, uma vez que previa as mesmas estratégias para os diversos países, independentemente das contradições centro/periferia mundial.

Assim, a Agenda 21 é a grande bíblia para a consecução do desenvolvimento sustentável; oferece um verdadeiro plano de metas gerais para serem cumpridas religiosamente por todos os “interessados” em alcançá-lo. Influindo em diversas áreas e criando políticas diretivas bastante abrangentes, tudo passa a ser refletido segundo sua “sustentabilidade”: “agricultura sustentável”, “dinâmica demográfica sustentável”, “padrões de consumo sustentável”, “sustentabilidade do produto”, entre

¹³ Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada em 1972.

outros. A impregnação da “sustentabilidade” em toda a política econômica e social mostra o claro interesse em contaminar a todos com este ideal e sua carga de convicções. Assim, entendemos que a ECO-92 foi uma tentativa de ajuste dos mais diversos problemas ambientais visando à manutenção da relação centro-periferia, e também à adaptação do capitalismo às possíveis dificuldades da regulação e extinção dos recursos naturais fundamentais à reprodução do capital (Oliveira, 2005, p. 43).

Em meio a este movimento por um acordo mundial em prol do desenvolvimento sustentável, Bringel e Svampa (2023) demarcam três importantes consensos capitalistas que seguiram a partir dos anos 1990. O processo de liberalização comercial e econômica; desregulamentação; privatizações e redução do Estado foi consolidado no chamado “Consenso de Washington”, expressão máxima do neoliberalismo global, visto como única alternativa pós-queda do Muro de Berlim. Esse consenso foi fomentado com peso por instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que estabeleceram políticas de ajustes estruturais impostas aos países do Sul.

Oliveira (2005) reflete sobre a apropriação do termo sustentável pela ideologia neoliberal, que mantém a visão da natureza como recurso disponível para sustentar o capital:

[...] há uma transmutação da “*Ideologia do Desenvolvimento*” para a “*Ideologia do Desenvolvimento Sustentável*”, sendo esta última uma forma impositiva e neoliberal de tratar o desenvolvimento. Trata-se de uma mediação para um novo paradigma, mas que mantém a natureza enquanto reserva de valor exclusiva de uma classe, com a prática de um Novo Colonialismo, ou mesmo, um Novo Imperialismo (Oliveira, 2005, p. 6).

No início dos anos 2000, com os altos preços internacionais dos produtos primários (*commodities*), as economias latino-americanas foram favorecidas, o que levou a um processo desenvolvimentista produtivista na região, incentivado por governos tanto de esquerda quanto de direita. As vantagens do crescimento suprimiram ou minimizaram novos tipos de desigualdades e negaram os impactos socioambientais do neoextrativismo (Svampa, 2019). Esse *boom* foi denominado “Consenso de *Commodities*”:

Esta nova ordem, caracterizada pela hegemonia do desenvolvimento neoextrativista, marcou a transição para outro tipo de consenso capitalista: o “Consenso de *Commodities*”, visto por atores muito diversos e heterogêneos – do mais conservador ao progressista – como uma autêntica “oportunidade econômica”. As economias latino-americanas se reprimarizaram e a dinâmica de desapropriação foi acentuada de forma muito violenta, com destruição da biodiversidade e expulsão e deslocamento das populações nos seus territórios (Bringel; Svampa, 2023, p. 54, tradução própria).

O fim do *boom* das *commodities*, em meados da segunda década deste século, aconteceu em um momento de forte polarização entre os progressistas e os conservadores, que começavam a definir uma nova agenda mundial. A este contexto, somou-se a pandemia de Covid-19, que, conforme Bringel e Svampa (2023, p. 56, tradução própria), “permitiu acelerar e consolidar mudanças geopolíticas que já estavam ocorrendo, como a militarização global, o fortalecimento da China, a luta interimperial e o aumento das disparidades entre o centro e a periferia”. É nesse cenário que surge com força a adaptação do capitalismo em direção a um modelo mais ecológico ou verde, por meio de uma agenda político-econômica de descarbonização da matriz energética.

Assim, a bússola de referência para a ação internacional que tinha a intenção de ser a *Agenda 21*, nos anos 1990, passa agora pela adoção do Acordo de Paris¹⁴ e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU¹⁵. Diversos países criaram, em nível nacional, pactos verdes. A União Europeia criou o Acordo Verde Europeu, com a ambição de ser o primeiro continente neutro em termos climáticos. Da mesma forma, grandes empresas passaram a assumir compromissos de se tornarem Net Zero¹⁶.

Em meio a esse horizonte, emerge o mais recente consenso capitalista: o “Consenso de Descarbonização”, “marcado pelo imperialismo ecológico e pelo colonialismo verde. Mobiliza não apenas práticas, mas também um imaginário ecológico neocolonial” (Bringel; Svampa, 2023, p. 57, tradução própria). Os autores ressaltam que, nesse consenso, a ideologia do crescimento econômico segue como farol, e a exploração de ativos naturais é intensificada. O Sul global é mais uma vez visto como fonte inesgotável de recursos naturais, exigidos para a promoção da descarbonização do Norte. O discurso se atualiza:

¹⁴ Sob o abrigo do Acordo de Paris, 197 países concordaram em limitar o aquecimento global a um nível bem inferior a 2 °C e envidaram esforços para o limitar a 1,5 °C. Alcançar a meta de 1,5 °C com 50% de probabilidade se traduz em um orçamento de carbono restante de 400–800 GtCO₂. Manter-se dentro desse orçamento de carbono exige que as emissões de CO₂ atinjam o pico antes de 2030 e caiam para zero emissões líquidas por volta de 2050 (Fankhauser, 2021).

¹⁵ Os ODS são compostos de 17 objetivos e 169 metas em diversos temas críticos para a humanidade garantir seu futuro, como a erradicação da pobreza, o combate à desigualdade e à injustiça e a proteção do planeta, reafirmando uma visão do desenvolvimento como um processo contínuo e integrado.

¹⁶ Historicamente, a ambição climática tem sido formulada como um nível estabilizado de concentrações atmosféricas (por exemplo, na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas de 1992) ou como uma meta percentual de redução de emissões (por exemplo, no Protocolo de Quioto de 1997). Agora, a ambição climática é cada vez mais expressa como uma data-alvo específica para atingir emissões líquidas zero, normalmente ligada às metas de temperatura máxima do Acordo de Paris. Quase dois terços das emissões globais e uma porcentagem ligeiramente superior do produto interno bruto global já estão abrangidos por metas de zero emissões líquidas (Fankhauser, 2021).

O “Consenso de Descarbonização” mobiliza continuamente o discurso do potencial tecnológico e da inovação. De uma vez só, defende explicitamente “negócios verdes”, “financiamento climático”, “soluções baseadas na natureza”, “mineração climaticamente inteligente”, “mercados de carbono” e diversas formas de investimento especulativo. Quase sem interrupção da continuidade, as políticas de “responsabilidade” “sociais” das empresas extrativas tornaram-se, nas últimas décadas, políticas de “responsabilidade socioambiental”, em uma tentativa de construir uma imagem de responsabilidade ecológica que contraste fortemente com a realidade (Bringel; Svampa, 2023, p. 57, tradução própria).

Leff (2006) nos diz que as políticas do desenvolvimento sustentável, ou sustentado, termo utilizado pelo autor, tentam conciliar duas faces opostas da dialética do desenvolvimento: meio ambiente e crescimento econômico. Ele critica a visão de que a tecnologia seria o meio instrumental que poderia reverter os efeitos da degradação entrópica nos processos de produção, distribuição e consumo de mercadorias:

Ante o aquecimento global do planeta, é ignorada a degradação entrópica produzida pela atividade econômica – cuja forma mais degradada é o calor – e nega-se a origem antropogênica do fenômeno ao qualificar seus efeitos como desastres “naturais”. Dessa maneira, o discurso do desenvolvimento sustentado não significa apenas mais uma volta na porca da racionalidade econômica, mas um salto mortal, um voo e um aperto na razão: seu móvel não é internalizar as condições ecológicas da produção, e sim postular o crescimento econômico como um processo “sustentável”, sustentado nos mecanismos do livre mercado e na tecnologia, que seriam meios eficazes para garantir o equilíbrio ecológico e a justiça ambiental (Leff, 2006, p. 143).

O economista Amartya Sen, em sua obra *Desenvolvimento como liberdade* (2010), analisa o conceito de desenvolvimento, contrapondo-se às visões que enfatizam (e se limitam a) aspectos tais como: crescimento do Produto Interno Bruto, industrialização e avanço tecnológico. Para Sen (2010), o crescimento econômico não pode ser considerado um fim em si mesmo e deve apontar para a melhoria das condições de vida dos indivíduos e para o fortalecimento de suas liberdades. O autor, ao participar da formulação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), agrega ao desenvolvimento dados para além da renda *per capita* ou do Produto Interno Bruto (PIB), fugindo da medição da qualidade de vida apenas por meio de indicadores puramente econômicos.

A contribuição de Ignacy Sachs (2004) segue a mesma linha, no sentido de defender que desenvolvimento deve ser pautado num contexto e não em um fator isolado, que para ele se constitui em cinco pilares: a) social; b) ambiental; c) territorial; d) econômico e c) político, fornecendo ao conceito de desenvolvimento uma maior complexidade e possibilidade de

observar as peculiaridades atinentes à realidade socioambiental diversa. Contudo, as discussões acerca do desenvolvimento sustentável em nível global foram em direção a três pilares: social, ambiental e econômico, o chamado tripé da sustentabilidade (em inglês, *triple bottom line*). Veiga (2013) critica os rumos da interpretação do conceito de desenvolvimento sustentável pelo movimento empresarial e a simplificação que foi dada. “A verdade, contudo, é que em 1992 essa bizarra parábola dos ‘três pilares’ nem sequer havia sido inventada. Ela só começou a ser difundida a partir de 1997, e no contexto das empresas, não das nações” (Veiga, 2013, p. 108).

Nada permite inferir da leitura do relatório Brundtland [ou Nosso Futuro Comum, referenciado aqui como CMMD (1991)] que o desenvolvimento sustentável teria apenas três dimensões. Ainda temos que essa noção poderia ter sido manchada pela metáfora mecânica de “pilares” a serem “equilibrados”. Ao contrário: nas raras vezes em que o relatório usa o termo “dimensões”, apresenta longas listas, e que terminam com significativas “etc.” (Veiga, 2013, p. 109-110).

Mattioda e Canciglieri (2012) esclarecem que, no meio empresarial, a expressão *bottom line* refere-se a todas as ações que podem aumentar ou diminuir o lucro líquido ou global de uma empresa. Assim, o *Triple Bottom Line* (TBL) é derivado dessa expressão. O conceito surgiu nos anos de 1990 com a publicação do livro *Cannibals with forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*, do consultor empresarial britânico John Elkington. O termo concentra-se no desempenho da inter-relação entre as dimensões de lucro, pessoas e o planeta (em inglês *People, Planet and Profit* – 3Ps) e a relação com suas atividades, processos e produtos. É uma interpretação do desenvolvimento sustentável, onde as organizações devem levar em consideração o papel da responsabilidade corporativa e considerar também os objetivos ambientais e sociais, além dos econômicos. Ainda, de acordo com os autores, o TBL foi ratificado pela ONU em 2007 e é aplicado como critério para negócios e organizações, incluindo o setor público, e como parâmetro de mensuração para a produção dos relatórios empresariais.

2.3 ECONOMIA VERDE

A partir do século XX, o Estado Liberal Clássico dá lugar ao modelo do Estado de Bem-Estar Social, por meio da função estatal de garantia dos direitos socioeconômicos. Novos valores econômicos, sociais e culturais passam a compor as bases desse modelo, que é alterado na década de 80 do século XX, com o surgimento do Estado Neoliberal, que preconiza a

acumulação de riquezas, a diminuição da estrutura estatal, por meio das privatizações, e a redução da assistência social em prol do capital privado.

O que desejam e pretendem (os neoliberais), em face da crise contemporânea da ordem do capital, é erradicar mecanismos reguladores que contenham qualquer componente democrático de controle do movimento de capital. O que desejam e pretendem não é reduzir a intervenção do Estado, mas encontrar as condições ótimas (hoje só possíveis com o estreitamento das instituições democráticas) para direcioná-la segundo seus interesses particulares de classe (NETTO, 2001, p. 81).

Por meio da lógica neoliberal, ganha força o desenvolvimento da globalização do capital, em busca da maximização internacional de lucros, com conseqüente acentuação das degradações socioambientais. Andrade (2008, p. 3) destaca dois tipos de pensamentos econômicos voltados ao meio ambiente. O primeiro é a economia ambiental neoclássica, na qual o meio ambiente é neutro e passivo e o seu instrumental está voltado para a mensuração dos impactos negativos causados pelo sistema econômico. Tem como preocupação central o bem-estar dos indivíduos em primeiro lugar e o meio-ambiente em segundo plano. Em outra via de entendimento, a economia ecológica diz que a desconsideração dos aspectos biofísico-ecológicos do sistema econômico leva a uma análise parcial e reducionista das interfaces entre economia e meio ambiente.

A economia ecológica parte de uma visão pré-analítica de que a economia é um subsistema de um sistema maior que o sustenta. Como esse último é finito e materialmente fechado, os economistas ecológicos têm como principal preocupação os limites biofísicos que constroem o sistema econômico. A premissa básica é de que os sistemas naturais são entidades complexas, repletas de não-linearidades e irreversibilidades, e que a degradação crescente do meio ambiente pode comprometer seriamente a capacidade do sistema maior em suportar o sistema econômico e a vida humana. Assim, a economia ecológica volta-se contra alguns pressupostos neoclássicos, principalmente no que diz respeito aos critérios da sustentabilidade fraca, o otimismo tecnológico e a ênfase na eficiência alocativa. Para ela, a sustentabilidade ecológica (questões sobre a escala física do sistema econômico) e a sustentabilidade social (justa distribuição intra e intergeracional dos recursos) devem preceder a busca do ótimo paretiano (Andrade, 2008, p. 27).

Elder Andrade de Paula (2013) nos diz que a diferença entre capitalismo verde e desenvolvimento sustentável reside, basicamente, em aspectos de caráter metodológico. O primeiro se relaciona

[...] às transformações reais operadas no capitalismo, no sentido de promover um movimento simultâneo de adaptação internacional do trabalho, ao reordenamento de natureza geopolítica, às reconfigurações nas relações Estado-Mercado e à assimilação do ambientalismo no processo de acumulação global (Paula, 2013, p. 24).

Já o “desenvolvimento sustentável” seria a ideologia que busca conferir legitimidade ao movimento desse novo ciclo de acumulação capitalista, ocultando a “espoliação a ele subjacente” (Paula, 2013, p. 24). Assim, o esverdeamento do capitalismo tem sido fundamental para orientar e legitimar as políticas e as estratégias imperiais voltadas para o controle dos territórios dotados de bens naturais estratégicos.

Enquanto a industrialização capitalista solapou a autonomia do produtor direto e alienou-o do processo de produção de mercadorias, esse fenômeno, na era do capitalismo verde, ocorre sem que haja essa separação formal e o assalariamento, acabando por produzir outras formas de destituição de autonomia e alienação, mesmo num contexto marcado pela subsunção formal do trabalho. Ou seja, uma vez que a gestão de “áreas protegidas” passa a requerer o uso crescente de uma racionalidade técnico-científica, emanada de fora, vai se produzindo, entre os povos e as comunidades que vivem nessas áreas, um estranhamento com a natureza. Ao mesmo tempo em que são “enaltecidos”, por serem portadores de “conhecimentos empíricos da floresta”, esses sujeitos são tratados como inaptos para a “gestão” de seus territórios. Trata-se de uma forma de subordinação mais sofisticada do que aquela que integra aos complexos agroindustriais uma parcela do campesinato, dado que leva em conta não só a exploração do trabalho e a perda de autonomia do processo de produção, mas também as formas de estímulo e valorização do não trabalho, através dos chamados “serviços ambientais” (Paula, 2013, p. 130-131).

Assim, reiteram Brand e Wissen (2021) que, entre as premissas do conceito de economia verde, está a de que inovações reais emanam do “mercado”, que só precisa da estrutura regulatória propícia. “Supõe-se, explícita ou implicitamente, que é possível reduzir o consumo de recursos e a pressão sobre os sumidouros sem desafiar o modo de vida imperial, a economia política do capitalismo ou as relações sociais das forças que o sustentam” (Brand; Wissen, 2021, p. 233).

Kill (2017) remete a marcos da economia verde, como abordagem das políticas ambientais, dois eventos preparatórios para a Rio+20, a Avaliação Ecológica do Milênio (MEA, em inglês) e a Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade (TEEB, em inglês). Essas iniciativas desenharam a economia verde como um conjunto flexível de normas ambientais que estabelecem limites nacionais e/ou internacionais para a extração de recursos naturais e para a poluição em substituição às medidas convencionais de “comando-e-controle”. Dessa forma, as técnicas de valoração econômica conduzem um processo de redefinição do conceito de natureza, e não de crescimento.

O Protocolo de Kyoto das Nações Unidas foi pioneiro ao vincular os limites flexíveis para a redução de emissões de gases do efeito estufa internacionalmente. Kill (2017) argumenta

que o discurso da economia verde atrai grandes corporações, pois, por meio da flexibilização de regulamentações ambientais, elas conseguem avançar em seus empreendimentos sem risco para suas reputações. Outro benefício desse discurso “é a potencialidade para que as indústrias se apresentem como parte da solução à crise ambiental (que elas mesmas causam)” (Kill, 2017, p. 4).

O discurso da economia verde também se prova atraente àqueles que almejam “esverdear o PIB”. Muitas iniciativas promovem agora a inclusão da riqueza natural nas contas econômicas nacionais. Duas iniciativas em especial, a Contabilização das Riquezas e Valoração dos Serviços Ecosistêmicos (WAVES, na sigla em inglês) do Banco Mundial e a Declaração do Capital Natural III relacionam “contabilização de riquezas naturais” com o interesse do setor financeiro em criar novos ativos financeiros. Para bancos privados e agências internacionais como o Banco Mundial, esse discurso abre novas possibilidades para integrar o que descrevem como “capital natural” aos mercados de capitais. Esses atores esperam que tal integração crie novos ativos financeiros e estimule maior crescimento econômico mediante o comércio de novos produtos financeiros baseados em inéditos ativos naturais (Kill, 2017, p. 4).

Em 2008, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) lançou a Iniciativa Economia Verde (GEI, sigla em inglês) visando apoiar o desenvolvimento de um plano global de transição para uma economia verde que fosse dominada por investimentos e consumo de bens e serviços de promoção ambiental (Pavese, 2011). Um dos documentos mais importantes sobre economia verde é o relatório do PNUMA, publicado em 2011, intitulado *Rumo à economia verde: caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza*, que traz a definição de economia verde como

[...] um modelo econômico que resulta em “melhoria do bem-estar da humanidade e igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica”. Em outras palavras, uma economia verde tem baixa emissão de carbono, é eficiente em seu uso de recursos e é socialmente inclusiva. Em uma economia verde, o crescimento de renda e emprego deve ser impulsionado por investimentos públicos e privados que reduzam as emissões de carbono e a poluição, aumentem a eficiência energética e o uso de recursos e impeçam a perda da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos (PNUMA, 2011, p. 2).

Um dos marcos no movimento de resistência, na luta por leis com limites e penalidades claros, que realmente protejam a natureza, em detrimento de permissões para sua mercantilização e conseqüente destruição, aconteceu em Cochabamba, em abril de 2010, na Primeira Conferência Mundial dos Povos sobre as Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe Terra¹⁷. De acordo com Kill (2014, p. 38), naquele momento “estabeleceu-se uma aliança

¹⁷ Disponível em: <https://pwccc.wordpress.com/2010/04/24/peoples-agreement/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

popular de organizações não governamentais, redes e movimentos sociais para ir em busca de sua própria agenda. Na Rio+20, o processo continuou e resultou em uma postura comum de oposição à ‘economia verde’, com uma agenda coletiva”.

Ailton Krenak (2023), em entrevista ao site DW Brasil, expõe com clareza o momento em que vivemos:

A questão é que os cientistas e os agentes engajados num debate para mudar esse quadro de risco iminente de extinção de uma espécie, da sexta extinção em massa no planeta, não conseguem articular as ideias – ao mesmo tempo políticas, de clima e da economia global, da disputa global que é inerente ao capitalismo. É como se eles quisessem fazer uma conversa fora do domínio da economia capitalista. O domínio da economia capitalista é predatório. A lógica do capitalismo é devorar o planeta (Krenak, 2023).

Os conceitos atrelados à economia verde como a bioeconomia, economia circular, economia compartilhada e economia de baixo carbono, representam a articulação de um novo paradigma produtivo que reconcilie os processos econômicos com as demandas ecológicas deste século. Contudo, embora o discurso dessas abordagens enfatize a sustentabilidade, na prática, elas operam dentro da mesma lógica de exploração que buscam superar. Muitas dessas economias acabam sendo cooptadas por interesses corporativos, reforçando dinâmicas que priorizam a maximização do lucro em detrimento de mudanças concretas.

2.4 ESG: UMA NOVA SIGLA PARA VELHAS PROPOSTAS?

O termo ESG (*environmental, social and governance*) surgiu em 2004, no relatório *Who Cares Wins*”, do Pacto Global da Organização das Nações Unidas¹⁸ (The Global Compact, 2004). Ele foi desenvolvido por dezoito instituições financeiras de nove países com ativos totais sob gestão superiores a 6 bilhões de dólares, a fim de desenvolver diretrizes e recomendações sobre como integrar melhor a governança ambiental, social e corporativa.

Como consta no relatório, o conceito nasce para apoiar a competitividade empresarial, dada a percepção de que empresas que têm um desempenho melhor em critérios ESG agregam mais valor aos seus acionistas, gerenciam melhor seus riscos e antecipam ações regulatórias. Além de contribuírem para o desenvolvimento sustentável nos locais onde operam e para a resiliência do mercado financeiro como um todo.

¹⁸ O Pacto Global é uma iniciativa de responsabilidade corporativa lançada pelo então secretário-geral, Kofi Annan, em 2000, com o objetivo principal de implementar princípios universais nos negócios.

As instituições que subscrevem este relatório estão convencidas de que, num mundo mais globalizado, interligado e competitivo, a forma como que as questões ambientais, sociais e de governança corporativa são gerenciadas faz parte da qualidade geral de gestão das empresas, necessária para competir com sucesso. Empresas que têm melhor desempenho em relação a essas questões podem aumentar o valor para os acionistas, por exemplo, gerir adequadamente os riscos, antecipar ações regulatórias ou aceder a novos mercados, contribuindo ao mesmo tempo para o desenvolvimento sustentável das sociedades em que operam. Além disso, essas questões podem ter um forte impacto na reputação e nas marcas, uma parte cada vez mais importante do valor da empresa.

O relatório visa aumentar a sensibilização de todos os atores do mercado financeiro envolvidos, ao desencadear uma discussão mais ampla e apoiar a criatividade e a consideração na abordagem, em vez de ser prescritivo. Pretende também aumentar a clareza relativamente a respectivos papéis dos diferentes atores do mercado, incluindo empresas, reguladores, bolsas de valores, investidores, gestores de ativos, corretores, analistas, contadores, consultores financeiros e consultores. Inclui, portanto, recomendações para diferentes intervenientes, esforçando-se por apoiar uma melhor compreensão mútua, colaboração e diálogo construtivo sobre estas questões (The Global Compact, 2004, p. I, tradução própria).

Na mesma época da publicação do relatório, a United Nations Environment Programme Finance Initiative (UNEP-FI) em parceria com a consultoria Freshfields Bruckhaus Deringer, lançou o relatório *A legal framework for the integration of environmental, social and governance issues into institutional investment*, que ratificava a importância da integração de fatores ESG para avaliação financeira. Esses dois movimentos levaram à criação, em 2006, dos Princípios do Investimento Responsável (PRI), que hoje possuem mais de 3 mil signatários. Conforme o site da iniciativa, o objetivo é incentivar os investidores a utilizarem investimentos responsáveis para aumentar os retornos e gerir melhor os riscos.

No Brasil, no ano 2005, a B3¹⁹ lançou o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) com a finalidade de criar um ambiente compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável e estimular a responsabilidade socioambiental das empresas. Para avaliar a performance das empresas listadas na B3 com relação aos aspectos de sustentabilidade, partiu-se do conceito do *triple bottom line*.

Em termos históricos, a base teórica e conceitual do acrônimo remete aos estudos sobre Responsabilidade Social Empresarial (RSE) ou responsabilidade social corporativa (RSC) (Irigaray; Stocker, 2022). O termo responsabilidade social corporativa foi criado em 1953 por Howard Bowen, em sua obra *Social Responsibilities of the Businessman*, estabelecendo a associação entre as operações em larga escala das corporações e seus diversos impactos na

¹⁹ B3 é a sigla utilizada especificamente para denominar a bolsa de valores do Brasil. Até 2017, a bolsa brasileira se chamava BM&F Bovespa. Depois da fusão com a Cetip, o nome mudou para B3.

sociedade como um todo (Preston, 1975). A definição de Bowen de responsabilidade social com ênfase em objetivos e valores sociais expressa duas premissas importantes: que as corporações devem a razão de sua existência a um contexto social e que essas corporações são agentes sociais que refletem e reforçam valores (Wartick; Cochran, 1985).

Para Alves (2003), a construção teórica sobre a importância da percepção de responsabilidade social por parte das empresas, desenvolvida sob os princípios da moral protestante, está relacionada à concepção da sociedade capitalista, ao fundamento econômico e de gestão das empresas e ao ordenamento institucional da sociedade. O autor destaca que se pode perceber na leitura de Bowen (1953) uma preocupação em formular uma doutrina da responsabilidade social corporativa como instrumento para a defesa dos valores da livre iniciativa e contenção da intervenção do Estado na economia em um contexto (década de 1950) de ameaça à “ordem estabelecida”. Bittencourt e Carrieri reforçam a reflexão:

Na verdade, o intenso debate que envolve a perspectiva da responsabilidade social no ambiente dos negócios na sociedade americana, aliado ao desenvolvimento das políticas públicas oriundas do Estado de bem-estar social no continente europeu, faz com que – no ciclo de expansão das corporações multinacionais por meio dos investimentos diretos em todo o mundo – o desempenho social das corporações seja considerado uma importante variável não apenas para a formulação de estratégias, mas também para um contínuo relacionamento com a sociedade civil organizada (Bittencourt; Carrieri, 2005, p. 13).

Fowler *et al.* (2021) acrescentam que as origens da consideração de aspectos sociais nas decisões de investimento remontam à operação de organizações religiosas no século XIX. O movimento ganhou força com o surgimento da luta pelos direitos das mulheres e com grandes eventos, como a Guerra do Vietnã, na década de 1970. Avançando, a oposição ao comércio de armas, bem como ao *apartheid* da África do Sul, desencadeou uma série de medidas socialmente responsáveis. Na fase atual, tais preocupações sociais assumiram a forma de investimentos ESG.

Em sua pesquisa, Wang (2023) acrescenta que líderes políticos preocupados com o meio ambiente, como o ex-vice-presidente americano Al Gore, colaboraram com organizações sem fins lucrativos, fundos privados e meios de comunicação social para mobilizar o apoio público para as ações climáticas. Em 2006, com o documentário *Uma verdade inconveniente*, Gore mobilizou o movimento ambientalista internacional com a campanha educativa sobre as alterações climáticas. Gore também liderou o movimento de investimento ESG, sendo o

cofundador da empresa de gestão de ativos Generation Gestão de Investimentos, em 2004, em sociedade com ex-CEO da Goldman Sachs Asset Management David Blood.

A nova abordagem ESG da Generation diferenciou-se das abordagens anteriores de investimento socialmente responsável (SRI) através da integração sistemática e quantitativa de questões ESG, como riscos na carteira. O SRI anterior centrava-se, principalmente, no desinvestimento de certos produtos-tabu, como o tabaco ou o álcool, no âmbito de pedidos *ad hoc* de clientes ou de medidas voluntárias de fundos religiosos (Wang, 2023, p. 26, tradução própria).

Não se pode deixar de frisar que o ESG e a sustentabilidade abordam ambos os aspectos, ambientais e sociais. Os critérios do *triple bottom line* e do ESG são aplicados em diversas organizações empresariais, independentemente do ramo ou do setor de atuação; contudo, a diferença, no caso do *triple bottom line*, está no aspecto econômico, item que não é tratado pelo ESG. Da mesma forma que a governança não é abordada pelo *triple bottom line*.

Enquanto a sustentabilidade integra uma visão complexa e sistêmica com estratégias práticas que vão muito além de combater e mitigar os impactos ambientais, o ESG define critérios para qualificar as oportunidades de investimento (Kruglianskas, 2021). Ainda, afirma a autora, embora os investimentos ESG possuam métricas específicas, não necessariamente visam resolver questões sociais ou ambientais, ou os ODSs. Contudo, no site do Pacto Global, consta que os critérios ESG estão totalmente relacionados aos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

De fato, embora seja crescente a compreensão sobre a importância dos princípios ESG, temática em voga no ambiente empresarial, com proeminência no cenário pós-pandemia de Covid-19, os critérios que devem compor uma política corporativa para sua implantação ainda são vagos e sem padronização. O que justifica a dificuldade em desenvolver um entendimento comum para integrar o ESG nas decisões de investimentos e negócios (Fowler *et al.*, 2021; Schneider, 2021).

Schneider (2021) argumenta que não existe uma lista única de objetivos ESG e que os seus conceitos frequentemente se sobrepõem. Assim, muitas vezes, para que ocorra tal entendimento comum, são feitas listas de objetivos para cada eixo da sigla:

Dito isso, esforços estão sendo feitos para desenvolver um entendimento comum de ESG para integrá-lo em decisões de investimento, negócios e operacionais. Muitas vezes, esse entendimento comum é construído através de listas inclusivas. O “E” captura eficiência energética, pegada de carbono, emissões de gases de efeito estufa, desmatamento, biodiversidade, mudanças climáticas, mitigação da poluição, gestão

de resíduos e uso de água. O “S” abrange padrões trabalhistas, salários e benefícios, diversidade no local de trabalho e no conselho, justiça racial, igualdade salarial, direitos humanos, gestão de talentos, relações comunitárias, privacidade e proteção de dados, saúde e segurança, gestão da cadeia de suprimentos e outras questões de recursos de capital humano e questões de justiça social. O “G” abrange a governança das categorias “E” e “S”, mas também a liderança sobre o modelo de negócios, estratégia e operações. Inclui composição e estrutura do conselho corporativo, supervisão e conformidade estratégica de sustentabilidade, remuneração de executivos, contribuições políticas e lobby, suborno e corrupção. Abrange, principalmente, as decisões de negócios de longo e curto prazo, orientando-as para definir e atingir metas (Schneider, 2021, p. 4-5, tradução própria).

Fowler *et al.* (2021) acreditam que falta um debate mais aprofundado sobre o pilar da governança para que a agenda ESG seja aplicável. As interpretações atuais sugerem que uma ideia de governança baseada em ESG deve levar à adoção de medidas transparentes em padrões de contabilidade e de procedimentos. Essa ideia, segundo os autores, atende apenas ao aspecto da governança corporativa, mas a governança possui um sentido mais amplo:

Uma interpretação totalmente operacionalizável de ESG só pode estar à altura das expectativas (ou seja, ajudar as empresas a tornarem-se verdadeiramente sustentáveis e, ao mesmo tempo, criar valor) se incorporarmos uma análise tanto da governança corporativa quanto dos atributos dos mecanismos de governança encontrados na arquitetura organizacional de uma empresa (Fowler *et al.*, 2021, p. 483, tradução própria).

Parecem pertinente as considerações dos autores se analisarmos a definição de governança do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC):

[...] um sistema formado por princípios, regras, estruturas e processos pelo qual as organizações são dirigidas e monitoradas, com vistas à geração de valor sustentável para a organização, para seus sócios e para a sociedade em geral. Esse sistema baliza a atuação dos agentes de governança e demais indivíduos de uma organização na busca pelo equilíbrio entre os interesses de todas as partes, contribuindo positivamente para a sociedade e para o meio ambiente (IBGC, [20--]).

Schneider (2021, p. 6) acredita que uma possível razão para a falta de um consenso acerca de uma metodologia ESG é a sua relativa atualidade: “Nem o mundo acadêmico nem os profissionais tiveram tempo para estudá-lo e aplicá-lo em toda a sua extensão. Portanto, há falta de consolidação”. Outro ponto a ser considerado são as semelhantes abordagens que tiveram protagonismo nas últimas décadas, como a sustentabilidade e a responsabilidade social corporativa (RSC), por exemplo:

Como poderíamos resumir ESG? É a combinação da gestão ecológica, social e sistemas de governança interna por parte dos atores econômicos. O que esses aspectos implicam e como combiná-los é controverso. Consequentemente, se ESG tem um impacto benéfico nas empresas ou nos seus componentes é difícil de avaliar, devido à falta de um modelo consistente e de concepção e metodologias coerentes para a sua implementação. Em comparação com semelhantes conceitos, ESG vai além da RSC. E não parece buscar a sustentabilidade (Schneider, 2021, p. 6, tradução própria).

O entendimento de Fowler *et al.* (2021) é de que uma política eficaz baseada em ESG inclui soluções que corrijam potenciais distorções na distribuição de valor entre os participantes de uma cadeia produtiva, o que implica um pleno reconhecimento do papel dos *stakeholders* no processo de criação de valor do negócio. Em outras palavras, as políticas ESG serão boas para os negócios quando a adoção de critérios sociais e ambientais significarem uma genuína preocupação com a justiça nas relações econômicas, para além da simples eficiência e maximização de lucros.

Esta medida, no entanto, pode levar a custos de produção e de governança mais elevados, potencialmente exacerbando problemas de horizonte dentro da organização. É por isso que as políticas baseadas em ESG não devem ser vistas como uma consequência natural de um processo “ganha-ganha”, mas como a consequência de uma decisão consciente cuja implementação pode levar a lucros menores no curto prazo (Fowler *et al.*, 2021, p. 486, tradução própria).

Não à toa, o ESG está associado ao “*Stakeholder Capitalism*”, ou capitalismo das partes interessadas, que propõe que as empresas devem servir aos interesses de todas as suas partes interessadas, e não apenas dos acionistas. As partes interessadas podem incluir investidores, proprietários, funcionários, fornecedores, clientes e o público em geral. O foco está na criação de valor a longo prazo, e não apenas no aumento do valor para os acionistas. A expressão foi cunhada pelo economista Klaus Schwab, fundador do Fórum Econômico Mundial.

Em agosto de 2019, o Business Roundtable, grupo de CEOs das principais empresas norte-americanas, divulgou uma declaração na qual se compromete a agregar valor de longo termo para todos os *stakeholders*, como clientes, trabalhadores, fornecedores e comunidades onde atuam (Business Roundtable, 2019). Em 2020, o Fórum Econômico Mundial publicou um manifesto sobre a importância de as empresas adotarem o capitalismo de *stakeholders*. O documento atualiza o manifesto de 1973. Em um dos trechos do texto de 2020, Klaus Schwab fala diretamente sobre qual deve ser o compromisso empresarial:

O propósito de uma empresa é envolver todos os seus *stakeholders* na criação de valor partilhado e sustentado. Ao criar esse valor, uma empresa serve não apenas aos seus acionistas, mas a todos os seus *stakeholders* – funcionários, clientes, fornecedores, comunidades locais e a sociedade em geral. A melhor forma de compreender e harmonizar os interesses divergentes de todas as partes interessadas é através de um compromisso partilhado com políticas e decisões que fortaleçam a prosperidade a longo prazo de uma empresa (WEF, 2020, tradução própria).

Embora haja esforços em busca de uma padronização de critérios e métricas para geração e registro de dados ESG, a ausência de uma definição concreta ainda afeta os pilares de transparência e confiança para os agentes envolvidos. Uma base de dados sólida é importante para garantir a credibilidade e a eficiência do negócio e a reputação positiva, evitando *greenwashing*²⁰.

Em meio à busca por consistência na implementação do ESG, no Fórum Econômico Mundial de 2020, os CEOs das 120 maiores empresas mundiais lançaram o documento *Measuring Stakeholder Capitalism*, estabelecendo 55 métricas que devem ser observadas pelas empresas “na busca pelo desenvolvimento de sociedades mais prósperas e sustentáveis” (WEF, 2020). O objetivo é padronizar a forma como as organizações medem seus desempenhos com os indicadores ESG e acompanhar as suas contribuições para os ODS numa base consistente.

Ainda em nível internacional, a União Europeia (EU) adotou, por meio do European Financial Reporting Advisory Group (EFRAG), a *Corporate Sustainability Reporting Directive* (CSRD), os padrões do ESRS, em 2023. Esses padrões definem como as empresas devem relatar suas atividades ambientais, sociais e de governança (ESG). O documento apresenta uma visão geral desses padrões e seu impacto empresarial. A CSRD exige que os Estados-membros da UE tenham uma entidade de investigação e conformidade para impor penalidades eficazes, proporcionais e dissuasivas, que se baseiam em vários fatores, incluindo a gravidade e a duração da violação e a situação financeira da empresa (EFRAG, 2023).

No Brasil, desde dezembro de 2022, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) lançou a ABNT PR 2030. Conforme o site da entidade, a norma orienta os passos necessários para incorporar os principais conceitos e princípios ESG na organização, bem como propõe critérios ambientais, sociais e de governança que servem como ponto de partida para as organizações identificarem os possíveis temas ESG relativos aos seus negócios (ABNT, 2023).

²⁰Falsa promoção de discursos, resultados, anúncios e campanhas com características ecológica ou ambientalmente responsáveis ou inclusivas.

Segundo a norma, o termo sustentabilidade passou a ser utilizado para definir uma abordagem de gestão de resultados equilibrada entre três pilares: econômico, social e ambiental. Já a definição de ESG é apresentada no documento “como um conjunto de critérios ambientais, sociais e de governança, a serem considerados, na avaliação de riscos, oportunidades e respectivos impactos com objetivo de nortear atividades, negócios e investimentos sustentáveis” (ABNT, 2023, p. 14).

Em outubro de 2023, com o lançamento da Resolução CVM 193, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda (CVM, 2023), o Brasil se tornou o primeiro país do mundo a adotar oficialmente o recém-criado padrão global para divulgações financeiras de sustentabilidade para empresas e fundos, o *International Sustainability Standards Board (ISSB)* (IFRS, c2024). O documento possui duas normas (IFRS S1 e S2), que visam proporcionar informações sobre riscos e oportunidades ligados à sustentabilidade (S1) e ao clima (S2). Num primeiro momento, a resolução da CVM prevê a publicação voluntária do relatório anual com informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com indicadores e métricas claros e comparáveis, por companhias abertas, fundos de investimento e companhias securitizadoras. A partir de 2026, a elaboração e a publicação em língua portuguesa deste relatório relacionado à gestão de riscos ESG serão obrigatórias para as companhias abertas.

Com relação à documentação empresarial, o relatório de sustentabilidade é ainda considerado a principal ferramenta de comunicação do desempenho social, ambiental e econômico das empresas. O modelo de relatório da Global Reporting Initiative (GRI) é, atualmente, o indicador mundialmente aceito e tem como objetivo medir e certificar as empresas com parâmetros que vão além da questão da transparência e da boa governança corporativa. O relatório inclui os indicadores econômico, ambiental, social/trabalho, direitos humanos, sociedade e responsabilidade pelo produto.

Outros parâmetros também são utilizados; citam-se o *Carbon Disclosure Project (CDP)*²¹, o *Climate Disclosure Standards Board (CDSB)*²² e o *Sustainability Accounting Standards Board (SASB)*²³. Contudo, a expectativa é de que as novas normas contábeis no Brasil e na Europa tendam a alterar o padrão de reporte da agenda ESG empresarial.

²¹ Disponível em: <https://www.cdp.net/en>. Acesso em: 13 fev. 2024.

²² Disponível em: <https://www.cdsb.net/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

²³ Disponível em: <https://sasb.ifrs.org/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

Embora o conceito de ESG seja visto pelo mundo corporativo como uma evolução necessária para alinhar negócios aos desafios contemporâneos, se faz importante avaliar as limitações e contradições que comprometem sua real eficácia. Assim como no *Triple Bottom Line* (TBL), o ESG muitas vezes funciona como uma ferramenta para empresas perpetuarem práticas socioambientais nocivas, disfarçadas de responsabilidade corporativa. Em vez de provocar transformações estruturais, o conceito serve para legitimar o *status quo* do capitalismo global. Além disso, é preciso considerar que o ESG é amplamente promovido por instituições financeiras, promotoras do modelo de crescimento ilimitado que gerou a atual crise sistêmica.

A seguir, são apresentadas questões socioambientais que situam o contexto atual, resultado da trajetória do desenvolvimentismo orientado pelo crescimento econômico como medida de progresso.

3 QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS CONTEMPORÂNEAS

A mudança climática é o reflexo da crise ecológica que mostra o caráter cada vez mais destrutivo da acumulação capitalista em escala global (que transforma tudo em mercadoria e que tem como único critério a expansão dos negócios e a acumulação de lucros). Ela é também o resultado mais óbvio e perigoso dos gases de efeito estufa emitidos pela indústria, pelo agronegócio e pelo sistema de transporte existentes nas sociedades capitalistas (Löwy, 2012).

Já é possível constatar no dia a dia que o clima do planeta está aquecendo, o que favorece e intensifica eventos climáticos extremos e ampliação das desigualdades. De acordo com Paulo Artaxo, professor titular do Instituto de Física da Universidade de São Paulo (USP) e integrante do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), em entrevista ao site da EPSJV/Fiocruz, “com as emissões de gases de efeito estufa que geramos hoje, incluindo 62 bilhões de toneladas de CO² a cada ano na atmosfera, estamos caminhando para uma trajetória de aquecimento global da ordem de 2,7 graus Celsius, se não houver nenhuma redução na emissão desses gases” (Artaxo, 2023). O pesquisador destaca estudos que indicam que o planeta atingirá 2,7 graus Celsius de aquecimento global, provavelmente, entre 2050 e 2070.

Ainda, Artaxo (2023) nos diz que as mudanças climáticas têm fortes ligações com a perda da biodiversidade que observamos em praticamente todos os ecossistemas terrestres, aquáticos e no ambiente marinho:

A resiliência dos ecossistemas e sua capacidade de reagir a mudanças dependem, em grande parte, de sua biodiversidade. As alterações observadas na taxa de precipitação e sua sazonalidade, e no aumento de temperatura, estão afetando o funcionamento dos ecossistemas. As mudanças climáticas afetam os padrões ecossistêmicos da fotossíntese e da produtividade, podendo modificar os ciclos hidrológicos e a dinâmica do carbono em ecossistemas terrestres e marinhos (Artaxo, 2020, p. 53-54).

De acordo com a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC)²⁴, as mudanças climáticas podem ser definidas como “uma mudança de clima que é atribuída direta ou indiretamente à atividade humana que altera a composição da atmosfera

²⁴ A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), cuja criação foi recomendada pelo IPCC, tem o objetivo de estabelecer a base para a cooperação internacional sobre as questões técnicas e políticas relacionadas ao aquecimento global. Em 1992, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima foi assinada e ratificada por mais de 175 países, com o objetivo de estabilizar a emissão de gases de efeito estufa, assim, prevenindo uma interferência humana perigosa para o clima de nosso planeta. Em seu texto, a Convenção reconhece as mudanças climáticas globais como uma questão que requer o esforço de todos os países a fim de tratá-la de forma efetiva (IPAM, [20--]; Convenção [...], 1992).

global e que se soma à variabilidade climática natural observada ao longo de períodos de tempo comparáveis” (Convenção [...], 1992). A UNFCCC diferencia as mudanças climáticas que alteram a atmosfera e são causadas pela atividade humana das variações climáticas que são provenientes de causas naturais. Ou seja, as mudanças climáticas são causadas pela alta emissão de poluentes na Terra que acabam intensificando processos como o aquecimento global e o efeito estufa.

A revista *Nature* publicou, em dezembro de 2020, um estudo com evidências de que a massa antropogênica superou, pela primeira vez na história, a biomassa. Seu peso seco situou-se em torno de 1,1 teratons, sem contabilizar a massa de lixo produzido. O estudo informa, ainda, que a massa antropogênica em 1900 era de apenas 35 gigatons, ou seja, 3% de seu peso atual. Desde então, esse tipo de massa tem dobrado a cada 20 anos, chegando, na atualidade, como mostram dados dos últimos cinco anos, a um aumento anual de 30 gigatons, o que equivale a cada pessoa no planeta produzindo semanalmente seu peso em massa antropogênica (Elhacham *et al.*, 2020).

Em 2023, o secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, afirmou na Cúpula do Clima, realizada em Nova York, que “a humanidade abriu as portas ao inferno” (Guterres, 2023), para sublinhar os efeitos das alterações climáticas que estão em curso. A respeito da crise climática, Loose (2021) afirma que a discussão não pode ser deslocada do modelo de desenvolvimento extrativista e predatório, que constitui a modernidade baseada nas lógicas colonialista e capitalista:

Afinal, enquanto se sustenta o sistema econômico em atividades que comprometem a saúde, a segurança hídrica, energética e alimentar, colocando a humanidade à mercê de eventos climáticos extremos e conflitos decorrentes da escassez de produtos básicos e do agravamento das desigualdades sociais, está se perpetuando e amplificando a crise climática (Loose, 2021, p. 77).

Percebe-se que a crise ambiental, pelo menos no atual estágio, não afeta todos de maneira igualitária, considerando-se os aspectos geográficos, sociais e econômicos. Comunidades vulneráveis já sentem o impacto da mudança climática na alimentação, na água, na terra e em outros ecossistemas necessários para a saúde humana, meios de subsistência e sobrevivência. É preciso fazer a ligação entre mudança climática, vulnerabilidade e deslocamento.

Sob a perspectiva de Malcom Ferdinand (2022), existe uma dupla fratura que explica o fato de estarmos em curso da sexta extinção em massa²⁵. A dupla fratura colonial e ambiental da modernidade se deve à compreensão desconectada de que a crise ambiental está relacionada às escravidões, às violências sociais e políticas. Ele avança na crítica de que os movimentos ambientalistas estão apartados dos movimentos pós-coloniais e antirracistas. Na busca pela dignidade, por meio de identidade, igualdade, justiça, “os temas ambientais são percebidos como o prolongamento de uma dominação colonial que comprime ainda mais os porões, acentua o sofrimento dos racializados, dos pobres e das mulheres e prolonga o silêncio colonial” (Ferdinand, 2022, p. 31).

O autor utiliza-se da metáfora do dilúvio e da arca de Noé para ilustrar o mundo, com suas fraturas:

Diante do dilúvio ecológico, muitos são os que se precipitam em direção a uma arca de Noé, pouco preocupados com os abandonados no cais ou os escravizados no interior do próprio navio. Em face da tempestade ecológica, a salvação da “humanidade” ou da “civilização” exigiria o abandono do mundo... Ao menor indício de tempestade, alguns são acorrentados sob o convés, outros são lançados ao mar. As destruições ambientais não atingem todo mundo da mesma maneira, nem tampouco apagam as destruições sociais e políticas já em curso. Uma dupla fratura persiste entre os que temem a tempestade ecológica no horizonte e aqueles a quem o convés da justiça foi negado muito antes das primeiras rajadas de vento (Ferdinand, 2022, p. 22).

O termo justiça ambiental não decorre das discussões sobre os impactos do Antropoceno, ele deriva dos movimentos sociais norte-americanos que, a partir da década de 1960, passaram a reivindicar direitos civis às populações afrodescendentes existentes nos EUA. Esses movimentos também começaram a protestar contra a exposição humana à contaminação tóxica causada pelas indústrias. Na década de 1980, o movimento por justiça ambiental norte-americano chamou a atenção para o fato de a distribuição das externalidades ambientais negativas, decorrente do modelo de desenvolvimento industrial, ser extremamente desigual e que o componente racial fazia parte dessa equação²⁶.

²⁵ Acerca da sexta extinção em massa, a pesquisa de Ceballos e Ehrlich (2023) esclarece: “Estamos no sexto evento de extinção em massa. Ao contrário dos cinco anteriores, este é causado pelo crescimento excessivo de uma única espécie, o Homo sapiens. Embora o episódio seja muitas vezes visto como uma perda de espécies inusualmente rápida (no tempo evolutivo), a situação é muito mais ameaçadora, porque, para além dessa perda, está a acontecendo uma rápida mutilação da árvore da vida, onde ramos inteiros (coleções de espécies, gêneros, famílias, etc.) e as funções que desempenham estão sendo perdidos” (Ceballos; Ehrlich, 2023, p. 1).

²⁶ O ativismo por justiça ambiental começou a ser mobilizado nos Estados Unidos, como iniciativa de cidadãos e como campo acadêmico, depois do caso de contaminação química em Love Canal, Niagara, estado de Nova York. Em 1978, moradores de um conjunto habitacional de classe média baixa descobriram que suas casas haviam sido erguidas junto a um canal que tinha sido aterrado com dejetos químicos industriais e bélicos. Em 1982, moradores da comunidade negra de Warren County, Carolina do Norte, também descobriram que um aterro para depósito de solo contaminado por PCB (polychlorinated biphenyls) seria instalado em sua vizinhança.

A socióloga Silene Herculano (2006) propõe as seguintes definições para justiça e injustiça ambiental²⁷:

Por “Justiça Ambiental” entenda-se o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de políticas e programas federais, estaduais e locais, bem como resultantes da ausência ou omissão de tais políticas. Complementarmente, entende-se por “Injustiça Ambiental” o mecanismo pelo qual sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, populações de baixa renda, grupos raciais discriminados, populações marginalizadas e mais vulneráveis (Herculano, 2006, p. 2).

Sobre a realidade brasileira, a autora diz que o movimento pela justiça ambiental não atingiu seu potencial, mesmo tendo muitas razões para que esta mobilização ocorra, por ser o Brasil um país extremamente injusto em termos de distribuição de renda e de acesso aos recursos naturais. O sentido de cidadania e de direitos ainda encontra um espaço relativamente pequeno na sociedade brasileira, refletindo-se no campo ambiental.

A crise sistêmica atual não é apenas uma crise cíclica do capitalismo, que se recuperará ao fim de uma recessão. Essa crise é muito mais profunda, uma vez que se estende a todos os aspectos da vida na Terra e na qual não é possível vislumbrar reversão dentro dos marcos do sistema capitalista (Solón, 2019c). Contudo, o autor alerta que, longe de se autoimplodir pelas suas próprias contradições, o capitalismo busca uma nova configuração, “... à procura de novos mecanismos para aumentar suas taxas de lucro, até extrair a última gota de sangue das pessoas e do planeta. Tudo é mercantilizável. Tudo é uma ‘oportunidade’ para novos negócios” (Solón, 2019c, p. 14). Seja pela exploração de novas tecnologias, pela apropriação de discursos ambientais ou pela criação de mercados em áreas antes consideradas intangíveis, o capitalismo se mantém extraindo valor, inclusive de situações de sofrimento. Essa dinâmica exaure os recursos do planeta e a precarização das condições de vida, tornando evidente que qualquer tentativa de superação dessa crise exige uma ruptura radical com as premissas do sistema.

Data daquele ano o primeiro protesto nacional feito pelos afro-americanos contra o que chamaram de “racismo ambiental” (Herculano, 2006, p. 2-3).

²⁷ Desde meados da década de 1990, foi estabelecida uma conexão entre o movimento de justiça ambiental dos Estados Unidos e o ambientalismo dos pobres na América Latina, na África e na Ásia. Este foi uma consequência da morte de Chico Mendes, em 1988, em sua luta contra desmatamento no Brasil, e da morte, em 1995, de Ken Saro-Wiwa e os seus companheiros Ogoni, do Delta do Níger, na sua luta contra a extração de queima de petróleo e gás pela empresa Shell. Também em meados da década de 1990, o livro *O grito da Terra, grito dos pobres*, de Leonardo Boff, “teólogo da libertação”, observou as conexões entre pobreza e reclamações ambientais. Seu trabalho foi justificado na encíclica papal *Laudato si*, de 2015, que é em si mesma um apelo à justiça ambiental (Martínez-Alier, 2019, p. 318).

3.1 NÃO ESTAMOS NO ANTROPOCENO, MAS ELE EXISTE

As discussões em torno do conceito de Antropoceno são relativamente recentes. Em 2000, o químico e Prêmio Nobel Paul Crutzen e o liminologista Eugene Stoermer publicaram na revista do International Geosphere-Biosphere Programme (IGBP) um artigo com a hipótese de que a atual época geológica, o Holoceno, havia chegado ao fim e que se iniciara o “Antropoceno” (Crutzen; Stoermer, 2000).

Para Crutzen (2002), a espécie humana teria se transformado de um agente biológico em um agente geofísico, com a capacidade de alterar as condições biotermodinâmicas da Terra, intensificar a acidificação dos mananciais hídricos e as mudanças climáticas, bem como contribuir com a redução da biodiversidade. Em artigo publicado na revista *Nature*, ele diz:

Nos três últimos séculos, os efeitos dos humanos no ambiente global se intensificaram. Por causa dessas emissões antropogênicas de dióxido de carbono, o clima global poderá distanciar-se significativamente do comportamento natural por muitos milênios. Parece apropriado aplicar o termo “Antropoceno” à [...] época geológica presente, dominada por humanos, que complementa o Holoceno – o período quente dos últimos dez a doze milênios. Poder-se-ia considerar que o Antropoceno começou na parte final do século XVIII, quando análises do ar preso em gelo polar evidenciaram o início das crescentes concentrações globais de dióxido de carbono e metano. Essa data também coincide com o projeto do motor a vapor de James Watt, de 1784 (Crutzen, 2002, p. 23, tradução própria).

O Holoceno marca o último recuo glacial, caracterizando-se por uma estabilidade e um clima relativamente quente. Considera-se que a história humana ocorreu em condições holocênicas. Atualmente, o planeta Terra se encontra no período Quaternário, subdivisão da Era Cenozóica, que começou 65 milhões de anos atrás. O Quaternário, por sua vez, é dividido em duas épocas: o Pleistoceno, que começou há 2,58 milhões de anos, e o Holoceno, de 11.700 anos atrás até o presente (Branco, 2016).

Passados mais de 20 anos, o conceito de Antropoceno permanece alvo de críticas e não há ainda um consenso nas geociências. Em 2009, a Subcomissão de Estratigrafia do Quaternário, pertencente à Comissão Internacional de Estratigrafia²⁸ (órgão da União Internacional de Ciências Geológicas – IUGS), considerou que a proposta possuía “mérito estratigráfico” para a sua formalização e criou o Anthropocene Working Group (AWG), cuja finalidade seria avaliar se o conhecimento científico atual poderia se constituir no

²⁸ Informações sobre a origem da comissão estão disponíveis no site <https://stratigraphy.org/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

reconhecimento de um novo paradigma e se esta época poderia formalmente fazer parte da Escala de Tempo Geológica internacional (Silva; Arbilla, 2018).

Em 2016, o artigo publicado na revista *Science* e assinado por 24 membros do AWG, intitulado *O Antropoceno é funcional e estratigraficamente distinto do Holoceno*, recomendou à Comissão Internacional de Estratigrafia a aceitação do Antropoceno como uma nova época. Sobre a questão de quando teria se iniciado o Antropoceno, os autores disseram que a análise foi “mais consistente em meados do século 20” do que com datas propostas anteriores (Angus, 2016, p. 57). Contudo, em 2016, o autor fez um alerta:

Ainda é possível que a geralmente conservadora Comissão Internacional de Estratigrafia rejeite, ou decida adiar, qualquer decisão sobre adicionar o Antropoceno à escala de tempo geológico, mas como escreve a maioria do AWG, “O Antropoceno já tem uma base geológica robusta, está em uso generalizado e, de fato, está se tornando um conceito central e integrador na consideração da mudança global”. Em outras palavras, o fracasso em ganhar uma votação formal não fará com que o Antropoceno desapareça (Angus, 2016, p 58, tradução própria).

Há diferentes visões, entre os cientistas, sobre os limites temporais do Antropoceno. Malhi (2017) diz que as atividades humanas muito antigas tiveram apenas um efeito localizado em algumas regiões da superfície terrestre. Ruddiman (2003) propõe o chamado Antropoceno Precoce, com o início da época geológica há 8 mil anos, com o desenvolvimento da agricultura e das culturas sedentárias. Segundo essa hipótese, existem evidências que associam flutuações do gás carbônico na atmosfera à derrubada de florestas e, mais adiante, com plantações de arroz. O que também poderia explicar o aumento da emissão de metano, uma vez que o cultivo em solos inundados produz tal gás por meio de bactérias anaeróbias. Para Hamilton (2015), a defesa da teoria do Antropoceno Precoce foi promovida por antiambientalistas lobistas, pois dá suporte à afirmação de que as crises ambientais atuais são fruto de milhares de anos, minimizam as profundas mudanças recentes no sistema terrestre e não colocam em questão que algo precisa ser feito.

Uma das possibilidades mais defendidas é a de que o Antropoceno teve início com o surgimento da Revolução Industrial. Ademais, pesquisadores argumentam que existem rastros estratigráficos que se intensificaram a partir do final Segunda Guerra Mundial, com grandes concentrações de alumínio puro, concreto, plástico e hidrocarbonetos poliaromáticos, indicando a intensificação das ações humanas como explicação para as mudanças ambientais (Waters *et al.*, 2016). Foram encontrados sinais radioativos no registro geológico como resultado da

detonação das duas bombas nucleares em Hiroshima e Nagasaki, em 1945, por exemplo. Para os cientistas, esse lixo nuclear é mais uma evidência das interferências antropogênicas no sistema global. Esse período é denominado de A Grande Aceleração.

Essa foi a linha seguida pelo Anthropocene Working Group (AWG) ao propor, após mais de uma década de estudo e debates, o Antropoceno como uma época na escala de tempo geológico, começando precisamente em 1952. Foi quando o plutônio dos testes da bomba de hidrogênio apareceu nos sedimentos do lago Crawford, perto de Toronto, no Canadá, um local escolhido por alguns geólogos para ser designado como um “pico dourado”, por capturar um registo primitivo do impacto humano na Terra. Outros sinais de influência humana no registo geológico incluem microplásticos, pesticidas e cinzas provenientes da combustão de combustíveis fósseis.

O grupo de cientistas liderado por Johan Rockström e Will Steffen reconheceu, em 2009, nove limites planetários que representam a base para identificar os pontos de ruptura que lançariam a Terra em uma alteração ou mudança que difere do conjunto de estados em que se encontrava no Holoceno (Richardson *et al.*, 2023; Rockström *et al.*, 2009; Steffen *et al.*, 2015). São elas: mudanças climáticas; integridade da biosfera (formada pela diversidade genética e pela diversidade funcional); fluxos biogeoquímicos do nitrogênio e fósforo; mudanças no uso da terra; uso de água doce; acidificação dos oceanos; concentração de aerossóis atmosféricos; novas entidades (incluem produtos químicos e substâncias sintéticas – por exemplo, microplásticos, desreguladores endócrinos, poluentes orgânicos –, resíduos e armas nucleares, e modificação humana – organismos geneticamente modificados e outras intervenções humanas diretas no processo evolutivo); e a diminuição do ozônio estratosférico. Em 2023, em uma atualização do estudo, os autores constataram que seis dos nove limites foram transgredidos, sugerindo que a Terra está agora bem fora do espaço operacional seguro para a humanidade (Richardson *et al.*, 2023; Rockström *et al.*, 2009; Steffen *et al.*, 2015).

Camilo Mora *et al.* (2018) mostram que as mudanças climáticas trarão múltiplos desastres de uma só vez. Os pesquisadores identificaram 467²⁹ maneiras distintas em que a sociedade já está sendo impactada pelo aumento dos extremos climáticos e, em seguida, expuseram como essas ameaças provavelmente se acumularão umas nas outras nas próximas décadas. Se algo não for feito para reduzir drasticamente as emissões de gases do efeito estufa,

²⁹ Gráfico disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41558-018-0315-6>. Acesso em: 2 mar. 2024.

em vez de lidar com um único grande risco de cada vez, as pessoas em todo o mundo podem ser forçadas a lidar com três a seis ao mesmo tempo.

De fato, a previsão de Angus (2016) se confirmou. Em 4 de março de 2024, a Subcomissão de Estratigrafia Quaternária rejeitou essa proposta, com 12 dos 18 membros votando contra. A proposta de formalização do Antropoceno como época foi rejeitada, não porque se negue a influência humana no sistema terrestre (Zhong, 224). Existe um conflito na definição de um marco estratigráfico que seja estável e forte o suficiente, de acordo com os demais marcos geológicos. Contudo, a definição de Antropoceno como época seria importante no sentido de comunicar de forma mais assertiva sobre a relação insustentável do ser humano com o planeta.

Há autores das Ciências Sociais que defendem que o nome Antropoceno não está correto, pois ele impute a “culpa” pelo atual estágio geológico e suas consequências dramáticas para o planeta a todos os seres humanos. Os proponentes argumentam que a mudança do mundo está sendo impulsionada por uma forma específica de sociedade, não por humanos em geral, então a nova época deve ter o nome de Capitaloceno (Angus, 2016).

O Antropoceno, ao propor uma reflexão sobre a crise ecológica, deve considerar em sua base o crescimento econômico e o capitalismo. Moore (2016) nos fala que o Capitaloceno descreve com mais acuidade os impactos humanos e a responsabilidade do sistema capitalista pela transformação do planeta, produzindo e explorando desigualdades sociais, promovendo a acumulação, a apropriação e a desapropriação do trabalho, da natureza e do espaço.

Donna Haraway (2016) apresenta o termo Chthuluceno, perspectiva crítica aos termos Antropoceno e Capitaloceno, constituídos sob expressão de matriz cartesiana ocidental, que reproduzem o dualismo homem e natureza, humanos e não humanos:

E também insisto em que precisamos de um nome para as dinâmicas de forças e poderes sim-chthonicas em curso, das quais as pessoas são uma parte, dentro das quais esse processo está em jogo. Talvez, mas só talvez, e apenas com intenso compromisso e trabalho colaborativo com outros terrenos, será possível fazer florescer arranjos multiespécies ricas, que incluam as pessoas. Estou chamando tudo isso de Chthuluceno – passado, presente e o que está por vir (Haraway, 2016, p. 140).

As alterações em diversos processos ecológicos da Terra, ocasionadas pelo aumento da concentração na atmosfera de dióxido de carbono e outros gases de efeito estufa, são observadas desde a Revolução Industrial, no século XIX, e mais intensamente a partir da década de 1950, com a expansão econômica, populacional e industrial do período pós-guerra. Elas derivam de

um modelo de desenvolvimento econômico orientado pelo maior lucro no menor espaço de tempo, não importando as consequências futuras.

Chakrabarty (2009) propõe ampliar nossa imaginação acerca do “humano” e de abarcar uma compreensão de história coletiva, que inclua o conceito de espécie:

Chamar seres humanos de agentes geológicos é ampliar nossa imaginação acerca do humano. Os seres humanos são agentes biológicos, coletivamente e também como indivíduos. Sempre o foram. Nunca houve um ponto na história humana em que os seres humanos não fossem agentes biológicos. Mas apenas histórica e coletivamente podemos nos tornar agentes geológicos, isto é, assim que alcançamos números e inventamos tecnologias que sejam de uma escala suficientemente grande para causar impacto no próprio planeta. Caracterizar-nos como agentes geológicos é atribuir-nos uma força de escala igual àquela liberada nas vezes em que houve extinção em massa das espécies. Parece que estamos passando por essa fase (Chakrabarty, 2009, p. 11).

Sklair (2019) nos diz que o conceito e a prática do desenvolvimento sustentável foram capturados pelos interesses corporativos nas últimas décadas do século XX e foram transformados no que ele nomeia de bloco histórico “bom Antropoceno”, no início do século XXI. Essa captura corporativa é teorizada em termos da classe capitalista transnacional representada por frações corporativas, estatistas/políticas, profissionais e consumistas que operam em todos os níveis de um mundo cada vez mais globalizado.

A ascensão da teoria da modernização ecológica, uma fundamentação sociológica para a ecologização dos negócios e da indústria, reconheceu implicitamente a captura corporativa do desenvolvimento sustentável, na medida em que via o efeito ambientalmente destrutivo do capitalismo desenfreado como algo que poderia ser gerido (até mesmo aproveitado para trazer mais lucro) por um capitalismo mais esclarecido (ver Hajer, 1995). Dadas as inadequações amplamente percebidas da regulamentação estatal, a visão de que as empresas deveriam assumir mais responsabilidade pela gestão do meio ambiente ganhou terreno (Sklair, 2019, p. 301, tradução própria).

Parece pertinente a colocação de Sklair (2019) de que a narrativa do “bom Antropoceno” foi inventada como uma estratégia para defender o *status quo* socioeconômico pelos proponentes do desenvolvimento sustentável e seus sucessores na era do Antropoceno. Diante do pluralismo de visões, é preciso ter cautela com a narrativa em torno do Antropoceno, predominantemente formulada pelo Norte global e cuja capacidade de diálogo com outros marcos culturais e epistemológicos se mostra limitada. Para nós, latino-americanos, outras questões emergem dessa inclinação colonial, com implicações em termos da formulação de respostas políticas possíveis.

3.2 NEOEXTRATIVISMO

Para Reyes Carranza (2019), a ideia do Capitaloceno aponta o processo histórico extrativista do capitalismo e como ele é intimamente ligado ao colonialismo e à globalização. O pesquisador e ambientalista uruguaio Eduardo Gudynas (2019) defende que tanto a persistência do extrativismo quanto o avanço das mudanças climáticas se devem à manutenção de variados tipos de desenvolvimento legitimados e que obtêm amplo consenso:

As expressões mais evidentes estão nos discursos latino-americanos que apoiam que a exportação de recursos naturais é essencial para o crescimento econômico e que isso, por sua vez, é o que garante o desenvolvimento, ou naqueles que concebem que existem soluções científicas e tecnológicas para anular seus impactos [...] essa defesa do extrativismo e a minimização das alterações climáticas fazem parte de governos progressistas e conservadores, de todos os tipos de atores, e não têm diferença de gênero (Gudynas, 2019, p. 61, tradução própria).

Da mesma forma, Acosta (2019) nos fala que o extrativismo, carregado pela promessa de progresso e desenvolvimento, se impôs violentamente sobre os territórios, os corpos e as subjetividades. Nessa linha, a socióloga argentina Maristella Svampa (2019) nos apresenta o significado de neoextrativismo como aquele caracterizado por um modelo de desenvolvimento insustentável baseado na superexploração dos recursos naturais, em grande parte não renováveis, bem como na expansão das fronteiras de exploração para territórios anteriormente considerados como improdutivos do ponto de vista do capital. Para a autora, vista do Sul global, a associação entre o Antropoceno, a expansão da fronteira mercantil e a exacerbação do neoextrativismo é inquestionável:

Do Sul, isso levou a um debate não apenas sobre as consequências, já inescapáveis do neoextrativismo, mas também de pensar como lidar com a crise sistêmica. Assumindo a crise socioecológica e civilizacional posta pelo Antropoceno implica o desafio de pensar alternativas ao extrativismo dominante, desenvolver estratégias de transição que marcam o caminho para uma sociedade pós-extrativista (Svampa, 2019, p. 44).

Desde o início do século XXI, é observado o avanço político do conservadorismo, somando-se a uma visão econômica neoliberal, que, em algumas regiões, está frequentemente voltada para o incentivo à exploração econômica de *commodities*, algo que potencializa conflitos relacionados com políticas ambientais. A isso Svampa (2019) denominou de

“Consenso das Commodities³⁰”. É nesse contexto que se insere o novo auge do extrativismo no Sul global, vivenciado nas últimas décadas e acelerado pela demanda chinesa a partir de 2000. O aumento da necessidade da China por matérias-primas possibilitou que os países fornecedores, como o Brasil, obtivessem um rápido crescimento econômico, por meio de um neoextrativismo ambientalmente danoso. Contudo, importa destacar que a diferença entre o extrativismo tradicional e o neoextrativismo progressista é que, neste, o Estado desempenha um papel mais ativo na captação do excedente e na redistribuição, obtendo certo nível de legitimação social, porém com os mesmos impactos sociais e ambientais negativos (Gudynas, 2015; Svampa, 2019).

Maristella Svampa (2019) explica que, com raízes históricas no extrativismo, o neoextrativismo é um fenômeno pluridimensional e multiescalar. Na medida em que ele remete a padrões de desenvolvimento insustentáveis e ao aprofundamento de uma lógica de espólio, é possível perceber, em seu funcionamento, diferentes dimensões para a crise atual:

Em suma, o extrativismo perpassa a longa memória do continente e de suas lutas, define um modo de apropriação da natureza, um padrão de acumulação colonial, associado ao nascimento do capitalismo moderno. Entretanto, sua atualização, no século XXI, traz novas dimensões em diferentes níveis: globais (transição hegemônica, expansão da fronteira das commodities, esgotamento dos bens naturais não renováveis, crise socioecológica de alcance global), regionais e nacionais (relação entre o modelo extrativo/exportador, o Estado-nação e um lucro altíssimo), territoriais (ocupação intensiva do território, lutas ecoterritoriais com participação de diferentes atores coletivos) e, por fim, políticas (surgimento de uma nova gramática política de oposição, aumento da violência estatal e paraestatal) (Svampa, 2019, p. 32).

Milanez e Santos (2013, p 119) definem neoextrativismo como “um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção subordinada na nova divisão internacional do trabalho, estando associado a impactos ambientais e sociais diversificados”. Para os autores, o conceito do neoextrativismo foi definido, principalmente, em referência a

³⁰ “Na América Latina, o neoextrativismo se expandiu em um contexto de mudança de época, marcado pela passagem do Consenso de Washington, associado à valorização financeira e ao ajuste estrutural, ao Consenso das Commodities, baseado na exportação em larga escala de bens primários, no crescimento econômico e na expansão do consumo (Svampa, 2013). Na prática, diferentemente dos anos 1990, partir dos anos 2000-2003 as economias latino-americanas foram favorecidas pelos altos preços internacionais dos produtos primários (commodities), que tiveram reflexo nas balanças comerciais e no superávit fiscal [...] Nesse sentido, todos os governos latino-americanos, independentemente da inclinação ideológica, possibilitaram o retorno com força de uma visão produtivista do desenvolvimento que, junto com a ilusão desenvolvimentista, levou à negação e à supressão das discussões de fundo sobre os impactos sociais, ambientais, territoriais e políticos do neoextrativismo, assim como à desvalorização das mobilizações e dos projetos socioambientais emergentes” (Svampa, 2019, p. 36).

países da América Latina, embora possa ser também aplicado a outras regiões. Os Estados nacionais, progressistas ou conservadores, entendem que a riqueza dos recursos naturais tem favorecido a consolidação de um modelo extrativista exportador que se apresenta como única alternativa ao desenvolvimento do continente.

Gudynas (2015) se refere a extrativismos, no plural, pois considera outras atividades contempladas no termo, além das tradicionais, como a megamineração, o petróleo e o gás natural. Abarcam produtos primários com base nos monocultivos agrícolas, na pecuária intensiva, na pesca em escala, até o turismo internacional de massa, por exemplo. Os modos de apropriação da natureza são diferentes, de acordo com as diretrizes de cada país; contudo, o que diferenciaria os extrativismos de outros tipos de extração seria a intensidade dos efeitos ambientais no processo de extração e o destino dos recursos extraídos.

O extrativismo, em suas variadas formas, transcende a simples extração de recursos naturais e configura-se como uma dinâmica que intensifica a exploração ambiental e influencia diretamente a organização econômica e social dos territórios.

3.3 SOLUÇÕES PARA UM PLANETA EM ESGOTAMENTO

É a partir do pensamento liberal³¹ que o conceito de desenvolvimento passa a conotar a ideia de crescimento econômico, tendo como balizadores os padrões de vida e consumo alcançados pelas nações ocidentais industrializadas (Caporal; Costabeber, 2002). Na década de 1970, as estratégias adotadas pelos países para o desenvolvimento começam a ser questionadas, por não conseguirem abarcar a desigualdade social e os danos causados ao meio ambiente. É nesse período que se estabelece o conceito de sustentabilidade. Caporal e Costabeber (2002) conceituam duas correntes acerca dos discursos sobre sustentabilidade: a ecotecnocrática e a ecossocial.

A proposta ecotecnocrática, possui caráter tecnicista, é baseada no otimismo tecnológico e alicerçada no crescimento econômico continuado. Essa perspectiva considera solucionar os problemas socioambientais mediante mecanismos de mercado, como o estabelecimento de preços a produtos e serviços da natureza ou a cobrança de taxas ou impostos pela deterioração ambiental, por exemplo. Na agricultura, baseia-se na intensificação tecnológica, no uso

³¹ Ao mesmo tempo que apareceu como um contraponto ao sistema econômico da época, a doutrina liberal estabeleceu as bases para o capitalismo industrial, que surgiu primeiro na Inglaterra, no século XVIII, e depois se espalhou para outros países da Europa.

intensivo de fertilizantes e agrotóxicos e na monocultura de escala – o que, em seu início, entre as décadas de 1960 e 1970, se convencionou chamar de Revolução Verde.

A corrente ecossocial “se caracteriza por reivindicações de mudanças estruturais profundas na sociedade e de um novo pacto de solidariedade, permitindo a construção de um novo projeto histórico e a busca de novos rumos nas estratégias de desenvolvimento” (Caporal; Costabeber, 2002, p. 7). Essa proposta parte da crítica à corrente liberal e advoga a favor de uma “mudança no sistema e nas orientações econômicas dominantes, em favor de novas estratégias que, baseadas na descentralização dos processos produtivos, sejam compatíveis com as condições ecológicas e capazes de incorporar as identidades étnicas e seus respectivos valores culturais” (Caporal; Costabeber, 2002, p. 6).

Como forma de tentar estancar e reverter os impactos já conhecidos da ação do homem sobre a natureza, muitas soluções têm sido propostas ao longo das últimas décadas, originárias de diversos campos. Destaca-se que elas se voltam para dois polos, em consonância com as correntes propostas por Caporal e Costabeber (2022): as soluções baseadas no capital e na manutenção do *status quo* e as soluções que propõem outros modos de estar no mundo, a partir do respeito a todas as formas de vida.

Em 2019, Ashish Kothari *et al.* foram os coordenadores do livro *Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento*, que contém um compilado de textos, escritos por pensadores de todos os continentes, com o objetivo de repolitizar o debate atual sobre a transformação socioecológica. Para os autores:

O conceito de “desenvolvimento como progresso” precisa de ser desconstruído e substituído por alternativas que respeitem e alimentem a vida na Terra. O modelo de desenvolvimento ocidental predominante é uma construção homogeneizadora que tem sido adotada por pessoas em todo o mundo sob condições de coerção material. O termo pós-desenvolvimento engloba uma miríade de críticas sistêmicas e estilos de vida alternativos (Kothari *et al.*, 2019. p. 29, tradução própria).

Os coordenadores da publicação, a partir dessa compreensão, assim como Caporal e Costabeber há 22 anos, dividiram em duas correntes de pensamento as soluções atuais desenhadas sobre a crise socioambiental. São elas:

[...] Universalizar a Terra: soluções reformistas

[...] inovações concebidas principalmente no Norte global, muitas vezes apresentadas como progressistas ou “soluções para crises”. Uma leitura crítica da sua retórica e prática sugere que, na melhor das hipóteses, essas propostas revelar-se-ão nada mais do que distrações inúteis e orientadas para o lucro.

[...] **Um pluriverso de povos: alternativas transformadoras**

[...] visões de mundo e práticas, antigas e novas, locais e globais, provenientes de comunidades indígenas, camponesas e pastoris, grupos de bairros urbanos e movimentos ambientais, feministas ou espirituais, que lutam pela justiça e pela sustentabilidade de várias maneiras.

As visões e as práticas apresentadas não se concentram na aplicação de um conjunto de políticas, instrumentos e indicadores para escapar do “mau desenvolvimento”. Em vez disso, enfatizam a necessidade de respeitar a diversidade de visões sobre o bem-estar planetário e de explorar caminhos que nos levem até lá. Insistem na importância de integrar a atividade humana de acordo com os ritmos e limites da natureza, respeitando não só os seres humanos, mas todas as formas de vida como um todo fundamentalmente interligado (Kothari *et al.*, 2019, p. 31, tradução própria).

Assim, para discorrer sobre algumas alternativas contemporâneas para a solução dos impactos da ação humana sobre o sistema terrestre, neste trabalho serão utilizadas as duas nomenclaturas propostas por Kothari *et al.* (2019), ou seja, soluções reformistas e alternativas transformadoras.

3.3.1 Soluções reformistas

O capitalismo movido a carbono permitiu que os países da Europa e da América do Norte aumentassem o bem-estar de suas populações e atingissem seu nível relativamente avançado de desenvolvimento. Em seu processo de reconfiguração, “o capitalismo demonstrou uma grande capacidade de adaptação, captura e criação de soluções para si. Tudo o que começa como uma ideia ou movimento progressista é cooptado, transformado e incorporado para manter e reproduzir o sistema” (Solón, 2019c, p. 14).

Contudo, Solón (2019c) esclarece que a crise sistêmica atual não é somente fruto do capitalismo, mas também de suas origens: o produtivismo e o extrativismo. Dessa tríade, deriva uma série de soluções reformistas que vão desde tecnologias de mercado de carbono e hidrogênio verde, passando por energias solar e eólica, entre outras. Multiplicam-se os chamados “unicórnios”³² da tecnologia verde, com a promessa de criar a inovação revolucionária para salvar o planeta:

[...] a “contabilização verde” serve, antes de tudo e principalmente, para atrasar a transição necessária que nos levaria para longe de um modelo de desenvolvimento

³² Em 2013, a investidora-anjo Aileen Lee, fundadora da Cowboy Ventures, publicou um artigo no TechCrunch, um dos sites de tecnologia mais renomados do mundo, sobre as empresas que atingiram US\$ 1 bi em valor de mercado em até dez anos. Naquela ocasião, ela revelou que apenas 0,07% das *startups* chegavam a essa marca e as rotulou de unicórnios, para transmitir a ideia de raridade (Lee, 2013).

baseado em crescimento econômico através da destruição da natureza. A “contabilidade verde” reforça a centralidade no mercado por meio da noção de que, com o mecanismo certo de valoração e os instrumentos adequados de proteção ambiental, a economia irá automaticamente melhor precificar o valor da natureza. Conseqüentemente, este processo de visibilidade econômica levaria as grandes corporações a reconhecerem o valor do estoque de capital da natureza. Como resultado, a natureza seria protegida e o crescimento se tornaria “verde” (Kill, 2017, p. 3).

Na tentativa de “esverdear” o capitalismo, muitas dessas soluções têm o poder de agravar a atual crise. De acordo com Kill (2017), na narrativa sobre o potencial de valoração econômica da natureza para sua conservação está implícita a redução da necessidade de regulamentações ambientais. A autora avança ao considerar que outra mensagem implícita é de que as mais recentes iniciativas de valoração são uma variação dos experimentados programas de “pagamento por serviços ambientais” e de um aperfeiçoamento do princípio do “poluidor-pagador”:

[...] os proponentes da valoração econômica da natureza argumentam que sua combinação com instrumentos centrados no mercado para a implementação de políticas alivia o Estado de boa parte da pesada tarefa de proteger a natureza. Esta tentativa de tornar a natureza economicamente visível pode, portanto, significar uma mudança paradigmática na estrutura da legislação ambiental (Kill, 2017, p. 3).

Ulloa (2021) destaca a distinção entre transições energéticas sociais e as transições institucionalizadas. As transições energéticas sociais estão articuladas por movimentos sociais, sob as perspectivas pós-extratvistas e as alternativas ao desenvolvimento, e se direcionam para a transformação do uso de combustíveis fósseis e/ou para a oportunidade de mudar o modelo econômico. De modo geral, sustentam as demandas relacionadas a descarbonização, busca por novas fontes de energia, transição energética justa, transições para a vida, justiça ambiental e mudança de modelo econômico. “Dessa forma, esses movimentos estão posicionando a diversidade de modos de vida e clamam por uma mudança profunda no modelo econômico capitalista e na geração de outros modos de vida em meio às crises socioambientais” (Ulloa, 2021, p. 18, tradução própria).

As transições energéticas institucionalizadas são impulsionados por acordos globais, governos, além de empresas nacionais e multinacionais. Essa visão articula-se sob modelos rentáveis em torno dos processos de descarbonização, da busca por energias limpas e renováveis:

Entre as propostas estão aquelas que têm a ver com energia eólica e fotovoltaica, apresentadas como processos e opções de descarbonização verde, apoiados em novos processos técnico-políticos e como ideais ambientais e de desenvolvimento

sustentável e de progresso. Essas estratégias permanecem ligadas à dinâmica extrativista de mineração de energia, que é apresentada como necessária para a renda nacional. Muitas vezes, são proposições privadas, centralistas, que vêm de cima para baixo, com poucas possibilidades de controle público e de participação de atores locais (camponeses ou povos indígenas e afrodescendentes) (Ulloa, 2021, p. 18-19, tradução própria).

As soluções reformistas propostas pelo capitalismo são inúmeras. Nesta pesquisa, são citadas algumas delas, a título de ilustração sobre o que está “na mesa” de governos e empresas. A seleção que segue foi escolhida com base nas soluções mais recorrentes nas matérias do projeto Prática ESG, no período da análise.

a) Agricultura Climaticamente Inteligente (CSA)

O termo foi inicialmente desenvolvido pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)³³ visando promover métodos agrícolas que pudessem mitigar as alterações climáticas e se adaptar a elas, aumentando, ao mesmo tempo, os rendimentos. A questão é que não existem definições específicas para o que pode, ou não, ser chamado de “inteligente do ponto de vista climático” (Anderson, 2021, p. 85, tradução própria). O vago conceito tem levado multinacionais do setor a adotarem a expressão para encobrir as suas práticas agrícolas prejudiciais e, assim, continuar fazendo o que já faziam:

[...] A agricultura, particularmente o modelo “revolucionário verde” da agricultura industrial, é uma das principais causas da mudança climática. Uma proporção significativa das emissões globais dos gases de efeito estufa é gerada pela produção pecuária industrial, juntamente com o uso generalizado de nitrogênio sintético. Além disso, ao mesmo tempo que contribui para o problema das alterações climáticas, a abordagem da “revolução verde” na agricultura deixa os sistemas particularmente vulneráveis aos seus impactos. As sementes vendidas pelas empresas do agronegócio exigem grandes quantidades de água e de fertilizantes nitrogenados sintéticos. Mas esses fertilizantes sintéticos fazem com que a matéria orgânica que retém água no solo se decomponha e desapareça, o que contribui para o ressecamento do solo rapidamente em situações de pouca chuva ou seca, causando deficiências de produtividade ou quebras de safra (Anderson, 2021, p. 86, tradução própria).

³³ O conceito de agricultura climaticamente inteligente foi introduzido pela primeira vez pela FAO, em 2010, em um documento de referência preparado para a Conferência de Haia sobre Agricultura, Segurança Alimentar e Alterações Climáticas. No contexto da segurança alimentar nacional e dos objetivos de desenvolvimento, visa abordar três objetivos principais: aumentar de forma sustentável a segurança alimentar, incrementando a produtividade agrícola e o rendimento; construir resiliência e adaptar-se às alterações climáticas; e reduzir e/ou eliminar as emissões de gases de efeito estufa sempre que possível (FAO, c2024).

Para que a agricultura possa realmente enfrentar os múltiplos desafios atuais, são necessárias mudanças sistêmicas profundas, na medida em que os efeitos das alterações climáticas se ampliam e colocam em risco a segurança e soberania alimentares, bem como as comunidades agrícolas. Para Anderson (2021), ao substituir os fertilizantes sintéticos por técnicas naturais, a agroecologia tem o potencial de reduzir emissões de carbono, além de melhorar a capacidade do solo de absorver e reter água em tempos de seca e inundação.

Outro ponto é a promoção do acesso aos agricultores a uma diversidade de sementes adaptadas localmente, para que possam enfrentar os eventos climáticos imprevisíveis. Ao fortalecer as economias locais, a distância das viagens em busca de alimentos pode ser reduzida, ao mesmo tempo que promove a soberania alimentar, além de aumentar o controle dos agricultores sobre seus sistemas alimentares.

b) Pagamento por serviços ambientais

Os pagamentos por serviços ambientais (PSA) consistem em um mecanismo capaz de traduzir as externalidades do mercado que impactam o ambiente. Esse instrumento é uma tentativa de solucionar os problemas ambientais usando a lógica do mercado. Existem duas formas de enxergar o comércio de serviços ecossistêmicos. A primeira, difundida por agências das Nações Unidas, indústria, economistas ecológicos, entre outros atores, é que a continuidade de funções como armazenamento de carbono em solos e vegetação, biodiversidade, etc. é crucial para a humanidade e, portanto, precisa ser protegida por meio da visibilidade econômica ao valor dessas funções que a natureza cumpre gratuitamente. Ou seja, uma vez que esses serviços da natureza sejam precificados, o mercado consegue “enxergar” o valor e compreender a necessidade de sua preservação. O problema para a remuneração dos serviços socioambientais de povos tradicionais, por exemplo, consiste na dificuldade da prática econômica vigente em reconhecer e, conseqüentemente, valorar relações inerentes entre a diversidade ambiental e social dessas comunidades.

A outra forma de pensar os serviços ecossistêmicos, segundo Kill (2014), é que os pagamentos por serviços ambientais (PSA) significam uma apropriação do capital financeiro para dominar ainda mais a natureza. Dessa perspectiva, longe de reduzir a destruição, a natureza vista pelo capital se torna parte integrante da manutenção de um sistema econômico que depende da sua destruição para sobreviver,

O pressuposto de que se pode separar a dimensão ambiental da destruição de sua dimensão pagamento por serviços ambientais (PSA) e, em especial, ao comércio de “serviços ecossistêmicos”. Esquemas de compensação por PSA que incluem a permissão para destruir, desde que o “serviço ambiental” seja substituído em outro lugar, aceitam de bom grado a destruição não compensada e não compensável da relação social, da cultura e da prática social ligada à Natureza (Kill, 2014, p. 6).

Importante registrar que, no Brasil, os serviços ecossistêmicos estão instituídos pela Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021, sancionada no governo do presidente Jair Bolsonaro (Brasil, 2021), e estão classificados nas seguintes modalidades, de acordo com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima: a) serviços de provisão: fornecem bens ou produtos ambientais utilizados pelo ser humano para consumo ou comercialização, tais como água, alimentos, madeira, fibras e extratos, entre outros; b) serviços de suporte: mantêm a perenidade da vida na Terra, tais como a ciclagem de nutrientes, a decomposição de resíduos, a produção, a manutenção ou a renovação da fertilidade do solo, a polinização, a dispersão de sementes, o controle de populações de potenciais pragas e de vetores potenciais de doenças humanas, a proteção contra a radiação solar ultravioleta e a manutenção da biodiversidade e do patrimônio genético; c) serviços de regulação: concorrem para a manutenção da estabilidade dos processos ecossistêmicos, tais como o sequestro de carbono, a purificação do ar, a moderação de eventos climáticos extremos, a manutenção do equilíbrio do ciclo hidrológico, a minimização de enchentes e secas e o controle dos processos críticos de erosão e de deslizamento de encostas; d) serviços culturais: constituem benefícios não materiais providos pelos ecossistemas, por meio da recreação, do turismo, da identidade cultural, de experiências espirituais e estéticas e do desenvolvimento intelectual, entre outros (Brasil, [202-]).

Podem pagar por tais serviços o poder público, organizações da sociedade civil, agentes privados, pessoas físicas ou jurídicas do âmbito nacional ou internacional. As formas de pagamento podem variar, como o pagamento direto, monetário ou não; a prestação de melhorias sociais a comunidades rurais e urbanas; a compensação vinculada a certificado de redução de emissões por desmatamento e degradação; títulos verdes; comodato; entre outros.

Os créditos de compensação – sejam por emissões de dióxido de carbono, por destruição da biodiversidade ou para restaurar floresta cortada ilegalmente – permitem ao detentor do certificado de compensação afirmar que o efeito de sua poluição ou destruição da Natureza foi anulado. Para justificar essa afirmação, não basta reduzir emissões ou preservar alguma floresta. A redução ou a proteção tem que ser adicional em relação a qualquer redução ou proteção da floresta que já tivesse sido planejada independentemente da compensação. Se não forem reduções extras ou se a floresta

preservada não estiver sob ameaça de ser cortada, o detentor do certificado de compensação não tem base para afirmar que o seu impacto negativo sobre o meio ambiente foi compensado. Em outras palavras, se o vendedor do crédito de compensação de carbono estava planejando reduzir as emissões independentemente dele ou se não havia ameaça de a floresta ser cortada, não houve emissões extras evitadas que poderiam ser usadas para justificar a alegação de outra pessoa de que o efeito das emissões pelas quais é responsável foi anulado. O cálculo de quantos créditos um projeto de compensação pode vender depende, portanto, de se saber o que teria acontecido. A verdade inconveniente, contudo, é que o que teria acontecido é sempre uma questão de especulação – porque acabou não acontecendo (Kill, 2014, p. 16).

Kill (2014) alerta que o cálculo de quantas emissões um projeto de compensação realmente reduz é apenas uma conjectura. Por isso os créditos de compensação são chamados de “uma *commodity* imaginária, baseada em subtrair aquilo que você espera que aconteça daquilo que você afirma que teria acontecido” (Kill, 2014, p. 16).

c) Mercado de crédito de carbono

Dias, Neffa e Tostes (2020) avaliam que o mercado de crédito de carbono (MCC) segue a lógica segundo a qual a natureza deve ter um valor monetário e os problemas ambientais são custos e externalidades que, portanto, devem ser precificados e internalizados. De modo geral, o MCC é mais uma proposta do mercado para superar falhas de seu próprio funcionamento:

[...] as trocas desiguais globais centro-periferia com iniciativas como o Mercado de Crédito de Carbono tendem a reforçar a divisão internacional do trabalho, com poluidores-pagadores de um lado e provedores-recebedores de outro, ou dito de outro modo, com países mais desenvolvidos de um lado e vendedores de commodities – incluindo os serviços ambientais – de outro. Se esse tipo de mercado ambiental crescer, os estudos de geopolítica mundial terão que incorporar cada vez mais, a dimensão ambiental mormente no que diz respeito às trocas desiguais envolvendo energia (Dias; Neffa; Tostes, 2020, p. 249).

Um crédito de carbono é um certificado eletrônico, comercializado no mercado financeiro, relativo à diminuição de emissão de gases que intensificam o efeito estufa, equivalente a uma tonelada de CO² (outros gases são considerados utilizando-se uma tabela de equivalência com o CO²). A dinâmica deste mercado é a seguinte: Quem diminui a emissão de GEE, teoricamente adquire créditos de carbono e pode vendê-los para quem excede suas emissões acima do limite previsto no protocolo de Quioto³⁴. Assim, o país ou a empresa que

³⁴ Criado em 1997, o Protocolo entrou em vigor no dia 16 de fevereiro de 2005, logo após o atendimento às condições que exigiam a ratificação por, no mínimo, 55% do total de países-membros da Convenção e que

compra créditos de carbono pode manter ou aumentar sua emissão de GEE, desde que outro país ou empresa esteja reduzindo sua emissão de GEE.

O Protocolo de Quioto estabeleceu o MCC com três mecanismos: a) o comércio de emissões b) a implementação conjunta c) o mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL). Se o comércio for realizado entre duas empresas ou países do "anexo 1" é chamado de "implementação conjunta"; e se for entre uma empresa ou país desenvolvido e uma empresa ou país em desenvolvimento é chamado MDL (Dias; Neffa; Tostes, 2020, p. 244 e 245)

Os mercados regulados ou compulsórios são geridos pelos Estados. Ou seja, por meio de uma legislação, o próprio Estado define as metas de redução para as fontes emissoras e pode, também, estabelecer uma série de mecanismos de compensação. As empresas sediadas nos países signatários do Protocolo podem abater parte da sua obrigação de redução de emissão por meio da compra de créditos de carbono, que também são chamados de Redução Certificada de Emissão (RCE), verificada pelo conselho executivo do MDL.

Outras iniciativas deram origem aos mercados voluntários de carbono nos quais são comercializadas as *Verification of Emission Reduction* (VER), motivadas pela atuação de Organizações Não Governamentais (ONGs), empresas, governos e organizações da sociedade civil (Lima, 2007). Assim, o mercado de carbono voluntário pode ser compreendido como uma adesão espontânea, motivada por valores empresariais que visam compensar ou neutralizar sua pegada de carbono e onde as regras são estabelecidas entre os agentes participantes, cujos projetos de mitigação e/ou redução de GEE estão submetidos a padrões internacionais que fixam regras próprias.

O mercado de carbono, como já visto, é uma das técnicas de valoração econômica que conduzem uma redefinição do conceito de natureza, “anteriormente concebida como uma rede complexa de interconexões dinâmicas, para uma imagem de natureza como estoque fornecedor de serviços mensuráveis” (Kill, 2017, p. 9).

fossem responsáveis por, pelo menos, 55% do total das emissões de 1990. O Brasil ratificou o documento em 23 de agosto de 2002, tendo sua aprovação interna se dado por meio do Decreto Legislativo nº 144 de 2002. O Protocolo indicou os países industrializados/ desenvolvidos (também chamados de países do anexo 1, em referência à lista de países que deveriam reduzir suas emissões de GEE) que deveriam fazer reduções de suas emissões em pelo menos 5,2% em relação ao nível de 1990, no período entre 2008 e 2012. Posteriormente, foi acordado um segundo período de comprometimento, até 2020. Com a assinatura do Acordo de Paris, em 2015, ratificado em 2016, um terceiro período de comprometimento entrou em vigor desde 2020 (Brasil, [20--]).

Essa transformação do conceito de natureza reflete uma lógica instrumental que reduz ecossistemas complexos a categorias mercantilizáveis, moldadas pelos interesses do mercado. Tal abordagem reforça uma perspectiva utilitarista, na qual a sustentabilidade é subordinada à lógica econômica e aos mecanismos financeiros globais.

d) Energia eólica

A geração de energia eólica é recorrentemente apresentada como uma das alternativas ao uso de combustíveis fósseis. Os primeiros parques eólicos, destinados à comercialização de energia elétrica em larga escala, passaram a operar nos EUA e na Europa Ocidental a partir da década de 1980. No Brasil, o uso da energia eólica se tornou mais importante a partir de meados dos anos 2000, concentrando-se nas regiões Sul e Nordeste (Traldi, 2019).

Os ventos decorrem da dinâmica natural do planeta, sendo, assim, um bem comum; contudo, com os avanços tecnológicos, eles passaram a ser capturados em larga escala por empresas investidoras em geração de energia elétrica. A pesquisadora Mariana Traldi cita os estudos de David Harvey³⁵, do que ele chamou de *acumulação por despossessão*:

Segundo Harvey, a acumulação por despossessão inclui uma enorme gama de mecanismos inteiramente novos de acumulação, que liberam ativos a um custo muito baixo, para que o capital sobreacumulado possa apossar-se destes ativos e dar-lhes um uso lucrativo. Seu objetivo principal seria a expropriação de espaços já existentes a fim de encontrar novas oportunidades lucrativas para os excedentes de capital. Entre estes novos mecanismos de acumulação estão: a corporativização e privatização de bens públicos e de bens comuns e a mercantilização por atacado da natureza em todas as suas formas, que na geração eólica ocorre quando o ar em movimento atinge velocidade constante suficiente para ser caracterizado como potencial eólico aproveitável (Traldi, 2019, p. 6).

No *modus operandi* capitalista, as empresas interessadas na geração de energia eólica passam a disputar territórios com ventos adequados, considerando esses espaços como recursos apropriáveis para acumulação de capital. “Embora o vento seja um atributo do espaço, um bem comum, com sua exploração para geração de energia elétrica, ele passa a ser visto como um recurso capaz de garantir a reprodução do capital, o resultado desse processo é a valorização seletiva do espaço” (Traldi, 2019, p. 5). Assim, para a exploração do vento, é necessário, em

³⁵ Ver: HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo, SP: Edições Loyola, 2010.

primeiro lugar, a apropriação da terra. Destaca-se que esse processo é realizado com o discurso de substituir combustíveis fósseis por energia limpa e de oferecer segurança energética.

Com relação à situação brasileira, conforme Maurício (2023), ao mesmo tempo que o Estado e as empresas capitalistas de energia destacam os parques eólicos como solução para a crise climática, eles ocultam a concentração de terras que lhes permitiria a expansão no Nordeste brasileiro. “O sucesso da expansão da geração da energia eólica na região durante as primeiras décadas do século XXI é parte da tendência mundial de ‘*green grabbing*’ observada no Sul global, pois a territorialização de parques eólicos tem ocorrido por meio da expropriação dos povos do campo” (Maurício, 2023, p. 76- 77). O termo “*green grabbing*” (Fairhead; Leach; Scoones, 2012) remete à apropriação de terras e recursos para fins ambientais como forma de proteção do meio ambiente. Traldi (2019) alerta que, em alguns casos, esse processo se traduz na alienação total da terra ou na reestruturação de regras de acesso e de uso e no gerenciamento de recursos, gerando impactos profundos para as populações locais.

Pensar a relação entre o desenvolvimento socioeconômico preconizado por governos e grupos empresariais e os impactos socioambientais provocados nas comunidades próximas à instalação dos parques eólicos se faz necessário. Sousa (2017), fez um levantamento dos impactos socioambientais negativos:

1. As turbinas eólicas geram impacto visual difícil de mensurar. Os corpos das turbinas apresentam altura próxima de 40 metros, enquanto suas hélices apresentam comprimento entorno de 20 m. Pelas dimensões são notáveis as transformações que a paisagem de uma localidade passa (INATOMI & UDAETA, 2005).
2. Santos & Souza (2016) observam que a evolução nas atividades do segmento eólico vem causando alterações principalmente nos solos, que respondem pela base de toda a existência do setor eólico.
3. Um aspecto levantado por Inatomi & Udaeta (2005) é a circulação padrão do ar. Após a operacionalização das turbinas, o ar é modificado, o que afeta o clima local, chegando a formar microclimas.
4. O impacto sonoro está entre as principais desvantagens da produção de energia eólica. Quando as massas de ar atingem as pás dos aerogeradores provocam um constante, de aproximadamente 43 dB. Para que a população não seja atingida as habitações mais próximas deverão estar a 200 m das usinas (PORTAL ENERGIA, 2015) (Sousa, 2017, p. 187-188)³⁶.

³⁶ Para aprofundamento sobre o assunto, ver: SANTOS, W. A. A. dos; SOUZA, H. C. de. Atuação, monitoramento e análise de processos erosivos no âmbito de parques eólicos: estudo de caso nas regiões litorânea e agreste do Nordeste Brasileiro. **REGNE**, Caicó, v. 2, n. especial, p. 133-142, 2016; REIS, Pedro Gabriel. Vantagens e desvantagens da energia eólica. **Portal Energia**, Viana do Castelo, Portugal, 2015. Disponível em: <https://www.portal-energia.com/vantagens-desvantagens-da-energia-eolica/>. Acesso em: 18 mar. 2024.

Na avaliação de Porto, Finamore e Ferreira (2013), a instalação de parques eólicos pode gerar injustiças ambientais, já que a apropriação de grandes extensões territoriais altera o modo de vida de populações tradicionais, como pescadores artesanais ou comunidades quilombolas, que possuem outras lógicas materiais, econômicas e simbólicas na relação com o território e seus recursos.

e) Hidrogênio verde

A produção do hidrogênio verde, identificado pela sigla H2V, é feita a partir da eletrólise (reação química provocada pela passagem de uma corrente elétrica) da água, sem emissão de gás carbônico. As fontes de energia para a produção do H2V devem ser limpas e renováveis (solar, eólica, biomassa, marés, entre outras). Atualmente, os projetos de hidrogênio verde no Brasil estão atrelados a sua possível exportação, especialmente para a União Europeia:

Neste contexto, os países da América Latina que possuem potencial de geração de energia solar e eólica, chave para a produção e exportação de hidrogênio verde e outros recursos estratégicos, estão enfrentando a crítica daquilo que ativistas e estudiosos/as estão categorizando como “extrativismo verde”. Ou seja, uma lógica que não se diferencia do neoextrativismo a não ser pelos discursos utilizados para garantir a sua legitimação. Retóricas originadas no Norte Global buscam relacionar certas tecnologias, a serem implementadas em territórios do Sul Global, com a perspectiva de solução da crise climática (Furtado; Paim, 2024, p. 10).

Sob a perspectiva das comunidades atingidas pela instalação de infraestruturas energéticas, como os grandes parques eólicos em terra (*onshore*) ou no mar (*offshore*), a partir dos quais se pode produzir “hidrogênio verde”, os impactos causados questionam o próprio conceito de energia renovável. Há implicações socioambientais graves causadas pelos processos de instalação, privatização de territórios, danos a biodiversidade, etc. “A perspectiva crítica dos grupos atingidos questiona o entendimento da energia como recurso natural explorável, dissociado das relações sociais envolvidas em sua produção, em seu uso, na distribuição e manejo de seus efeitos” (Furtado; Paim, 2024, p. 4).

Ante as soluções do capital para a crise climática, sob a lógica da manutenção da exploração ambiental, existem propostas que ampliam a compreensão dos problemas sistêmicos atuais e propõem alternativas para novas formas de viver o mundo, a partir da diversidade e do respeito ao planeta.

3.3.2 Alternativas transformadoras

Para Gudynas (2016), as transições pós-extrativistas devem atender a duas condições indispensáveis: erradicar a pobreza e impedir novas perdas de biodiversidade. As transições para sair do extrativismo depredador devem superar vários obstáculos. Apesar de estarem enraizadas nas ideologias de modernidade e de progresso, insistir no modelo de desenvolvimento convencional, baseado no alto consumo de matéria-prima e energia e grande destruição ambiental, não tem futuro. “Deixa de ter sentido, então, a clássica ideia de uma relação direta e mecânica entre crescimento econômico e bem-estar social: o PIB perde seu status de indicador privilegiado” (Gudynas, 2016, p. 190).

Svampa (2019) nos diz que pensar a transição e a saída para a crise sistêmica atual abrange não apenas o neoextrativismo dominante, mas também os padrões de circulação e de consumo dominantes para desenvolver alternativas abrangentes e sistêmicas. Para a autora, sobre a perspectiva latino-americana, a transição deve partir de novas formas de habitar o território, centrados no comum,

[...] algumas das quais encontradas em formação, outras em vigor, no calor das lutas sociais e da resistência que assumem um caráter anticapitalista. Estas novas formas de habitar são acompanhadas por uma narrativa político-ambiental, associada a conceitos como bem-viver, direitos da natureza, bens comuns, pós-desenvolvimento, ética do cuidado, entre outros. Todos esses conceitos apoiam-se na defesa do comum, que hoje aparece como uma das chaves na busca de um novo paradigma emancipatório, na gramática antagonista dos movimentos sociais, tanto nos países centrais, onde se define hoje a luta em defesa do comum contra políticas de ajuste e privatização (neoliberalismo) e contra a expansão das energias extremas, como nos países periféricos, onde isso é definido, acima de tudo, contra as diferentes e múltiplas formas do neoextrativismo desenvolvimentista (Svampa, 2019, p. 113).

Assim, trazer as contribuições do sociólogo Enrique Leff para a reflexão torna-se essencial. Em um momento em que as evidências científicas sobre a crise socioambiental começam a se tornar evidências práticas que se integram na realidade cotidiana de diversos povos, os esforços em torno de uma racionalidade ambiental em detrimento do imperativo da racionalidade capitalista parecem urgentes.

A racionalidade ambiental seria uma nova ética, embasada em princípios de uma vida democrática, com valores e identidades culturais que sejam capazes de mobilizar e reorganizar a sociedade, de modo que haja uma transformação das estruturas do poder (Leff, 2001). “Na consciência ambiental são gerados novos princípios, valores e conceitos para uma nova

racionalidade produtiva e social, e projetos alternativos de civilização, de vida de desenvolvimento” (Leff, 2001, p. 151).

A complexidade ambiental extrapola o campo das relações de interdisciplinaridade entre paradigmas científicos para um diálogo de saberes, que implica um diálogo entre seres diferentes. A interdisciplinaridade se estabelece no terreno de uma ciência que se tem fragmentado, à época que tem objetivado todas as disposições do ser; sobre a base da construção de uma racionalidade social que, além de compreender sua configuração na modernidade, estabeleceu a norma pela qual deveria se ajustar o mundo (Leff, 2009, p. 22).

A ideia de um saber ambiental, apresentada por Leff, conversa com os estudos do pesquisador francês Edgar Morin acerca de uma ciência que consiga religar os distintos saberes fracionados pelo pensamento cartesiano:

[...] o pensamento complexo tenta dar conta daquilo que os tipos de pensamento mutilante se desfazem, excluindo o que eu chamo de simplificadores e por isso ele luta, não contra a incompletude, mas contra a mutilação. Por exemplo, se tentamos pensar no fato de que somos seres ao mesmo tempo físicos, biológicos, sociais, culturais, psíquicos e espirituais, é evidente que a complexidade é aquilo que tenta conceber a articulação, a identidade e a diferença de todos esses aspectos, enquanto o pensamento simplificante separa esses diferentes aspectos, ou unifica-os por uma redução mutilante. Portanto, nesse sentido, é evidente que a ambição da complexidade é prestar contas das articulações despedaçadas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento. De fato, a aspiração à complexidade tende para o conhecimento multidimensional (Morin, 2007, p. 176-177).

A solução para a atual crise ambiental atual passa, assim, por mudanças estruturais nas relações sociais, políticas e econômicas dominantes. Para as transformações que se fazem necessárias, o caminho apontado por Leff seria o de uma racionalidade ambiental aplicada aos processos produtivos que compreenda e englobe a complexibilidade intrínseca aos processos naturais.

Em linha semelhante, Ferdinand (2022) propõe a Ecologia Decolonial como crítica às colonizações históricas e contemporâneas. Para o autor, a relação colonial não se reduz a uma relação entre grupos humanos, mas compreende as relações específicas com os não humanos, paisagens e terras.

A crise climática e ambiental coloca em xeque a noção dominante de progresso e a noção de que as futuras gerações viveriam em um mundo mais rico. Ela inverte a perspectiva e oferece um tempo profundo de mudança em cascata, abrindo a possibilidade de um futuro

desconhecido. Sobre o enfrentamento da crise climática, Wallace-Wells (2019) nos fala que já imaginamos e desenvolvemos soluções, o que não foi descoberto ainda é a vontade política, a forma econômica e a mudança cultural para efetivá-las. Algo que exige a revisão dos sistemas mundiais que respondem pelo transporte, pela alimentação, pela infraestrutura, por exemplo.

É nesse contexto das discussões pós-desenvolvimentistas que se multiplicam esforços para pensar o mundo de forma plural e diversa, superando, inclusive, a base conceitual das práticas, das instituições e dos discursos do desenvolvimento. A seguir, elenco algumas formas que propõem rupturas com a visão antropocêntrica dominante de pensar o mundo e as relações.

a) Decrescimento

Nas sociedades orientadas pelo crescimento, o não crescimento significa recessões econômicas insustentáveis, explosão da miséria, agravamento de políticas produtivistas e extrativistas e a instabilidade democrática (Azam, 2019, p. 67). Reflexo do momento enfrentado atualmente no Ocidente.

De fato, superar o modelo hegemônico atual sob a lógica do desenvolvimento de base produtivista, insistindo na separação do ser humano com a natureza, como se o homem fosse externo ou acima dela, é o grande desafio. Corroboram com esse pensamento Acosta e Brand (2018):

Os efeitos sociais do crescimento são avaliados detalhada e diversamente. Trazem consigo riscos e problemas à política em geral e à política da paz, riscos ecológicos e socioeconômicos, mas também individuais e psíquicos, impactando diretamente a vida de cada ser humano. Tais problemas e riscos são considerados os causadores da atual crise econômico-financeira e ecológica, de conflitos violentos e, inclusive, de guerras – ou invasões – provocadas pela disputa de recursos naturais e matérias-primas. A pressão pela redução de direitos trabalhistas e a polarização social são outras consequências negativas de se compreender o “desenvolvimento” apenas como crescimento econômico (Acosta; Brand, 2018, p. 68).

O decrescimento é uma proposta alternativa que ganha vigor nas últimas duas décadas. De modo geral, o decrescimento questiona a hegemonia do crescimento econômico e prega uma redução redistributiva e democraticamente gerida da produção e do consumo nos países industrializados, como forma de alcançar a sustentabilidade ambiental, a justiça social e o bem-estar (Demaria; Latouche, 2019).

O termo “*desroscante*” (palavra francesa para decrescimento) foi usado pela primeira vez pelo intelectual francês André Gorz, em 1972. Posteriormente, outros autores franceses

usaram o termo na esteira do relatório *The limits to growth* (Meadows *et al.*, 1972), que questionava os fundamentos da sociedade industrial com base nos limites biofísicos do planeta e no aumento exponencial da população e propunha uma política de crescimento zero. Nicholas Georgescu-Roegen, que inspirou Gorz, foi o pioneiro intelectual da economia ecológica e da bioeconomia. Ele apresentou a abordagem que subordina a economia aos limites geofísicos – o crescimento econômico é insustentável pela irreversibilidade da transformação de energia em matéria. Em 1971, publicou sua obra *Entropy law and the economic process*.

Outros estudos e propostas semelhantes surgiram; contudo, a discussão sobre o tema foi revigorada a partir dos anos 2000. Na primeira fase do debate sobre o decrescimento, na década de 1970, a ênfase estava nos limites dos recursos. Na segunda fase, a discussão foi voltada para a crítica ao “desenvolvimento sustentável”.

O decrescimento é associado à ideia de que o pequeno pode ser bonito (Demaria; Latouche, 2019). Ou seja, numa sociedade em decrescimento, constrói-se um projeto onde outros mundos são possíveis, com novas atividades, formas e utilizações da energia, relações, papéis de gênero, distribuição do tempo entre trabalho remunerado e não remunerado e relações com o mundo não humano:

Por um lado, o decrescimento implica, certamente, a redução do metabolismo social (desempenho energético e material da economia), algo essencial para fazer face às atuais restrições biofísicas (em termos de recursos naturais e da capacidade de assimilação do ecossistema). Por outro lado, o decrescimento é uma tentativa de contestar a onnipresença das relações de mercado na sociedade e de substituir os pilares do imaginário social, hoje baseado no crescimento, pelo conceito de abundância frugal. É também um apelo a uma democracia mais profunda, aplicada a questões que estão fora da esfera democrática atual, como é o caso da tecnologia. Finalmente, o decrescimento implica uma redistribuição equitativa da riqueza, tanto dentro como entre o Norte e o Sul globais, bem como entre as gerações presentes e futuras (Demaria; Latouche, 2019, p. 204-205, tradução própria).

Azam (2019) pontua, no entanto, que o decrescimento deve ser iniciado no Norte global, onde foram inventados os imaginários de crescimento ilimitado como condição para o bem-estar e a justiça. É lá que políticas de redistribuição de riqueza devem ser promovidas. Nas sociedades do Sul, onde a pegada ecológica é baixa e as necessidades básicas ainda não foram cobertas para toda a população, o decrescimento é uma tomada de consciência para romper com a dominação econômica vigente.

b) Desglobalização

A globalização, em sua versão atual, teve início no final dos anos 1970, com o neoliberalismo e o Consenso de Washington. A ideologia que permeia a globalização é baseada na centralidade do mercado, que para exercer sua plena função precisa da remoção dos entraves para o livre fluxo de mercadorias, serviços e capitais e de um Estado com papel limitado em níveis social, produtivo, comercial, financeiro e ambiental (Solón, 2019b). Assim, no sistema neoliberal, os cidadãos deixam de existir em detrimento de consumidores, sendo o progresso associado ao consumo e ao aumento da produtividade:

O neoliberalismo não é coerente com seus próprios postulados. Em relação aos direitos de propriedade intelectual, por exemplo, promove um regime protecionista das patentes controladas por grandes empresas. Nos investimentos, favorece estrangeiros em detrimento dos empresários nacionais. E, em termos de livre-circulação, concentra-se somente às mercadorias e aos capitais, abandonando à própria sorte pessoas e a força de trabalho. Deixar de lado o livre-trânsito das pessoas é a prova mais contundente de que a globalização neoliberal não persegue uma integração em favor do humano (Solón, 2019b, p. 179).

Solón (2019b) destaca ainda que as medidas adotadas pelos governos progressistas da América Latina seguiram a lógica neoliberal da modernidade baseada no consumo e reforçaram o extrativismo. A desglobalização é outra proposta, que tem como cerne a promoção de novas formas de integração mundial e regional que preservem e permitam o florescimento da vida (Solón, 2019b). Ela tem múltiplas dimensões além da econômica e comercial, como política, sociocultural, de gênero e ambiental. Um dos aspectos importantes da desglobalização é a desfronteirização, com a livre-circulação de pessoas. A descarbonização da economia também é outra proposta como saída para frear o desmatamento e a destruição da biodiversidade. Na prática, a desglobalização compreende a sociobiodiversidade, incentiva uma integração que respeita e promove visões plurais e formas de autodeterminação.

Além do mais, a desglobalização também prevê a tomada do poder estatal e sua transformação por meio da real participação popular na construção de sua própria realidade. “As mudanças locais e nacionais devem confluir até novos e mais amplos processos de integração, baseados na complementariedade, e não no mercado. Afinal, a única forma de um país avançar na construção de um modelo alternativo é na aliança com outras nações” (Solón, 2019b, p. 192).

Destaca-se que a proposta de desglobalização não deve ser compreendida com a emergência dos nacionalismos neoliberais, que tentam remodelar a globalização em prol de seus próprios interesses.

c) Buen Vivir

O Buen Vivir é um conjunto de perspectivas, provenientes das tradições indígenas andinas, que compartilham questionamentos acerca do desenvolvimentismo e de outros aspectos da modernidade ocidental. Acosta (2016) fala que constitui uma categoria central da filosofia de vida das sociedades indígenas e que está em constante construção e reprodução. É uma visão que tem suas raízes comunitárias e que rompe com as lógicas antropocêntricas do capitalismo e dos diversos socialismos existentes até agora. Em suma, propõe uma mudança da civilização:

O Buen Vivir não é uma originalidade nem uma novidade dos processos políticos do início do século XXI nos países andinos. Nem é uma espécie de superstição ou poção mágica para todos os males do mundo. O Buen Vivir é parte de uma grande busca de alternativas de vida forjadas no calor das lutas da humanidade pela emancipação e pela vida (Acosta, 2016, p. 208).

O surgimento do conceito Buen Vivir, em sua teorização, surgiu entre o final do século passado e início deste. De acordo com Solón (2019a), se não tivessem acontecido a imposição do neoliberalismo e o Consenso de Washington, com seus desdobramentos como privatizações e mercantilização da natureza, os *suma qamaña*, dos Aimará, e os *sumak kawsay*, dos Quéchuas, talvez não tivessem dado origem aos conceitos do Buen Vivir. O que ocorreu foi um processo de revalorização e reaprendizagem de práticas e visões indígenas. “A luta indígena em defesa dos territórios provocou não só solidariedade, mas despertou interesse por compreender essa visão autogestionária” (Solón, 2019a, p. 20). O Buen Vivir não se trata de um conjunto de receitas culturais, sociais e ambientais, mas uma complexa visão que “abarca desde uma concepção filosófica do tempo e do espaço até uma cosmovisão sobre a relação entre os seres humanos e a natureza” (Solón, 2019a, p. 23).

Acosta (2016) complementa que o significado de Buen Vivir não pode ser simplesmente associado à interpretação de bem-estar ocidental, mas que sua compreensão passa pelo diálogo permanente entre conhecimentos ancestrais com o pensamento universal, que está em sintonia

com a construção de um mundo harmônico, em um processo de contínua descolonização da sociedade. Na sociedade indígena, existe amplo tecido social com relações baseadas na reciprocidade, na solidariedade e na correspondência, enraizadas nos costumes e nas práticas cotidianas. O indivíduo está ligado ao ambiente social. E a comunidade, com todos os seus indivíduos, está em estreita relação com a natureza.

Ainda, conforme Solón, o Buen Vivir, como conceito, ainda não havia chegado à maioria quando ganhou nova fase de ascensão nos governos de Evo Morales, na Bolívia (2006), e de Rafael Correa, no Equador (2007). Ambos os governos instituíram o Buen Vivir em suas Constituições, fazendo parte dos discursos e das políticas nacionais. Ocorre que, na prática, mais de uma década depois, “o Bem Viver como paradigma está em crise porque perdeu credibilidade social. No entanto, sua essência resiste e ainda nutre processos de reflexão em todo o mundo” (Solón, 2019a, p. 22).

Um aspecto importante na reflexão sobre o Buen Vivir é não o restringir aos espaços rurais, mas avançar a filosofia para os espaços urbanos, descolados atualmente de princípios solidários e de respeito ao meio ambiente. A tarefa de pensar o Buen Vivir a partir das cidades, como diz Acosta (2016), passa por redesenhá-las e reorganizá-las simultaneamente com a construção de outras relações com o mundo rural.

O capítulo a seguir aborda a importância da função social do jornalismo e permeia aspectos da construção do discurso jornalístico. Na sequência, são apontadas as características, as particularidades e as ideologias que compõem o Jornalismo Ambiental e o Jornalismo Econômico.

4 JORNALISMO

Embora o campo jornalístico possua especializações, nenhuma delas deveria se furtar de seguir a finalidade do jornalismo, conforme conceituam Kovach e Rosentiel (2004, p. 31), que é “fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar”. Para os autores, a partir dessa finalidade, é difícil “separar o conceito do jornalismo do conceito de criação de comunidade” e, avançando, da própria democracia (Kovach; Rosentiel, 2004, p. 31).

Reginato (2020) considera que as finalidades do jornalismo são o eixo definidor de uma atividade que tem um compromisso ético e um papel social a desempenhar e que não pode ser substituída por outra instituição. Em pesquisa desenvolvida para a tese de doutorado, Reginato (2016), propõe que o jornalismo tenha 12 finalidades a cumprir na sociedade: a) informar de modo qualificado; b) investigar; c) verificar a veracidade das informações; d) interpretar e analisar a realidade; e) fazer a mediação entre os fatos e o leitor; f) selecionar o que é relevante; g) registrar a história e construir memória; h) ajudar a entender o mundo contemporâneo; i) integrar e mobilizar as pessoas; j) defender o cidadão; k) fiscalizar o poder e fortalecer a democracia; l) esclarecer o cidadão e apresentar a pluralidade da sociedade.

Para a pesquisadora, a finalidade informar de modo qualificado é essencial para que as demais finalidades sejam cumpridas e é o princípio básico na diferenciação entre informação e informação jornalística. “Para ser qualificada, a informação deve ser: verificada, relevante, contextualizada, plural e envolvente” (Reginato, 2020, p. 47).

É o cumprimento das finalidades do jornalismo – no caso a de informar de modo qualificado – que singulariza o jornalismo enquanto gênero discursivo e que permite ao leitor dizer: isto não é propaganda, não é ficção, não é romance. Se não cumpri-las, o jornalismo corre o risco de perder leitores, de perder qualidade, de perder o que o singulariza enquanto gênero discursivo. Corre o risco de, em última análise, deixar de ser jornalismo (Reginato, 2020, p. 51).

Para Benetti (2007), o jornalismo é compreendido como um lugar de circulação e produção de sentidos. Ele constrói sentidos sobre a realidade que se dá em um processo de contínua e mútua interferência. Entendendo a notícia como construção social, a autora elenca seis condições de produção: a) a realidade, ou os aspectos manifestos dos acontecimentos; b) os constrangimentos impostos aos jornalistas no sistema organizacional; c) as narrativas que orientam o que os jornalistas escrevem; d) as rotinas que determinam o trabalho; e) os valores-

notícia dos jornalistas; f) as identidades das fontes de informação utilizadas e seus interesses. “De forma sucinta, o jornalismo é um discurso: a) dialógico; b) polifônico; c) opaco; d) ao mesmo tempo, efeito e produtor de sentidos; e) elaborado segundo condições de produção e rotinas particulares” (Benetti, 2007 p. 107).

Ao perceber que não podemos não estar sujeitos à linguagem e que não há neutralidade, o entendimento de que a notícia é o relato dos fatos e a descrição do real se torna difuso. Haja vista que problematizar a existência do real, como fala Berger (1997, p. 18), é difícil para um jornalista, uma vez que, para ele, “a construção discursiva que preenche espaço nos jornais, e tempos no rádio e na televisão tem sempre uma referência efetivamente acontecida”. Os acontecimentos, enquanto notícias, são interpretados dentro de enquadramentos que derivam, em parte, de uma noção de consenso enquanto característica básica da vida cotidiana. São elaborados mediante uma variedade de explicações, imagens e discursos que articulam o que o público supõe pensar e saber sobre a sociedade (Hall *et al.*, 1993).

Além disso, o discurso jornalístico carrega em si uma memória própria de instituição, que atua como um filtro na significação das notícias. Esse modo de produção tem regras e critérios de noticiabilidades que o constituem, resultado de

[...] longos processos históricos durante os quais ocorre a sedimentação de determinados sentidos, concomitantemente à legitimação de práticas ou condutas sociais. São práticas discursivas e não discursivas que se legitimam e institucionalizam, ao mesmo tempo em que produz um desligamento entre tal processo histórico-discursivo de constituição da instituição e sua instituição como “objeto” de análise (Mariani, 1998, p. 71).

Marcondes Filho (1989) complementa esta visão, na medida em que considera a notícia como a informação convertida em mercadoria, pois é o resultado de um processo complexo iniciado na escolha e na seleção de acontecimentos e tópicos de um conjunto de categoria social construída:

Notícia é a informação transformada em mercadoria com todos os seus apelos estéticos, emocionais e sensacionais; para isso a informação sofre um tratamento que a adapta às normas mercadológicas de generalização, padronização, simplificação e negação do subjetivismo. Além do mais, ela é um meio de manipulação ideológica de grupos de poder social e uma forma de poder político. Ela pertence, portanto, ao jogo de forças da sociedade e só é compreensível por meio de sua lógica. Essa lógica supõe três dimensões que abordarei neste trabalho: *a)* a inserção da notícia como fator de sobrevivência econômica (infra-estrutural, portanto) do veículo (como mercadoria), *b)* como veiculador ideológico; e *c)* como estabilizador político (Marcondes Filho, 1989, p. 13).

Nesse sentido, seguem válidos os apontamentos de Bourdieu (1997), considerando o jornalismo como campo de autonomia incompleta, que embora possua suas próprias regras, sofre influência de campos diversos:

O campo jornalístico impõe sobre os diferentes campos de produção cultural um conjunto de efeitos que estão ligados, em sua forma e eficácia, à sua estrutura própria, isto é, à distribuição dos diferentes jornais e jornalistas segundo sua autonomia com relação às forças externas, as do mercado dos leitores e as do mercado dos anunciantes (Bourdieu, 1997, p. 102).

Os estudos de Schwaab e Zamin consideram o discurso jornalístico como formador de redes interdiscursivas, por meio de retomadas, réplicas, atualizações e deslocamentos de outros tantos “já-ditos”, de dizeres oriundos de variados campos. Dessa forma, a significação de um discurso decorre da correspondência de um dizer “em relação ao que não se diz, ao que se disse em outro lugar, ao lugar social do qual se diz e para quem se diz” (Schwaab; Zamin, 2014, p. 58).

Stuart Hall *et al.* (1993) afirmam que fatores como a pressão do tempo, a rotina de trabalho nas redações e os ideais de imparcialidade e objetividade imbuídos na cultura jornalística se combinam para que os *media* recorram, frequentemente, a fontes institucionalizadas privilegiadas e credíveis (os chamados definidores primários). No processo de produção jornalística, as fontes são essenciais. Essas fontes podem ser: técnicos e especialistas, que explicam o assunto; informantes, que contam o que está acontecendo; personagens da notícia, diretamente envolvidos nos fatos; e analistas que ajudam a interpretar e analisar os fatos. Quem, em última instância, confere ao interlocutor o status de fonte, portanto, é o jornalista.

Leal e Carvalho (2015) refletem sobre essa dinâmica do fazer jornalístico e consideram que seria mais coerente a substituição do termo “fonte” por “agente”, uma vez que “fonte” não problematiza o processo de obtenção de informações e sua complexidade. Para os autores, fonte sugere a ideia de uma informação a ser ofertada naturalmente e que simplesmente é “recolhida” pelos jornalistas: “[...] sugere-se que agentes são pessoas e/ou instituições presentes nos processos e narrativas jornalísticas sobre acontecimentos diversos a partir da dinâmica de disputas de sentido em torno do que (e como) é narrado, propondo pontos de vista que revelam visões sociais de mundo diversas” (Leal; Carvalho, 2015, p. 617).

Pode-se dizer que tais fontes ou agentes constituem as ideologias dominantes, uma vez que são reproduzidas pela mídia as visões de quem tem acesso privilegiado a elas. Não é somente o Estado que legitima as instâncias de poder, mas também os discursos especializados produzidos nos âmbitos jurídicos, biomédicos, psicológicos, econômicos, políticos, etc., que, no que diz respeito aos comportamentos sociais, altamente privilegiados nos discursos noticiosos, prevalecem como verdades e igualmente estão orientando as normatividades (Veiga, 2010, p. 39).

Berger (1996) compreende o discurso jornalístico pelo poder de constituir e não descrever aquilo que está representando. “Para trabalhar o jornalismo, esta perspectiva é determinante, pois deixa de reivindicar a imparcialidade ou a neutralidade na passagem do acontecido para o editado e reconhece a notícia como processo de construção de um acontecimento pela linguagem” (Berger, 1996, p. 189).

Como o objetivo desta pesquisa é compreender como se dá a construção de sentidos sobre meio ambiente dentro de uma editoria que se intitula ESG (ambiental, social e governança), interessa a avaliação de Winch (2017, p. 113):

[...] no discurso jornalístico, a questão do clima ganha contornos e angulações específicas, variando conforme o tipo de veículo, o sujeito-leitor imaginado, a pauta, além de aspectos mais amplos da conjuntura social em que determinado dizer é construído. [...] A construção de dizeres jornalísticos acerca da alteração do clima sempre se ancora num conjunto de condições de produção, na qual se congregam tanto os valores e constrangimentos de cada veículo, como também elementos de um contexto macrossocial e ideológico – para além dos aspectos internos das organizações de mídia.

4.1 JORNALISMO AMBIENTAL

A racionalidade e o saber ambiental e o pensamento complexo são conceitos que compõem a prática do Jornalismo Ambiental. Conforme Girardi *et al.* (2012) o Jornalismo Ambiental ultrapassa os princípios do Jornalismo Científico ao se propor sistêmico e complexo, fundamentado em uma ética ambiental, compreendendo que o ambiental, em sua transversalidade, esteja inter-relacionado às demais editorias.

O Jornalismo Ambiental compreende um espaço diferenciado no campo jornalístico. Sorhuet Gelós (2008) diz que se trata da mais ampla e completa das especializações jornalísticas, em função de destinar igual ênfase às questões científicas, políticas, sociais, econômicas, culturais, ambientais e éticas.

A trajetória do Jornalismo Ambiental como especialidade se dá a partir de 1970, ainda muito relacionado ao Jornalismo Científico, em um período de crescimento de preocupações ecológicas, demarcado por alguns marcos globais como a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (Suécia, 1972). No Brasil, o Jornalismo Ambiental desenvolve-se a partir da década de 1980, consolidando-se no início dos anos 1990, a partir dos movimentos ecologistas, compartilhando de uma posição ativista e comprometida com o cuidado ambiental. Dois momentos foram importantes para a definição dos princípios éticos para a cobertura de temas ambientais, conforme Belmonte (2017): a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92) e o Encontro Internacional de Imprensa, Meio Ambiente e Desenvolvimento (Green Press).

Como pontuam Colatto e Ijuim (2022, p. 210-211), o Brasil, país com a maior biodiversidade do mundo, “ainda possui uma imprensa comercial que vê as pautas ambientais como secundárias, tangenciais ou apenas merecedoras de destaque quando repercutidas internacionalmente – geralmente em razão de alguma catástrofe ou ineficiência da gestão privada ou pública”.

Na mesma direção, a promoção de notícias ambientais por meio de eventos específicos, e contextos fragmentados, não permitem que a complexidade e as interconexões do tema sejam compreendidas pelo público. Ou seja, não contribuem para uma percepção integral da problemática ambiental que seja capaz de resultar em uma mobilização social que reivindique mudanças (Campos, 2006).

Talvez a resposta para o comportamento dos veículos hegemônicos, com relação às pautas ambientais, mesmo em um contexto de emergência climática, passe pela manutenção do pensamento cristalizado na racionalidade econômica:

A concepção do que é jornalismo e natureza ou meio ambiente também influencia a prática profissional. Para Ricardo Arnt (1994), a principal dificuldade para começar a tratar dos temas ambientais na imprensa brasileira foi a presença entre os proprietários e editores dos principais veículos jornalísticos de uma ideologia pró-modernização de qualquer maneira. Por isso, segundo o autor, era preciso passar a abordar o meio ambiente de uma perspectiva menos exótica (biocêntrica) e mais econômica (antropocêntrica). “Para o ambientalismo crescer na política brasileira, vai ter que se apossar dessa coisa de recursos naturais e agendá-las numa perspectiva modernizante” (Girardi *et al.*, 2020, p. 283).

A maioria das áreas de investigação em Jornalismo Ambiental reforça a crítica a respeito de uma cobertura da mídia que se concentra em crises e catástrofes, oferecendo ao público uma

perspectiva orientada por eventos. “A mensagem geralmente divulgada pelos meios de comunicação social visa episódios isolados, e não uma análise dos fenômenos inter-relacionados que concorrem para gerar questões ambientais” (Holanda; Kääpä; Costa, 2022, p. 9).

Conforme indicam Loose e Girardi (2021), para que o Jornalismo Ambiental consiga exercer seu papel, é preciso decolonizar a prática, rompendo com a lógica hegemônica do pensamento científico binário e cartesiano, que fragmenta os conhecimentos. Ainda, sustentam Girardi *et al.* (2012, p. 147), “em Jornalismo Ambiental tudo é informação, incluindo o próprio ambiente, o espaço e as diferentes manifestações que abriga”. Demanda uma práxis que vá além da cobertura de assuntos centrados em meio ambiente, incorporando aspectos como a visão sistêmica e a pluralidade de vozes com vistas à superação da cobertura factual ou programada (Girardi *et al.*, 2012, p. 137).

Contribuem com essa visão as considerações de Bueno (2007), segundo as quais o Jornalismo Ambiental se insere em uma lógica própria, assim como o saber ambiental:

[...] o Jornalismo Ambiental não é propriedade dos que detêm o monopólio da fala, mas deve estar, umbilicalmente, sintonizado com o pluralismo e a diversidade. As fontes no Jornalismo Ambiental devem ser todos nós e sua missão será sempre compatibilizar visões, experiências e conhecimentos que possam contribuir para a relação sadia e duradoura entre o homem (e suas realizações) e o meio ambiente (Bueno, 2007, p. 36).

O autor indica que o Jornalismo Ambiental possui funções delimitadas: a informativa, levar ao cidadão o conhecimento de fatos sobre práticas e acontecimentos que afetam o ambiente e a saúde da população; a pedagógica, promoção de atitudes sustentáveis; e a função política, mobilização da sociedade para a sustentabilidade, também cobrando do governo e dos setores industrial e empresarial o cumprimento da legislação ambiental.

Bueno (2007) reforça o caráter multidisciplinar do Jornalismo Ambiental, que extrapola os limites dos cadernos e das editoriais, dado que a fragmentação característica do sistema de produção jornalística fragiliza a cobertura de temas ambientais. O autor destaca as diferenças entre outras especialidades do campo:

O jornalismo ambiental anseia por um conceito que extrapole o do jornalismo científico tradicional (comprometido com uma parcela significativa da comunidade científica que tem privilegiado a continuidade das suas pesquisas, sem contextualizar as suas repercussões), *que não se confunda, em nenhuma hipótese, com o jornalismo econômico (impregnado pelo canto de sereia do modelo agroexportador, da*

revolução tecnológica a qualquer preço e da apologia das aplicações rentáveis do capital financeiro) e que não se apoie em um jornalismo cultural, quase sempre tipificado pelo diálogo surdo das elites (Bueno, 2007, p. 36, grifo nosso).

De fato, o Jornalismo Ambiental possui uma ética diferenciada, ao abarcar o engajamento social e político, prática reprimida no jornalismo dito “tradicional” e “objetivo”. O Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS), pioneiro no Brasil, que atua há quinze anos contribuindo para os avanços na pesquisa acadêmica sobre as interfaces entre jornalismo e meio ambiente, fez uma síntese dos pressupostos epistemológicos da prática do Jornalismo Ambiental. São eles:

1. Ênfase na contextualização – a expectativa de superar a fragmentação e a descontinuidade; destaque para uma contextualização ampla, profunda e crítica (tecendo relações de causas e consequências) e a perspectiva sistêmica.
2. Pluralidade de vozes – as notícias deveriam representar a pluralidade de vozes que estão envolvidas com a questão, inclusive aqueles que não detêm legitimidade científica, empresarial ou política.
3. Assimilação do saber ambiental – a compreensão disto propõe novos valores e uma nova consciência para a prática jornalística a partir de um olhar ambiental.
4. Cobertura próxima à realidade do leitor – trazer as questões ambientais para perto do cotidiano dos leitores e interconexão entre as escalas.
5. Comprometimento com a qualificação da informação – envolve engajamento e militância como atitudes críticas em defesa da sustentabilidade da vida.
6. Responsabilidade com a mudança de pensamento – o JA assume seu papel de contribuir para mudar o pensamento.
7. Incorporação do princípio da precaução – amplia o tempo de ação do jornalismo, orientando-o para o futuro na tentativa de alertar e evitar consequências negativas (Girardi *et al.* 2020, p. 284-285).

O tema da mudança climática, muitas vezes, fica restrito à discussão dos especialistas e isso se deve à própria complexidade do assunto (Loose, 2016). O discurso jornalístico sobre a problemática do clima é atravessado por ações de diversos campos – científico, econômico, político e ambiental, são alguns exemplos – que buscam legitimar seus argumentos e posições. Conforme ressalta Loose (2019),

Ainda que as notícias não sejam os únicos elementos que forjam as percepções de riscos, elas são um elemento importante, especialmente quando não experienciamos as situações. No caso das mudanças do clima, como os riscos climáticos são invisíveis e impactam diferentes lugares de forma aleatória, a representação da mídia se faz mais relevante para constituição da percepção. Ainda segundo Loose (2016, p. 417), o jornalismo, “[...] por meio de sua visibilidade, estaria permitindo que um grande número de pessoas tivesse acesso à informação, considerada por muitos pesquisadores como o primeiro passo para o exercício da cidadania efetiva” (Loose, 2019, p. 75).

Contudo, a pesquisadora destaca que a cobertura da imprensa sobre o tema nem sempre tem cumprido com responsabilidade seu papel de qualificar o debate público e influenciar de

forma propositiva a percepção dos cidadãos. O jornalismo, dessa forma, precisa extrapolar a reação aos fatos e contribuir com informações qualificadas e que apontem caminhos para o enfrentamento da emergência climática.

A cobertura ambiental no Brasil, realizada por veículos hegemônicos, deixou de ser realizada por editorias especializadas, conforme aponta Vieira (2023). O autor conta que, no Brasil, jornais como *O Estado de S. Paulo*, a *Folha de S. Paulo* e *O Globo* acabaram com as suas editorias de meio ambiente. Contudo, com a ascensão do ESG no meio empresarial, os jornais voltaram a cobrir com destaque a pauta socioambiental, porém, com o viés comercial:

[...] recentemente, os três jornais voltaram a destacar a cobertura socioambiental, só que, desta vez, com um foco comercial. Incentivadas pelo conceito ESG, do inglês “Environmental, Social and Governance”, empresas têm se mostrado mais propensas a ligar suas marcas ao tema ambiental, o que justifica o patrocínio de espaços como o Planeta em Transe, da Folha, apoiado pela Fundação Open Society, e a editoria de Mudanças Climáticas, do Estadão, que conta com o incentivo do “Rolex, Soluções Ambientais”. As Organizações Globo criaram um espaço chamado Um só planeta, que conta com o apoio de diversas grandes empresas (Vieira, 2023, p. 10).

No jornalismo europeu, a cobertura do tema ESG é de responsabilidade dos jornalistas que cobrem finanças sustentáveis. Strauss (2021) diz que especialistas defendem que as finanças sustentáveis funcionam como uma alavanca na canalização de capital para investimentos sustentáveis que ajudarão a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS) até 2030 e o Acordo de Paris para limitar o aumento da temperatura média global a um nível muito inferior a 2 °C:

Embora não exista um acordo global sobre a definição de Finanças Sustentáveis (FS) no setor financeiro e político, as FS podem geralmente ser entendidas como “qualquer forma de serviço financeiro que integre critérios ambientais, sociais e de governança (ESG) nas decisões comerciais ou de investimento para o benefício duradouro tanto dos clientes como da sociedade em geral” (Swiss Sustainable Finance, 2019). Essa definição bastante curta e vaga deixa, sem dúvida, margem para interpretação e, por conseguinte, também contribuiu para críticas generalizadas relativamente à sua definição (Strauss, 2022, p. 1195, tradução própria).

Em sua pesquisa, a autora destaca que a discussão sobre esse tipo de cobertura carece de consistência e de uma compreensão mais ampliada sobre o papel dos jornalistas em reportar o tema. Strauss (2022) defende que os profissionais desempenhem um papel de fiscais das práticas ESG divulgadas pelas empresas.

A seguir, são apresentadas algumas especificidades do Jornalismo Econômico.

4.2 JORNALISMO ECONÔMICO

O Jornalismo de Economia é uma especialidade particular do campo. Arrese e Vara-Miguel (2016) falam sobre alguns tipos de processos de comunicação particulares, como o da comunicação entre as elites, que ocorre em determinadas áreas especializadas da informação como a política, a econômica, a científica, etc. Estes são domínios em que os meios de comunicação social desempenham um papel especial de mediação entre os decisores:

A comunicação econômica e financeira enquadra-se perfeitamente neste paradigma comunicacional e o jornalismo econômico deve atender às suas peculiaridades. Entende-se nesta perspectiva que muitas vezes se diz que se trata de um jornalismo dominado, “capturado”, por fontes especializadas (financeiras, corporativas, etc.); um jornalismo que segue essencialmente a agenda dos negócios e dos mercados, ignorando outros interesses; que realiza uma cobertura estreitamente definida em seu conteúdo pela necessidade de concentrar-se em informações sensíveis ao mercado e que, na prática, excluem, em vez de incluir, as necessidades e interesses do público em geral. Como consequência, é frequentemente enfatizado que as notícias econômicas tendem a reproduzir as ideias, normas e valores predominantes dos principais atores econômicos, empresariais e financeiros (Arrese; Vara-Miguel, 2016, p. 48, tradução própria).

Kucinski (2000) aponta como características principais do Jornalismo Econômico a escolha do capital e seu processo de acumulação como objeto central de preocupação; o otimismo noticioso; e o descaso com questões estruturais. A escolha do capital e não do homem como sujeito de sua história e objeto de suas preocupações decorre da ideologia de livre mercado em suas várias manifestações. O autor destaca ainda que, nessa especialidade, os ciclos expansivos sempre ganham uma sobrevida e as crises são em geral subestimadas. Destacar as crises seria admitir as disfunções do sistema.

Nelson Traquina (2005) conta que, no século XIX, dois polos dominantes do campo jornalístico moderno foram definidos: o “econômico” ou “comercial”, com a comercialização da imprensa e as notícias sendo transformadas em “mercadoria de um negócio cada vez mais lucrativo” (Traquina, 2005, p. 125), e o “ideológico” ou “intelectual”, que identifica a imprensa “como elemento fundamental da teoria democrática, e o jornalismo é visto como um serviço público em que as notícias são o alimento de que os cidadãos precisam para exercer seus direitos democráticos” (Traquina, 2005, p. 126).

No Brasil, a difusão do jornalismo especializado nessa área, na grande imprensa, está intimamente ligada à reorganização do capitalismo em escala mundial e ao seu desdobramento na economia brasileira a partir da década de 1950. Conforme indica Lene (2006, p. 217),

Como gerador dos discursos sobre o campo econômico, o jornalismo econômico teve um papel importante na campanha neoliberal dos anos 1990 pelo desmonte do Estado social-democrata. Teve e tem uma participação crucial no processo de naturalização da ideologia neoliberal que se fortaleceu, nas últimas décadas do século XX, com o colapso da economia soviética, planificada e estatal, e que sacrifica o princípio da solidariedade social sob o argumento de uma suposta eficiência econômica.

Até o desenvolvimento do moderno Jornalismo Econômico, o mais comum era que os assuntos econômicos estivessem sempre atrelados aos assuntos políticos. A maioria dos autores da literatura específica sobre Jornalismo Econômico ressalta a economia efetivamente relacionada à política. “O que, todavia, não os impede de destacar como a cobertura especializada – e separada – de cada uma dessas áreas, transformadas em editorias próprias, é positiva. Seja para o público que vai consumir as notícias, seja para o jornalismo especializado” (Stumpf, 2020, p. 29).

De acordo com Lene (2006), no Brasil, pode-se dizer que as transformações do Jornalismo Econômico para se adaptar à conjuntura do final do século XX ocorrem em três momentos importantes: passa de um jornalismo que servia ao regime militar e fazia propaganda econômica do governo para um “jornalismo pedagógico” e voltado para os cidadãos nos anos 1980 e, na década seguinte, a serviço da economia virtual e do mercado. De modo geral, a autora destaca que, entre as características dos discursos do Jornalismo Econômico que podem ser observadas, uma das mais marcantes é o constante tratamento de prognósticos como verdades. A cobertura jornalística do campo econômico é muito mais construída em torno de análises, estimativas, especulações, aproximações e pontos de vista sobre cenários futuros de fontes especializadas do que por fatos concretos. A pesquisadora destaca ainda que, na cobertura de economia, as fontes consultadas pelos jornalistas são principalmente as oficiais e os especialistas, no caso, os economistas, operadores de mercado, empresários e profissionais da área de finanças. “Elas disputam o espaço das páginas dos jornais na construção dos discursos sobre o campo econômico e são as vozes que têm mais força – mais visibilidade – nesta cobertura” (Lene, 2006, p. 218).

Dalla Vechia (2014) acrescenta que a teoria do Jornalismo Econômico prega a mesma deontologia do jornalismo em geral: traduzir em linguagem clara e acessível os acontecimentos, agregar dados e fazer relações, ouvir todos os lados. “Porém, na prática – muitas vezes devido

à acelerada da rotina de produção, outras vezes por comodidade ou falta de informação do jornalista – isso nem sempre acontece” (Dalla Vecchia, 2014, p. 226). Por fim, Kucinski (2000) esclarece que o jornalista deve evitar generalizações e tomar cuidado com a validade de suas premissas. O autor reforça que o jornalismo, como gerador dos discursos sobre o campo econômico, serve para informar, mas muitas vezes endossa como verdades anúncios sobre o futuro.

Importante apresentar uma perspectiva sobre o Jornalismo Econômico europeu. Em pesquisa realizada com jornalistas europeus responsáveis pela cobertura da área de finanças sustentáveis de veículos de imprensa, Strauss (2022) aponta que um dos dilemas morais que os repórteres enfrentam é a preocupação de não fornecerem uma plataforma de *greenwashing* ao mercado financeiro. Ao serem inundados com comunicados de imprensa, mensagens de correio eletrônico e anúncios publicitários sobre produtos sustentáveis de atores do mercado financeiro, os jornalistas estão atentos para não se limitarem a noticiar os mais recentes produtos, iniciativas, alianças e promessas financeiras sem uma reflexão crítica.

Outra questão do estudo foi a ocorrência de um certo conflito profissional por parte de alguns dos jornalistas entrevistados, em equilibrar o lado profissional e a sua responsabilidade como membros da sociedade global na luta contra as alterações climáticas:

Alguns jornalistas viram a atual crise climática como uma razão para se tornarem mais alarmistas nas suas reportagens e para encorajar os leitores a tornarem-se mais ativos, particularmente no que diz respeito a finanças sustentáveis. No entanto, de acordo com os seus valores profissionais de objetividade, nenhum dos jornalistas atribuiu a si próprio um papel ativista (Strauss, 2022, p. 1205, tradução própria).

O capítulo a seguir aborda o arcabouço teórico-metodológico que abriga a pesquisa. É sob a lente da Análise do Discurso de filiação francesa, principalmente a partir dos estudos de Michel Pecheux, que a análise é constituída.

5 O DISPOSITIVO TEÓRICO-METODOLÓGICO DA ANÁLISE DO DISCURSO

É nas décadas de 60 e 70 que afloram, na França, importantes discussões em torno do Materialismo Histórico de Althusser, da Linguística Estrutural de Saussure e da Psicanálise, com a releitura feita por Lacan de Freud. É nesse direcionamento que a Análise do Discurso (AD) de filiação francesa se instaura, articulando o Materialismo Histórico, a Linguística e a Psicanálise. Ela tem como autor fundamental o filósofo francês Michel Pêcheux, pesquisador, na época, da École Normale Supérieure (ENS Paris).

O trabalho de Michel Pêcheux proporciona uma compreensão no âmbito da teoria materialista do sentido. Essa disciplina propôs uma nova abordagem, ao passar a considerar o sujeito e a história nos estudos da linguagem (Pêcheux; Fuchs, 1997). O objetivo da AD é a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos. Essa compreensão implica explicitar como o texto organiza gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido (Orlandi, 2015).

Maria Cristina Leandro Ferreira (2020) afirma que o sentido é constituído pela referência às condições de produção dos discursos, ele não existe em si mesmo, tampouco é transparente a relação do sentido com a materialidade. Ele muda em consonância com a formação ideológica de quem o produz, bem como de quem o interpreta.

As condições de produção de realização do discurso incluem o contexto sócio-histórico, ideológico (Orlandi, 2015). A língua se move na relação entre interlocutores, e de acordo com as determinações sociais e históricas. Em Análise do Discurso, as condições de produção envolvem tanto os sujeitos quanto a situação e os modos como a memória é acionada na construção do discurso. Orlandi (2015, p. 24) diz que “não há uma verdade oculta atrás do texto. Há gestos de interpretação que o constituem e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreender”. É importante ressaltar que não deve ser levado em conta apenas o que está presente no texto, mas também o que não está ali. O não-dito produz tantos sentidos quanto o dito. Identificar os sentidos silenciados também integra o discurso.

Assim, “o discurso é um lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/para os sujeitos” (Orlandi, 2015, p. 15). Baldini e Fontana destacam que,

De qualquer maneira, o que permanece como ponto central das relações que Pêcheux procura estabelecer entre Análise de Discurso e outros campos do saber, é o

reconhecimento da materialidade discursiva como ponto em que confluem questões que interessam a diferentes disciplinas. Os conceitos de língua, história, inconsciente e sujeito organizam o projeto de Pêcheux de uma análise histórica dos processos de determinação do sentido (Baldini; Fontana, 2014, p. 8).

As ideologias se materializam no discurso por formações ideológicas (FI) que integram posições de classe e estão ligadas a determinadas formações sociais inseridas na história. As FIs se constituem, então, por uma série de dizeres, práticas, representações que, em consonância com a formação social vigente, instauram posições de classe a partir das relações estabelecidas entre os sujeitos (Orlandi, 2015).

O funcionamento do discurso está diretamente relacionado à ideologia, de modo que “[...] todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes” (Pêcheux, 1975, p. 92). Pêcheux acrescenta que indivíduo é interpelado em sujeito pelo complexo das formações ideológicas, de modo que os sentidos que enuncia se inscrevem em uma formação discursiva (FD). “Chamaremos, então, formação discursiva aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito...” (Pêcheux, 1975, p. 160).

Importante trazer as ideias de Althusser (1985), que ampliou o olhar acerca do Materialismo Histórico. Ele apresenta o conceito de Aparelhos Ideológicos do Estado (AIEs), que representam os lugares onde a classe dominante se realiza, e é a partir daí que ocorre a sua inserção no corpo social. Tais aparelhos correspondem a uma série de instituições distintas que representam os meios pelos quais a classe dominante exercita e mantém o poder. Nesse sistema, a ideologia existente em um dado aparelho ideológico prescreve determinadas práticas materiais regidas por um ritual. Dessa forma, é por intermédio dos AIEs que acontece a luta de classes, ou seja, embates entre as classes capitalista e proletária, a partir das formações ideológicas.

Para Althusser (1985), a ideologia interpela o indivíduo em sujeito, o qual é conduzido a ocupar um lugar em uma classe, e ele a ocupa sem se dar conta e sem a aparente liberdade que acredita ter. É nesse conflito entre as formações ideológicas que ocorre a relação entre ideologia e discurso (Pêcheux; Fuchs, 1997). Nesses termos, em AD, a ideologia possui materialidade constituída por intermédio de práticas sociais, e a interpelação constitui um processo em que o sujeito se identifica com uma posição constituída em uma formação discursiva, determinada por uma formação ideológica, a partir do gesto de atribuir sentidos e constituir-se sujeito numa dada posição.

Entende-se, então, que o que funciona nos processos discursivos são uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Dessa forma, um discurso não implica, necessariamente, uma mera troca de informações entre A e B, mas sim um jogo de “efeitos de sentido” entre os participantes. Os sentidos seriam produzidos por um certo imaginário, que é social e é, por sua vez, resultado das relações entre poder e sentidos (Pêcheux, 1975).

Em cada FD, falhas permitem a circulação de novos saberes que promovem uma constante reconfiguração da formação, o que torna difícil seu fechamento. Ou seja, toda FD é dotada de fronteiras com outras formações discursivas, que permitem a entrada de saberes que não a integravam em determinado momento (Indursky, 2007).

Pêcheux (1975) diz que todas as formações discursivas estão inscritas em um todo complexo e dominante, daí se dá a noção de interdiscurso (memória). É o interdiscurso que determina uma FD, ele armazena todos os dizeres, tudo aquilo que já foi e ainda será objeto do dizer. Aciona-se aqui o significado de memória discursiva como o saber que torna possível todo o dizer e que retorna sob a forma do pré-construído.

Conforme afirma Pêcheux (1975), a forma-sujeito de uma formação discursiva (FD) preenche o lugar do sujeito, que não é, portanto, vazio. Dessa maneira, é por meio da forma-sujeito que o sujeito se inscreve na FD. Outro conceito apresentado pelo autor é a definição de posição-sujeito como a relação de identificação entre o sujeito enunciador e o sujeito do saber (forma-sujeito).

Indursky (2007) fala que a formulação de tomada de posição é contemporânea da noção de interdiscurso. Pêcheux apresenta três diferentes modalidades de desdobramento entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, as chamadas tomadas de posição. Indursky (2005) nos explica o funcionamento das tomadas de posição:

A primeira tomada de posição aponta para uma plena identificação do sujeito do discurso com os saberes da FD que o afeta; ou seja, o sujeito identifica-se plenamente com a FD em que tais saberes estão inscritos. Diria que, neste caso, o sujeito reproduz o conhecimento. A segunda tomada de posição sinaliza uma identificação com restrições, dúvidas, discordâncias, questionamentos, afastamentos, contestações; trata-se de uma contra-identificação com os saberes da FD e sua forma-sujeito; este é o espaço para o surgimento de diferentes posições-sujeito no âmbito de uma FD e é a partir destas novas posições-sujeito que o saber começa a ser transformado e a diferença e a divergência são introduzidas no âmbito de uma FD. E a terceira tomada de posição marca a desidentificação do sujeito com a FD em que está inscrito, ou seja, o grau de divergência é tão grande que o sujeito desidentifica-se com a FD e sua

forma-sujeito para identificar-se com outra FD e, conseqüentemente, com outra forma-sujeito (Indursky, 2005, p. 188).

Outro termo essencial para o funcionamento da AD é a paráfrase, compreendida como a retomada de efeitos de sentido, situados no interdiscurso, é o já-dito na produção de dado discurso, que, em sua legitimação, possibilita a previsibilidade e a manutenção do dizer no espaço da memória discursiva. A paráfrase permite mapear e analisar sentidos hegemônicos de determinados discursos:

Para o analista, elas ocupam a função de marcas linguístico-discursivas do processo de produção de sentidos, que permitem recuperar o modo como o enunciador se posiciona e se constitui como sujeito historicizado, inscrito em uma particular relação entre o já-dito e o que está se dizendo, ou seja, entre o interdiscurso e o intradiscurso, entendidos como constituição do sentido e sua formulação (Sarti; Chiaretti, 2016, p. 73).

O campo da comunicação é pleno de objetos empíricos que detêm complexidade e relevância, uma vez que possuem significação na vida cotidiana. Utilizar a AD para problematizar a linguagem é um dos recursos disponíveis para o pesquisador da área do jornalismo e que se torna coerente para as perguntas que o objeto desta pesquisa carrega.

A partir do exposto, o próximo capítulo se debruça sobre a apresentação do objeto de pesquisa, bem como explica os passos metodológicos influenciados pela teoria que se constituiu recurso para esta investigação e a análise em si, com os achados ao longo do percurso desenvolvido.

6 PERCURSO METODOLÓGICO E ANALÍTICO

Com o intuito de responder à questão e aos objetivos da investigação, dois caminhos foram percorridos como trajetória teórico-metodológica: inicialmente, a busca de bases teóricas e conceituais que embasam a pesquisa, desde a seleção do material até a classificação e a análise. Para tanto, foi realizada a metodologia de Pesquisa Bibliográfica. De acordo com Gil (2008), a Pesquisa Bibliográfica apresenta-se como uma metodologia que subsidia teoricamente todas as demais metodologias investigativas que exigem estudos exploratórios ou descritivos, uma vez que permite uma ampla visão da problemática que permeia e conduz a investigação. Assim, possibilita também a construção literária de um quadro conceitual que envolve o objeto pesquisado.

A partir do embasamento resultante da primeira etapa da investigação, a pesquisa seguiu para a segunda etapa por meio da Análise do Discurso de filiação francesa (AD). Destaca-se que o gesto de interpretação realizado no presente trabalho é baseado nos conceitos da AD de forma arbitrária, ou seja, a partir da apropriação do dispositivo metodológico, mas compreendendo que o pesquisador também é um sujeito que produz sentidos sobre os textos trabalhados. Benetti (2016) deixa claro que o aparato teórico mobilizado pelo pesquisador para compreender o funcionamento do discurso analisado serve para explicar o funcionamento do discurso que ele irá produzir em seu texto científico.

A seguir, é apresentado o objeto de investigação, que é o projeto editorial Prática ESG, publicado no site do jornal *Valor Econômico*. Os textos de caráter ambiental desse projeto constituem o *corpus* da pesquisa, conforme explicado na sequência.

6.1 O PROJETO PRÁTICA ESG DO JORNAL VALOR ECONÔMICO

As notícias publicadas no projeto editorial intitulado Prática ESG, no portal do jornal *Valor Econômico*, são o objeto de análise deste estudo. O jornal aparece, segundo a pesquisa da CDN apresentada na introdução, entre os dois primeiros veículos que mais divulgam matérias com a temática ESG no Brasil, dividindo a dianteira com a revista *Exame*.

O *Valor Econômico* possui 23 anos. Fundado em 2 de maio de 2000, foi o primeiro jornal brasileiro a nascer sob o conceito multiplataforma, ou seja, distribuído nos formatos impresso e digital. Conforme dados de 2020, o jornal possui 160 mil assinantes e um

crescimento no acesso digital, entre 2015 e 2020, de 340%. Voltado para o público interessado em negócios e economia, a concepção do projeto foi realizada, em 1999, por meio de uma parceria entre o Grupo Folha e o Grupo Globo. Em 2016, passou a ser 100% pertencente ao Grupo Globo.

Em março de 2022, em parceria com o jornal *O Globo*, o *Valor Econômico* criou projeto Prática ESG. O projeto “quer funcionar como um guia para ajudar o mercado corporativo a implantar de fato políticas ESG que possam ter seu impacto mensurado pela sociedade” (Valor [...], 2022). Conforme o site do jornal,

A plataforma quer jogar luz sobre as iniciativas das companhias, instituições financeiras e fundos de investimentos, estudando a fundo casos de implantação de políticas de sustentabilidade e inclusão no Brasil e no mundo. O projeto quer funcionar como um guia para ajudar o mercado corporativo a implantar de fato políticas ESG que possam ter seu impacto mensurado pela sociedade (Valor [...], 2022).

Em outro trecho da matéria publicada no site do jornal, é explicado o perfil editorial das reportagens:

As reportagens terão foco em casos práticos das empresas, seja do agronegócio, de finanças, do varejo ou de tecnologia, por exemplo, que estão implementando ações ESG e podem ser referência. Se uma empresa anunciou que vai zerar as emissões de carbono, serão feitas todas as perguntas sobre como chegar a esse objetivo: quanto terá de ser investido, como criar métricas para atestar o sucesso das políticas e quais os empecilhos no caminho. Serão abordadas ainda as questões regulatórias e políticas públicas relevantes para se chegar aos objetivos. O caminho para engajar os stakeholders também está no foco: como motivar funcionários e lidar com bônus atrelados a resultados ESG; como ajudar a cadeia de fornecedores, muitas vezes formada por pequenas e médias empresas, a ser sustentável e diversa; e como dialogar com investidores que cobram, ao mesmo tempo, resultados financeiros e práticas socialmente responsáveis (Valor [...], 2022).

A diretora de Redação do *Valor*, Maria Fernanda Delmas, acrescenta, na mesma matéria, que o objetivo da plataforma é também ajudar o mercado a combater o *greenwashing*, quando o ESG fica somente no discurso. As reportagens dessa editoria são publicadas nas plataformas digitais e nos impressos dos dois jornais. A editoria é patrocinada pela Companhia Brasileira de Alumínio (CBA).

Na Internet, o Portal Valor oferece o conteúdo completo apenas para assinantes. O conteúdo gratuito é bastante reduzido. Na página inicial do site, estão disponíveis as seguintes editorias: Brasil, Política, Finanças, Empresas, Mundo, Agronegócios, Legislação, Opinião, Carreira, Eu &, Últimas, Valor Data, Valor Investe e Pipeline. Para acessar o Prática ESG, é preciso recorrer ao menu do portal.

Em divulgação encontrada no site do Portal dos Jornalistas, é informado que o projeto Prática ESG tem reportagens diárias nos sites dos dois veículos e um caderno especial por mês (Prática [...], 2022). Lidera a iniciativa, junto com Maria Fernanda Delmas, Alan Gripp, diretor de Redação de *O Globo*. Naiara Bertão é a editora do projeto, que tem coluna de Daniela Chiaretti e Célia Rosemblum, além de artigos de colaboradores do mercado. Daniela Chiaretti é repórter especial de Meio Ambiente do *Valor* desde 2005 e tem feito a cobertura das grandes conferências ambientais das Nações Unidas.

Integram a pauta: diversidade e inclusão, ambiente de trabalho seguro e livre de assédio, mercado de crédito de carbono e política net zero (zerar as emissões de gases de efeito estufa), transição energética, transparência na divulgação de dados, processos anticorrupção, engajamento com comunidades locais e rastreabilidade de fornecedores. E ainda as questões regulatórias, as políticas públicas relevantes e o caminho para engajar os *stakeholders*.

A seguir, é apresentado o *corpus* da análise, bem como suas delimitações.

6.2 APRESENTAÇÃO DO CORPUS EMPÍRICO E DISCURSIVO

Em um primeiro momento, foi feita a seleção do material publicado no site do jornal *Valor Econômico*, no projeto que o veículo denomina como Prática ESG, constituindo o *corpus* empírico da pesquisa. O enfoque foi direcionado para as matérias que tratavam da temática ambiental, ou seja, a letra E (*Environmental*) da sigla ESG. O recorte temporal da amostra para análise foi de três meses – outubro, novembro e dezembro de 2023. A seleção desse período se justifica porque, no final de novembro e início de dezembro, se realizou a 28ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de 2023 (COP 28) em Dubai. Assim, a intenção foi coletar um material que contemplasse notícias que abrangessem o antes, o durante e o depois do evento. A escolha da COP 28 como foco central do período temporal da análise se dá pelo fato de que, em 2023, o Brasil teve a maior comitiva da história das COPs, com cerca de 3 mil pessoas, entre representantes da sociedade civil, de empresas privadas, do Congresso Nacional, de governos estaduais e do governo federal (Brasil [...], 2023).

O primeiro movimento para a seleção do *corpus* foi buscar todas as matérias publicadas no projeto de conteúdo Prática ESG, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2023. Foram encontradas 126 matérias. Importante destacar que, nessa “editoria” do portal do *Valor Econômico*, são publicadas matérias de diferentes editorias, compreendidas pela temática ESG.

Após uma leitura aprofundada do material coletado, foram excluídas da análise as matérias que tratavam, exclusivamente, do aspecto social ou de governança (que equivalem ao S e ao G da sigla ESG), as matérias sob as cartolas Opinião, Coluna e Conteúdo de Marca, além dos textos de agências de notícias ou contribuições de outros veículos. Restaram 49 textos, que tratavam, exclusiva ou parcialmente, do aspecto ambiental da sigla ESG, categorizados nas editorias Brasil, Finanças, Empresas, COP 28, Biodiversidade, Fundos de Investimentos, Seguros, Carreira, Revista Comunicação Corporativa, além de uma editoria intitulada ESG.

Dessa forma, o *corpus* da pesquisa é constituído por 49 textos, produzidos exclusivamente pela reportagem do *Valor Econômico* ou para o *Valor Econômico*. Benetti (2007) sugere aos pesquisadores que analisam o discurso jornalístico que escolham uma amostragem considerável de textos, que permita representar o funcionamento de um tipo de discurso em determinado período. Ela ainda afirma que “a representatividade do *corpus* em análise é um dos mecanismos de vigilância epistemológica que podem permitir conclusões mais contundentes a respeito do discurso” (Benetti, 2007, p. 121).

Avançando, com a definição do material empírico, buscou-se identificar os enquadramentos dados e os sentidos construídos sobre a pauta ambiental no Jornalismo Econômico do jornal *Valor Econômico*, com a intenção de responder ao objetivo geral da pesquisa, que é compreender como o discurso sobre o meio ambiente é construído no projeto Prática ESG do portal do jornal *Valor Econômico*. Ademais, a pesquisa também buscou desvelar os objetivos específicos propostos, já citados anteriormente: a) identificar a formação discursiva sobre o meio ambiente na cobertura da pauta ESG realizada pelo portal do jornal *Valor Econômico*; b) identificar as alternativas para o enfrentamento dos problemas ambientais nas matérias sobre a pauta ESG; c) observar as justificativas e os contextos dados para a valorização do tema ESG; e d) discutir limites e potencialidades da perspectiva ESG.

A Análise do Discurso visa compreender como um objeto simbólico produz sentidos. Orlandi (2015) destaca que interessa ao analista a materialidade dos textos, que é linguístico-histórica; assim, remete-se às condições de produção em relação à memória, onde intervêm a ideologia, o inconsciente, o esquecimento, a falha. Esta passagem entre a superfície linguística e o objeto discursivo é definida pelo fato de o *corpus* receber um primeiro tratamento de análise no próprio ato e refino de sua definição. A materialidade linguística, isto é, aquilo que se mostra em sua sintaxe e enquanto processo de enunciação, fornece pistas para compreendermos o modo como o discurso se contextualiza. “Observamos isso em função de formações imaginárias, em

suas relações de sentido e de forças (de que lugar fala ‘x’, ‘y’, etc.), através dos vestígios que deixam no fio do discurso” (Orlandi, 2015, p. 63).

Após o gesto de delimitação das 49 matérias (os textos foram numerados de 1 a 49 e estão disponibilizados no Anexo A), a análise se ocupou a identificar o *corpus* discursivo, que se define a partir da interpretação que o analista faz do *corpus* empírico. A partir do mapeamento das regularidades de sentidos expressos nos discursos e dos efeitos de sentidos mais acionados no caderno Prática ESG, foram identificadas 289 Sequências Discursivas³⁷ (SDs). Avançando, a partir da Sequências Discursivas, foram identificadas as Marcas Discursivas³⁸ (disponibilizadas no Apêndice B), a partir das ênfases dadas e dos enquadramentos, a fim de investigar a(s) ideologia(s) presente(s) no conjunto de textos.

6.3 TEMAS DO DISCURSO AMBIENTAL DO PRÁTICA ESG: BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DAS MATÉRIAS ANALISADAS

Os temas abordados nos textos analisados abrangem cinco tópicos centrais durante o período temporal da pesquisa: a mirada do mercado para as oportunidades da economia verde e a expectativa de fomento pelo atual governo federal; as novas diretrizes da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) que tratam do relatório de riscos ESG, que será obrigatório para empresas de capital aberto a partir de 2026; as ações, os investimentos e as apostas empresariais na pauta ESG, demonstrados sob diversas formas, como perspectiva de mercado, reputação e atendimento a exigências regulatórias; a participação dos agentes corporativos na COP 28; e as argumentações da Braskem a respeito do afundamento do solo da Mina 18 da petroquímica Braskem, no bairro do Mutange, em Maceió (AL).

No contexto político, a área ambiental vem representando um campo em disputa entre uma lógica baseada em valores socioambientais e outra, pautada pelos interesses econômicos relacionados com a exploração ambiental. A gestão negacionista de Jair Bolsonaro, eleito em 2018, foi marcada pela flexibilização da legislação ambiental, pelo desmonte de políticas de proteção ambiental e dos povos originários e pela expansão da exploração de *commodities* na área florestal. O governo de Luís Inácio Lula da Silva, iniciado em 2023, apresenta uma agenda

³⁷ Benetti (2007, p. 113) define Sequência Discursiva como “o trecho que arbitrariamente recortamos para análise e depois utilizamos no relato de pesquisa”.

³⁸ Marcas Discursivas são “expressões que constroem o caminho em direção ao sentido nuclear da Formação Discursiva” (Benetti, 2007, p. 113).

oposta à do antecessor, retomando as políticas de preservação e se comprometendo com a centralidade da pauta ambiental, com foco na Amazônia, com esforços para zerar o desmatamento até 2030, e na economia verde.

Nesse sentido, a pauta ambiental não está a cargo apenas do Ministério do Meio Ambiente e das Mudanças Climáticas, sob o comando de Marina Silva, mas é tratada de forma transversal. Na participação do Brasil durante a 28ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP), realizada em Dubai, nos Emirados Árabes, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, divulgou o lançamento do Plano de Transformação Ecológica. Conforme o site do ministério,

O Plano é um novo instrumento de engajamento diplomático que reposiciona o Brasil no sistema internacional e questiona paradigmas de desenvolvimento ao vislumbrar um novo papel para o Sul Global no mundo contemporâneo. Trata-se de uma proposta que apresenta a região como centro da economia verde ao defender uma globalização ambientalmente sustentável e socialmente inclusiva (Brasil, 2023).

Outro tema em destaque durante o período analisado foi a publicação da Resolução nº 175 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), considerada como novo marco regulatório da “indústria de fundos de investimentos” (termo utilizado no jornal). A CVM 175, prevê a obrigatoriedade de que o fundo, para se denominar “verde” ou de investimento sustentável, divulgue os benefícios ambientais, sociais e de governança esperados, metodologias, princípios e diretrizes seguidas para atingir os objetivos, além de deixar claros a forma, o conteúdo e a periodicidade de um relatório sobre impactos do fundo no ambiente ESG. As regras foram compreendidas pelo mercado como forma de agregar transparência para o investidor e evitar o *greenwashing*, com o uso indevido de termos “verde” ou “sustentável”, sem que de fato os fundos cumpram critérios mínimos.

No *corpus* analisado, também se destaca a crescente participação de executivos na COP 28. Apesar do aumento do interesse empresarial pelo evento, uma das matérias chama a atenção para pesquisa que apontou que dois terços dos executivos que foram a Dubai afirmaram não ter nenhuma atividade preparatória para a Conferência, como projetos para identificar como a empresa poderia avançar após as discussões globais, e quase 43% responderam que iriam apenas como ouvintes, sem papel mais ativo na Conferência. Em outros textos, há referências de que o ambiente empresarial ainda está confuso com a pauta ESG, com falta de

posicionamento e planejamento para adesão, além de receios sobre assumir compromissos efetivos sobre o tema.

6.4 A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO SOBRE MEIO AMBIENTE NO PROJETO PRÁTICA ESG

Nesta investigação, é utilizada a abordagem de análise de sentidos, que satisfaz a pergunta de pesquisa, a partir, especialmente, do conceito de formação discursiva. Conforme indica Benetti (2016), foram seguidas para esta análise as seguintes etapas: enxergar a camada discursiva, que é a mais visível; e perceber a camada ideológica, só visível quando aplicado o método:

No método de análise, fazemos o caminho inverso do discurso: partimos do texto para o que lhe é anterior e exterior. O que fazemos é localizar as marcas discursivas do sentido mapeado, ressaltando as marcas que o representam de modo mais significativo. (Benetti, 2007). Aqui retomamos o conceito de paráfrase, que ajuda a localizar aquilo que se repete, a volta ao mesmo dizível. Depois de identificar os principais sentidos e reuni-los em torno das formações discursivas (FD) mínimas, excludentes, o pesquisador deve buscar, fora do âmbito do texto analisado, as formações ideológicas que lhe correspondem, ou seja, os discursos “outros” (de uma formação política, religiosa, econômica, estética etc.) que conformam aqueles sentidos (Benetti, 2016, p 247-248).

O mapeamento de Sequências Discursivas e das Marcas Discursivas constituíram os recursos para a identificação das regularidades e das contradições inscritas na materialidade discursiva. Os sentidos produzidos no projeto Prática ESG remetem a filiações ideológicas relacionadas ao sistema capitalista, como já era de se esperar de uma editoria voltada para a produção de conteúdo destinada ao mercado e conforme as características do jornal, já demonstradas.

Como diz Charaudeau (2010, p. 131), “não há captura da realidade empírica que não passe pelo filtro de um ponto de vista particular, o qual constrói um objeto particular que é dado como fragmento do real”. Orlandi (2015) acrescenta que não há uma verdade oculta atrás do texto, mas gestos de interpretação que o constituem, e que o analista, com seu dispositivo, deve ser capaz de compreendê-los.

É preciso atentar que as condições de produção, que constituem discursos, funcionam de acordo com certos fatores. Vale destacar, nesse processo, a relação de forças, que significa que “o lugar a partir do qual fala o sujeito é constituído do que ele diz. Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses

diferentes lugares, que se fazem valer na ‘comunicação’” (Orlandi, 2015, p. 37). Analisando as condições de produção tanto em sentido estrito (o que é material) quanto em sentido mais amplo, o que é institucional (a formação social) e o mecanismo imaginário (posição do sujeito), a linha editorial do projeto Prática ESG segue em concordância à linha editorial do jornal *Valor Econômico*, não apresentando contestação de valores outros.

O mapeamento das sequências discursivas, suas marcas e o olhar sobre as condições de produção foram recursos para o encontro com a formação discursiva neoextrativista. Essa FD domina os sentidos do projeto editorial, regularizada nos dizeres jornalísticos em torno dos discursos sobre o potencial de crescimento econômico brasileiro e de seu protagonismo mundial diante da economia verde, considerando as riquezas naturais do país como propulsoras para a descarbonização em nível local e global. Mais ainda, o papel do mercado, representado por multinacionais, fundos de investimentos e *startups*, é reconhecido como vital para o financiamento e o desenvolvimento de tecnologias reformistas, entendidas como únicas opções para a crise socioambiental.

Em consonância com os aspectos que constroem a formação discursiva neoextrativista e com a compreensão de que o discurso acontece entre os sujeitos; é constituído por efeitos de sentidos entre interlocutores, não existindo sentido literal, mas uma materialidade textual que carrega sentidos potenciais; e que a ideologia interpela os indivíduos em sujeitos (Pêcheux, 1975), o passo seguinte foi desvelar a formação ideológica que a constitui. Aqui importa resgatar Althusser (1985) com o conceito de Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs). Pruinelli (2020) argumenta que os AIEs não podem ser compreendidos como instrumentos da classe dominante, mas como o espaço onde se dá a luta de classes. Assim é “também nesses locais, em que posições de âmbito político e ideológico em embate se estruturam, a partir das formações ideológicas (Pruinelli, 2020, p. 122). Pêcheux (1975) nos fala que a materialidade ideológica apenas pode ser compreendida considerando a materialidade linguística presente nas filiações dos sujeitos a determinadas FDs. A partir dessa visão, compreende-se, então, que a formação ideológica vinculada à formação discursiva neoextrativista é a colonialidade.

A formação ideológica colonialidade se consolida a partir de dois enfoques preponderantes observados nos discursos analisados. O primeiro destaca o Brasil como um país repleto de possibilidades, visto como um agente importante para a manutenção do capitalismo sob a sua versão “verde ou ecológica”, e um lugar com fontes de recursos diversificados que podem servir de “laboratório vivo” ou “celeiro” para o mundo nesta nova fase, ambientalmente

dramática. Mignolo (2010, p. 12) destaca que uma das facetas da colonialidade é, justamente, o “controle da natureza e dos recursos naturais”.

Para exemplificar esse aspecto da ideologia colonial, são apresentadas as SD 32, SD 206 e SD 287. É possível observar que a colonialidade está por trás dos discursos atrelados a novas e/ou inovadoras oportunidades de desenvolvimento econômico. Nota-se que o material discursivo se reveste como “a grande chance” do país, um potencial farto a ser explorado. Essa grande chance está vinculada, basicamente, à questão econômica, aos lucros que tais soluções e recursos ambientais podem gerar para os negócios instalados no país e nas possíveis melhorias para a população, advindas de tais “avanços”. Como diz Solón (2019c), o capitalismo está se reconfigurando diante da crise sistêmica atual, sempre à procura de mecanismos para aumentar as taxas de lucros. “Tudo é uma ‘oportunidade, para novos negócios’... Não há limites. A superexploração, o hiperconsumo e o desperdício são os motores desse sistema, que exige crescimento infinito de um planeta finito” (Solón, 2019c, p. 14).

[SD 32] No primeiro dos quatro capítulos, deixa claro ao leitor que, primeiro, os brasileiros precisam melhorar sua autoestima. “Nós, brasileiros, temos aquele sentimento de ‘vira-lata’. E eu acho que é o contrário, **o país é uma potência gigante e o título do livro foi escolhido por celebrar o gigantismo do Brasil**, que inclusive, está no hino nacional”, diz. Ele aponta que, por sua diversidade de pessoas, de culturas e de territórios, **é um grande “laboratório vivo” que pode testar soluções para questões ecológicas e sociais que podem servir para o mundo.**

[SD 206] Para Thomas Hohne-Sparborth, líder de pesquisa em sustentabilidade do banco suíço Lombard Odier, **o Brasil tem outras potencialidades a serem destravadas. “As vastas florestas e outros capitais naturais do Brasil, bem como a sua posição como um dos principais centros agrícolas, permitem assumir a liderança no desenvolvimento da natureza numa classe de ativos”**, diz.

[SD 287] Uma parte do estudo se dedica a elencar algumas dessas frentes em potencial, como a **agricultura regenerativa, ao destacar que a agropecuária no Brasil se diferencia por conseguir aumentar a produtividade e produção sem abrir mais pastos. Também aponta o amplo leque de oportunidades em energia. “O Brasil tem oportunidade de se tornar líder mundial na economia verde, com receitas potenciais de aproximadamente R\$ 200 bilhões apenas na produção de créditos de carbono e de hidrogênio verde”**, aponta o estudo, que leva em consideração dados da EPE, EPBR, BTG Pactual e comunicados de empresas.

Brand e Wissen (2021) dizem que é otimista demais assumir a possibilidade de uma separação absoluta entre o crescimento do uso de recursos e o impacto ambiental do capitalismo. Para os autores, até o momento, a revolução verde apenas se esquivou do problema da externalização dos custos socioecológicos. As relações sociais estabelecidas pelo mercado e

pelo Estado são constituídas pelo poder e pela dominação. Cada um possui sua forma particular de reprodução das estruturas de desigualdade:

Um problema fundamental nos debates descritos acima é a falta de um conceito de Estado e sociedade capitalista. Ninguém pensa que o mercado e o Estado não são instituições neutras. O mercado não é simplesmente um mecanismo de alocação eficaz de recursos, nem o Estado pode ser concebido como uma instituição acima dos conflitos sociais e incumbida de criar regras obrigatórias e resolver problemas coletivos. Tanto o Estado quanto o mercado são relações sociais de poder e dominação. Isso não reflete apenas a experiência dos trabalhadores não sindicalizados nos mercados de trabalho “flexíveis”, ou dos desempregados sujeitos ao paternalismo do Estado de bem-estar social. Os mercados são baseados e reproduzem estruturas de desigualdade e, assim, determinam as oportunidades das pessoas em vida. O Estado é um terreno de conflito altamente desigual, no qual interesses sociais particulares podem se articular e se tornar gerais caso aceitem a rigidez institucional e as restrições estruturais do capitalismo (Brand; Wissen, 2021, p. 238-239).

O segundo enfoque encontrado sob a perspectiva colonial diz respeito à relação de poder, evidenciada nos discursos de que é o mercado e, conseqüentemente, o capital, o único capaz de resolver a crise socioambiental. As soluções propostas, contudo, mantêm a exploração dos ecossistemas sem considerar os impactos sociais e culturais. São aspirações que seguem conduzindo a história em um sentido único, calcado no progresso e no desenvolvimento à base de uma natureza em esgotamento. Para que esse sistema continue se perpetuando, são intensificadas as lógicas imperiais (Brand; Wissen, 2021).

O Estado se relaciona nessa aliança de poder ao determinar as regulamentações e os incentivos para as ações do mercado, validando-o como “guardião da natureza”. Essa ideologia se evidencia por meio das SD 55, SD 61 e SD 200. Elas explicitam a posição do sujeito do mercado, com a autoridade do enunciador, como o que detém o poder de resolver mazelas da sociedade atual. Da mesma forma, seu discurso é uma potência que se concretiza quando o interlocutor recria seus sentidos.

[SD 55] **“A riqueza é que vai transformar a pobreza”**, afirmou a executiva Rachel Maia, da RM Consulting, em um *brunch* que reuniu CEOs e representantes de grandes empresas para falar de educação e empregabilidade em São Paulo.

[SD 61] **Ambipar investe R\$ 50 milhões** para levar **reciclagem do vidro para as cinco regiões do Brasil** [Título de matéria]

[SD 200] **Os fundos de investimentos com foco em ESG e clima são uma das mais importantes fontes de recursos para o combate ao aquecimento do planeta.**

Na concepção do Materialismo Histórico, a ideologia funciona para a manutenção da estrutura social do capitalismo ao apagar as relações de exploração que estão nas engrenagens sociais, possibilitando à burguesia assumir o papel de classe dominante numa sociedade, pois ela dominaria também o papel do Estado. Nessa concepção a centralidade do poder fica evidente.

A SD 55 é um exemplo: ela aciona o sentido de que o capital, transferido via filantropia, será responsável por eliminar a pobreza. Seria, então, na perspectiva de classes sociais, que é sob a tutela da classe dominante que a classe trabalhadora (proletária) conseguirá ascender? No texto, esse discurso é um dos sentidos por trás da ideologia, e também se pode questionar que tipo de transformação a riqueza levará para a pobreza, sob quais meios essa transformação ocorrerá. Seria por meio de uma real diminuição das desigualdades sociais ou pela manutenção da lógica neoextrativista, em que novos empregos são criados, mas em condições de precariedade de direitos e instrumentalizando uma mão de obra direcionada para as necessidades específicas de uma dita nova economia, que repete os princípios do sistema vigente?

A seguir, são analisados os sentidos, pelo mapeamento das redes de paráfrases do *corpus*, que permitiram observar as regularidades dos discursos, e que reforçam a FD neoextrativista no dizer jornalístico.

6.4.1 As filiações de sentidos

Recordando Benetti (2016), a paráfrase representa o retorno aos mesmos espaços do dizer, ela está ao lado da sedimentação do interdiscurso. “A figura da paráfrase é muito utilizada na pesquisa de AD porque permite mapear e analisar os sentidos hegemônicos de certos discursos” (Benetti, 2016, p. 242).

A leitura reiterada do *corpus* permitiu encontrar dizeres que se inscrevem no mesmo grupamento de sentidos e que constituem o discurso do Prática ESG. Eles foram classificados em sete categorias de efeitos de sentidos: a) “O Brasil é um mar de oportunidades”; b) “Para preservar é preciso explorar”; c) “O mercado resolve”; d) “O governo precisa fazer a sua parte e ajudar o mercado”; e) “Motivações ESG”; f) “Soluções reformistas”; e g) “Crítica”.

Quadro 1 – Redes parafrásicas

EFEITOS DE SENTIDO	PARÁFRASES
O Brasil é um mar de oportunidades	<ul style="list-style-type: none"> – Brasil tem “janela magnífica” de oportunidade até 2050 (SD 31); – Brasil pode ser polo de combustível sustentável de aviação (SD 185); – “Brasil é mar de oportunidade” (SD 261); – [...] as empresas que superarem esses desafios podem acessar um mercado consumidor avaliado em pelo menos R\$ 150 bilhões (SD 269); – [...] “acreditamos no papel importante das empresas em mitigar as mudanças climáticas e vemos oportunidades em uma série de setores” (SD 286); – “O Brasil tem oportunidade de se tornar líder mundial na economia verde, com receitas potenciais de aproximadamente R\$ 200 bilhões apenas na produção de créditos de carbono e de hidrogênio verde” (SD 287).
Para preservar é preciso explorar	<ul style="list-style-type: none"> – “Aqui [no Brasil] vocês têm acesso a uma vasta gama de materiais de base biológica, incluindo celulose, que pode ser usada para uma gama mais ampla de propósitos hoje do que tenhamos, talvez, usado no passado” (SD 15); – [...] “é um grande ‘laboratório vivo’ que pode testar soluções para questões ecológicas e sociais que podem servir para o mundo” (SD 32); – [...] “por ser um celeiro agrícola importante, a América Latina deve responder por 30% do volume necessário de SAF, ‘uma oportunidade gigantesca’” (SD 187); – “As vastas florestas e outros capitais naturais do Brasil, bem como a sua posição como um dos principais centros agrícolas, permitem assumir a liderança no desenvolvimento da natureza numa classe de ativos” (SD 206); – Cita áreas como biocombustíveis, hidrogênio verde, biometano, agricultura regenerativa e pecuária com rastreabilidade como as mais “quentes” e que podem ganhar mais atenção nos próximos anos (SD 280).
O mercado resolve	<ul style="list-style-type: none"> – “A agenda de descarbonização é de todos, não queremos ser líderes ou ganhadores, porque não tem ganhador, temos de fazer juntos, com outros bancos” (SD 9); – “A riqueza é que vai transformar a pobreza” (SD 55); – Ambipar investe R\$ 50 milhões para levar reciclagem do vidro para as cinco regiões do Brasil (SD 61); – “[...] existem oportunidades de fornecimento de quase tudo” na jornada de eletrificação [...] (SD 89); – “Alguém tem de pagar essa conta. No limite, possivelmente é o consumidor quem vai arcar” (SD 190); – Os fundos de investimentos com foco em ESG e clima são uma das mais importantes fontes de recursos para o combate ao aquecimento do planeta (SD 200);

	<ul style="list-style-type: none"> – “Voltamos da COP com a sensação clara de que não há sucesso na luta contra o desmatamento e as mudanças climáticas sem o compromisso integral do mercado de capitais” (SD 204); – Transição verde exige mais recursos do setor privado (SD 241); – Um dos principais empecilhos para o setor financeiro direcionar mais capital para projetos de descarbonização da economia e redução da desigualdade social é o medo de tomarem grandes calotes (SD 251).
<p>O governo precisa fazer a sua parte e ajudar o mercado</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Para boa parte dos líderes (44%), o governo também precisa fazer seu dever de casa para ajudá-los no desafio, com incentivos políticos que garantam condições de concorrência equitativas [...] (SD 2); – [...] e atuação do setor público para garantir que as empresas tenham ambiente favorável para implementá-las (SD 23); – [...] um posicionamento claro do governo sobre a estratégia do país para o setor, a aplicação de políticas que ampliem o mercado consumidor e estimulem a exportação de veículos produzidos aqui, além de incentivo para uso de tecnologias mais eficientes, podem ajudar a garantir os empregos na cadeia automotiva (SD 91); – A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, afirmou ... que o governo federal está trabalhando em um instrumento "para manter a floresta em pé" (SD 106); – [...] o setor público precisa avançar na construção de um arcabouço regulatório para o desenvolvimento da economia verde no país [...] (SD 289).
<p>Motivações para seguir a “onda” ESG</p>	<ul style="list-style-type: none"> – Grupo Sabará, de químicos, alavanca seus negócios com a bandeira ESG (SD 11); – [...] o grupo Sabará aproveitou a recente onda ESG para dar mais visibilidade a seus negócios (SD 12); – “Na B3 também tem uma pressão por empresas ambientalmente responsáveis” (SD 44); – [...] “O consumidor de luxo hoje exige que as empresas sejam sustentáveis, que apoiem as comunidades e a sociedade” (SD 53); – Mais recentemente, com o aumento da pressão social e a propagação das práticas ESG (ambientais, sociais e de governança corporativa) no meio corporativo, as empresas começaram a ser mais cobradas para cuidar não apenas do portão para dentro, mas também de sua cadeia de valor (SD 157) – “ESG é um colchão da reputação da empresa” (SD 172); – [...] quem, de fato, puxa a agenda ESG nas empresas são clientes e investidores (SD 274); – A pressão regulatória e da sociedade estão puxando essa agenda (SD 283) – Dentre os benefícios esperados, a reputação da marca tem grande destaque em todos os setores. O fortalecimento da reputação é apontado como principal benefício por 77% deles (SD 285).
<p>Soluções reformistas</p>	<ul style="list-style-type: none"> – [...] o potencial do país em energia limpa, biocombustíveis e hidrogênio verde, indústria verde com produtos com baixa pegada de carbono e os serviços ecossistêmicos e soluções baseadas na natureza (NbS) (SD 36);

	<ul style="list-style-type: none"> – O programa consiste em ter equipamentos de coleta de garrafas em vários pontos da cidade, como supermercados, condomínios, bares e restaurantes, para coleta e trituração de embalagens de vidro descartáveis. Quem participa recebe crédito na compra de produtos do grupo (SD 127); – Mesmo com pontas soltas, PL do Mercado de Carbono é bem recebido por especialistas (SD 226); – [...] a agricultura regenerativa, ao destacar que a agropecuária no Brasil se diferencia por conseguir aumentar a produtividade e produção sem abrir mais pastos (SD 287).
Crítica	<ul style="list-style-type: none"> – “Precisamos trazer pessoas que são hoje quase invisíveis para a nova economia” (SD 51); – [...] é preciso olhar para as pessoas que estão nesses biomas e não apenas pensar na preservação ambiental (SD 52); – “No Brasil falamos de carbono, mas não de pessoas. Não dá para tratar de agenda climática sem falar de pessoas” (SD 79). – “O assunto é bem complexo porque envolve duas questões: a ambiental, que temos que ter preocupação mesmo, e a social; não dá para não considerar as pessoas. Como ficam os trabalhadores? A transição vai ser justa?” (SD 86); – [...] explicação pode estar em um pensamento encontrado entre brasileiros, de que é responsabilidade do governo fazer as mudanças necessárias para o Brasil [...] E que muitos ainda deixam para tomar decisões de negócios quando uma nova legislação é aprovada [...] (SD 98); – Cerca de US\$ 7 trilhões de recursos públicos e privados são investidos por ano, no mundo, em atividades que têm impacto negativo direto na natureza – o equivalente a algo próximo a 7% do Produto Interno Bruto global (SD 175); – “A análise reforça a necessidade urgente de uma transição para práticas de negócios sustentáveis e de parar o financiamento da destruição da natureza” (SD 180); – “Gestão de risco não é de crédito, é de contexto. Não existe empresa saudável em uma sociedade doente” (SD 255); – “O Brasil é um país onde poucas pessoas têm muitas oportunidades e muito acesso, enquanto muitas pessoas têm pouco acesso e poucas oportunidades [...] é papel também das pessoas mais abonadas contribuírem para o desenvolvimento social e combate à desigualdade no país” (SD 262).

Fonte: Produzido pela autora.

As reiteradas vezes em que o discurso do projeto Prática ESG apresenta o sentido de que “o Brasil é um mar de oportunidades”, conforme explícito na SD 261 e reafirmado nas SD 31, SD 45 e SD 287, convocam a possibilidade de um protagonismo brasileiro na economia verde. Contudo, essas oportunidades econômicas atreladas a soluções ambientais reformistas

se desenham na perspectiva do poder. São oportunidades de crescimento financeiro para investidores, empresas e governo. Destaca-se na SD 45 um termo de recorrente nos textos, uma espécie de “gíria” econômica, que é a palavra “apetite”. O apetite do mercado é voraz em relação ao que é promissor para a lucratividade.

Observa-se que esse processo discursivo, em suas relações mantidas com a memória e com as condições de produção, remete à FD neoextrativista. Não há atravessamentos de sentidos. Não há questionamentos sobre como serão aproveitadas as oportunidades e em benefício de quem. Também não se verifica uma reflexão maior sobre quais os impactos ou as consequências que essas oportunidades trarão aos envolvidos, direta ou indiretamente:

[SD 31] Brasil tem ‘**janela magnífica**’ de oportunidade até 2050, diz Miguel Setas [Título de matéria]

[SD 45] “Estamos no processo de registrar outras estratégias até o fim do ano. **Em nossas carteiras temos R\$ 5,6 bilhões em títulos temáticos, verdes, sociais ou governança, mas o apetite é maior**”;

[SD 261] “**Brasil é mar de oportunidade**”, comenta Fernanda Camargo, sócia-fundadora do family office Wright Capital. Ela cita que, dos US\$ 1,2 trilhão de investimentos de impacto no mundo, de acordo com dados de 2021 da principal organização da área, a Global Impact Investing Network (GIIN), **apenas US\$ 11,5 bilhões está alocado no Brasil, incluindo projetos de microcrédito**, ou seja, nem 1% do mercado global.

[SD 287] Uma parte do estudo se dedica a elencar algumas dessas frentes em potencial, como a **agricultura regenerativa, ao destacar que a agropecuária no Brasil se diferencia por conseguir aumentar a produtividade e produção sem abrir mais pastos. Também aponta o amplo leque de oportunidades em energia. "O Brasil tem oportunidade de se tornar líder mundial na economia verde, com receitas potenciais de aproximadamente R\$ 200 bilhões apenas na produção de créditos de carbono e de hidrogênio verde"**, aponta o estudo, que leva em consideração dados da EPE, EPBR, BTG Pactual e comunicados de empresas.

Brand e Wissen (2021) alertam que o capitalismo verde não administrará efetivamente a crise ecológica, não reduzirá a desigualdade e também não criará boas condições de vida para todas as pessoas, mas será capaz de gerar e externalizar novos custos socioecológicos:

Esses custos serão impostos aos trabalhadores que extraem, sob condições miseráveis, metais raros e outras matérias-primas indispensáveis para tecnologias “verdes” na China, na África e em outros lugares; aos produtores de cana-de-açúcar em lavouras brasileiras, que arriscam a vida e membros do corpo para abastecer o mercado estadunidense e europeu de “biocombustíveis”; aos camponeses que são despejados de suas terras; às mulheres quenianas, que são “recompensadas” por atividades de reflorestamento com certificados de valor duvidoso enquanto sacrificam sua segurança alimentar para proteger o clima; e ao trabalho de cuidado não remunerado

e serviços pessoais mal pagos esquecidos nos conceitos de economia verde (Brand; Wissen, 2021, p. 251-252).

Em um debate promovido pela Agência Pública, em março de 2023, com o tema “Antropoceno e Mudanças Climáticas”, a repórter especial de Meio Ambiente do *Valor Econômico* Daniela Chiaretti, integrando a mesa com o escritor Ailton Krenak e o climatologista Carlos Nobre, expressou seu desconforto com o discurso de que a crise climática traz oportunidades, relatando que escuta muito essa afirmação no *Valor*. A jornalista questionou quem desfrutará dessas oportunidades e destacou que a crise traz muitos sacrifícios para as populações mais pobres (Especial [...], 2024).

A filiação de sentido “para preservar é preciso explorar” carrega em si o olhar colonial de empresas multinacionais instaladas ou não no Brasil. A SD 14 e a SD 15 trazem a declaração de um executivo da empresa 3M, que está abrindo um centro de pesquisa e desenvolvimento em Manaus (AM), para estudar materiais poliméricos da região, com o intuito de substituir os seus sintéticos, além de visar insumos como óleos e fibras naturais. A ideia é acessar a “vasta gama de materiais biológicos” que no passado não foram usados.

Com o fim das colônias e a formação de Estados-nação na periferia, vivemos num mundo descolonizado e pós-colonial. No entanto, o sistema colonial europeu não foi significativamente transformado com o fim do colonialismo, “passamos agora para a colonialidade global, um processo que certamente transformou as formas de dominação implantadas pela modernidade, mas não a estrutura das relações centro-periferia numa escala mundo” (Castro-Gómez; Grosfoguel, 2007, p. 13, tradução própria).

[SD 14] “O Brasil é um lugar ideal para fazer um investimento como esse por sua vocação histórica e foco em sustentabilidade. Tem uma grande variedade de materiais renováveis e recicláveis disponíveis localmente”, diz Cordell Hardy, vice-presidente sênior de operações corporativas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) da 3M.

[SD 15] “Temos o foco de eliminar o uso de plástico na composição dos produtos através da substituição por outros materiais, renováveis. Aqui [no Brasil] vocês têm acesso a uma vasta gama de materiais de base biológica, incluindo celulose, que pode ser usada para uma gama mais ampla de propósitos hoje do que tenhamos, talvez, usado no passado”, diz Hardy.

O discurso ESG busca disseminar a ideia de que o “mercado resolve” os problemas ambientais, pois detém a capacidade de apresentar tecnologias inovadoras, majoritariamente, oriundas do Norte global. Na SD 61, que tem o peso de título da matéria, a Ambipar é colocada

como a multinacional que vai resolver o problema da reciclagem, levando o processo para cinco regiões do país. Adiante no texto, é explicado que a empresa está nada mais do que se antecipando ao cumprimento do Decreto nº 11.300/2022, que impõe obrigações a fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes tanto de embalagens de vidro quanto de produtos nelas comercializados.

Na SD 204, é possível visualizar o papel a que o mercado se propõe como o responsável pelo financiamento da economia verde, o benfeitor que aporta recursos em países em desenvolvimento, como o Brasil, para que, supostamente, todos se beneficiem: as empresas com novos negócios lucrativos; o meio ambiente, que passará a ser usado de forma sustentável; e os trabalhadores, que terão promissores empregos verdes. Acerca dos empregos no Sul global, Fatheuer (2014, p. 48) ressalta que as políticas da economia verde instrumentalizam as comunidades locais, originárias, ao reduzi-las a “prestadoras de serviços ecossistêmicos”. Nessa SD, percebe-se que, embora o discurso do mercado financeiro seja o de protagonista no sucesso da agenda de descarbonização, na prática, os compromissos assumidos na COP 28 foram de governos e bancos de fomento.

Fica claro que, apesar de a causa em prol da sustentabilidade ser vista como nobre, os riscos são medidos cuidadosamente, como constatado na SD 251. Descarbonizar a economia e terminar com a pobreza extrema é investimento que pode não ter retorno ou pode mesmo gerar prejuízos. Nesse jogo, em que mudanças mexem na estrutura de despesas das empresas, invariavelmente os custos são remetidos aos consumidores. A SD 190 traduz a lógica desse sistema.

[SD 61] Ambipar investe R\$ 50 milhões para levar reciclagem do vidro para as cinco regiões do Brasil [Título de matéria]

[SD 190] O grande gargalo hoje é a escala, ainda bem baixa, e seu alto custo. O valor do litro do SAF é entre três vezes a quatro vezes maior que o valor pago pelo querosene de aviação – ainda é um dos principais gargalos. **“Alguém tem de pagar essa conta. No limite, possivelmente é o consumidor quem vai arcar.”**

[SD 204] Apesar de, na COP28, o financiamento para redução de emissões ter se concentrado nos compromissos públicos anunciados por governos e bancos de fomento, o volume necessário de dinheiro – estimado em US\$ 125 trilhões até 2050, segundo a Agência Internacional de Energia (IEA) – deixa claro que **será preciso engajar qualquer detentor de capital**. “Voltamos da COP com a sensação clara de que **não há sucesso na luta contra o desmatamento e as mudanças climáticas sem o compromisso integral do mercado de capitais**”, afirma José Pugas, sócio da JGP e responsável por ESG e estratégias de crédito sustentável da casa.

[SD 251] Um dos principais empecilhos para o setor financeiro direcionar mais capital para projetos de descarbonização da economia e redução da desigualdade social, é o medo de tomarem grandes calotes. Com alto grau de incerteza sobre o

sucesso dessas iniciativas, **o risco parece ser maior do que a recompensa, ainda que, neste caso, tenha um resultado nobre.** Para tentar minimizar essa percepção de risco, um mecanismo que está sendo usado pelo mundo é o chamado **blended finance, uma mistura de capital não-reembolsável e dinheiro de investidores, que visa lucratividade.** O tema foi, inclusive, discutido na conferência do clima da ONU de 2023 (COP28), em Dubai, nos Emirados Árabes, em dezembro.

Os interesses econômicos das nações muitas vezes têm precedência, haja vista os escassos resultados práticos obtidos em décadas de discussões em eventos como as COP, entre outros. Kathleen McAfee (2012) se refere a “neoliberalismo inclusivo” e “ambientalismo neoliberal” como a resposta capitalista ao aumento da pobreza e ao agravamento da crise ambiental:

Na política de desenvolvimento, isso assume várias formas: pagamentos, feitos condicionalmente, a uma conformidade comportamental dos chamados grupos marginalizados e dos indivíduos considerados incapazes de competir; empréstimos de microfinanciamento que promovem adesão aos princípios de mercado; programas de redução da pobreza do Banco Mundial que envolvem países em desenvolvimento em suas “estratégias compensatórias”... Da mesma forma, o ambientalismo neoliberal promete promover um crescimento econômico mais verde, com um rosto humanizado: um resultado de múltiplas vantagens para a natureza, os investidores privados e a população, incluindo os pobres, mas que exige despesas públicas mínimas. Ele aborda as consequências ecológicas da industrialização como “falhas de mercado”, ao mesmo tempo em que reforça os modos capitalistas de pensamento e interação, promovendo novos métodos de acumulação, e os mercados de serviços ecossistêmicos estão entre eles (McAfee, 2012, p. 109, tradução própria).

Nessa linha, embora o mercado se considere o mais apto para resolver a crise atual, ele também precisa dividir a responsabilidade sobre as consequências de um *modus operandi* de exploração perpetuado por séculos e acentuado nas últimas décadas, como já examinado neste trabalho. Respostas dentro da própria engrenagem são arranjadas para que, em tempos de emergência climática e da necessidade de ação, os custos sejam dirimidos. A SD 9 ilustra esse discurso:

[SD 9] **“A agenda de descarbonização é de todos, não queremos ser líderes ou ganhadores, porque não tem ganhador, temos de fazer juntos, com outros bancos.** O inimigo é comum e temos de trabalhar em conjunto, andar na mesma velocidade, atuando para que se estimule a transição”, comentou Maluhy. Junto a Bradesco e Santander, o Itaú criou o Plano Amazônia, para apoiar o desenvolvimento sustentável da região.

A divisão de papéis do mercado e do Estado na manutenção da colonialidade do poder (Quijano, 2009) fica clara na filiação de sentido denominada “O governo precisa ajudar o mercado a fazer a sua parte”. Nas SD 2 e SD 23, contata-se o explícito discurso de poder mantido entre capital e Estado, no qual há uma clara divisão de competências, compactuando

para que o sistema seja mantido. Ou seja, embora haja o desenho de uma nova economia, seus alicerces seguem consolidados no capitalismo, agora com o adjetivo verde. Em outros termos, ele carrega a promessa de modernizar os padrões estabelecidos de produção e consumo, em vez de transformá-los fundamentalmente.

Assim, fica pactuado que, para o capital fazer a transformação para uma economia de baixo carbono, a gestão pública precisa oferecer incentivos, desregulamentações e subsídios. Há riscos que precisam entrar na conta. A SD 106 ilustra esta dinâmica entre mercado e governo, com o anúncio da ministra para o Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, sobre projeto que incentiva o pagamento por serviços ecossistêmicos. A proposta para manter a floresta em pé segue a lógica capitalista, em que alguns ecossistemas passam a ser considerados mais valiosos que outros, por meio de uma valoração da natureza que dificilmente consegue considerar a complexidade do sistema ambiental e social do entorno.

A SD 289 acrescenta que a visão atual do mercado é, sobretudo, a de mitigação de riscos, ou seja, agir para não perder. Para que o investimento seja consistente em prol de alguma espécie de preservação, é preciso que haja garantias de uma efetiva lucratividade.

[SD 2] Para boa parte dos líderes (44%), o governo também precisa fazer seu dever de casa para ajudá-los no desafio, com incentivos políticos que garantam condições de concorrência equitativas. Pedem, por exemplo, que relatórios de sustentabilidade e mandatos de divulgação consistentes sejam padronizados. Também comentam sobre **a necessidade de políticas públicas que incentivem as empresas a ajustarem o salário dos funcionários de mínimo para justo**, políticas públicas que ajudassem na promoção da igualdade de gênero e salarial entre homens e mulheres e até na licença parental partilhada remunerada pela empresa obrigatória. Como são mudanças que mexem na estrutura de custos das empresas, sua implementação depende também de ser encarada como algo de maior valor e não sofrerem com concorrência desleal de quem não as praticam.

[SD 23] Reitera que o Brasil é um importante mercado, já que abriga muitas filiais de multinacionais e é um país relevante no comércio global. Mas, assim como em outros países, a OCDE defende que haja uma **complementariedade de práticas empresariais responsáveis com regulamentação e atuação do setor público para garantir que as empresas tenham ambiente favorável para implementá-las**. “Como o governo pode **diminuir barreiras** e exigências em algumas indústrias-chave e **simplificar** para que elas possam se desenvolver nesses aspectos?”, questiona.

[SD 106] A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, afirmou nesta quinta-feira que **o governo federal está trabalhando em um instrumento "para manter a floresta em pé"**. O mecanismo envolveria uma espécie de **pagamento por hectare preservado** e foi desenvolvido pelos ministérios do Meio Ambiente, das Relações Exteriores e da Fazenda.

[SD 289] Contudo, para que isso se concretize, destaca Guimarães, **o setor público precisa avançar na construção de um arcabouço regulatório para o desenvolvimento da economia verde no país, enquanto o setor privado tem de se**

engajar e investir de forma estratégica e não apenas por mitigação de riscos, mas por acreditar que pode dar também dinheiro.

Outro sentido recorrente no discurso do projeto Prática ESG é sobre os benefícios de as empresas adotarem a pauta ESG em seus negócios. A filiação de sentidos “Motivações para seguir a ‘onda’ ESG” agrupou algumas SDs que representam as três principais razões reportadas pelo ecossistema empresarial. São elas: a preocupação com a reputação; a compreensão de que a não adesão dos negócios às práticas sustentáveis poderá gerar perda de mercado e de competitividade; e as pressões decorrentes de regulações, consumidores e investidores.

As SD 12 e SD 172 revelam que a pauta ESG no ambiente corporativo é recente e que pode ser entendida como uma “onda” ou um modismo. Em outros termos, pode-se compreender que é uma exigência atual do ambiente de negócios, que está voltado para a economia verde e para os impactos da crise climática no mercado. Assim, riscos de perda de mercado e de abalos na reputação são estímulos para o crescente interesse e adesão, levando para uma apropriação mercadológica em detrimento da urgência e da importância da temática.

As SD 53 e SD 283 evidenciam que a adoção de práticas socioambientais e de governança é motivada pela exigência de consumidores, investidores e ações regulatórias, como legislações, normas e obrigatoriedade de reportes. Negócios que não nascem neste contexto de emergência ambiental tendem a se adaptar por pressão, e não por uma real transformação de paradigma.

[SD 12] Um dos principais fornecedores de soluções para tratamento de água e de ingredientes orgânicos para a indústria de alimentos no Brasil é único fabricante de clorito de sódio da América Latina, **o grupo Sabará aproveitou a recente onda ESG para dar mais visibilidade a seus negócios que, por convicção dos sócios, têm sido atrelados ao desenvolvimento sustentável há muito tempo.**

[SD 53] **O posicionamento das empresas em relação às questões ESG hoje é uma demanda do próprio consumidor**, destaca Daniela Ota, country manager da LVHM Parfums & Cosmetics Brasil. Ela diz **que a indústria do luxo colabora com essa agenda de forma silenciosa** e cita exemplos de ações de marcas como Gucci, Swarovski e da própria LVMH, que foram pouco divulgadas. **“O consumidor de luxo hoje exige que as empresas sejam sustentáveis, que apoiem as comunidades e a sociedade. Eles são os que mais contribuem com filantropia”**, explicou.

[SD 172] Outra percepção trazida pelas pesquisas é o protagonismo de consultorias, organizações não governamentais e escritórios de advocacia como fontes das reportagens que tratam do assunto. **“No levantamento do segundo trimestre, detectamos um aumento de parceria entre as companhias e faculdades de comunicação para a formação de profissionais com domínio da agenda ESG**, afirma Rinaldi. **“ESG é um colchão da reputação da empresa; comunicar de forma genuína e eficiente é o mínimo que as companhias devem fazer”**, acrescenta Rinaldi.

[SD 283] A **pressão regulatória e da sociedade estão puxando essa agenda**. Isso fica evidente quando observadas as respostas por representantes de diferentes setores econômicos.

A filiação de sentido “Soluções reformistas” destaca a sustentação dos mecanismos de funcionamento capitalista e os esforços para sua manutenção. Um dos objetivos do projeto Prática ESG é divulgar as ações empresariais. Percebe-se, ao longo da análise, que há uma regularidade discursiva em torno da ideologia da colonialidade. As soluções apresentadas por empresários, representantes de grupos financeiros e instituições exploram a perspectiva neoextrativista do Brasil e da América Latina. As bases para o desenvolvimento permanecem sob a lógica da exploração e da precificação da natureza, sem considerar outras perspectivas de relação homem-natureza.

A SD 36 e a SD 287 elencam uma série opções de negócios dentro da ordem que orienta a nova economia, ou economia verde. Soluções orientadas para diminuição de emissões de carbono e com alto potencial de lucratividade em um mercado mundial que carece de medidas para aplacar o aquecimento global. Não há atravessamento de sentidos, o discurso é claro destaca as benesses de negócios verdes e atende a uma necessidade de mercado (descarbonizar a economia).

Nesse sentido, falta ampliar a discussão sobre como tais soluções, demonstradas como extremamente rentáveis, serão desenvolvidas – custos ambientais, sociais, econômicos e culturais. Quais os reais impactos na descarbonização e no atendimento das metas climáticas estabelecidas em acordos globais com base em estudos científicos? Quais as mudanças de paradigmas serão realizadas no modo atual de fazer negócios, de forma a atender aos critérios ESG que relacionam os aspectos social, ambiental e de governanças? Essas são algumas conjecturas que, na perspectiva do jornalismo e, especialmente, do Jornalismo Ambiental, não são consideradas na cobertura da temática. Embora o público-alvo da publicação sejam os agentes financeiros, ao ser proposta uma abordagem que extrapola os aspectos econômicos e avança para temas sociais e ambientais, poderia haver uma dinâmica sistêmica. Contudo, a cobertura ESG é realizada seguindo as características do Jornalismo Econômico, é um jornalismo de mercado para o mercado.

A SD 127 apresenta um outro aspecto a ser analisado, que é a retroalimentação do sistema por meio de uma de suas principais ferramentas, que é o consumismo. O projeto que

estimula a logística reversa é baseado em incentivo para que o consumidor consuma mais produtos do grupo ao receber créditos para novas compras.

[SD 36] Um dado que ele destaca no livro é o de que o Brasil pode atrair, **até 2050, cerca de US\$ 3 trilhões em investimentos para o meio ambiente**, de acordo com estudo do Boston Consulting Group (BCG) do ano passado. Isso dimensiona, em sua opinião, o **potencial do país em energia limpa, biocombustíveis e hidrogênio verde, indústria verde com produtos com baixa pegada de carbono e os serviços ecossistêmicos e soluções baseadas na natureza (NbS)**. “Essa é uma janela magnífica que o Brasil tem nas próximas três décadas”, aponta.

[SD 127] Outro projeto que a Heineken trabalha desde 2018, e que foi ampliado este ano, é o **Volte Sempre, uma parceria com o Grupo Seiva, empresa de projetos socioambientais para logística reversa**, e a fabricante de vidros Owens-Illinois (O-I). O programa consiste em ter **equipamentos de coleta de garrafas em vários pontos da cidade, como supermercados**, condomínios, bares e restaurantes, para coleta e trituração de embalagens de vidro descartáveis. **Quem participa recebe crédito na compra de produtos do grupo.**

[SD 287] Uma parte do estudo se dedica a elencar algumas dessas frentes em potencial, como a **agricultura regenerativa, ao destacar que a agropecuária no Brasil se diferencia por conseguir aumentar a produtividade e produção sem abrir mais pastos. Também aponta o amplo leque de oportunidades em energia. “O Brasil tem oportunidade de se tornar líder mundial na economia verde, com receitas potenciais de aproximadamente R\$ 200 bilhões apenas na produção de créditos de carbono e de hidrogênio verde”**, aponta o estudo, que leva em consideração dados da EPE, EPBR, BTG Pactual e comunicados de empresas.

Na análise do *corpus*, foi encontrada a filiação de sentido que critica aspectos do funcionamento do capitalismo verde na adoção de soluções parciais e paliativas e que não enfrentam a emergência socioambiental e sistêmica atual. A SD 180 se refere aos resultados do relatório *State of Finance for Nature*, divulgado na COP 28 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma). Entre outras informações, o documento informa que cerca de US\$ 7 trilhões de recursos públicos e privados são investidos por ano, no mundo, em atividades que têm impacto negativo direto na natureza – o equivalente a algo próximo a 7% do Produto Interno Bruto global. Uma das fontes manifesta a necessidade de “parar o financiamento da destruição da natureza”. Importa destacar que a matéria foi realizada pela jornalista Daniela Chiaretti, repórter especial de Meio Ambiente do jornal.

As SD 86 e SD 255 apresentam fontes com posições que têm questionamentos pertinentes ao contexto de propostas que apenas visam reformar o sistema. Na SD 86, um sindicalista pondera a necessidade de considerar os empregos na transformação da indústria automotiva para a produção de carros elétricos. Ressalta-se que ele é a única fonte diversa, ou

seja, que não atua nos ecossistemas empresarial e financeiro, ouvida no conjunto de textos analisados.

A SD 255, igualmente, alinha-se ao posicionamento crítico, embora inserido na lógica de mercado, de que, em razão da mudança comportamental dos consumidores, investimentos sustentáveis serão alavancados. Entretanto, um movimento em que todos os atores convergem para os mesmos princípios se faz necessário.

[SD 86] “O assunto é bem complexo porque envolve duas questões: **a ambiental, que temos que ter preocupação mesmo, e a social; não dá para não considerar as pessoas.** Como ficam os trabalhadores? A transição vai ser justa?”, comenta Jamil Dávila, secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba, região onde estão as fábricas da Volkswagen, Renault e Volvo, que, juntas, empregam cerca de 11 mil pessoas

[SD 180] Um parceiro do Pnuma no estudo, a Global Canopy (organização que busca indicar com dados as forças de mercado que destroem o meio ambiente) ressaltou que **continuar fazendo negócios como sempre, o business as usual, representa grave ameaça ao planeta.**

“A análise reforça a necessidade urgente de uma transição para práticas de negócios sustentáveis e de **parar o financiamento da destruição da natureza**”, disse Niki Mardas, diretor executivo da Global Canopy.

[SD 255] Gorini reitera que, assim como a **tendência comportamental de consumo está mudando, com pessoas mais preocupadas com suas escolhas de marcas e produtos, as escolhas de investimento também tendem a mudar para se adaptar para onde o mundo precisa ir.** Mas, como fazer esse processo mais rápido é ainda um desafio e vai depender, em sua opinião, das pessoas saírem de uma **lógica individualista para uma agenda de convergência, mais coletiva e colaborativa.** “Gestão de risco não é de crédito, é de contexto. **Não existe empresa saudável em uma sociedade doente**”, comenta.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cientistas do clima alertam que é praticamente certo que o mundo não conseguirá limitar o aquecimento global a 1,5 graus e está no caminho para temperaturas ainda mais acentuadas do que as previstas para esse patamar. Uma pesquisa de 2024, realizada pelo jornal inglês *The Guardian* com especialistas em clima que integram o IPCC, constatou que 77% dos entrevistados acreditam que as temperaturas globais atingirão pelo menos 2,5 °C acima dos níveis pré-industriais, um grau devastador de aquecimento; 42% acham que será mais de 3 °C; e apenas 6% acham que o limite de 1,5 °C será alcançado. A previsão é sombria e catastrófica (Carrington, 2024).

Mais uma vez, como em outros momentos da história, a tragédia é vista como uma oportunidade econômica. Entretanto, a gravidade do cenário socioambiental enfrentado hoje se difere do período colonial. Agora, todos estão em risco, embora acreditem que não. Sabe-se que, em um planeta com tamanha desigualdade, os mais impactados inicialmente serão os vulneráveis, os excluídos, os racializados, mas os custos do aquecimento global vão chegar a todos em algum momento.

Foi em meio a previsões de um futuro distópico e uma realidade que evidencia os impactos das mudanças climáticas que o movimento ESG assumiu, nos últimos anos, protagonismo na agenda empresarial mundial, como uma tentativa de esverdear o capitalismo e financiar soluções com potencial de frear a crise ambiental e manter a dinâmica de mercado. No Brasil, o ESG ainda é visto como um nicho de mercado que tende a crescer, que está em franco desenvolvimento e que recebe especial atenção do mercado de capitais.

A análise permitiu constatar que o ESG, no contexto brasileiro, é uma ferramenta mercadológica que permite a alavancagem dos negócios na nova economia. Ainda que haja resistência por medo de riscos, as finanças sustentáveis estão sendo desenvolvidas com vistas ao potencial do Brasil em termos de recursos naturais.

A fase atual exige uma mudança no modo de a humanidade estar no mundo – consumo, alimentação, moradia, relacionamentos, negócios –, embora possa existir, por parte de alguns agentes do capital, uma real preocupação com questões sociais e ambientais, o paradigma não foi alterado e não é essa a intensão da pauta ESG. O econômico, agora orientado por estratégias de governança, ocupa a parte mais alta na balança, e os aspectos social e ambiental são os meios de obter novas formas de lucratividade, desenvolvendo produtos e serviços a serem

consumidos, e, assim, realimentar um sistema que tem sido permanentemente reciclado, sob inovadores formatos de exploração e de opressão.

Por ser um termo criado pelo movimento empresarial, as matérias sobre a temática ESG integram as editoriais relacionadas a Economia, Negócios e temas afins. Isso, pelo nosso entendimento, confere protagonismo para as soluções reformistas, simplificando a problemática ambiental, como se o aporte de recursos fosse a resposta mais importante para a emergência climática.

Como apontam os estudos do Jornalismo Ambiental, ao tematizar o meio ambiente as notícias se restringem aos saberes de especialistas como detentores de autoridade, apagando os saberes ligados a outros modos de vida (Bueno, 2007; Girardi *et al.*, 2012). Embora esta análise não se proponha a realizar estudo de vozes, interessa destacar que nos textos, majoritariamente, as fontes ouvidas são representantes empresariais ou de entidades do mercado, beirando o jornalismo declaratório³⁹. Não se percebe questionamento sobre as ações e os projetos propostos por essas vozes e não há verificação acerca da eficácia dos resultados ou da efetividade das ações divulgadas. Nesse sentido, o risco de o veículo se tornar uma plataforma de *greenwashing* é considerável, lembrando Strauss (2021), que fala da preocupação dos jornalistas europeus que trabalham com finanças sustentáveis.

Outro ponto a observar e que, de certa forma, corrobora a consideração anterior, diz respeito ao tratamento das matérias sobre o episódio de afundamento do solo em decorrência da ação de mineração da Braskem, em Maceió, ocorrido em novembro de 2023 (Correa, 2023). Durante o período de análise, a cobertura do acontecimento integrou o projeto Prática ESG. Embora, ressalta-se mais uma vez, não seja objeto de análise o discurso sobre a cobertura específica, é interessante destacar que as matérias realizadas só apresentaram a versão da Braskem, com destaque para a versão do presidente da companhia, as iniciativas de mitigação e a justificativa oficial da empresa para o cancelamento da participação na COP 28.

Uma cobertura jornalística que não busca a pluralidade de vozes, em especial quando essa cobertura se propõe a tratar da temática socioambiental e, com isso, avança para campos já consolidados, como o Jornalismo Ambiental, é uma cobertura que escolhe um lado e não desempenha a sua função. É preciso, na cobertura ESG, empregar uma lente mais crítica sobre

³⁹ Prática relacionada ao ato de construir as notícias embasadas apenas em declarações e versões de fontes. Para aprofundamento sobre o termo, consultar: Chagas; Cruz (2022).

as práticas do mercado, verificar se as promessas estão sendo cumpridas e quais os impactos de tais ações.

Aliás, o espaço da temática, que cresce nos veículos hegemônicos, poderia ser uma oportunidade de avançar na urgente educação ambiental da sociedade. Como destaca Loose (2019, p. 74), o jornalismo deve contribuir para a “formação de sociedades mais resilientes por meio da amplificação de informações qualificadas e que apontem caminhos para o enfrentamento da emergência climática”.

O percurso trilhado até o presente nos mostra que fracassamos; porém, longe de ser utopia, há alternativas sistêmicas que mostram caminhos alternativos para uma humanidade em crise de civilização. Há um pluriverso de potencialidades reais de existirmos baseados na racionalidade ambiental, que sustenta a vida, superando a estreita racionalidade baseada no crescimento econômico infinito por meio da exploração finita de recursos naturais. Para tanto, é necessário resistência, e o jornalismo possui o importante papel de oportunizar debates qualificados e mostrar perspectivas. Assim, é preciso levar mais a sério a cobertura sobre o meio ambiente, independentemente da editoria que esteja tratando do assunto.

Conforme Kill (2017) enfatiza, é preciso falarmos sobre como a natureza é invisibilizada em nosso sistema econômico atual. Já passou do momento de redefinirmos a economia para se adequar à natureza. É preciso a reinserção do político no discurso ambiental, falar sobre poder e privilégio, sobre injustiça e dívida climática. Precisamos pensar que tipos de sociedade e economia queremos construir.

Esta pesquisa buscou compreender a construção de sentidos da perspectiva ESG no Jornalismo Econômico e evidenciou que há a manutenção da lógica do mercado e a proposição de soluções sob a ideologia colonial, fortalecendo um discurso neoextrativista sobre os recursos naturais brasileiros. Por ser um conceito relativamente novo, há a necessidade de avançar em estudos no âmbito de mestrado e doutorado.

Quando o Jornalismo Econômico se propõe a tratar da pauta ambiental faz-se necessário avançar da lente da racionalidade econômica para a lente da racionalidade ambiental. O Jornalismo Ambiental propõe que as especialidades do jornalismo incorporem a racionalidade ambiental, para que o meio ambiente passe de exceção a tema transversal no fazer jornalístico. A crise socioambiental é complexa e para seu enfrentamento é necessário reorientar a sociedade em direção diversa a que estamos seguindo, ainda mais com evidências científicas incontestáveis sobre a proximidade do colapso do planeta.

REFERÊNCIAS

- ABNT. **ABNT PR 2030:2022**: Versão Corrigida:2023: Ambiental, social e governança (ESG) – Conceitos, diretrizes e modelo de avaliação e direcionamento para organizações. Rio de Janeiro: ABNT, 2023.
- ACOSTA, Alberto. La renovada dependencia extractivista. Violencia sobre cuerpos, territorios y visiones. *In*: SILVA SANTISTEBAN, Rocío (ed.). **Mujeres indígenas frente al cambio climático**. Lima: IWGIA – Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas, 2019. p. 17-34.
- ACOSTA, Alberto. O Buen Vivir: uma oportunidade de imaginar outro mundo. *In*: SOUSA, C. M. (org.). **Um convite à utopia** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2016. p. 203-233. (Um convite à utopia collection, 1). Disponível em: <https://books.scielo.org/id/kcdz2/pdf/sousa-9788578794880-06.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2024.
- ACOSTA, Alberto; BRAND, Ulrich. **Pós-extrativismo e decrescimento**: saídas do labirinto capitalista. São Paulo: Elefante, 2018.
- ALTHUSSER, Louis. Aparelhos ideológicos de Estado. *In*: ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre aparelhos ideológicos de Estado. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985. p. 53-107.
- ALVES, Elvisney A. Dimensões da responsabilidade social da empresa: uma abordagem desenvolvida a partir da visão de Bowen. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 37-45, 2003.
- ANDERSON, Teresa. Agricultura climaticamente inteligente. *In*: KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto (coord.). **Pluriverso**: un diccionario del posdesarrollo. Barcelona: Icaria Editorial, 2019. p. 85-88.
- ANDRADE, Daniel C. Economia e meio ambiente: aspectos teóricos e metodológicos nas visões neoclássica e da economia ecológica. **Leituras de economia política**, Campinas, n. 14, p. 1-31, ago./dez. 2008.
- ANGUS, Ian. **Facing the Anthropocene**: fossil capitalism and the crisis of the earth system. New York: Monthly Review Press, 2016.
- ARRESE, Angel; VARA-MIGUEL, Alfonso. Periodismo y Economía. *In*: Maritza Sobrados León (ed.). **Estudios de periodismo político y económico**. Madrid: Editorial Fragua, 2016. p. 47-80.
- ARTAXO, Paulo. As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 100, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.005>. Acesso em: 20 fev. 2024.

ARTAXO, Paulo. **“Passamos da etapa do aquecimento, estamos em uma emergência climática ou de ebulição global”**. Entrevistador: Paulo Schueler. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, 2023. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/passamos-da-etapa-do-aquecimento-estamos-em-uma-emergencia-climatica-ou-de>. Acesso em: 13 nov. 2023.

AVELLAR, Fabiana Araujo. **A perspectiva ESG no branding das gestoras de fundos investimento como estratégia de diferenciação**. 2022. 161 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Economia Criativa) – Escola Superior de Propaganda e Marketing do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/observatorio/detalhamento/teses-e-dissertacoes/36930000?search=A+perspectiva+ESG+no+branding+das+gestoras+de+fundos+investimento+como+estrat%C3%A9gia+de+diferencia%C3%A7%C3%A3o&size=20&page=0>. Acesso em: 14 mar. 2024.

AZAM, Geneviève. Decrescimento. *In*: SOLÓN, Pablo (coord.). **Alternativas sistêmicas: Bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe terra e desglobalização**. São Paulo, Elefante, 2019. p. 65-83.

BALDINI, Lauro; ZOPPI-FONTANA, Mónica. A análise do discurso no Brasil. **Décalages**, [S. l.], v. 1, n. 4, 2014.

BARBOSA, Inae de Sousa. **Relevância do desempenho ambiental, social e de governança e de sua divulgação em mídias sociais**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2021. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=10973711. Acesso em: 14 mar. 2024.

BELMONTE, Roberto. V. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. **Revista Brasileira de História da Mídia**, [São Paulo], v. 6, n. 2, p. 110-125, 2017.

BENETTI, Márcia. A ironia como estratégia discursiva da revista Veja. **Líbero**, [São Paulo], n. 20, p. 37-46, 2007. Disponível em: <https://static.casperlibero.edu.br/uploads/2014/05/A-ironia-como-estrat%C3%A9gia.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BENETTI, Marcia. Análise do discurso como método de pesquisa em comunicação. *In*: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (org.). **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 235-256.

BERGER, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

BERGER, Christa. Em torno do discurso jornalístico. *In*: FAUSTO NETO, Antônio; PINTO, Milton José (org.). **O indivíduo e as mídias: ensaios sobre comunicação, política, arte e sociedade no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996. p. 188-193.

BERTÃO, Naiara. Imagem e reputação são principais motivações para adoção de práticas ESG, aponta estudo. **Valor Econômico**, São Paulo, 31 jul. 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/esg/noticia/2023/07/12/imagem-e-reputacao-sao-principais-motivacoes-para-adocao-de-praticas-esg-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2023.

BITTENCOURT, Epaminondas; CARRIERI, Alexandre. Responsabilidade social: ideologia, poder e discurso na lógica empresarial. **RAE: Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 45, p. 10-22, 2005. Disponível em: <https://hml-bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/37324>. Acesso em: 20 out. 2023.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BOWEN, Howard R. **Social responsibilities of the businessman**. New York: Harper & Brothers, 1953.

BRANCO, Pércio de Moraes. **Breve história da Terra**. Brasília: Serviço Geológico do Brasil – CRPM, 2016. Disponível em: <http://www.cprm.gov.br/publique/SGB-Divulga/Canal-Escola/Breve-Historia-da-Terra-1094.html>. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRAND, Ulrich; WISSEN, Markus. **Modo de vida imperial**: sobre a exploração de seres humanos e da natureza no capitalismo global. Tradução de Marcela Couto. São Paulo: Elefante, 2021.

BRASIL lidera comitativa recorde de 1.337 pessoas na COP-28 em Dubai. **Amazônia Online**, [Belém], 8 dez. 2023. Disponível em: <https://amazoniaonline.com.br/2023/12/07/brasil-lidera-comitativa-recorde-de-1-337-pessoas-na-cop-28-em-dubai/>. Acesso em: 8 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.119, de 13 de janeiro de 2021**. Institui a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais; e altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para adequá-las à nova política. Brasília: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/114119.htm. Acesso em: 3 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Plano de Transformação Ecológica do Brasil é lançado na COP 28**. Brasília: Ministério da Fazenda, 2023. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202312/plano-de-transformacao-ecologica-do-brasil-e-lancado-na-cop-28>. Acesso em: 10 abr. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Protocolo de Quioto**. Brasília: MMA, [20--]. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/protocolo-de-quioto.html> Acesso em: 28 jan. 2024.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Serviços ecossistêmicos**. Brasília: MMAMC, [202-]. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/biodiversidade-e-ecossistemas/ecossistemas/conservacao-1/servicos-ecossistemicos>. Acesso em: 3 mar. 2023.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 66, p. 7-23, 2009.

BRINGEL, Breno; SVAMPA, Maristella. Del “Consenso de los Commodities” al “Consenso de la Descarbonización”. **Nueva Sociedad**, Buenos Aires, n. 306, p. 51-70, jul./ago. 2023.

BUENO, Wilson da C. **Comunicação e jornalismo ambiental: teoria e pesquisa**. São Paulo: Majoara Editorial, 2007.

BUSINESS ROUNDTABLE. **Business Roundtable redefines the purpose of a corporation to promote ‘Na Economy That Serves All Americans’**. Washington, DC: BR, 2019. Disponível em: <https://www.businessroundtable.org/business-roundtable-redefines-the-purpose-of-a-corporation-to-promote-an-economy-that-serves-all-americans>. Acesso em: 12 dez. 2023.

CAMPOS, Pedro. C. Meio Ambiente: a sustentabilidade passa pela educação (em todos os níveis, inclusive pela mídia). **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 387-419, 2006. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/42>. Acesso em: 20 out. 2023.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural. **Revista Extensão Rural**, Emater/RS, Porto Alegre, v. 1, n. 1, jan./mar. 2000.

CARRINGTON, Damian. We asked 380 top climate scientists what they felt about the future... **The Guardian**, London, 8 May 2024. Disponível em: <https://www.theguardian.com/environment/ng-interactive/2024/may/08/hopeless-and-broken-why-the-worlds-top-climate-scientists-are-in-despair>. Acesso em: 8 de maio 2024.

CARVALHO, Anabela. Discourses for transformation? Climate change, power and pathways to the future. In: KRIPPENDORF, Klaus; HALAB, Nour (org). **Discourses in action: what language enables us to do**. London: Routledge, 2020.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón. Prólogo. Giro decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOQUEL, Ramón (coord.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre: Universidad Central: Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos: Pontificia Universidad Javeriana: Instituto Pensar, 2007. p. 9-46.

CEBALLOS, Gerardo; Ehrlich, Paul R. Mutilation of the tree of life via mass extinction of animal genera. **Proceedings of the National Academy of Sciences PNAS**, [Washington DC], v. 120, n. 39, e2306987120, 18 Sep. 2023. Disponível em: <https://orcid.org/0000-0001-8374-2656>. Acesso em: 3 mar. 2024.

CHAGAS, Luã José Vaz; CRUZ, Marcio Camilo da. Jornalismo declaratório na cobertura eleitoral e a dependência das fontes oficiais. **Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo**, [S. l.], v. 11, n. 2, 15 dez. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.25200/SLJ.v11.n2.2022.494>. Acesso em: 10 dez. 2023.

CHAKRABARTY, Dispech. The climate of history: four theses. **Critical Inquiry**, Chicago, v. 35, n. 2, p. 197-222, 2009.

CHARAUDEAU, P. **Discursos das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

COLLATO, Camila; IJUIM, Jorge K. Jornalismo ambiental: reflexões sobre conhecimento, direitos humanos e complexidade. **RIDH**, Bauru, v. 10, n. 2, p. 199-221, jul./dez., 2022. Disponível em: <https://www2.faac.unesp.br/ridh3/index.php/ridh/article/view/146>. Acesso em: 19 jul. 2023.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COMO A MÍDIA e o mercado cobriram o ESG no segundo trimestre. **Propmark**, São Paulo, 12 set. 2023. Disponível em: <https://propmark.com.br/como-a-midia-e-o-mercado-cobriram-o-esg-no-segundo-trimestre>. Acesso em: 25 nov. 2023.

CONVENÇÃO sobre Mudança do Clima. Editado e traduzido pelo Ministério da Ciência e Tecnologia com o apoio do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil. Brasília, 1992. Disponível em: <https://cetesb.sp.gov.br/proclima/wp-content/uploads/sites/36/2014/08/convencaomudancadoclima.pdf>. Aceso em: 15 jan. 2024.

CORREA, Gabriel. Bairros em Maceió correm o risco de colapsar com afundamento do solo. **Radioagência**, Brasília, 31 nov. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2023-11/bairros-em-maceio-correm-o-risco-de-colapsar-com-afundamento-do-solo>. Acesso em: 15 fev. 2024.

CRUTZEN, Paul. J. Geology of mankind. **Nature**, Washington DC, v. 415, n. 3, p. 23, 2002.

CRUTZEN, Paul. J.; STOERMER, E. F. The Anthropocene. **IGBP Global Change Newsletter**, Stockholm, n. 41, p. 17-18, 2000.

CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **Resolução CVM 193, de 20 de outubro de 2023**. Dispõe sobre a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo International Sustainability Standards Board - ISSB. Disponível em: <https://conteudo.cvm.gov.br/legislacao/resolucoes/resol193.html>. Acesso em: 11 fev. 2024.

DALLA VECHIA, Veridiana. Meio ambiente e desenvolvimento no discurso do jornalismo de economia. **Verso e Reverso**, Unisinos, São Leopoldo, v. 30, n. 75, p. 221-232, set./dez. 2016.

DANTAS, Fernanda. Aspecto ambiental ainda é foco das empresas ao divulgar práticas de ESG: estudo aponta que marcas conseguiram R\$ 278 milhões em mídia espontânea ao abordar o tema. [Entrevistada por] Rafael Farias Teixeira. **Fast Company Brasil**, São Paulo, 21 set. 2023. Disponível em: <https://fastcompanybrasil.com/news/aspecto-ambiental-ainda-e-foco-das-empresas-ao-divulgar-praticas-de-esg/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

DEMARIA, Federico; LATOUCHE, Serge. Decrecimiento. *In*: KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto (coord.). **Pluriverso**: un diccionario del posdesarrollo. Barcelona: Icaria Editorial, 2019. p. 204-207.

DIAS, Guilherme; NEFFA, Elza; TOSTES, José. Pagamentos por serviços ambientais, mercado de crédito de carbono e as trocas desiguais. **Boletim do Observatório Ambiental**, [S. l.], v. 14, n. 2, p. 235-254, 2020.

EFRAG. **About us**: general presentation. Disponível em: <https://www.efrag.org/lab6?AspxAutoDetectCookieSupport=1>. Acesso em: 10 fev. 2024.

ELHACHAM, Emily; BEN-URI, Liad; GROZOVSKI, Jonathan; BAR-ON, Yinon M.; MILO, Ron. Global human-made mass exceeds all living biomass. **Nature**, Washington DC, v. 588, p. 442-444, 2020. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41586-020-3010-5>. Acesso em: 10 fev. 2024.

ESG: Por que a busca pelo termo cresceu 1200% em 2 anos. **Exame**, São Paulo, 13 set. 2022. Disponível em: <https://exame.com/esg/esg-por-que-a-busca-pelo-termo-cresceu-1200-em-2-anos/>. Acesso em: 25 nov. 2023.

ESPECIAL Mundo em colapso com Ailton Krenak, Carlos Nobre e Daniela Chiaretti. [S. l.]: Agência Pública, 2024. 1 vídeo (64 min). Publicado pelo canal Agência Pública. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gjuhLBIZX4o>. Acesso em: 14 mar. 2024.

FAIRHEAD, James; LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. Green grabbing: a new appropriation of nature? **Journal of Peasant Studies**, [S. l.], v. 39, n. 2, p. 237-261, abr. 2012.

FANKHAUSER, Sam. The meaning of net zero and how to get it right. **Nature Climate Change**, [S. l.], v. 12, p. 15-21, 2022. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41558-021-01245-w>. Acesso em: 12 dez. 2023.

FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA. **La agricultura climáticamente inteligente**. Roma: FAO, c2024. Disponível em: <https://www.fao.org/climate-smart-agriculture/overview/es/>. Acesso em: 3 mar. 2024.

FATHEUER, Thomas. **New Economy of Nature: A Critical Introduction**. Berlim: Heinrich Böll Foundation, 2014. (Publication Series Ecology, 35).

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial**: pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

FERREIRA, Maria Cristina L. Análise do Discurso. *In*: LEANDRO FERREIRA, Maria Cristina (org.). **Glossário de termos do discurso**. Campinas, SP: Pontes Ed., 2020. p. 23-26.

FERREIRA, Maria. Cristina. L. (org.). **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: Gráfica da UFRGS, 2001.

FOWLER, Guilherme; MIRANDA, Bruno Varella; RODRIGUES, Vinicius Picanço; SAES, Maria Sylvia Macchione. ESG: disentangling the governance pillar. **RAUSP Management Journal**, Constanta, v. 56, n. 4, p. 482-487, 2021.

FURTADO, Fabrina Pontes; PAIM, Elisangela. Energia renovável e extrativismo verde: transição ou reconfiguração? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 26, n. 1, 2024. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/7432>. Acesso em: 2 jun. 2024.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRARDI, Ilza M. T; SCHWAAB, Régis; MASSIERER, Carine; LOOSE, Eloísa. B. Caminhos e descaminhos do Jornalismo Ambiental. **Comunicação & Sociedade**, São Paulo, v. 34, n. 1, p. 131-52, 2012.

GIRARDI, Ilza. M. T; LOOSE, Eloísa B.; STEIGLEDER, Débora; BELMONTE, Roberto V., MASSIERER, Carine. A contribuição do princípio da precaução para a epistemologia do Jornalismo Ambiental. **Reciis: Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 279-91, abr./jun. 2020. Disponível em: www.reciis.icict.fiocruz.br. Acesso em: 10 fev. 2024.

GRI. **Tradução para o português**. [Amsterdam]: GRI, 2024. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/how-to-use-the-gri-standards/gri-standards-portuguese-translations/>. Acesso em: 13 fev. 2024.

GUDYNAS, Eduardo. Cambio climático, extractivismos y género: crisis entrelazadas dentro del desarrollo. In: SILVA SANTISTEBAN, Rocío. **Mujeres indígenas frente al cambio climático**. Lima: IWGIA, Grupo Internacional de Trabajo sobre Asuntos Indígenas, 2019. p. 49-72.

GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismos**: Ecología, economía y política de um modo de entender el desarrollo y la naturaleza. Bolivia: Claes-cedib, 2015.

GUDYNAS, Eduardo. Transições ao pós-extrativismo: sentidos, opções e âmbitos. In: DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 174-212.

GUTERRES, António. “A humanidade abriu as portas do inferno”, alerta António Guterres, secretário-geral da ONU. [Reportagem de] Valerie Volcovici e Kate Abnett. **Agência Brasil**, Brasília, 25 set. 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/632542-a-humanidade-abriu-as-portas-do-inferno-alerta-antonio-guterres-secretario-geral-da-onu>. Acesso em: 10 fev. 2024.

HALL, S.; CHRITCHER, C.; JEFFERSON, T.; CLARKE, J.; ROBERTS, B. A produção social das notícias: o mugging nos media. In: TRAQUINA, Nelson (org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Vega, 1993.

HAMILTON, C. Human destiny in the Anthropocene. *In*: HAMILTON, Clive; GEMENNE, Francois; BONNEUIL, Christophe (ed.). **The Anthropocene and the global environmental crisis**. New York: Routledge, 2015. p. 32-43.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom Cultura Científica**: pesquisa, jornalismo e arte, Campinas, ano 3, n. 5, p. 139-146, 2016.

HERCULANO, Selene. O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental. **INTERFACEHS**: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, [São Paulo], v. 3, p. 1-20, 2008. Disponível em <https://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/07/art-2-2008-6.pdf>. Acesso em 12 de janeiro de 2024.

HOLANDA, Juliana. S. Pietari.; KÄÄPÄ, P.; COSTA, Luciana. M. Jornalismo ambiental: características e interfaces de um campo em construção. **Intercom**: Rev. Bras. Ciênc. Comun., São Paulo, v. 45, e2022109, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-58442022109pt>. Acesso em: 3 nov. 2023.

IBGC – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **O IBGC**. São Paulo: IBGC, [20--]. Disponível em: <https://www.ibgc.org.br/quemsomos>. Acesso em: 12 dez. 2023.

IFRS. **About the International Sustainability Standards Board**. London: IFRS, c2024. Disponível em: <https://www.ifrs.org/groups/international-sustainability-standards-board/>. Acesso em: 11 fev. 2024.

INATOMI, T. A. H.; UADETA, M. E. M. Análise dos impactos ambientais na produção de energia dentro do integrado de recursos. *In*: WORKSHOP INTERNACIONAL BRASIL-JAPÃO, 3., 2005, Campinas. **Anais [...]**. Campinas: Agência FAPESP, 2005.

INDURSKY, Freda. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva. *In*: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise do discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. p. 75-88.

IPAM – INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA. **Qual é o objetivo da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC)?** Belém: IPAM, [20--]. Disponível em: <https://ipam.org.br/entenda/qual-e-o-objetivo-da-convencao-quadro-das-nacoes-unidas-sobre-mudanca-do-clima-unfccc>. Acesso em: 15 jan. 2024.

IPCC – THE INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE. **Climate Change 2022**: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Cambridge, United Kingdom: Cambridge University Press, 2022. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-ii/>. Acesso em: 15 set. 2023.

IRIGARAY, H. A. R.; STOCKER, F. ESG: novo conceito para velhos problemas. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 4, 2022, p. 1-4, jul. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/YKyfRmPDHhtGm3LG8jW6DQM/?lang=pt>. Acesso em: 12 dez. 2023.

KILL, Juta. *Comércio de serviços ecossistêmicos: quando o pagamento por serviços ambientais fornece uma licença para destruir*. New York: World Rainforest Movement, 2014.

KILL, Juta. **Valoração econômica e pagamento por serviços ambientais: reconhecimento do valor da natureza ou atribuição de preço à destruição da natureza?** Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2017.

KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto (coord.). **Pluriverso: un diccionario del posdesarrollo**. Barcelona: Icaria Editorial, 2019.

KOVACH, Bill; ROSENTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: O que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2004.

KRENAK, Ailton. “Bioeconomia é só um ajuste ao gosto do capitalismo”. Entrevistador: João Pedro Soares. **DW**, [Bonn], 12 nov. 2023. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/bioeconomia-%C3%A9-s%C3%B3-um-ajuste-ao-gosto-do-capitalismo/a-67380875>. Acesso em: 13 nov. 2023.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRUGLIANSKAS, Mônica. **Diferença entre Sustentabilidade e ESG: esses conceitos são a mesma coisa?** São Paulo: Progesa/ Fundação Instituto de Administração, 2021. Disponível em: <https://progesa.fia.com.br/diferenca-entre-sustentabilidade-e-esg-esses-conceitos-sao-a-mesma-coisa/>. Acesso em: 3 nov. 2023.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalismo econômico**. São Paulo: Editora da USP, 2000.

LATOURE, Bruno. **Onde aterrar?** Como se orientar politicamente no Antropoceno. Rio de Janeiro: Ed. Bazar do Tempo, 2020.

LEAL, Bruno; CARVALHO, Carlos Alberto. De fontes a agentes jornalísticos: a crítica de uma metáfora morta. **Revista Intexto**, Porto Alegre, p. 606-622, set./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/58536/35583>. Acesso em: 23 maio 2023.

LEE, Aileen. Welcome To The Unicorn Club: Learning From Billion-Dollar Startups. **TechCrunch**, San Francisco, 2 nov. 2013. Disponível em: <https://techcrunch.com/2013/11/02/welcome-to-the-unicorn-club/>. Acesso em: 28 dez. 2023.

LEFF, Enrique. Complexidade, racionalidade ambiental e diálogo de saberes. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n. 3, p. 17-24, set./dez. 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/9515>. Acesso em: 12 nov. 2023.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2006.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental, sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LENE, Hérica. O jornalismo e a construção do verdadeiro no campo econômico. **Fronteiras: estudos midiáticos**, Unisinos, São Leopoldo, ano VIII, n. 3, p. 212-222, set./dez. 2006.

LIMA, Lucila F. Projetos de MDL: Ferramenta para a formação da imagem corporativa sustentável. In: SOUZA, Rafael Pereira de *et al.* (coord.). **Aquecimento global e créditos de carbono: aspectos jurídicos e técnicos**. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

LOOSE, Eloísa. B. Contribuições do jornalismo para o enfrentamento da crise climática. **International Journal of Environmental Resilience Research and Science**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ijerr/article/view/25755>. Acesso em: 4 out. 2023.

LOOSE, Eloisa Beling. **Riscos climáticos no circuito da notícia local: percepção, comunicação e governança**. 2016. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

LOOSE, Eloísa B.; GIRARDI, Ilza M. T. Interfaces entre o debate colonial e os estudos de Jornalismo Ambiental. **Desenvolv. Meio Ambiente**, Curitiba, v. 58, p. 319-333, jul./dez. 2021.

LOOSE, Eloísa B.; GIRARDI, Ilza M. T. O Jornalismo Ambiental sob a ótica dos riscos climáticos. **Interin**, Curitiba, v. 22, n. 2, p. 154-172, jul./dez. 2017.

LÖWY, Michael. Crise ecológica e crise de civilização: a alternativa ecossocialista. In: LÉNA, Philippe; NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do (org.). **Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento et prosperidade**. Marseille: IRD Éditions, 2012.

MALHI, Y. The concept of the Anthropocene. **Annual Review of Environment and Resources**, San Mateo, USA, v. 42, p. 77-104, 2017. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/content/journals/10.1146/annurev-environ-102016-060854> Acesso em: 13 out. 2023.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia: jornalismo como produção social da segunda natureza**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1989.

MARIANI, Betânia. **O PCB e a imprensa**. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: UNICAMP, 1998.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Editora Unicamp, 2015.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. Justicia ambiental. *In*: KOTHARI, Ashish; SALLEH, Ariel; ESCOBAR, Arturo; DEMARIA, Federico; ACOSTA, Alberto (coord.). **Pluriverso: un diccionario del posdesarrollo**. Barcelona; Icaria editorial, 2019. p 316-319.

MAURÍCIO, Francisco R. C. Latifúndio eólico: energia renovável, *green grabbing* e modernização conservadora no Nordeste do Brasil. **Ser Social**, Brasília, v. 26, n. 52, p. 67-85, jan./jun. 2023.

MATIAS, Eduardo. **A humanidade contra as cordas: a luta da sociedade global pela sustentabilidade**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2014.

MATTIODA, Rosana. A.; CANGIOLIERI JUNIOR, Osiris. Abordagem dos conceitos do Triple Bottom Line no desenvolvimento integrado de produtos. **Revista SODEBRAS**, [S. l.], v. 7, n. XX, p. 7-14, 2012.

MCAFEE, Kathleen. The contradictory logic of global ecosystem services markets. **Development and Change**, Hoboken, v. 43, n. 1, p. 105-131, 2012.

MEADOWS, Donella H; MEADOWS, Dennis L; RANDERS, Jørgen; BEHRENS III, William W. **The limits to growth: a report for the Club of Rome's Project on the Predicament of Mankind**. New York: Universe Books, 1972.

MEBRATU, Desta. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. **Environmental Impact Assessment Review**, [S. l.], v. 18, n. 6, p. 493-520, 1998.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad**. Argentina: Ediciones del Signo, 2010.

MILANEZ, Bruno; SANTOS, Rodrigo. Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. **REPOCS: Revista Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 10, n. 19, p. 119-148, 10 dez 2013.

MORA, Camilo *et al.* Broad threat to humanity from cumulative climate hazards intensified by greenhouse gas emissions. **Nature Clim Change**, [S. l.], v. 8, p. 1062-1071, 19 Nov. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41558-018-0315-6>. Acesso em: 2 mar. 2024.

MOORE, Jason. **Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism**. Binghamton: PM Press, 2016.

MORIN, Edgar. **Ciência como Consciência**. Tradução de Maira D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e a ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortês, 2001.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A ideologia do desenvolvimento sustentável: notas para reflexão. **Revista Tamoios**, Rio de Janeiro, ano II, n. 2, p. 41-46, jul./dez. 2005.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

ORNELAS, Eduardo Brandão. **A visibilidade midiática da Vale S/A em tempos de destruição socioambiental**. 2022. 467 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_SP-1_84edac7daf97de7c1cd2508c1d94ae7c Acesso em 21 de fevereiro de 2024.

OUR common future: report of the World Commission on Environment and Development. Oslo: WCED, 1987. 300 p. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

PACTO GLOBAL DA ONU – REDE BRASIL. ESG: Entenda o significado da sigla ESG (Ambiental, Social e Governança) e saiba como inserir esses princípios no dia a dia de sua empresa. [S. l.]: ONU, c2024. Disponível em: <https://www.pactoglobal.org.br/pg/esg>. Acesso em: 15 ago. 2023.

PAULA, Elder Andrade de. **Capitalismo verde e transgressões**: Amazônia no espelho de Caliban. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2013.

PAVESE, Helena. Delineamentos de uma economia verde. *In*: GRAMKOW, Camila; PRADO, Paulo. **Política Ambiental. Economia verde**: desafios e oportunidades. Belo Horizonte: Conservação Internacional, 2011. p. 15-23.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1975.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. [1975]. *In*: GADET, Françoise.; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3 ed. Campinas: Unicamp, 1997. p. 163-252.

PNUMA. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza**: Síntese para tomadores de decisão. Brasília: PNUMA, 2011. Disponível em: www.unep.org/greeneconomy. Acesso em: 20 set. 2023.

PORTO, Marcelo; FINAMORE, Renan; FERREIRA, Hugo. Injustiças da sustentabilidade: conflitos ambientais relacionados à produção de energia “limpa” no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 100, p. 37-64, maio 2013.

PRÁTICA ESG no Valor e no Globo. **Portal dos Jornalistas**, São Paulo, 16 mar. 2022. Disponível em: <https://www.portaldosjornalistas.com.br/pratica-esg-no-valor-e-no-globo/>. Acesso em: 21 set. 2023.

PRESTON, Lee. Corporation and society: the search for a paradigm. **Journal of Economic Literature**, Pittsburgh, p. 435-453, 1975.

PRUINELLI, Andréia. M. Formação Ideológica. *In*: LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina (org.). **Glossário de termos do discurso**. Campinas, SP: Pontes Ed., 2020. p. 121-124.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Edições Almedina, 2009. p. 73-118.

REGINATO, Gisele. D. **As finalidades do jornalismo**: o que pensam veículos, jornalistas e leitores. 2016. 260 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

REGINATO, Gisele. D. Informar de modo qualificado: a finalidade central do jornalismo nas sociedades democráticas. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 43-53, jan./jun. 2020.

REYES CARRANZA, Mariana. El discurso del Antropoceno: limitaciones ante la emergencia climática. *In*: TORNEL, Carlos (coord.). **Alternativas para limitar el calentamiento global en 1.5°C**: más allá de la economía verde. Ciudad de México: Fundación Heinrich Böll, 2019. p. 86-105.

RIBEIRO, T.; LIMA, A. Environmental, social and governance (ESG): Mapeamento e análise de clusters. **RGC: Revista de Governança Corporativa**, São Paulo, v. 9, n. 1, e0120, 2022. Disponível em: <https://iberoamericancg.org/Journals/article/view/120/84>. Acesso em: 3 mar. 2024.

RICHARDSON, Katherine *et al.* Earth beyond six of nine planetary boundaries. **Science Advances**, [Washington DC], v. 9, n. 37, 13 Sep. 2023.

ROCKSTRÖM, J. *et al.* A safe operating space for humanity. **Nature**, Washington DC, v. 461, p. 472-475, 23 Sep. 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/461472a>. Acesso em: 2 mar. 2024.

RUDDIMAN, W. F. The Anthropogenic Greenhouse Era began thousands of years ago. **Climatic Change**, [S. l.], v. 61, p. 261-293, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1023/B:CLIM.0000004577.17928.fa>. Acesso em: 21 set. 2023.

SACCHITIELLO, Bárbara. Quais veículos dão mais espaço aos temas e pautas ESG? **Meio & Mensagem**, São Paulo, 12 set. 2023. Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/midia/quais-os-veiculos-que-dao-mais-espaco-a-pauta-esg>. Acesso em: 12 set. 2023.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento**: incluyente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SARTI, Milena. M.; CHIARETTI, Paula. O lugar da paráfrase no trabalho do analista do discurso. **Revista Investigações**, Recife, v. 29, n. 2, p. 69-89, jul. 2016.

SANTOS, Thiago Hesso dos. **Crises de imagem, estratégias de resposta e o engajamento no ambiente digital**: um estudo com as marcas Carrefour e Vale. 2022. 183 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/observatorio/detalhamento/teses-e-dissertacoes/37224922?search=Crises+de+imagem,+estrat%C3%A9gias+de+resposta+e+o+engajamento+no+ambiente+digital:+um+estudo+com+as+marcas+Carrefour+e+Vale&size=20&page=0>. Acesso em: 14 mar. 2024.

SCHWAAB, Régis., ZAMIN, A. O discurso jornalístico e a noção-conceito de interdiscurso. **Vozes e diálogo**, Itajaí, SC, v. 13, n. 1, p. 49-62, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/vd/article/view/5387>. Acesso em: 26 set. 2023.

SCHNEIDER, H. An austrian take on ESG. **MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy, Law and Economics**, São Paulo, v. 9, 2021. Disponível em: <https://www.revistamises.org.br/misesjournal/article/view/1416>. Acesso em: 22 jun. 2023.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SCHIAVINATTO VITTI, Gustavo. Capital, colonialidade e extrativismo: notas sobre as práticas territoriais de poder no setor mineral. **Geographia Opportuno Tempore**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 117-133, 2019.

SILVA, Cleyton M.; ARBILLA, Graciela. Antropoceno: os desafios de um novo mundo. **Revista Virtual de Química**, Niterói, v. 10, n. 6, p. 1619-47, 2018.

SILVA, Cleyton. M.; ARBILLA, Graciela; MACHADO, Wilson; SOARES, Ricardo. Radionuclídeos como marcadores de um novo tempo: o Antropoceno. **Química Nova**, Campinas, v. 43, n. 4, p. 506-14, 2020.

SILVA, Marina. Marina Silva, ex rival de Bolsonaro: “Hay que evitar la trampa del populismo”. Entrevistador: Fernando Fuentes. **La Tercera**, Santiago, 27 nov. 2018. Disponível em: <https://www.latercera.com/la-tercera-pm/noticia/marina-silva-ex-rival-de-bolsonaro-hay-que-evitar-la-trampa-del-populismo/419880/>. Acesso em: 5 set. 2024.

SILVEIRA, Sandra Maria Barroca. **O audiovisual como recurso para resgate reputacional**: a Teoria da Reparação da Imagem e o Discurso de Renovação na Comunicação ESG em cenário pós-crise. 2022. 136 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11783905. Acesso em: 14 mar. 2024.

SKLAIR, Leslie. The corporate capture of sustainable development and its transformation into a ‘good Anthropocene’ historical block. **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 19, n. 2, p. 296-314, 2019.

SOLÓN, Pablo. Bem Viver. *In*: SOLÓN, Pablo. **Alternativas sistêmicas: Bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe terra e desglobalização**, São Paulo: Ed. Elefante, 2019a. p. 19-63.

SOLÓN, Pablo. Desglobalização. *In*: **Alternativas sistêmicas: Bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe terra e desglobalização**, São Paulo: Ed. Elefante, 2019b. p. 175-194.

SOLÓN, Pablo. Introdução. *In*: SOLÓN, Pablo. **Alternativas sistêmicas: Bem viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe terra e desglobalização**. São Paulo: Ed. Elefante, 2019c. p. 13-17.

SORHUET GELÓS, Hernán. Periodismo ambiental: eje comunicacional des siglo XXI. *In*: GIRARDI; Ilza Maria Tourinho; SCHWAAB, Reges Toni (org.). **Jornalismo Ambiental: desafios e reflexões**. Porto Alegre: Dom Quixote, 2008. p. 67-74.

SOUSA, Francisco das Chagas. Energia eólica: desenvolvimento energético e os conflitos socioambientais inerentes à modalidade energética. **Revista Semiárido De Visu**, Petrolina, v. 5, n. 3, p. 180-191, 2017.

STEFFEN, Will *et al.* Planetary boundaries: Guiding human development on a changing planet. **Science**, Washington DC, v. 347, n. 6223, 15 jan. 2015.

STRAUSS, Nadine. [Covering sustainable finance: Role perceptions, journalistic practices and moral dilemmas](#). **Journalism**, v. 23, n. 6, p. 1194-1212, 2022.

STRAUSS, Nadine. Devil’s Advocate or Agenda Setter? The Role of Journalists Covering Sustainable Finance in Europe. **Journalism Studies**, [S. l.], v. 22, n. 9, p. 1200-1218, 2021.

STUMPF, Eliana P. S. **Os estudos sobre jornalismo econômico no Brasil: uma história das ideias em perspectiva comparada**. 2020. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Escola de Comunicação, Artes e Design – Famecos, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

SUGAHARA, Cibele R.; RODRIGUES, Eduardo L. Desenvolvimento sustentável: um discurso em disputa. **Desenvolvimento em questão**, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, v. 17, n. 49, 2019.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do Neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e nova dependências**. São Paulo: Elefante, 2019.

THE GLOBAL COMPACT. **Who Cares Wins: connecting financial markets to a changing world**. New York: United Nations, 2004. Disponível em:

https://www.unepfi.org/fileadmin/events/2004/stocks/who_cares_wins_global_compact_2004.pdf. Acesso em: 12 nov. 2023.

TRALDI, Mariana. Os impactos socioeconômicos e territoriais resultantes da implantação e operação de parques eólicos no semiárido brasileiro. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 22, n. 589, mayo 2018.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo volume I: Por que as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2005.

ULLOA, A. Transformaciones radicales socioambientales frente a la destrucción renovada y verde, La Guajira, Colombia. **Revista de Geografía Norte Grande**, Santiago, n. 80, p. 13-34, 2021.

UNITED NATIONS ENVIRONMENT PROGRAMME FINANCE INITIATIVE – UNEP-FI. **A legal framework for the integration of environmental, social and governance issues into institutional investment**. [London]: Freshfields Bruckhaus Deringer, 2005. Disponível em: https://www.unepfi.org/fileadmin/documents/freshfields_legal_resp_20051123.pdf. Acesso em: 12 fev. 2024.

VALOR e O Globo lançam projeto Prática ESG. **Valor Econômico**, São Paulo, 8 mar. 2022, Disponível em: <https://valor.globo.com/esg/noticia/2022/03/08/valor-e-o-globo-lancam-projeto-pratica-esg.ghtml>. Acesso em: 20 set. 2023.

VEIGA, José. E. **A desgovernança mundial da sustentabilidade**. São Paulo: Editora 34, 2013.

VEIGA, José E. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

VIEIRA, Agostinho. **Verdades inconvenientes: os dilemas dos jornalistas na cobertura dos desafios socioambientais do século XXI**. Trabalho apresentado no GP Comunicação, Divulgação Científica, Saúde e Meio Ambiente, no 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belo Horizonte, 2023.

WALLACE-WELLS, D. **A Terra inabitável: uma história do futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

WANG, Minzhi (Luna). **Environmental, social, and corporate governance: a history of ESG standardization from 1970s to the present**. 2023. 83 p. Undergraduate Senior Thesis – Department of History, Columbia University, New York, 2023. Disponível em: https://sites.asit.columbia.edu/historydept/wp-content/uploads/sites/29/2023/05/Wang-Luna_thesis.pdf. Acesso em: 12 nov. 2023.

WARTICK, Steven.; COCHRAN, Philippe. The evolution of the corporate social performance model. **Academy of Management Review**, Valhalla, USA, v. 10, n. 4, p. 758-768, 1985.

WATERS C. N. *et al.* The Anthropocene is functionally and stratigraphically distinct from the Holocene. **Science**, Washington, DC, v. 351, n. 6269, 8 jan. 2016.

WEF – WORLD ECONOMIC FORUM. **A Partner in Shaping History: The First 40 Years (1971 –2010)**. Genebra: WEF, 2009.

WEF – WORLD ECONOMIC FORUM. **Measuring Stakeholder Capitalism: towards common metrics and consistent reporting of sustainable value creation**. Davos: WEF, 2020. Disponível em: <https://www.weforum.org/publications/measuring-stakeholder-capitalism-towards-common-metrics-and-consistent-reporting-of-sustainable-value-creation/>. Acesso em: 10 fev. 2024.

WEF – WORLD ECONOMIC FORUM. **The Davos Manifesto**. Davos: WEF, 2020. Disponível em: <https://www.weforum.org/the-davos-manifesto>. Acesso em: 20 mar. 2023.

WINCH; Rangel. As condições de produção do discurso da revista superinteressante sobre a mudança climática. **Chasqui**: Revista Latinoamericana de Comunicação, Quito, n. 136, 2017.

WORLD PEOPLE’S CONFERENCE ON CLIMATE CHANGE AND THE RIGHTS OF MOTHER EARTH, 1., 2010, Cochabamba. **People’s Agreement of Cochabamba**. Cochabamba: PWCCC, 2010.

ZHONG, Raymond. Are we in the ‘Anthropocene’, the Human Age? Nope, scientists say. **The New York Times**, New York, 5 Mar. 2024. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2024/03/05/climate/anthropocene-epoch-vote-rejected.html>. Acesso em: 5 mar. 2024.

APÊNDICE A – Material empírico

Texto	Data	Título da notícia	Repórter/procedência	Editoria
01	03/10	<u>Só 15% das metas dos objetivos sustentáveis da ONU estão encaminhadas, diz estudo</u>	Naiara Bertão, Prática ESG- São Paulo	ESG
02	04/10	<u>Título 'verde' é alternativa para investimentos com foco ambiental</u>	Vinicius Konchinski- Para o Valor, de Curitiba	Biodiversidade
03	04/10	<u>Vibra Energia não vê risco de faltar diesel nos próximos meses</u>	Fábio Couto, Valor- Rio	Empresas
04	10/10	<u>Agenda climática não tem líder, é preciso agir juntos: o inimigo é comum, diz CEO do Itaú</u>	Álvaro Campos, Valor- São Paulo	Empresas
05	18/10	<u>Grupo Sabará, de químicos alavanca seus negócios com a bandeira ESG</u>	Stella Fontes - De São Paulo	Empresas
06	19/10	<u>Para reduzir uso do plástico, 3M vai pesquisar óleos e fibras em Manaus</u>	Naiara Bertão - De São Paulo	Empresas
07	19/10	<u>US\$ 10,3 bi encerram ações judiciais da 3M</u>	Naiara Bertão - De São Paulo	Empresas
08	19/10	<u>OCDE lança guia em português para conduta empresarial responsável</u>	Naiara Bertão - De São Paulo	ESG
09	20/10	<u>Brasil adotará relatório de sustentabilidade em 2025</u>	Juliana Schincariol - Do Rio	Finanças
10	23/10	<u>Donos e lideranças fazem a diferença para empresa ser sustentável, dizem especialistas</u>	Naiara Bertão, Prática ESG - São Paulo	ESG

11	26/10	Brasil tem Janela magnífica' de oportunidade até 2050, diz Miguel Setas	Naira Bertão, Prática ESG - São Paulo	ESG
12	27/10	"Brasil tem o maior ativo ecológico do mundo"	Naiara Bertão - De São Paulo	Empresas
13	30/10	CVM reforça critérios para evitar greenwashing'	Jiane Carvalho - Para o Valor, de São Paulo	Fundos de Investimentos
14	31/10	Tecnologia ajuda a prever cenários mais complexos	Andrea Vialli- De São Paulo	Seguros
15	31/10	Lideranças discutem o papel das empresas para melhorar a educação e a empregabilidade	Stela Campos	Carreira
16	01/11	CEOs debatem educação e criação de empregos na pauta ESG	Stela Campos - De São Paulo	Brasil
17	14/11	Maior parte das empresas ainda não possui metas de ESG, aponta pesquisa	Larissa Maia, Para o Valor	Carreira
18	16/11	Conheça quatro oportunidades para impulsionar negócios com foco em impacto social e ambiental	Regina Pimenta, Para o Prática ESG(*)-São Paulo	ESG
19	17/11	Ambipar investe R\$ 50 milhões para levar reciclagem do vidro para as cinco regiões do Brasil	Naiara Bertão e Regina Pimenta, Para o Prática ESG (*)-São Paulo	ESG
20	20/11	BC amplia volume de títulos 'verdes' nas reservas internacionais	Jéssica Sant'Ana e Larissa Garcia - De Brasília	Finanças
21	20/11	Projeto de qualificação de jovens negros no Brasil visa combater desigualdades	Marsílea Gombata - De São Paulo	Brasil

22	22/11	Eletrificação traz incerteza sobre futuro de empregos	Naiara Bertão - De São Paulo	ESG
23	22/11	COP 28: Empresas se interessam, mas poucas se engajam	Naiara Bertão, Prática ESG - São Paulo	ESG
24	23/11	Marina diz que 2023 é 'o ano da reconstrução' da política ambiental no Brasil	Estevão Taiar e Marcela Cunha*, Valor- Brasília	Brasil
25	23/11	Marina diz que governo prepara mecanismo que pagará por hectare preservado	Estevão Taiar e Marcela Cunha*, Valor- Brasília	Brasil
26	02/12	Instituto Brasileiro de Mineração se coloca à disposição para ajuda em Maceió	Kariny Leal, Valor- Rio	Empresas
27	02/12	Potencial colapso de mina em Maceió pode pressionar fluxo de caixa e ratings da Braskem diz Fitch	Stella Fontes, Valor- São Paulo	Empresas
28	04/12	Heineken destina R\$ 17,5 milhões para ampliar ações de reciclagem de vidro	Naiara Bertão, Prática ESG - São Paulo	ESG
29	04/12	Ainda não dá para dizer se acomodação de terra em Maceió será gradual, diz CEO da Braskem	Stella Fontes, Valor- São Paulo	Empresas
30	04/12	Com problema em Maceió, Braskem cancela participação na COP28	Stella Fontes, Valor- São Paulo	COP 28
31	05/12	Solo está se acomodando em Maceió, diz Braskem	Stella Fontes - De São Paulo	Empresas

32	06/12	BNP Paribas amplia setores financiados com restrição de emissões de CO2	Naiara Bertão, Prática ESG - São Paulo	ESG
33	07/12	JGP lança emissão de R\$ 150 milhões em CRAs sustentáveis de cooperativa na COP28	Liane Thedim, Valor-Rio	Finanças
34	10/12	Pressão aumenta para empresas adotar análise de Direitos Humanos na cadeia	Naiara Bertão, Prática ESG-Genebra, Suíça(*) (* A jornalista viajou a convite do Pacto Global da ONU no Brasil	ESG
35	12/12	Levar o discurso à prática é essencial	Eliane Sobral	Revista Comunicação Corporativa
36	12/12	Cerca de 7% do PIB global é direcionado a atividades com impacto negativo na natureza, diz Pnuma	Daniela Chiaretti, Valor - Dubai	COP 28
37	14/12	Startup ESG recebe aporte de R\$ 22 milhões de Totvs, Vibra, Banco BV e fundos	Naiara Bertão, Prática ESG - São Paulo	ESG
38	18/12	Brasil pode ser polo de combustível sustentável de aviação	Naiara Bertão, Prática ESG - São Paulo	ESG
39	19/12	Sustentabilidade é foco de startups e investidores	Martha Funke - Para o Valor, de São Paulo	COP 28
40	19/12	Ainda limitado no Brasil, investimento com foco ESG avança	Naiara Bertão - De São Paulo	COP 28
41	19/12	Falta ainda maturidade ESG na indústria de gestão de investimento	Naiara Bertão, Prática ESG - São Paulo	ESG

42	20/12	Boticário capta R\$ 2 bilhões em emissão de títulos verdes com veganismo como meta	Naiara Bertão, Prática ESG - São Paulo	ESG
43	21/12	Positiv.a capta R\$ 8,3 milhões em maior rodada de equity crowdfunding	Naiara Bertão, Prática ESG - São Paulo	ESG
44	22/12	Mesmo com pontas soltas, PL do Mercado de Carbono é bem recebido por especialistas	Naiara Bertão, Prática ESG - São Paulo	ESG
45	26/12	Transição verde exige mais recursos do setor privado	Naiara Bertão - De São Paulo	Finanças
46	28/12	Novo instrumento financeiro pode contribuir com urgência climática e desigualdade social	Naiara Bertão, Prática ESG - São Paulo	ESG
47	28/12	Brasileiros se preocupam com meio ambiente, mas três barreiras limitam o consumo sustentável	Naiara Bertão, Prática ESG - São Paulo	ESG
48	28/12	Líderes estão mais comprometidos com sustentabilidade, mas ainda deslizam em quatro frentes	Naiara Bertão, Prática ESG - São Paulo	ESG
49	28/12	Sustentabilidade entra na estratégia corporativa, mas falta combinar com os funcionários	Naiara Bertão, Prática ESG - São Paulo	ESG

APÊNDICE B – Sequências Discursivas e Marcas Discursivas

Texto	Título da notícia + link	Sequências Discursivas
01	Só 15% das metas dos objetivos sustentáveis da ONU estão encaminhadas, diz estudo	<p>SD 1 - Para os especialistas da Accenture, os atuais desafios das empresas ao redor do mundo, que incluem a persistente inflação, a instabilidade geopolítica e o controle da cadeia de abastecimento, estão desviando a atenção e criando até barreiras para o progresso.</p> <p>SD 2 - Para boa parte dos líderes (44%), o governo também precisa fazer seu dever de casa para ajudá-los no desafio, com incentivos políticos que garantam condições de concorrência equitativas. Pedem, por exemplo, que relatórios de sustentabilidade e mandatos de divulgação consistentes sejam padronizados. Também comentam sobre a necessidade de políticas públicas que incentivem as empresas a ajustarem o salário dos funcionários de mínimo para justo, políticas públicas que ajudassem na promoção da igualdade de gênero e salarial entre homens e mulheres e até na licença parental partilhada remunerada pela empresa obrigatória. Como são mudanças que mexem na estrutura de custos das empresas, sua implementação depende também de ser encarada como algo de maior valor e não sofrerem com concorrência desleal de quem não as praticam.</p>
02	Título 'verde' é alternativa para investimentos com foco ambiental	<p>SD3 - Mais de um terço do patrimônio administrado por investidores institucionais no mundo está comprometido com a sustentabilidade, segundo a Global Sustainable Investment Alliance (GSIA). Em 2020, havia US\$ 35,3 trilhões (R\$ 176 trilhões) aplicados em empresas ou títulos alinhados à agenda ESG. A cifra é 55% maior do que a de 2016 e contempla, inclusive, títulos de dívida de empresas brasileiras também comprometidas com a sustentabilidade e, por consequência, com a biodiversidade.</p> <p>SD4 - O governo brasileiro deve lançar títulos soberanos vinculados a projetos de sustentabilidade. O Tesouro Nacional já divulgou o arcabouço para essas emissão, parte do Plano de Transição Ecológica tocado pelo Ministério da Fazenda. O ministro Fernando Haddad apresentou os títulos, ainda sem data para ir a mercado, a investidores em Nova York. O governo espera levantar até US\$ 2 bilhões (R\$ 10 bilhões) para controle de poluição, eficiência energética, combate à pobreza e outros projetos. Também faz parte do plano a regulamentação do mercado de créditos de carbono, outro papel vinculado a questões ambientais.</p> <p>SD 5 - Ungaretti, da XP, diz que há espaço para essa compensação aumentar, apesar de ressaltar que só isso não vai conter as mudanças climáticas. [Marcella Ungaretti, responsável por ESG na área de pesquisas da XP]</p>

		<p>SD6 - Carlos Takahashi, vice-presidente da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), acrescenta que investimentos voltados à sustentabilidade no país são produtos novos e enfrentam certa resistência do investidor nacional, cujo perfil prioriza ganhos no curto prazo.</p>
03	<p>Vibra Energia não vê risco de faltar diesel nos próximos meses</p>	<p>SD 7 - Pousada salientou que a empresa não importou diesel russo, vendido no mercado externo com desconto e manteve o plano de não recorrer ao produto da Rússia. A empresa até estudou uma eventual aquisição, mas salientou que a decisão de evitar aquisições de volumes do país, em guerra com a Ucrânia, foi baseada em critérios ESG. "Continuamos achando que tomamos a decisão correta, de não ser capitalista a qualquer preço", disse o executivo. [presidente da empresa, Ernesto Pousada]</p>
04	<p>Agenda climática não tem líder, é preciso agir juntos; o inimigo é comum, diz CEO do Itaú</p>	<p>SD 8 - Agenda climática não tem líder, é preciso agir juntos; o inimigo é comum, diz CEO do Itaú (TÍTULO)</p> <p>SD 9 - "A agenda de descarbonização é de todos, não queremos ser líderes ou ganhadores, porque não tem ganhador, temos de fazer juntos, com outros bancos. O inimigo é comum e temos de trabalhar em conjunto, andar na mesma velocidade, atuando para que se estimule a transição", comentou Maluhy. Junto a Bradesco e Santander, o Itaú criou o Plano Amazônia, para apoiar o desenvolvimento sustentável da região.</p> <p>SD 10 - Questionado sobre a interação com o poder público nessa questão da sustentabilidade, Maluhy deu como exemplo o Pix, que foi capitaneado pelo Banco Central, mas só se tornou o grande sucesso que é graças à participação de todo setor e promoveu uma grande inclusão financeira. Mencionou também o programa de renegociação de dívidas Desenrola, que classificou como um sucesso total. "É um programa que tem como objetivo recuperar a capacidade de crédito das pessoas, para que elas sejam reinseridas dentro da agenda econômica".</p>
05	<p>Grupo Sabará, de químicos alavanca seus negócios com a bandeira ESG</p>	<p>SD 11 - Grupo Sabará, de químicos, alavanca seus negócios com a bandeira ESG (TÍTULO)</p> <p>SD 12 - Um dos principais fornecedores de soluções para tratamento de água e de ingredientes orgânicos para a indústria de alimentos no Brasil e único fabricante de clarito de sódio da América Latina, o grupo Sabará aproveitou a recente onda ESG para dar mais visibilidade a seus negócios que, por convicção dos sócios, têm sido atrelados ao desenvolvimento sustentável há muito tempo.</p> <p>SD 13 - Pioneiro na comercialização de matérias-primas oriundas da biodiversidade brasileira para a indústria de</p>

		<p>cosméticos global e reconhecido internacionalmente por suas iniciativas para promover o uso sustentável dos ecossistemas em que está presente, o grupo está em vias de inaugurar uma fábrica, em Valinhos (SP), que deve acelerar o ritmo de crescimento.</p>
06	<p>Para reduzir uso do plástico, 3M vai pesquisar óleos e fibras em Manaus</p>	<p>SD 14 - "O Brasil é um lugar ideal para fazer um investimento como esse por sua vocação histórica e foco em sustentabilidade. Tem uma grande variedade de materiais renováveis e recicláveis disponíveis localmente", diz Cordell Hardy, vice-presidente sênior de operações corporativas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) da 3M.</p> <p>(3M - está abrindo um centro de pesquisa e desenvolvimento em Manaus (AM). Vai estudar materiais poliméricos da região, para substituir os sintéticos, e pesquisar insumos como óleos e fibras naturais)</p> <p>SD 15 - "Temos o foco de eliminar o uso de plástico na composição dos produtos através da substituição por outros materiais, renováveis. Aqui [no Brasil] vocês têm acesso a uma vasta gama de materiais de base biológica, incluindo celulose, que pode ser usada para uma gama mais ampla de propósitos hoje do que temos, talvez, usado no passado", diz Hardy.</p>
07	<p>US\$ 10,3 bi encerram ações judiciais da 3M</p>	<p>SD 16 - A 3M, em junho deste ano, acordou pagar US\$ 10,3 bilhões para encerrar ações judiciais sobre a contaminação de água potável com componentes prejudiciais à saúde nos Estados Unidos.</p> <p>SD 17 - Em dezembro do ano passado, quando os processos já estavam em andamento, a 3M anunciou a decisão de abandonar a fabricação de per e polifluoroalquil (PFAS) até o fim de 2025. Os PFAS são componentes químicos usados para tornar produtos antiaderentes, impermeáveis e resistentes a manchas. Esses insumos não se degradam no meio ambiente e estão sendo relacionados a doenças.</p> <p>SD 18 - "Foi um dilema muito significativo [para a 3M] e a decisão em torno disso foi tomada pensando em questões regulatórias que os clientes poderão enfrentar. As pressões do mercado tornaram o processo mais rápido, embora seja difícil esse processo", diz Cordell Hardy, vice-presidente sênior de operações corporativas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) da 3M</p> <p>SD 19 - A 3M também teve de pagar outros US\$ 6 bilhões este ano para resolver cerca de 300 mil ações judiciais movidas por militares americanos. Eles alegam que a empresa forneceu tampões de ouvido para combate defeituosos. Hardy diz que a 3M leva a sério litigâncias e, em muitos casos, implementa mudanças, ainda que custem caro. "Se o dinheiro for investido para tentarmos manter o foco em nosso propósito geral e em melhorar vidas, ter impacto favorável na sociedade e fazer negócios de maneira ética</p>

		<p>e consistente em todo o mundo, será bem gasto. Pensar dessa forma nos ajuda a realmente nos orientar", diz o executivo.</p>
08	<p>OCDE lança guia em português para conduta empresarial responsável</p>	<p>SD 20 - "Nós não conseguiremos atingir o desenvolvimento sustentável sem os negócios. A conduta corporativa responsável é parte dessa jornada que, para nós, é sobre como os negócios se alinham para termos crescimento econômico com sociedade que respeite as pessoas e os limites do planeta", diz. [Allan Jorgensen, chefe do Centro da OCDE para Conduta Empresarial Responsável]</p> <p>SD 21 - Jorgensen lembra que não é fácil para as empresas priorizarem as ações para atingir os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS), enquanto também precisam se preocupar com as receitas e sua saúde financeira. Mas pontua que empresas podem começar com algumas frentes de trabalho mais urgentes, como mapeamento de riscos climáticos e due diligence (devida diligência) de direitos humanos internamente e de fornecedores mais relevantes (em termos de risco).</p> <p>SD 22 - O mesmo vale para os impactos ambientais. A recomendação é que as empresas façam due diligence para avaliar os impactos ambientais negativos, vinculados às suas operações, produtos ou serviços os itens. A lista de impactos tem que considerar riscos associados a atividades, incluindo as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade, a degradação dos ecossistemas terrestres e marinhos, desmatamento e gestão de resíduos, incluindo substâncias perigosas. "Ao identificar e avaliar os impactos climáticos, o processo de devida diligência pode ser muito útil para avaliar os pontos críticos", aponta. [Germán Zarama, analista de Políticas e Ponto Focal para a América Latina, Centro da OCDE para Conduta Empresarial Responsável]</p> <p>SD 23 - Reitera que o Brasil é um importante mercado, já que abriga muitas filiais de multinacionais e é um país relevante no comércio global. Mas, assim como em outros países, a OCDE defende que haja uma complementariedade de práticas empresariais responsáveis com regulamentação e atuação do setor público para garantir que as empresas tenham ambiente favorável para implementá-las. "Como o governo pode diminuir barreiras e exigências em algumas indústrias-chave e simplificar para que elas possam se desenvolver nesses aspectos?", questiona. [Allan Jorgensen, chefe do Centro da OCDE para Conduta Empresarial Responsável]</p>
09	<p>Brasil adotará relatório de sustentabilidade em 2025</p>	<p>SD 24 - Os primeiros relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras que vão refletir as normas internacionais sobre o assunto serão publicados a partir de 2025. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pretende divulgar a nova norma nesta sexta-feira e, com isso, o Brasil será o primeiro país a anunciar a adoção dos novos critérios do Conselho Internacional de Padrões de Sustentabilidade (ISSB, na sigla em inglês).</p>

		<p>SD 25 - Os padrões inaugurais do ISSB, S1 e S2, ajudarão a melhorar a confiança nas divulgações das empresas sobre sustentabilidade para informar as decisões de investimento. E criarão, pela primeira vez, uma linguagem comum para divulgar o efeito dos riscos e oportunidades relacionados ao clima nas perspectivas de uma empresa.</p> <p>SD 26 - No início do mês, o presidente da CVM, João Pedro Nascimento, participou do XX Seminário Internacional da Fundação de Apoio aos Comitês de Pronunciamentos Contábeis e de Sustentabilidade (FACPCS), em São Paulo, e comentou sobre o tema. Na ocasião, disse que a norma estava prestes a ser divulgada e sinalizou que o Brasil seria pioneiro na adoção das regras internacionais. "Temas relacionados à agenda sustentável são transversais ao mercado de capitais. As finanças sustentáveis trazem muitas oportunidades. A economia verde trará muitos negócios para o Brasil", disse, à época.</p>
10	<p>Donos e lideranças fazem a diferença para empresa ser sustentável, dizem especialistas</p>	<p>SD 27 - O painel - ESG & Stewardship: o papel dos investidores - tratava de um tema ainda pouco conhecido no mercado empresarial no Brasil, mas que tende a crescer, à medida que investidores internacionais e nacionais, aprofundam suas demandas por dados, ações e resultados sustentáveis das empresas investidas: stewardship.</p> <p>A palavra, de difícil pronúncia e que pouco diz aos brasileiros, se refere a uma prática de engajamento de investidores com suas empresas investidas.</p> <p>SD 28 - "Vejo o movimento acontecendo, vindo pela demanda de investidores internacionais, de equity [participação acionária] e bond [dívida corporativa], que acompanham as empresas há algum tempo e anualmente conversam, apontam questões que precisam mudar ou melhorar", comenta Denise Pavarina, conselheira do Banco Bradesco, da Solví Essencis Ambiental S.A., e vice-chair da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD). "A empresa fica preocupada e trabalha para melhorar os pontos colocados porque sabe que está sendo observada. Muda porque é importante mudar", acrescenta.</p> <p>SD 29 - Conectado a isso, Daniel Izzo, CEO da Vox, traz sua visão sobre a outra ponta, empresas que não nasceram com propósitos socioambientais, mas agora se mostram diante dessa demanda do mercado e dos investidores. "O desafio de investimentos em empresas que não necessariamente têm impacto é maior porque depende do dono e dona se interessar", diz.</p> <p>SD 30 - Provocados pelo mediador, ambos - Pavarina, do Bradesco, e Izzo, da Vox - concordaram que há um senso de urgência na pauta climática que precisa levar empresas e fundos de investimento a fazerem mais. Lembraram da seca na Amazônia e das enchentes no Rio Grande do Sul como exemplos claros de que não é mais possível ignorar o aquecimento do planeta. E que ele mexe com os negócios.</p>

		<p>"Agora que está entrando na matriz de risco, e não é mais algo restrito à área de sustentabilidade, o olhar muda. É um risco crítico hoje e basta ver a movimentação de pessoas pelos desastres recentes no Brasil, o que achávamos que só ia acontecer na Ásia e na África", comenta Pavarina.</p>
11	<p>Brasil tem Janela magnífica' de oportunidade até 2050, diz Miguel Setas</p>	<p>SD 31 - Brasil tem Janela magnífica de oportunidade até 2050, diz Miguel Setas (TÍTULO)</p> <p>SD 32 - No primeiro dos quatro capítulos, deixa claro ao leitor que, primeiro, os brasileiros precisam melhorar sua autoestima. "Nós, brasileiros, temos aquele sentimento de 'vira-lata'. E eu acho que é o contrário, o país é uma potência gigante e o título do livro foi escolhido por celebrar o gigantismo do Brasil, que inclusive, está no hino nacional", diz. Ele aponta que, por sua diversidade de pessoas, de culturas e de territórios, é um grande "laboratório vivo" que pode testar soluções para questões ecológicas e sociais que podem servir para o mundo.</p> <p>SD 33 - Cita que, ao contrário do hemisfério Norte que já desmatou boa parte de suas florestas, o Sul global, e o Brasil, em especial, tem uma grande área preservada, abarcando 20% da biodiversidade mundial, 12% de toda a água doce do planeta e 90% da matriz elétrica renovável. Isso, pontua, é uma vantagem para a geração que está no poder e permite que os líderes tomem decisões para preservar a natureza.</p> <p>SD 34 - Destaca ainda que esse contexto dá ao Brasil vantagem única no mundo na economia verde. "O Brasil tem o maior ativo ecológico do mundo e, com essa proeminência, pode ser o centro do novo modelo de pensamento ecológico, Tal como a Itália foi o centro do Renascimento, o Brasil pode ser o do novo renascimento, do renascimento verde e do pensamento que o homem é parte da natureza", defende. É o que Setas chama no livro de "Novo Humanismo Ecológico".</p> <p>SD 35 - Para ele, o termo "desenvolvimento sustentável" não deveria ser usado para se referir ao progresso ecológico. Justifica que, levando ao pé da letra, as palavras significam o uso da natureza para sustentar o homem. Por isso, defende a troca pelo termo "evolução integral", com a "evolução" passando a imagem de movimento e "integral" por necessitar de uma integração com todos os sistemas.</p> <p>SD 36 - Um dado que ele destaca no livro é o de que o Brasil pode atrair, até 2050, cerca de US\$ 3 trilhões em investimentos para o meio ambiente, de acordo com estudo do Boston Consulting Group (BCG) do ano passado. Isso dimensiona, em sua opinião, o potencial do país em energia limpa, biocombustíveis e hidrogênio verde, indústria verde com produtos com baixa pegada de carbono e os serviços ecossistêmicos e soluções baseadas na</p>

		<p>natureza (NbS). "Essa é uma janela magnífica que o Brasil tem nas próximas três décadas", aponta.</p> <p>SD 37 - "O Brasil é hoje o mercado mais importante das chamadas nature based solutions [NbS], como reflorestamento, desmatamento evitado por meio de geração de créditos de carbono, agricultura sustentável. Com isso, se bem administrado, consegue reduzir boa parte do desmatamento", comenta.</p>
12	"Brasil tem o maior ativo ecológico do mundo"	<p>SD 38 - "Brasil tem o maior ativo ecológico do mundo" (TÍTULO)</p> <p>SD 39 – "O Brasil pode ser o centro do Renascimento Verde"</p> <p>Praticamente mesmo texto anterior</p>
13	CVM reforça critérios para evitar greenwashing'	<p>SD 40 - CVM reforça critérios para evitar greenwashing' (TÍTULO)</p> <p>SD 41 - O desenvolvimento da agenda ESG na indústria de fundos de investimentos ganhou um reforço relevante com a publicação da Resolução CVM 175, o novo marco regulatório do setor, que tem artigos específicos sobre o tema. As regras para os fundos sustentáveis vêm na esteira de outras iniciativas que fomentam esse ecossistema e incluem a autorregulamentação da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), de 2021, que acaba de ser ampliada para novos fundos, e também outra iniciativa da associação, um manual de boas práticas nas emissões de títulos verdes.</p> <p>SD 42 - O movimento visa dar transparência para o investidor e evitar o "greenwashing", isto é, o uso indevido de termos como fundo 'verde' ou 'sustentável', sem que de fato ele cumpra critérios mínimos. Na visão geral, as medidas ajudam a endereçar o tema, mas a maior oferta de fundos sustentáveis depende da demanda que virá com o tempo.</p> <p>SD 43 - Na CVM 175, há a obrigatoriedade de que o fundo para se denominar 'verde' ou de investimento sustentável divulgue os benefícios ambientais, sociais e de governança esperados, metodologias, princípios e diretrizes seguidas para atingir os objetivos, além de deixar claro a forma, o conteúdo e periodicidade de um relatório sobre impactos do fundo no ambiente ESG.</p> <p>SD 44 - "Na B3 também tem uma pressão por empresas ambientalmente responsáveis. Com mais empresas com boas práticas ESG, títulos de dívida verdes e o avanço da regulamentação, é um nicho de mercado que tende a crescer." [vice-presidente da Anbima, Carlos Takahashi]</p> <p>SD 45 - "Estamos no processo de registrar outras estratégias até o fim do ano. Em nossas carteiras temos R\$ 5,6 bilhões em títulos</p>

		temáticos, verdes, sociais ou governança, mas o apetite é maior." [head ESG da BB Asset, Daphne Breyer]
14	Tecnologia ajuda a prever cenários mais complexos	<p>SD 46 - A inteligência artificial (IA) se tornou uma aliada importante para a sustentabilidade no setor de seguros, tanto para a previsão de cenários mais complexos envolvendo as mudanças climáticas, quanto para a criação de novos produtos com viés ambiental, social e de governança (ESG).</p> <p>SD 47 - Com as tragédias causadas por eventos climáticos extremos aumentando o volume de sinistros, tornou-se necessário incluir, nas modelagens de risco, cada vez mais variáveis relacionadas ao clima, tais como nível e temperatura dos oceanos, comportamento de espécies migratórias, ventos, irradiação solar, entre outros. Os novos dados qualificadas alimentam as ferramentas de análises apoiadas por IA e machine learning, de modo que as plataformas transformam o volume de informações em inteligência, colaborando para a análises de risco e na precificação com maior acurácia.</p> <p>SD 48 – “Todas essas novas informações relacionadas ao clima devem ser incorporadas aos modelos tanto para auxiliar na precificação dos seguros, quanto para ajustar o mix de produtos da carteira para reduzir a exposição ao risco”, explica Thiago Escrivão, gerente de soluções LatAm do SAS, empresa global de softwares de IA e análise de dados, que tem visto crescer a demanda por estes serviços por parte de seguradoras e resseguradoras.</p> <p>SD 49 - A Brasilseg concentra os negócios de seguros, previdência, capitalização e planos odontológicos distribuídos pelo Banco do Brasil, e vem adaptando os produtos, tanto para pessoas físicas quanto jurídicas, a partir de novas necessidades detectadas em razão dos períodos de instabilidade climática acentuada.</p> <p>SD 50 - Entre os vários desafios ligados a questões climáticas, o da transição energética também inspira o lançamento de novos produtos. A cooperativa de crédito Sicredi lançou, em 2022, um seguro de placas de geração solar fotovoltaica após despontar como um dos grandes financiadores destes sistemas no Brasil, com 168 mil projetos apoiados e mais de R\$ 9,4 bilhões em crédito concedido em oito anos.</p>
15	Lideranças discutem o papel das empresas para melhorar a educação e a empregabilidade	<p>SD 51 - "Precisamos trazer pessoas que são hoje quase invisíveis para a nova economia", pontuou Maira Pereira, diretora da Ambipar.</p> <p>SD 52 - O nutricionista Daniel Cady, sócio da BEN, que atua em projetos de agroflorestas e junto a comunidades quilombolas, lembra que é preciso olhar para as pessoas que estão nesses biomas e não apenas pensar na preservação ambiental. 'Você dá R\$ 10 mil para financiar um plantio florestal, o resto ele (agricultor) vai embora, ele já tem a força de trabalho, já sabe mexer com a terra,</p>

		<p>com o solo", afirma. É preciso, segundo ele, escalar e dar atenção às pessoas que já estão no campo "fazendo um trabalho que a gente não enxerga, dando um pontapé inicial baseado na educação e na oportunidade".</p> <p>SD 53 - O posicionamento das empresas em relação às questões ESG hoje é uma demanda do próprio consumidor, destaca Daniela Ota, country manager da LVMH Parfums & Cosmétiques Brasil. Ela diz que a indústria do luxo colabora com essa agenda de forma silenciosa e cita exemplos de ações de marcas como Gucci, Swarovski e da própria LVMH, que foram pouco divulgadas. "O consumidor de luxo hoje exige que as empresas sejam sustentáveis, que apoiem as comunidades e a sociedade. Eles são os que mais contribuem com filantropia", explicou.</p> <p>SD 54 - O papel da mídia, embora seja de neutralidade, também é relevante nessa agenda na medida em que escolhe os olhares, afirmou Paula Mageste, CEO da Edições Globo Condé Nast. "Quando a gente fala em transformação social, a gente está falando sobre olhar para dentro da gente, como empresa de mídia. Quando a gente muda a composição das nossas equipes, a gente traz uma pluralidade de olhares na construção de pautas", explicou. Isso se reflete, segundo ela, na forma como se observa os movimentos que as empresas têm feito na direção de trazer mais diversidade para dentro de casa. Ela diz que hoje com as redes sociais é possível dar visibilidade para todos os temas ESG, "mas tomando cuidado para trazer consistência, ter os filtros corretos, se não a mensagem fica desorganizada."</p>
16	CEOs debatem educação e criação de empregos na pauta ESG	<p>SD 55 - "A riqueza é que vai transformar a pobreza", afirmou a executiva Rachel Maia, da RM Consulting, em um brunch que reuniu CEOs e representantes de grandes empresas para falar de educação e empregabilidade em São Paulo.</p>
17	Maior parte das empresas ainda não possui metas de ESG, aponta pesquisa	<p>SD 56 - Como uma medida urgente da agenda corporativa atual, 67% das empresas do Brasil já aderiram às práticas de ESG (ambientais, sociais e de governança), mas a grande maioria (54%) ainda não estabeleceu metas. É o que aponta o levantamento "Tendências de RH 2023", da consultoria organizacional Korn Ferry, obtido com exclusividade pelo Valor. O levantamento foi realizado entre os meses de junho e julho deste ano e contou com 652 empresas da América do Sul e 265 participantes do Brasil.</p> <p>SD 57 - Para a diretora de projetos de transformação da consultoria, Joana Cortez, mais corporações estão demonstrando interesse em se conectar aos princípios de ESG pensando não só no retorno financeiro, mas nos impactos ambientais e de responsabilidade social. "A gente observa que essa conscientização da importância é global e se reflete no Brasil. Começamos a notar a necessidade porque investidores, acionistas e consumidores começam a</p>

		<p>cobrar práticas mais sustentáveis nas empresas. Isso impulsiona a questão", explica.</p> <p>SD 58 - Em relação aos obstáculos na implementação das práticas ESG, o líder de remuneração ressalta que muitas corporações têm dificuldade em estabelecer metas tangíveis e que, se os funcionários não vivem o ESG como uma transformação cultural da empresa, não "compram" a pauta e dificilmente as metas irão avançar. [O líder de remuneração da Korn Ferry, Thiago Silva,]</p>
18	<p>Conheça quatro oportunidades para impulsionar negócios com foco em impacto social e ambiental</p>	<p>SD 59 - Conheça quatro oportunidades para impulsionar negócios com foco em impacto social e ambiental</p> <p>SD 60 - A Bemtevi, organização fomentadora de negócios sociais, abre a chamada "Negócios Sociais pelo. Clima: fortalecendo os pequenos que inspiram e transformam". A iniciativa visa fortalecer empresas comprometidas com os temas de agricultura sustentável, conscientização ambiental, e preservação de florestas.</p> <p>Os selecionados participarão de uma mentoria com duração de nove meses para o aprimoramento de seu plano de negócios e alinhamento com os ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) da ONU.</p>
19	<p>Ambipar investe R\$ 50 milhões para levar reciclagem do vidro para as cinco regiões do Brasil</p>	<p>SD 61 - Ambipar investe R\$ 50 milhões para levar reciclagem do vidro para as cinco regiões do Brasil (TÍTULO)</p> <p>SD 62 - O vidro é o resíduo mais problemático na cadeia de reciclagem no Brasil por sua dificuldade de transporte, riscos em seu manuseio e baixo valor agregado na venda do material - hoje, um quilo de vidro coletado é vendido a cerca de R\$ 0,12, ante R\$ 7 da lata de alumínio.</p> <p>SD 63 - O decreto federal (número 11.300), promulgado no ano passado, busca acelerar essa mudança, ao estabelecer uma meta crescente de reciclagem de materiais, que vai de 27,5% em 2023 até 40% em 2032. Também adota um percentual maior de conteúdo reciclado exigido na fabricação de novas embalagens de vidro, passando de 26% para 35% em 2032.</p> <p>SD 64 - Com o sistema de logística reversa de vidro ainda falho, as indústrias produtoras de embalagens nunca tiveram o abastecimento suficiente desses materiais para reutilizarem. Hoje, algumas chegam a importar cacos de vidro por falta de material. Além disso, a produção a partir da areia é muito mais cara e emite muito mais gás carbônico (CO2).</p> <p>SD 65 - O programa da Ambipar é o primeiro plano de logística reversa do vidro aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) para cumprimento do Decreto 11.300/2022. Segundo Pereira, o recurso, de R\$ 50 milhões, se soma a outros investimentos já previstos da empresa para profissionalizar</p>

		<p>as cooperativas, de modo a ampliar a coleta e melhorar a qualidade dos materiais de forma geral.</p> <p>SD 66 - Pereira explica que a formalização dos autônomos é um passo importante para incentivar o crescimento do mercado de reciclagem, assim como a própria valorização do vidro na coleta. Em média, exemplifica, que um catador que antes levava para casa R\$ 600 por mês, agora recebe mais de R\$ 2.000. Em média, as cooperativas que receberam o protocolo para aprender a manusear o material, aumentaram a coleta de vidro de 8 para 30 toneladas por mês e recebem cerca de R\$ 0,22 por quilo, quase o dobro do valor praticado no mercado.</p> <p>SD 67 - Além disso, vai investir na criação de unidades de limpeza dos vidros nas cinco regiões do país, onde será também feita a triagem para revenda às indústrias e a transformação em novos produtos, fechando o ciclo da economia circular.</p>
20	<p>BC amplia volume de títulos 'verdes' nas reservas internacionais</p>	<p>SD 68 - O Banco Central (BC) brasileiro tem aumentado o volume de títulos "verdes" nas reservas internacionais, em meio a um maior foco dos governos e dos bancos centrais do mundo todo na agenda ambiental, social e de governança (ESG, na sigla em inglês). É o que mostra o relatório de "Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticos", divulgado pela autoridade monetária no mês passado.</p> <p>SD 69 - Segundo os dados do BC, a exposição a títulos verdes, sustentáveis ou sociais nas reservas internacionais estava na ordem de US\$ 2 bilhões em dezembro de 2022, o dado disponível mais recente. A maior parte (53,8%) era de ativos emitidos por agências governamentais, seguidos de órgãos supranacionais (29,3%) e de governos centrais (16,7%).</p> <p>SD 70 - Segundo o relatório, a autoridade monetária brasileira começou a ter títulos verdes na sua carteira em 2016, mas somente em 2021 definiu-se pela alocação estratégica desses ativos, o que explica o crescimento recente. Também mais recentemente, a carteira passou a contar com ativos classificados como sustentáveis ou sociais, outra característica da agenda ESG.</p> <p>SD 71 - Especialista em economia de baixo carbono, Gustavo Pinheiro, sócio da Trie Capital, avalia que, apesar de o BC estar na direção certa, os "green bonds" representam menos de 1% das reservas internacionais. "Também não é possível avaliar o retorno social e ambiental desses títulos, uma vez que o relatório não detalha quais os ativos adquiridos", afirma.</p> <p>SD 72 - De acordo com cronograma da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), os relatórios de sustentabilidade nos padrões internacionais serão voluntários a partir de 2025 e obrigatórios de 2027 em diante para companhias listadas nas categorias A e B da B3. Já o Ministério da Fazenda abriu consulta</p>

		<p>pública para estabelecer uma taxonomia brasileira para atividades sustentáveis, mas a expectativa é que ela seja mandatária somente a partir de 2026.</p> <p>SD 73 - Em nota ao Valor, o BC diz que as suas ações em promoção da agenda de sustentabilidade não têm relação direta com a do governo federal, mas "demonstram um importante alinhamento entre diferentes agências do governo em prol de um objetivo comum, um mundo mais sustentável". "E isso é importante, dado que já há certo consenso internacional de que o cumprimento dos mandatos de determinadas instituições, tais quais bancos centrais e agências reguladoras e de supervisão, exige a consideração das implicações das alterações climáticas em suas atribuições", completa o BC.</p>
21	<p>Projeto de qualificação de jovens negros no Brasil visa combater desigualdades</p>	<p>SD 74 - A nova economia, com transição energética e uma produção mais "verde", é uma oportunidade para o país melhorar a qualificação e a inclusão de jovens negros no mercado de trabalho. Equidade racial deve ser um dos pilares estratégicos das empresas que olham para a nova tendência econômica. É o que propõe um grupo de entidades ligadas à indústria e à educação. Sem esses pilares, empresas e projetos terão dificuldade em atrair financiamento e dialogar com parceiros de negócios, especialmente diante da ampliação da agenda ESG.</p> <p>SD 75 - Com esse objetivo, a Universidade Zumbi dos Palmares, a Federação e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp e Ciesp), o Serviço Social da Indústria-SP (Sesi-SP) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial-SP (Senai-SP) deram início a parceria para impulsionar iniciativas de aperfeiçoamento técnico e empregabilidade de jovens negros. A ideia é que possam se inserir no mundo do trabalho da indústria mais tradicional e também em projetos de economia verde.</p> <p>SD 76 - "Conseguimos sensibilizar a CNI e a Fiesp mostrando que a neointustrialização, para ser mais efetiva e resolutiva, não pode deixar de lado a inclusão e a diversidade", afirma José Vicente, reitor da Zumbi dos Palmares.</p> <p>SD 77 - Vicente acredita que as parcerias se constituirão em um movimento "catalisador de um novo fundamento" porque se insere em uma ação estratégica do governo federal e dialoga com a transição energética da economia.</p> <p>SD 78 - De acordo com a última Pesquisa Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil, do IBGE, a taxa de desemprego entre pretos é de 16,5%, e entre pardos, de 16,2%, acima da taxa entre brancos (11,3%). A taxa composta de subutilização - composta por subocupados por insuficiência de horas trabalhadas e desocupados - é de 22,5% entre os brancos, 32% entre pretos e 33,4% entre pardos.</p>

		<p>A informalidade é muito maior entre pretos e pardos do que entre brancos. Enquanto a taxa de formalização entre brancos chega a 67,3% no país, entre pretos é de 56,6%, e entre pardos, 53%.</p> <p>SD 79 - Esperamos que com a chegada da Fiesp e todo o sistema, possamos discutir [conjuntamente] neoindustrialização, mudanças climáticas e diversidade", afirma Raphael Vicente, diretor-geral da Iniciativa Empresarial pela Igualdade Racial. "No Brasil falamos de carbono, mas não de pessoas. Não dá para tratar de agenda climática sem falar de pessoas."</p> <p>SD 80 - "A nova normativa da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) demanda informações ESG de companhias listadas. O Índice de Sustentabilidade Empresarial B3 (ISE B3) exige que no conselho de administração haja mulheres e negros. Em certa medida, o mercado já está se autorregulando nesse sentido", diz José Vicente.</p> <p>SD 81 - "Também há um conjunto de projetos de lei no Congresso tentando regular essa constituição de órgãos governamentais. Marise Reis, primeira mulher negra à frente da BB Asset Management, começa a construir tendência no mercado. "Uma empresa do futuro sem essa agenda terá mais dificuldade em acessar recursos, falar com seus stakeholders [parceiros] e com o ecossistema como um todo."</p>
22	<p>Eletrificação traz incerteza sobre futuro de empregos</p>	<p>SD 82 - Eletrificação traz incerteza sobre futuro de empregos (TÍTULO)</p> <p>SD 83 - Para sindicalistas, transição justa na indústria é pouco discutida e não há, ainda, projetos definidos para o país</p> <p>SD 84 - No último 9 de outubro, a chinesa BYD lançou a pedra fundamental para trazer ao Brasil sua produção de veículos elétricos. A expectativa, anunciada na ocasião, é de ter mais de 5 mil empregos diretos e investir R\$ 3 bilhões em três fábricas, que começam a produzir no fim de 2024. O evento, nas antigas instalações da montadora Ford em Camaçari, foi comemorado por muitos, mas levantou dúvidas de outros.</p> <p>SD 85 - As preocupações de Bonfim antecipam um problema futuro que montadoras e autopeças terão de lidar: a eletrificação de veículos traz mudanças no processo de produção, no número e tipo de peças necessárias. Tudo isso deve refletir no emprego e na qualidade de vida e trabalho. [Júlio Bonfim, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Camaçari.]</p> <p>SD 86 - "O assunto é bem complexo porque envolve duas questões: a ambiental, que temos que ter preocupação mesmo, e a social; não dá para não considerar as pessoas. Como ficam os trabalhadores? A transição vai ser justa?", comenta Jamil Dávila, secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos da</p>

		<p>Grande Curitiba, região onde estão as fábricas da Volkswagen, Renault e Volvo, que, juntas, empregam cerca de 11 mil pessoas.</p> <p>SD 87 - A reportagem procurou as principais montadoras de veículos de passeio para saber se têm planos de transição que considerem a cadeia. Stellantis, Toyota e Nissan responderam, por e-mail. Especificamente para o mercado brasileiro, as três apostam no modelo híbrido que combina motores elétrico e a combustão com uso de etanol. Pelo Brasil ter um mercado de etanol desenvolvido e o combustível ser uma alternativa 'verde', seu uso é visto como uma vantagem. Além disso, por ter processo de fabricação semelhante ao dos convencionais a combustão, os híbridos poderiam ameaçar menos os empregos, por um tempo.</p> <p>SD 88 - A Toyota diz reconhecer a importância de um plano de transição justa que envolva montadoras, fornecedores, governo e instituições educacionais. "Nos empenhamos em apoiar a formação acadêmica e o desenvolvimento de fornecedores, acreditando que uma abordagem integrada é vital para uma indústria pronta para a eletrificação", explica Braun.</p> <p>SD 89 - Leonardo Aredias, diretor de Pós-Venda da Nissan no Brasil, comenta que "existem oportunidades de fornecimento de quase tudo" na jornada de eletrificação e cita que alguns componentes podem deixar de existir, mas outros serão desenvolvidos para atender à eletrificação, as possibilidades da conectividade, a integração do carro com a infraestrutura e serviços. Também comenta oportunidades na economia circular, com reuso, reaproveitamento e reciclagem de componentes. Ele não detalha os planos para o Brasil.</p> <p>SD 90 - "Enxergamos que as diferentes tecnologias, inclusive a elétrica, vão conviver no Brasil por um bom período e a transição será de forma mais gradual, dando tempo para a indústria entender a demanda, fazer investimentos e desenvolver a cadeia", diz Gábor János Deák, Diretor de Tecnologia do Sindipeças.</p> <p>SD 91 - Henry Joseph Junior, diretor-técnico da Anfavea, associação nacional dos fabricantes de veículos, pontua que ainda há obstáculos a serem vencidos, e a transição energética está se mostrando mais desafiadora do que o previsto. "Mas são condições que serão contornadas". Para ele, um posicionamento claro do governo sobre a estratégia do país para o setor, a aplicação de políticas que ampliem o mercado consumidor e estimulem a exportação de veículos produzidos aqui, além de incentivo para uso de tecnologias mais eficientes podem ajudar a garantir os empregos na cadeia automotiva.</p>
--	--	---

<p>23</p> <p>Crítica</p>	<p>COP 28: Empresas se interessam, mas poucas se engajam</p>	<p>SD 92 - COP 28: Empresas se interessam, mas poucas se engajam (TÍTULO)</p> <p>SD 93 - Desde 2021, quando foi sediada em Glasgow (Escócia), a Conferência das Partes (COP) - mais conhecida como Conferência do Clima das Nações Unidas - se tornou um ponto de encontro anual de executivos de sustentabilidade, consultores, políticos e palco de anúncios importantes sobre empresas e estratégias do setor público. Este ano, a COP 28, que acontecerá em Dubai, nos Emirados Árabes, não deve ser diferente.</p> <p>SD 94 - Adriana Panzini, líder da Fundamento Análises, chama a atenção para o dado de dois terços dos que já têm passagem comprada para Dubai afirmarem não ter nenhuma atividade preparatória para a conferência, como debates com a equipe sobre os tópicos a serem abordados, estudos e projetos para identificar como a empresa pode se adequar às discussões globais após a COP e preparação dos líderes e outros porta-vozes que participarão do evento. Quase 43% responderam que vão apenas como ouvintes e não terão papel mais ativo na COP 28.</p> <p>SD 95 - "A participação nos debates climáticos ainda é restrita e incipiente, e o nível de preparação das empresas que vão participar é distante do ideal", comenta Panzini. Ela adiciona que a COP traz oportunidade para as empresas divulgarem suas ações e até anunciar novas deliberações. Mas destaca que a falta de preparação desperdiça essa vantagem.</p> <p>SD 96 - Para Cristiano Lagôas, presidente da Associação Brasileira de ESG, o alto percentual de executivos não engajados está alinhado com o resultado de outra pesquisa, da Fundação Getulio Vargas (FGV), divulgada na semana passada. O levantamento da FGV traz que 94% das pessoas acreditam que o Brasil passa por uma mudança climática e 91% pensam que o fenômeno é causado principalmente pela atividade humana, mas apenas 56% acreditam que isso seja grave.</p> <p>SD 97 - Marta Dourado, CEO e fundadora da Fundamento Grupo de Comunicação, chama a atenção para o "descolamento" de discurso dos executivos. "Por um lado, vemos que só 22% das empresas vão mandar alguém para a COP e só 4% vão se envolver nas atividades. Por outro, 48% se dizem otimistas em relação a alguma resolução a partir das discussões do evento. Para mim, isso mostra um descolamento entre o que eles esperam e, de fato, fazem", pontua.</p> <p>SD 98 - Ela acredita que a explicação pode estar em um pensamento encontrado entre brasileiros, de que é responsabilidade do governo fazer as mudanças necessárias para o Brasil se desenvolver, em termos sociais, econômicos e também de sustentabilidade. E que muitos ainda deixam para tomar decisões de negócios quando uma nova legislação é aprovada,</p>
--------------------------	--	---

		<p>como poderá ser o caso da aprovação do mercado de carbono regulado.</p> <p>SD 99 - A maioria dos executivos entrevistados (78%) está otimista quanto à participação e poder de influência do Brasil nas deliberações da COP 28. De forma geral, isso se deve, de acordo com a análise, ao fato de o país tem a maior floresta do mundo em seu território, apresenta ampla biodiversidade, já oferece fontes de energia limpa e é um dos principais produtores mundiais de alimentos.</p> <p>SD 100 - Esses participantes também acreditam que o atual governo está mais empenhado em buscar soluções climáticas e ter um papel ativo em nível global, especialmente em mercados como hidrogênio verde e biocombustíveis.</p> <p>SD 101 - Entre os 22% que não possuem expectativas favoráveis para a conferência do clima, a visão de que o Brasil tem questões até mais latentes do que traçar um protagonismo internacional, como a sua dificuldade em lidar com questões internas, como prevenir e mitigar riscos climáticos, protegendo a população mais vulnerável. A dificuldade de articulação política para colocar projetos em prática e até a corrupção também são citados como argumentos pelos pessimistas.</p>
24	<p>Marina diz que 2023 é 'o ano da reconstrução' da política ambiental no Brasil</p>	<p>SD 102 - Marina diz que 2023 é 'o ano da reconstrução' da política ambiental no Brasil (TÍTULO)</p> <p>SD 103 - Ainda segundo a ministra, combate às mudanças climáticas não é uma agenda setorial, mas transversal, destacando protagonismo do presidente Lula (PT) no debate.</p> <p>SD 104 - Encontro contou ainda com a presença da ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, que afirmou que não há oposição entre "preservação do meio ambiente ou desenvolvimento".</p>
25	<p>Marina diz que governo prepara mecanismo que pagará por hectare preservado</p>	<p>SD 105 - Marina diz que governo prepara mecanismo que pagará por hectare preservado (TÍTULO)</p> <p>SD 106 - A ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, afirmou nesta quinta-feira que o governo federal está trabalhando em um instrumento "para manter a floresta em pé". O mecanismo envolveria uma espécie de pagamento por hectare preservado e foi desenvolvido pelos ministérios do Meio Ambiente, das Relações Exteriores e da Fazenda.</p> <p>SD 107 - Marina afirmou ainda que a pasta, junto com outros nove ministérios, está elaborando um plano de prevenção e enfrentamento de eventos climáticos extremos. Segundo a ministra, em um primeiro eixo, emergencial, a ideia é declarar emergência climática em áreas de 1.038 municípios. Nessas regiões, vivem 10 milhões de pessoas.</p>

		<p>SD 108 - "Nós estamos avaliando com todos os cuidados, transparência, compliance, decretar emergência climática nos 1.038 municípios. Essa emergência é para que a gente possa contar com o orçamento constante", disse.</p>
26	<p>Instituto Brasileiro de Mineração se coloca à disposição para ajuda em Maceió</p>	<p>SD 109 - A Defesa Civil de Maceió informou em nota, na manhã deste sábado (2), que a mina 18 da Braskem, que pode colapsar a qualquer momento (SUBTÍTULO)</p> <p>SD 110 - "A colaboração entre a Defesa Civil, a empresa e as autoridades municipais, estaduais e federais deve continuar para que se possa chegar em bom termo sem maiores danos às pessoas e ao meio ambiente", diz o Ibram em nota. (Instituto Brasileiro de Mineração)</p> <p>SD 111 - "O Ibram e as mineradoras associadas atuam há anos para tornar o setor cada vez mais seguro, sustentável e responsável e com esta determinação agem para adotar as melhores práticas de ESG (relacionadas à gestão ambiental, social e governança), inclusive, internalizando técnicas consagradas internacionalmente."</p> <p>SD 112 - Ontem, a Braskem informou que seguia monitorando a situação da mina 18, "tomando todas as medidas cabíveis para minimização do impacto de possíveis ocorrências".</p> <p>SD 113 - A Braskem encerrou as atividades de mineração de sal-gema em 2019, após afundamento do solo e surgimento de rachaduras em imóveis e vias em cinco bairros de Maceió, e está trabalhando para o fechamento definitivo dos 35 poços, conforme plano aprovado pela Agência Nacional de Mineração (ANM). O programa já alcança 70% de avanço.</p>
27	<p>Potencial colapso de mina em Maceió pode pressionar fluxo de caixa e ratings da Braskem diz Fitch</p>	<p>SD 114 - Potencial colapso de mina em Maceió pode pressionar fluxo de caixa e ratings da Braskem, diz Fitch (TÍTULO)</p> <p>SD 115 - Segundo analistas, novo evento geológico pode levar a novas ações judiciais contra a companhia e afetar sua capacidade de acessar recursos no mercado, pois investidores estão mais preocupados com ESG (SUBTÍTULO)</p> <p>SD 116 - Em 23 de agosto, a Fitch revisou a perspectiva da Braskem para negativa, devido à probabilidade de a alavancagem permanecer elevada, em torno de 12 vezes, por mais tempo (ao menos até 2024). Em setembro, esse índice estava em 14 vezes, refletindo o ciclo de baixa da indústria petroquímica e os elevados desembolsos com Alagoas.</p>
28	<p>Heineken destina R\$ 17,5 milhões para</p>	<p>SD 117 - Heineken destina R\$ 17,5 milhões para ampliar ações de reciclagem de vidro (TÍTULO)</p>

	<p>ampliar ações de reciclagem de vidro</p>	<p>SD 118 - Em 2023, a fabricante de bebidas Heineken reforçou sua atuação na circularidade do vidro e reservou, para o período, R\$ 17,5 milhões para aplicar em projetos próprios,</p> <p>SD 119 - O Circuito do Vidro, o mais recente, é inédito no grupo por envolver a articulação de vários atores do ecossistema para desenvolver a cadeia do vidro em mais de 30 cidades de Minas Gerais, Estado onde a cervejaria está construindo sua nova fábrica. Segundo Ornella Vilardo, diretora de Sustentabilidade do grupo cervejeiro, o objetivo é aumentar em 43% a circularidade dessas embalagens no Estado e retornar cerca de 6 mil toneladas de vidro para a indústria até 2026. Para isso, participam do projeto, além da Heineken, a fabricante de vidros Verallia, a empresa de coleta e reciclagem de vidro Massfix, a Rede de (atadores de Materiais Recicláveis do Sul e Sudoeste de Minas Gerais (Rede Sul) e a Fundação Avina será a gerenciadora da iniciativa na região.</p> <p>SD 120 - Leticia Medeiros, coordenadora de Sustentabilidade do Grupo Heineken lembra que uma das principais lições aprendidas no processo de reciclagem e circularidade das embalagens no Brasil é que o envolvimento de diferentes elos da cadeia de valor é fundamental. "Nós precisamos sim como indústria oferecer e apoiar programas e projetos que incentivem a circularidade, mas também precisamos levar conhecimento para nossos consumidores e convidar nossos clientes a fazerem parte da mudança que queremos para contribuir com um futuro próspero e mais sustentável para todos", diz.</p> <p>SD 121 - Ornella Vilardo, diretora de Sustentabilidade do Grupo Heineken, destaca que a iniciativa beneficia "todos os players da cadeia de reciclagem", ao mesmo tempo em que reduz o impacto ambiental, diminui as emissões poluentes da indústria, economiza energia e recursos naturais e ainda gera renda para os catadores e catadoras. Sem entrar em detalhes, afirma que o projeto levará melhores condições na oferta do material no pós-consumo</p> <p>SD 122 - Apesar de poder ser reutilizado e reciclado infinitas vezes, o vidro é o resíduo mais problemático na cadeia de reciclagem no Brasil, pelo transporte ser difícil e caro, por oferecer riscos aos catadores em seu manuseio e, principalmente, porque o valor agregado na venda ainda é muito mais baixo do que outros materiais, o que desestimula sua coleta. Um quilo de vidro coletado é vendido, por exemplo, a cerca de R\$ 0,12, ante R\$ 7 do quilo do alumínio.</p> <p>SD 123 - De acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Vidro (Abividro), no Brasil, menos de 25% do vidro usado pela indústria e consumidores retorna para a cadeia. Somente 300 mil toneladas de 1,3 milhão de material colocado no mercado são recicladas ou reutilizadas.</p>
--	---	--

		<p>SD 124 - Jessica Doumit, diretora de Relações Institucionais da Eureciclo e diretora presidente do Instituto Giro comenta que o vidro é 100% reciclável, por ser composto basicamente de areia, tem valor baixo de compra que inviabiliza seu comércio se a indústria recicladora estiver a um raio de mais de 400 quilômetros (km), por exemplo. "Como os recicladores estão concentrados na região Sudeste, sendo só um na região Nordeste, temos uma questão logística que deve receber especial atenção", aponta.</p> <p>SD 125 - O decreto federal número 11.300, promulgado no ano passado, busca acelerar essa mudança, ao estabelecer uma meta crescente de reciclagem de materiais, que vai de 27,5% em 2023 até 40% em 2032. Também adota um percentual maior de conteúdo reciclado exigido na fabricação de novas embalagens de vidro, passando de 26% para 35% em 2032.</p> <p>SD 126 - A produção de uma nova embalagem a partir de cacos de vidro, usa menos energia, reduzindo a emissão de gases de efeito estufa. A estimativa que a Heineken considera é que 2,9% de energia é economizada a cada tonelada reciclada e 1 kg de caco utilizado em novas embalagens substitui 1,2 kg de matéria-prima virgem.</p> <p>SD 127 - Outro projeto que a Heineken trabalha desde 2018, e que foi ampliado este ano, é o Volte Sempre, uma parceria com o Grupo Seiva, empresa de projetos socioambientais para logística reversa, e a fabricante de vidros Owens-Illinois (O-1). O programa consiste em ter equipamentos de coleta de garrafas em vários pontos da cidade, como supermercados, condomínios, bares e restaurantes, para coleta e trituração de embalagens de vidro descartáveis. Quem participa recebe crédito na compra de produtos do grupo.</p>
29	<p>Ainda não dá para dizer se acomodação de terra em Maceió será gradual, diz CEO da Braskem</p>	<p>SD 128 - Ainda não dá para dizer se acomodação de terra em Maceió será gradual, diz CEO da Braskem (TÍTULO)</p> <p>SD 129 - Ainda não é possível afirmar se a acomodação do solo na região da mina 18 da Braskem em Maceió será gradual ou abrupta, mas há sinais de que o cenário tem melhorado a cada dia, disse o presidente da petroquímica, Roberto Bischoff, que participou nesta manhã do 28º Encontro Anual da Indústria Química (Abiquim).</p> <p>SD 130 - "Estamos absolutamente comprometidos com esse trabalho. Infelizmente, entra a discussão política e há informações distorcidas nas redes sociais, mas nosso compromisso é de longo prazo", acrescentou.</p> <p>SD 131 - Conforme Bischoff, no início de novembro, a rede de monitoramento montada pela petroquímica na região da mina de sal-gema detectou uma mudança no comportamento do solo.</p>

		<p>O dado foi compartilhado com a Defesa Civil e, na sequência, notou-se uma aceleração do aprofundamento da mina, o que poderia significar risco maior de colapso.</p> <p>SD 132 - Diante disso, afirmou o executivo, a Braskem adotou medidas adicionais junto à Defesa Civil no bairro do Mutange, que já estava desocupado. Apenas a companhia, que suspendeu os trabalhos de fechamento das minas na área por causa do cenário de risco, e 23 famílias que se negaram a deixar a região ocupavam a área, acrescentou.</p> <p>SD 133 - O presidente da Braskem contou ainda que, em 2018, tiveram início os trabalhos do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) para entender as razões para tremores de terra na capital alagoana. Em relatório do ano seguinte, o órgão apontou que uma das causas para o afundamento do solo era a extração de sal-gema. "Imediatamente, a Braskem interrompe a operação, em maio de 2019, e contrata especialistas nacionais e internacionais", disse o executivo.</p> <p>SD 134 - Desde então, a Braskem fechou cinco acordos nas esferas federal, estadual e municipal e estabeleceu três frentes de trabalho: a realocação de moradores, que atingiu cerca de 40 mil pessoas, o fechamento das minas e a execução de obras sociais para compensar o impacto do problema geológico na mobilidade urbana.</p>
30	<p>Com problema em Maceió, Braskem cancela participação na COP28</p>	<p>SD 135 - Com problema em Maceió, Braskem cancela participação na COP28 (TÍTULO)</p> <p>SD 136 - Em nota, a petroquímica informou que está acompanhando a COP28 e as discussões sobre mudanças climáticas, "uma vez que tem metas de redução de emissões de gases de efeito estufa e de crescimento com produtos mais sustentáveis, entre eles bioprodutos e produtos com conteúdo reciclado".</p> <p>"Nos últimos dias, diante do agravamento da crise de Maceió, achou melhor cancelar sua participação em alguns painéis para evitar que o assunto sobrepujasse quaisquer outras discussões técnicas, dificultando eventuais contribuições que a empresa pudesse oferecer", acrescentou.</p> <p>SD 137 - Na manhã desta segunda-feira (4), o presidente da Braskem, Roberto Bischoff, participou de um painel sobre temas ESG no 28º Encontro Anual da Indústria Química (Enaiq), em São Paulo, e abordou voluntariamente o risco de colapso de uma das minas usadas para extração de sal-gema na capital alagoana.</p>
31	<p>Solo está se acomodando em</p>	<p>SD 138 - Solo está se acomodando em Maceió, diz Braskem (TÍTULO)</p>

	<p>Maceió, diz Braskem</p>	<p>SD 139 - Ainda não é possível afirmar se a acomodação do solo na região da mina 18 da Braskem em Maceió será gradual ou abrupta, mas há sinais de que o cenário melhora a cada dia, disse ontem o presidente da petroquímica, Roberto Bischoff, durante o 28º Encontro Anual da Indústria Química (Enaiq), promovido pela Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim).</p> <p>SD 140 - Desde a semana passada, a mina, usada para extração de sal-gema, está sob risco de colapso. "Se a acomodação de terra vai ser de forma mais gradual ou de forma abrupta, não se pode afirmar ainda. Mas temos bons indicativos de que solo vem se acomodando dia a dia de forma melhor", afirmou o executivo, que participou de um painel sobre temas ESG e abordou o assunto voluntariamente. "Estamos absolutamente comprometidos com esse trabalho".</p> <p>SD 141 - Para a Defesa Civil de Maceió, apesar da diminuição, a área segue em risco iminente de colapso. Já a instância estadual, por sua vez, avalia que há estabilidade. No início de novembro, a rede de monitoramento montada pela petroquímica na região da mina de sal-gema detectou mudança no comportamento do solo, segundo Bischoff. O dado foi compartilhado com a Defesa Civil e, na sequência, notou-se uma aceleração do aprofundamento da mina, o que poderia significar risco maior de colapso. Diante disso, a Braskem adotou medidas adicionais junto à Defesa Civil no bairro do Mutange, que já estava desocupado.</p> <p>SD 142 - O presidente da Braskem lembrou que, em 2018, tiveram início os trabalhos do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) para entender as razões para tremores de terra na capital alagoana. Em relatório do ano seguinte, o órgão apontou que uma das causas para o afundamento do solo era a extração de sal-gema. "Imediatamente, a Braskem interrompe a operação, em maio de 2019, e contrata especialistas nacionais e internacionais", disse. Desde então, a Braskem fechou cinco acordos nas esferas federal, estadual e municipal e estabeleceu três frentes de trabalho: a realocação de moradores, que atingiu cerca de 40 mil pessoas, fechamento das minas e a execução de obras sociais para compensar o impacto na mobilidade urbana.</p> <p>SD 143 - Crise em Alagoas levou a companhia brasileira a cancelar participação na COP 28, em Dubai (DESTAQUE)</p> <p>SD 144 - Em nota, a Braskem informou que acompanha a COP e todas as discussões sobre mudanças climáticas. "Nos últimos dias, diante do agravamento da crise de Maceió, achou melhor cancelar sua participação em alguns painéis para evitar que o assunto sobrepujasse quaisquer outras discussões técnicas, dificultando eventuais contribuições que pudesse oferecer."</p>
--	--	---

		<p>SD 145 - O afundamento do solo em bairros de Maceió também pode ter reflexos na venda da empresa, mas não assusta os árabes da Empresa Nacional de Petróleo de Abu Dhabi (Adnoc), na avaliação de fontes que participam do processo. A leitura é a de que os potenciais compradores têm conhecimento dos problemas enfrentados pela petroquímica brasileira.</p> <p>SD 146 - Para a Adnoc, a Braskem é vista como estratégica para os planos de crescimento nas Américas e não há, neste momento, outra petroquímica tão bem posicionada na região como a brasileira. Em 2019, lembra uma das fontes, a LyondellBasell desistiu de comprar a Braskem porque o problema geológico veio à tona, e ainda não havia clareza sobre sua extensão. Hoje, o passivo está melhor determinado.</p> <p>SD 147 - Por outro lado, a queda de braço entre Alagoas e a Braskem em torno da dívida da companhia com o Estado pode afetar a venda por causa da possibilidade de elevação dos compromissos financeiros da companhia. Gastos maiores do que os R\$ 14,4 bilhões já provisionados para fazer frente aos problemas em Maceió certamente seriam considerados no valor oferecido pela Braskem, o que já vinha preocupando os bancos credores da Novonor</p>
32	<p>BNP Paribas amplia setores financiados com restrição de emissões de CO2</p>	<p>SD 148 - BNP Paribas amplia setores financiados com restrição de emissões de CO2 (TÍTULO)</p> <p>SD 149 - Agronegócio, navegação, imobiliário e aviação serão os setores cujas carteiras de financiamento do banco passarão a ter metas de redução de emissões poluentes (SUBTÍTULO)</p> <p>SD 150 - O banco francês BNP Paribas está ampliando a gama de setores para os quais os empréstimos e financiamentos terão metas de redução de emissões de gases de efeito estufa. A ideia é limitar a poluição indireta do banco, ou seja, a emissão de empresas que o banco financia.</p> <p>SD 151 - Marcello Chiara, diretor de planejamento estratégico do BNP Paribas Brasil explica que essas metas foram submetidas ao escrutínio do Science Based Target (Sbt), que as avalia sob a ótica de efetividade para ajudar no combate ao aquecimento global. Também é parte da estratégia da instituição na Net-Zero Banking Alliance, grupo de bancos que assumiu o compromisso de ter um portfólio de crédito neutro em carbono até 2050.</p> <p>SD 152 - Para Fábio Jacob, líder de Global Credit Markets Brasil do banco, há uma demanda reprimida de projetos de energia renovável no país, tanto em terra (solar e eólica) quanto em mar (eólicas offshore), e que podem ser destravados nos próximos anos, se o preço da energia subir e tornar os projetos economicamente viáveis, no caso dos projetos em terra, e se a legislação que dá permissão for aprovada, nos do mar.</p>

33	<p>JGP lança emissão de R\$ 150 milhões em CRAs sustentáveis de cooperativa na COP28</p>	<p>SD 153 - JGP lança emissão de R\$ 150 milhões em CRAs sustentáveis de cooperativa na COP28 (TÍTULO)</p> <p>SD 154 - A JGP lançou, na 28ª Conferência do Clima da ONU (COP28), em Dubai, a emissão de R\$ 150 milhões em Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA Verde) sustentáveis da Capai, cooperativa de produtores rurais com mais de 3,7 mil cooperados nos estados de São Paulo e Paraná.</p> <p>SD 155 - Os recursos serão usados em ações relacionadas ao desenvolvimento sustentável conduzidas pela Capai e beneficiarão quase 800 cooperados, abrangendo mais de 140 mil hectares de terras. A transação teve o apoio do Banco Alfa como coordenador exclusivo. A JGP atuou com o serviço de ESG Advisory, que trabalha no posicionamento estratégico de empresas do ponto de vista de sustentabilidade.</p> <p>SD 156 - Para José Pugas, sócio da JGP e responsável por ESG e estratégias de Crédito Sustentável, o alinhamento do cooperativismo brasileiro às melhores práticas de agricultura de baixo carbono vai acelerar a transição do agronegócio brasileiro para modelos climaticamente eficientes, socialmente inclusivos e naturalmente positivos.</p>
34	<p>Pressão aumenta para empresas adotar análise de Direitos Humanos na cadeia</p>	<p>SD 157 - Mais recentemente, com o aumento da pressão social e a propagação das práticas ESG (ambientais, sociais e de governança corporativa) no meio corporativo, as empresas começaram a ser mais cobradas para cuidar não apenas do portão para dentro, mas também de sua cadeia de valor.</p> <p>SD 158 - Na abertura do evento, Volker Türk, Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, destacou na primeira de abertura do fórum que os negócios precisam operar sem prejudicar as pessoas. É daí que surge o termo "licença social para operar" (LSO), ou seja, a aceitação e apoio da comunidade em relação às atividades de uma empresa ou organização. "Ainda há empresas e pessoas que veem os direitos humanos como um obstáculo ao negócio", diz. "A responsabilidade e o papel do setor privado, sociedade civil e outros stakeholders na implementação da declaração deve aumentar."</p> <p>SD 159 - Celeste Drake, diretora-geral adjunta da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ditou o tom, logo na abertura, do que seria um dos destaques deste ano: a conexão entre crise climática e direitos humanos. "Para acelerar os múltiplos desafios que temos na questão climática, devemos acelerar as ações de justiça social e trabalho digno e justo. A abordagem humana é a única forma de chegar no mundo em que queremos", disse.</p>

		<p>SD 160 - A cobrança por legislações firmes, que ditam responsabilidades e responsabilização no setor empresarial, foi citada em inúmeros painéis. "A conversa está cada vez mais intensa sobre a insuficiência de mecanismos voluntários da temática. Avançamos para um debate cada vez mais focado em normativas e regulamentação, mecanismos vinculantes, não-voluntários", pontua Tayná Leite, gerente sênior de Direitos Humanos do Pacto Global da ONU Brasil.</p> <p>SD 161 - "O Brasil acaba sendo impactado por essas legislações à medida que as companhias multinacionais com sede na Europa passam a exigir o mesmo de filiais ao redor do mundo e também de fornecedores. Indústrias brasileiras exportadoras, especialmente as de agronegócio, poderão receber, então, algumas perguntas e pedidos de seus clientes", comenta Mariana Abreu, líder de Direitos Humanos da consultoria inglesa Wallbrook, parte do grupo Anthesis. Para ela, as políticas corporativas com processos e demandas vão aumentar e as empresas, inclusive as brasileiras, que não se adequarem "correm o risco de perder contratos". Abreu foi mediadora em um dos painéis do fórum deste ano.</p> <p>SD 162 - A União Europeia caminha no mesmo sentido e passará a exigir acompanhamento não apenas de temas sociais, como também de ambientais. Em setembro, o Parlamento Europeu aprovou a Diretiva de Devida Diligência de Sustentabilidade Corporativa (CSDDD), que exigirá das empresas que atuam na região, europeias ou não, e suas subsidiárias que implementem uma devida diligência mais rigorosa para prevenir, mitigar e acompanhar a evolução dos impactos negativos na sociedade e no meio ambiente de suas operações e da sua cadeia de valor. O CSDDD faz parte de uma série de legislações recentes do bloco, que buscam regulamentar o combate ao desmatamento e a produtos fabricados com trabalho forçado e a exploração de minerais críticos em áreas de potencial conflito.</p> <p>SD 163 - Estados Unidos, Japão e o próprio Brasil, ainda discutem propostas de lei. No Brasil, desde 2022 está no Congresso o PL 572/22, que se propõe a criar um marco nacional sobre direitos humanos e empresas e há um grupo de trabalho com representantes de governo, sociedade civil e empresas desenvolvendo um Plano Nacional de Ação sobre Empresas e Direitos Humanos.</p> <p>SD 164 - "A legislação está avançando e não dá mais para empresas ficarem na negação. No Brasil, a CVM [Comissão de Valores Mobiliários] está saindo na frente de muitos países e passando a exigir mais dados ESG das companhias abertas, além das informações financeiras", comenta Cario Pereira, CEO do Pacto Global da ONU no Brasil.</p>
--	--	---

		<p>SD 165 - Um dos resultados foi a assinatura de um memorando de entendimento entre o Pacto Global da ONU no Brasil e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal (PFDC/MPF), representada por Carlos Alberto Vilhena, chefe da PFDC/MPF.</p> <p>"O objetivo geral é o desenvolvimento de atividades conjuntas de interesse comum", comenta Thales Coelho, procurador da República Coordenador do Grupo de Trabalho Direitos Humanos e Empresas da PFDC/MPF. Ele cita que uma das frentes de atuação será no conselho consultivo da Aliança pelos Direitos Humanos e Empresas e também na averiguação de práticas de socialwashing (discursos que não condizem com a prática) dentre as empresas que aderem ao Pacto Global e usam essa ligação como um atestado de que são socialmente responsáveis. A Procuradoria também enviou contribuições ao rascunho do Tratado Internacional sobre Empresas e Direitos Humanos.</p> <p>SD 166 - Outros temas que foram abordados nos painéis no fórum e que seguem em discussão é a necessidade de colocar os detentores de direitos - e vítimas - no centro da discussão para serem ouvidos; o reconhecimento dos indígenas como donos de suas terras e, portanto, agentes importantes a serem ouvidos quando uma empresa tem interesse em explorar a área; as consequências da inteligência artificial para a violação dos direitos humanos e também como ferramenta para soluções; e o debate sobre a responsabilização da empresa.</p>
35	<p>Levar o discurso à prática é essencial</p>	<p>SD 167 - Risco de "greenwashing" e "greenwashing" demanda clareza e coerência em informações da agenda ambiental, social e de governança (SUBTÍTULO)</p> <p>SD 168 - Enquanto 55% dos executivos disseram prestar todas as informações necessárias, 78% dos investidores entrevistados afirmaram não encontrar informações sobre a agenda ESG de longo prazo das companhias investidas. Esse descasamento apresentado pela pesquisa mostra a urgência das empresas em refinar, cada vez mais, a comunicação de uma agenda a que se impõem ano a ano, apesar das grandes instabilidades trazidas por conflitos, como entre a Rússia e a Ucrânia - e agora Israel e Hamas -, das pressões inflacionárias ao redor do mundo e de outras urgências, como as mudanças climáticas.</p> <p>SD 169 - "Sustentabilidade e negócios são os dois lados de uma mesma moeda, e a comunicação do que fazemos e de onde pretendemos chegar não pode ser apenas informativa. Ela tem que inspirar, porque pode trazer uma visão de longo prazo da companhia", afirma Márcio Nappo, vice-presidente de sustentabilidade e comunicação da Bracell.</p> <p>SD 170 - Como presidente da ABA, a executiva diz que é crescente o interesse das 130 empresas associadas, que representam 1.400 marcas, pela temática ESG. No quesito comunicação, diz ela, o</p>

		<p>maior desafio tem sido lidar com empresas que "pegam carona" e usam a agenda apenas como ferramenta de promoção.</p> <p>"Temos companhias que têm a sustentabilidade no DNA. Quando vão lançar um produto, ou fazer uma comunicação, pensam em todos os aspectos do ESG, enquanto outras companhias fazem apenas propaganda. E isso não ajuda. Nem que a pauta se fortaleça, nem é justo com aquelas companhias que tratam do tema com seriedade", afirma Tropardi. [Nelcina Tropardi, diretora-geral de jurídico, relações governamentais, ESG, auditoria interna e compliance da Dasa e presidente da Associação Brasileira de Anunciantes (ABA)]</p> <p>SD 171 - Mas o cerco a este tipo de postura está se fechando e a tendência é fazer com que as empresas sejam cada vez mais cobradas sobre aquilo que comunicam e o que realmente fazem nas temáticas ESG, especialmente no que se refere à responsabilidade ambiental.</p> <p>Nessa direção, em junho passado, o International Sustainability Standards Board (ISSB) emitiu suas primeiras normas de divulgação de sustentabilidade. Os padrões internacionais de reporte financeiro (ou IFRS, na sigla em inglês) estão agora divididos em dois capítulos: o IFRS S1 e o IFRS S2.</p> <p>O primeiro exige da companhia a divulgação de todas as informações relacionadas a riscos e oportunidades da sustentabilidade da empresa, como fluxo de caixa, acesso a financiamento, custo de capital no curto, médio e longo prazos, temas ligados à governança. Já a norma IFRS S2 trata de divulgações relacionadas ao clima, como a exposição da companhia a eventos climáticos, entre outros dados relacionados ao E da agenda ESG.</p> <p>SD 172 - Outra percepção trazida pelas pesquisas é o protagonismo de consultorias, organizações não governamentais e escritórios de advocacia como fontes das reportagens que tratam do assunto. "No levantamento do segundo trimestre, detectamos um aumento de parceria entre as companhias e faculdades de comunicação para a formação de profissionais com domínio da agenda ESG, afirma Rinaldi. "ESG é um colchão da reputação da empresa; comunicar de forma genuína e eficiente é o mínimo que as companhias devem fazer", acrescenta Rinaldi. [Natália Rinaldi, gerente de inteligência de dados da CDN.]</p>
36	<p>Cerca de 7% do PIB global é direcionado a atividades com impacto negativo na natureza, diz Pnuma</p>	<p>SD 173 - Cerca de 7% do PIB global é direcionado a atividades com impacto negativo na natureza, diz Pnuma (TÍTULO)</p> <p>SD 174 - Os investimentos em soluções baseadas na natureza somaram cerca de US\$ 200 bilhões em 2022 (SUBTÍTULO)</p> <p>SD 175 - Cerca de US\$ 7 trilhões de recursos públicos e privados são investidos por ano, no mundo, em atividades que têm impacto negativo direto na natureza - o equivalente a algo próximo a 7% do Produto Interno Bruto global. A estimativa está</p>

		<p>no último relatório State of Finance for Nature divulgado na COP 28 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).</p> <p>SD 176 - Os investimentos em soluções baseadas na natureza somaram cerca de US\$ 200 bilhões em 2022, diz o estudo. Os fluxos financeiros para atividades que prejudicam a natureza foram mais de 30 vezes superiores.</p> <p>SD 177 - "Para ter alguma chance de atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, esses números deveriam ser revertidos com os verdadeiros guardiões da terra, como os povos indígenas, entre os principais beneficiários".</p> <p>SD 178 - Segundo o estudo, os fluxos financeiros privados negativos para o ambiente somam US\$ 5 trilhões anuais. São 140 vezes maiores dos US\$ 35 bilhões de investimentos privados em soluções baseadas na natureza.</p> <p>SD 179 - Os gastos de governos com subsídios prejudiciais ao meio ambiente em quatro setores --agricultura, combustíveis fósseis, pesca e silvicultura-- foram estimados em US\$ 1,7 trilhão em 2022. Apenas os subsídios aos combustíveis fósseis para os consumidores dobraram de US\$ 563 bilhões em 2021 para US\$ 1,163 trilhão em 2022.</p> <p>SD 180 - Um parceiro do Pnuma no estudo, a Global Canopy (organização que busca indicar com dados as forças de mercado que destroem o meio ambiente) ressaltou que continuar fazendo negócios como sempre, o business as usual, representa grave ameaça ao planeta. "A análise reforça a necessidade urgente de uma transição para práticas de negócios sustentáveis e de parar o financiamento da destruição da natureza", disse Niki Mardas, diretor executivo da Global Canopy.</p>
--	--	---

37	<p>Startup ESG recebe aporte de R\$ 22 milhões de Totvs, Vibra, Banco BV e fundos</p>	<p>SD 181 - Startup ESG recebe aporte de R\$ 22 milhões de Totvs, Vibra, Banco BV e fundos (TÍTULO)</p> <p>SD 182 - A DEEP faz monitoramento de indicadores ESG, em especial, de emissões poluentes. Dinheiro será usado para investir em pesquisa e expandir funcionalidades para atender a novas demandas regulatórias. (SUBTÍTULO)</p> <p>SD 183 - Paulo Miranda, cofundador da Deep, lembra ainda que há um potencial grande de crescimento nos próximos anos, especialmente com o avanço da regulação. A partir de 2026, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) vai obrigar as empresas a adotarem normas internacionais de divulgação e dados ESG junto a seus relatos financeiros, as regras IFRS S1 e S2. Também há uma perspectiva de que o Congresso brasileiro aprove a lei do mercado de carbono regulado.</p> <p>SD 184 - "Com isso, aumentará muito a demanda por relatórios de emissões e ESG, de centenas para dezenas de milhares de empresas ao longo dos próximos anos. Por isso, buscamos recursos para escalar nossa capacidade de atendimento e estamos aumentando nossos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D) e inovação", conta Miranda.</p>
38	<p>Brasil pode ser polo de combustível sustentável de aviação</p>	<p>SD 185 - Brasil pode ser polo de combustível sustentável de aviação (TÍTULO)</p> <p>SD 186 - Enquanto a transição energética ganha corpo nas discussões e projetos de lei do governo brasileiro, um tema volta à pauta: o combustível sustentável de aviação, ou, SAF (Sustainable Aviation Fuel, na sigla em inglês), como é mais conhecido. Considerando que, para substituir todo o combustível fóssil usado pela indústria seriam necessários, até 2045, 636 bilhões de litros de SAF, de acordo com a Organização Internacional da Aviação Civil (ICAO), e hoje só é produzido, no mundo, 0,15 bilhão de litros, há uma oportunidade única na mesa. O Brasil e a América do Sul têm grande potencial de produzir de SAF utilizando diferentes tipos de matérias- primas.</p> <p>SD 187 - De acordo com estimativa da Associação Internacional de Transporte Aéreo (IATA, na sigla em inglês), por ser um celeiro agrícola importante, a América Latina deve responder por 30% do volume necessário de SAF, "uma oportunidade gigantesca". "O SAF é o grande diferencial para o setor de aviação conseguir reduzir suas emissões. Depois vêm novas tecnologias, infraestrutura e operações menos poluentes e projetos de captura de carbono ou compensação", comenta André Cury, líder do Commercial Bank do Citi para o Brasil e América Latina.</p> <p>SD 188 - "Hoje, o que produzimos [no mundo] só é suficiente para abastecer uma companhia aérea americana por um dia. Mas o potencial é gigantesco e a América Latina - e o Brasil, em</p>

		<p>especial - é vista como 'a' região para alavancar a oferta global'', adiciona Cury, do Citi. Dada a sua crescente importância, o tema - combustíveis sustentáveis, incluindo SAF - foi escolhido este ano para o Encontro Anual de açúcar e álcool, promovido pelo Citi em Ribeirão Preto (SP).</p> <p>SD 189 - Em conferência na semana passada, a Associação Internacional de Transporte Aéreo (International Air Transport Association ou IATA), reiterou que, considerando que em 2023, apenas 500 mil de toneladas de SAF foram produzidas, o que representou 0,2% do consumo total da indústria, para 2050, a indústria tem uma demanda mínima de 500 milhões de toneladas, 1.000 vezes o registrado este ano. Por outro lado, se comparado às 500 toneladas de 2016, o crescimento é vertiginoso ainda que muito aquém do necessário. Por dia, estima-se que sejam feitas cerca de 100 mil viagens aéreas no mundo. Mas é inegável que o tema ganhou tração nos últimos anos com uma combinação de pressão pela descarbonização com o avanço de tecnologias que barateiem a sua produção - ainda que mais devagar do que o necessário.</p> <p>SD 190 - O grande gargalo hoje é a escala, ainda bem baixa, e seu alto custo. O valor do litro do SAF é entre três vezes a quatro vezes maior que o valor pago pelo querosene de aviação - ainda é um dos principais gargalos. "Alguém tem de pagar essa conta. No limite, possivelmente é o consumidor quem vai arcar.</p> <p>SD 191 - No Brasil, o SAF foi incluído no projeto de lei do Combustível do Futuro, que integra o Plano de Transformação Ecológica (PIE) do governo federal. Entre as propostas, estão regras para captura e estocagem de carbono, aumento do percentual da mistura do etanol na gasolina e a regularização do mercado de SAF, frentes alinhadas com as metas nacionais de redução de emissões. (DESTAQUE)</p> <p>SD 192 - Mas, para Jurema Monteiro, presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas (Abear), é preciso também incluir incentivos financeiros diretos e incentivos tributários para facilitar e agilizar a substituição de combustível. "Tem que garantir que os custos não inviabilizem a adoção do SAF", diz a executiva, destacando que o combustível é o insumo de maior impacto nas operações (cerca de 40% dos custos totais). Além disso, fala sobre a necessidade segurança jurídica para garantir a produção em larga escala, que demanda investimentos altos por parte do setor privado.</p>
39	Sustentabilidade é foco de startups e investidores	<p>SD 193 - Sustentabilidade é foco de startups e investidores (TÍTULO)</p> <p>SD 194 - O potencial brasileiro ligado à economia verde vem estimulando a expansão de startups voltadas a sustentabilidade. Também atrai a atenção de investidores. "O segmento aparece tão</p>

		<p>promissor como as fintechs [do setor financeiro] no passado", diz Orlando Cintra, CEO da BR Angels, que reúne 270 investidores e cinco startups na área, com investimento somado de R\$ 8 milhões e múltiplo sobre investimento (Moic) de 230%.</p> <p>SD 195 - A Associação Brasileira de Startups (ABStartups), em 2021, contabilizou 102 empresas no segmento de sustentabilidade, a maior parte voltada a ar e meio ambiente (39,2%) e energia limpa (26,5%). "Em 2023 ganharam força energias renováveis avançadas, armazenamento de energia, mobilidade sustentável e hidrogênio verde, além de tecnologias como inteligência artificial e análise de dados", afirma a CEO da entidade, Mariane Takahashi. Startups com soluções em floresta e absorção de carbono estão entre as que marcaram presença na COP28, em Dubai.</p> <p>SD 196 - A Belterra cria sistemas agroflorestais para recuperar áreas e gerar emprego e renda com produtos sustentáveis, como cacau e dendê. Agrega conhecimento, instrumento financeiro e arranjo comercial para venda dos produtos e tem mais de R\$ 300 milhões em investimentos contratados de marcas como Fundo Vale, Cargill, Natura e Amazon para financiar 10 mil ha, diz o fundador Valmir Ortega.</p> <p>SD 197 - A Vale, que estabeleceu meta de proteger e recuperar 500 mil hectares de floresta até 2030, criou o Fundo Vale em 2009 para fomentar a economia de baixo carbono, regenerativa e sustentável. Já aportou R\$ 339 milhões em formados desde arranjos multisetoriais até capital filantrópico e contratos de compra e barter, principalmente na Amazônia. Em 2022 criou o Fundo Floresta e Clima em parceria com a KPTL, diz Gustavo Luiz, diretor do Fundo Vale.</p>
40	<p>Ainda limitado no Brasil, investimento com foco ESG avança</p>	<p>SD 198 - Ainda limitado no Brasil, investimento com foco ESG avança (TÍTULO)</p> <p>SD 199 - Cerca de R\$ 10,5 bilhões estão alocados em 59 fundos sustentáveis e 30 fundos que integram em suas estratégias fatores ESG (SUBTÍTULO)</p> <p>SD 200 - Os fundos de investimentos com foco em ESG e clima são uma das mais importantes fontes de recursos para o combate ao aquecimento do planeta.</p> <p>SD 201 - Segundo relatório do Morgan Stanley Institute for Sustainable Investing, em junho de 2023, a indústria global de fundos sustentáveis atingiu US\$ 3,12 trilhões, o equivalente a 7,9% do total de dinheiro sob gestão no mundo. É um crescimento em relação a 2022, quando somavam US\$ 2,79 trilhão (7,6% do total).</p> <p>SD 202 - No Brasil, seu desenvolvimento, porém, segue ainda a passos lentos. Existem hoje no país cerca de R\$ 10,5 bilhões</p>

		<p>alocados em 59 fundos de investimento sustentável (IS) e 30 fundos que integram em suas estratégias fatores ESG, de acordo com dados da Anbima, associação do mercado de capitais, até novembro.</p> <p>SD 203 – "Tem uma parcela nichada de investidores que empurra mais forte a agenda. Mas ainda é preciso outros agentes importantes, como seguradoras e fundos de pensão, que são investidores institucionais de longo prazo, exatamente o perfil deste tipo de investimento. Não é oportunista, é de longo prazo", comenta Carlos Takahashi, vice- presidente da Anbima.</p> <p>SD 204 - Apesar de, na COP28 o financiamento para redução de emissões ter se concentrado nos compromissos públicos anunciados por governos e bancos de fomento, o volume necessário de dinheiro - estimado em US\$ 125 trilhões até 2050, segundo a Agência Internacional de Energia (IEA) - deixa claro que será preciso engajar qualquer detentor de capital. 'Voltamos da COP com a sensação clara de que não há sucesso na luta contra o desmatamento e as mudanças climáticas sem o compromisso integral do mercado de capitais", afirma José Pugas, sócio da JGP e responsável por ESG e estratégias de crédito sustentável da casa.</p> <p>SD 205 - Maurício Colombari, sócio da consultoria PwC, que também esteve na COP28, não vê com preocupação a baixa participação do setor privado. "Os países trabalham para viabilizar as iniciativas e certamente precisarão do setor financeiro e de mercado de capitais para tirar os planos do papel, operacionalizar a distribuição e alocação dos recursos", diz. Ele destaca o papel do Brasil em prover soluções de energia renovável, como biocombustíveis e hidrogênio verde.</p> <p>SD 206 - Para Thomas Hohne-Sparborth, líder de pesquisa em sustentabilidade do banco suíço Lombard Odier, o Brasil tem outras potencialidades a serem destravadas. "As vastas florestas e outros capitais naturais do Brasil, bem como a sua posição como um dos principais centros agrícolas, permitem assumir a liderança no desenvolvimento da natureza numa classe de ativos", diz.</p> <p>SD 207 - "Agora se sabe que a agenda de finanças climáticas é central na pauta do Brasil e o tema vai demandar mais capex [investimentos] das companhias para descarbonizar. É natural que tenhamos operações e que elas se intensifiquem", diz. [Luiza Dias Lopes Vasconcellos, líder de negócios ESG no Itaú BBA]</p>
41	<p>Falta ainda maturidade ESG na indústria de gestão de investimento</p>	<p>SD 208 - Falta ainda maturidade ESG na indústria de gestão de investimento (TÍTULO)</p> <p>SD 209 - Faz pouco mais de um ano que a Anbima, associação do mercado de capitais, divulgou parâmetros para os fundos de investimentos serem considerados sustentáveis. De lá para cá, o interesse das gestoras pela pauta ESG - sigla em inglês para se</p>

		<p>referir a questões ambientais, sociais e de governança corporativa - tem crescido. Mas, uma pesquisa recente do escritório Cepeda Advogados, especialista em estruturação de fundos, mostra que ainda há um caminho longo de amadurecimento.</p> <p>SD 210 - "Ainda há muito ceticismo quando tratamos da cultura ESG, principalmente sua relação ou não com um maior retorno financeiro", comenta Fábio Cepeda, sócio do Cepeda Advogados.</p> <p>SD 211 - Por política ESG entende-se a estratégia de inclusão da temática nos produtos. Dentre as existentes hoje no mercado, as duas mais comuns no Brasil, que são adotadas por quase todas as gestoras que já possuem alguma política, são a "filtro negativo" e "integração ESG". O filtro negativo é usado quando a gestora tem uma lista de setores nos quais ela não investe, como, por exemplo, empresas fabricantes de armamentos, de fumo, de petróleo e gás, de carvão e outros. Já as que integram fatores ESG vão além da ótica financeira e incluem questões ambientais, sociais e de governança que são relevantes nas análises e decisões de investimento.</p> <p>SD 212 - "Os grandes investidores institucionais foram os precursores do filtro negativo, que até antes da pandemia chegou a somar US\$ 20 trilhões. Recentemente temos visto uma mudança de paradigma, com engajamento corporativo e integração ESG se tornando mais comuns", comenta Marinis Pigossi, sócia do Cepeda Advogados, citando dados do Global Sustainable Investment Alliance.</p> <p>SD 213 - "Ainda, não existe uma abordagem única para o investimento sustentável dada a diversidade da indústria. Gestores globais e locais estão respondendo de forma proporcional ao seu tamanho, natureza, apetite de risco e metas de impacto", comenta Pigossi.</p> <p>SD 214 - Um número razoável (42%) de gestoras relata, na pesquisa, não ter métricas pré- definidas para avaliar os resultados relacionados à prática ESG em seus investimentos e, portanto, não realiza tal divulgação. Parte da explicação, diz a advogada, se deve à dificuldade de mensurar questões qualitativas e que ainda não se confirmaram totalmente, uma vez que os investimentos ESG são identificados como de longo prazo.</p> <p>SD 215 - Além disso, as diferentes definições de materialidade e métricas sob os mais variados padrões e frameworks de reporte de sustentabilidade por parte das empresas investidas e dos próprios fundos também pode mais confundir do que ajudar em alguns casos. Por isso, ela elogia a posição da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) este ano de adotar o padrão do International Sustainability Standards Board (ISSB) para companhias e fundos de investimento. "É essencial para endereçar os desafios de</p>
--	--	---

		<p>uniformização e propiciar ao mercado informações verificadas, consistentes, comparáveis e úteis", diz.</p> <p>SD 216 - Outro ponto observado que influencia é a crença de que os fundos ESG ou que integram fatores ESG dão menos dinheiro do que os que não se preocupam com esses parâmetros. Para Pigossi, desconstruir essa crença é importante para atrair potenciais investidores e recursos para a temática, ainda mais com a perspectiva de aumento do apetite por produtos alternativos com a queda dos juros. Cita como exemplo o caso de investimentos em usinas de energia solar, que já têm retornos atraentes e perspectivas positivas.</p> <p>SD 217 - Ele pondera, contudo, que, apesar de o capital - os investidores, donos do capital ou fiduciários - ser grande indutor de implantação de práticas ESG pelas gestoras, essa não deve ser a única motivação, com risco de acabar caindo em greenwashing. "A credibilidade e a autenticidade ESG exigem que os gestores repensem seu propósito tanto como indivíduos quanto como organizações, o que os permitirá explorar como seus investimentos podem ter uma influência genuína e positiva na sociedade e no planeta", diz.</p>
42	<p>Boticário capta R\$ 2 bilhões em emissão de títulos verdes com veganismo como meta</p>	<p>SD 218 - Boticário capta R\$ 2 bilhões em emissão de títulos verdes com veganismo como meta (TÍTULO)</p> <p>SD 219 - Entre os objetivos determinados na operação está ter 100% dos produtos de marcas próprias veganos. Empresa também se comprometeu a ampliar reuso de água em fábrica no Paraná (SUBTÍTULO)</p> <p>SD 220 - Em comunicado à imprensa, o diretor financeiro do grupo, Marcelo Azevedo, destaca que além de fortalecer a estratégia de longo prazo da empresa, a emissão também posiciona o Boticário como influenciador de novas pautas relevantes ao setor. Esta é a primeira vez que uma empresa do segmento de beleza coloca meta de produtos veganos em seu SLB. Os testes em animais já foram banidos desde 2000 e a empresa se especializou, nos últimos anos, no desenvolvimento de pele 3D, que replica a pele humana em laboratório, para avaliar a qualidade dos produtos.</p> <p>* Sustainability-Linked Bond (SLB) são tipos de títulos de dívida corporativa atrelados a indicadores de desempenho pré-estabelecidos.</p>
43	<p>Positiv.a capta R\$ 8,3 milhões em maior rodada de equity crowdfunding</p>	<p>SD 221 - A Positiv.a, empresa que vende produtos de limpeza e higiene pessoal ecológicos, acaba de encerrar sua quinta captação de recursos, desta vez pela plataforma de equity crowdfunding Kria. Foram levantados R\$ 8,3 milhões de 187 investidores, 80% deles clientes e 20% não-clientes, que investiram a partir de R\$ 5 mil.</p>

		<p>SD 222 - Nesta nova rodada entraram investidores institucionais, family offices e pessoas engajadas com a causa ambiental, como Natalie Unterstell, presidente do grupo Talanoa, que promove a inovação política e o diálogo para a ação climática e o desenvolvimento sustentável, além de ser membro do Green Climate Fund.</p> <p>SD 223 - "A comunidade sempre esteve e sempre estará no centro da nossa estratégia. Acreditamos muito no modelo ganha- ganha e no poder do coletivo com propósito alinhado para transformar positivamente os ecossistemas" conta Marcella Zambardino, diretora de Impacto e cofundadora da Positiv.a. (DESTAQUE)</p> <p>SD 224 - Esta foi a maior rodada em captação das plataformas de equity crowdfunding do país. O recorde anterior foi da EqSeed, plataforma on-line de equity crowdfunding fundada por Brian Begnoche e Greg Kelly, que captou R\$ 7,5 milhões para sua própria operação em agosto deste ano. Antes disso, a startup gaúcha que usa inteligência artificial para identificar padrões de comportamento de bovinos, a Cowmed, havia levantado R\$ 5,9 milhões em dezembro de 2022, e a startup Simples&Co, de gestão de marcas de alimentação, outros R\$ 3,5 milhões em novembro de 2022, ambos pela plataforma de equity crowdfunding Captable.</p> <p>SD 225 - "A expectativa é estar em 20% da casa dos brasileiros até 2030, com a democratização dos produtos ecológicos e linhas mais acessíveis, gerar 3,5 milhões de renda para produtores locais, transformar todo o portfólio em zero plástico e bioplástico, e conseguir escalar a economia circular com fórmulas e embalagens responsáveis", conta Zambardino.</p>
44	<p>Mesmo com pontas soltas, PL do Mercado de Carbono é bem recebido por especialistas</p>	<p>SD 226 - Mesmo com pontas soltas, PL do Mercado de Carbono é bem recebido por especialistas (TÍTULO)</p> <p>SD 227 - A aprovação nesta quinta-feira (21) pela Câmara dos Deputados do projeto que cria o mercado de carbono regulado no Brasil foi encarado, por especialistas, como um passo importante para o país avançar, ainda que não seja o melhor texto e deixe conceitos passíveis de múltiplas interpretações. A matéria ainda precisa passar pelo Senado Federal no ano que vem e retornar, para o último aval, à Câmara dos Deputados.</p> <p>SD 228 - "É uma legislação histórica em termos de descarbonização para o país", diz Annie Groth, líder de Advocacy e Engagement da Biofílica Ambipar, empresa que administra projetos de carbono. "É a primeira vez, desde a criação da Política Nacional sobre a Mudança do Clima (Lei no 12.187/2009), que a gente conseguiu caminhar com uma legislação que trouxesse um plano de redução de emissões para diversos setores", acrescenta.</p>

		<p>SD 229 - Ela destaca que a legislação, se aprovada, também incentiva projetos de conservação, restauro e outros que podem reduzir ou remover carbono. Isso é muito importante, diz, "dado contexto brasileiro", que tem mais da metade das emissões proveniente de desmatamento, degradação florestal e de mudança no uso do solo.</p> <p>SD 230 - Groth também vê o copo meio cheio ao lembrar que poderia ter sido uma legislação focada apenas nos setores mais emissores, mas que acabou permitindo a criação de oportunidades para tratar o problema maior do quadro de emissões do Brasil, que é a questão florestal.</p> <p>SD 231 - Para João Eduardo Diamantino, sócio do Diamantino Advogados Associados, a regulação de emissões da agropecuária é uma discussão importante, mas que deve ser feita com tranquilidade. "Enquanto não houver mecanismos claros para quantificar as emissões, a exclusão das atividades do agronegócio é uma medida que evita novos encargos para o setor, que já lida com desafios da reforma tributária e regulatórios", diz.</p> <p>SD 232 - Annie Groth acredita que a legislação vai criar incentivos e maior segurança jurídica para os investimentos em projetos do tipo. Ela lembra que a regulamentação das emissões é uma tendência mundial e que empresas exportadoras para a União Europeia, por exemplo, já precisam enfrentar, com a promulgação do CBAM, Carbon Border Adjustment Mechanism, que cobra tarifas extras de produtos intensivos em emissões. "Se a indústria brasileira não tiver preparada, com estratégias de baixo carbono, vai perder oportunidade de exportação", diz.</p> <p>SD 233 - Um ponto de atenção e preocupação para as empresas, segundo Morbach, é em relação à definição das multas. "Elas são altas, há pouca clareza sobre como elas serão definidas. Existe uma base de cálculo e uma limitação de 3% sobre o faturamento bruto que é bem alta. Esse ponto precisará ser discutido e aperfeiçoado porque o valor é alto."</p> <p>SD 234 - Luciana Gil, sócia da área ambiental do Bichara Advogados, também levanta o ponto do custo para as empresas. 'Vai representar um custo com impacto significativo. Hoje não há obrigações, tampouco metas de emissões. Com a implementação do SBCE, as empresas deverão se adaptar para regular seus processos produtivos, monitorar/reduzir/compensar as suas emissões nos limites previstos na lei', aponta. Para a advogada, quem deve pagar, a princípio, essa conta serão os setores mais emissores, já contemplados no texto, como os de cimento, siderurgia e indústrias em geral, que emitem mais de 10 mil toneladas de gás carbônico equivalente por ano. "Eles serão impactados e levados a cumprir com as obrigações da nova lei, inclusive com limites de emissão e necessidade de compensação.</p>
--	--	---

		<p>Mas esse custo, diz, poderá acabar chegando ao consumidor final.</p> <p>SD 235 - Na questão dos custos, Annie Groth, da Bioflica Ambipar, pontua que, apesar de multas e custos com conciliação - compra de cotas ou créditos de carbono - onerar as companhias, por outro lado, também incentiva quem fizer o dever de casa e reduzir as emissões.</p> <p>SD 237 - Francisco Higuchi, CEO da Tero Carbon, certificadora brasileira de créditos e estoque de carbono, lembra que "inevitavelmente" as empresas deverão investir em inventários de emissões e nos créditos de compensação. "Mas o projeto de lei sugere incentivo, com abatimento em impostos como IPI e Cofins. Portanto, é possível que a balança seja positiva", pontua.</p> <p>SD 238 - Bittencourt, da WayCarbon, reforça que o PL indica claramente o direito à propriedade privada e mantém o direito daqueles que queiram desenvolver projetos de REDD+ privados em suas terras. "Eles deverão apenas informar ao governo para que tais terras não sejam contabilizadas duplamente em um projeto REDD jurisdicional em nível estadual", diz.</p> <p>SD 239 - Yuri Rugai Marinho, sócio-diretor da ECCON Soluções Ambientais, é crítico ao dizer que, do ponto de vista dos instrumentos de conservação, a versão aprovada poderia ter sido melhor. "O Brasil é berço de projetos privados de REDD+ que, no texto atual, perdem importância em razão do texto do artigo 42 e seus parágrafos". O trecho que faz referência determina que atividades de manutenção ou manejo florestal sustentável não podem gerar créditos de carbono. "Não há estímulo para novos projetos privados de REDD+, de maneira que, se o governo não criar projetos públicos dessa natureza, a conservação deixará de ser remunerada e pode dar lugar ao agronegócio, mineração etc.."</p> <p>SD 240 - Isso se liga à exclusão do agro. Para Marinho, a conservação em áreas privadas não está sendo muito estimulada, o que significa que os proprietários dificilmente optarão pela conservação no momento de uma decisão econômica. Mas ele elogia a abertura de oportunidades para licitações públicas para outros agentes especializados desenvolverem projetos de REDD+ jurisdicional.</p> <p>* Os REDD+ jurisdicionais são aqueles projetos que permitem que os governos estaduais e federal tenham e administrem seus próprios mercados de crédito de carbono. Eles também são responsáveis pelos custos de preservação e restauração ambiental, assim como são os beneficiários das receitas provenientes da venda desses títulos.</p>
--	--	--

45	<p>Transição verde exige mais recursos do setor privado</p>	<p>SD 241 - Transição verde exige mais recursos do setor privado (TÍTULO)</p> <p>SD 242 - Perto dos US\$ 125 trilhões necessários até 2030 para combater o aquecimento global, como estima a Agência Internacional de Energia, os compromissos de investimentos anunciados na conferência do clima (COP28) parecem pequenos. Os anúncios ficaram concentrados no setor público e em bancos de desenvolvimento e fomento. O setor privado pouco falou. O principal compromisso veio do anfitrião, os Emirados Árabes, que anunciaram um fundo de US\$ 30 bilhões, com meta de ajudar a mobilizar no total US\$ 300 bilhões para aplicar recursos em mercados emergentes até 2030.</p> <p>SD 243 - Segundo especialistas, porém, o setor privado tem papel crucial no financiamento da transição verde. "Enquanto parte do dinheiro deve vir de fontes públicas, a maioria será de ofertas de fontes do setor privado", diz Thomas Hohne-Sparborth, líder de Pesquisa em Sustentabilidade do banco suíço Lombard Odier. Para ele, muitas das oportunidades em energias renováveis, veículos elétricos, novas soluções nos sistemas alimentares e da natureza já são economicamente atrativas e competitivas em termos de custos, mas subvalorizadas pelos mercados. "Esta combinação cria oportunidades de investimento potencialmente atraentes para os investidores, impulsionando a realocação de capital com rapidez e escala, com o setor financeiro desempenhando papel fundamental na facilitação desta redistribuição." Por redistribuição, ele se refere à migração do dinheiro de negócios mais poluentes, como o de combustíveis fósseis, para soluções verdes, a exemplo de projetos de energias renováveis.</p> <p>SD 244 - "O capital que vai financiar essa adaptação e mitigação está alocado em algum lugar. E é importante que essa realocação seja uma retirada de atividades e setores que não fazem sentido frente aos desafios do planeta e em que o risco já se torna alto para o retorno, e sua alocação em atividades mais sustentáveis, de adaptação e mitigação climática", diz Guilherme Teixeira, sócio e diretor de consultoria ESG para instituições financeiras e fundos da empresa ERM Nint. Ele cita ao menos US\$ 7 trilhões investidos hoje em atividades com impacto negativo ao meio ambiente - e que "terão de olhar ao contrário".</p> <p>SD 245 - Bancos como o francês BNP Paribas e o espanhol Santander fixaram metas para mudar o perfil da carteira de crédito.</p> <p>SD 246 - Para Samar Maziad, vice-presidente da Moody's para risco soberano, a reputação importa na hora de atrair capital estrangeiro, em especial de longo prazo. Mas também pesam na decisão desse investidor fatores como estabilidade macroeconômica, ganhos de produtividade e crescimento econômico, marcos regulatórios bem estabelecidos e baixo risco político.</p>
----	---	---

		<p>Além disso, a vocação do país para energias renováveis e bioeconomia o ajuda a se diferenciar, ainda que, segundo ela, o Brasil não precise necessariamente de dinheiro de fora e de países desenvolvidos.</p> <p>SD 247 - Para Gustavo Pimentel, sócio da ERM Nint, enquanto o mercado doméstico de dívida ESG em reais está consolidado, o internacional é mais volátil, com desafios macroeconômicos e cambiais para empresas brasileiras. Ele acredita que a emissão soberana sustentável pode trazer mais previsibilidade ao setor privado brasileiro em captações internacionais, "pois ajuda a criar a curva de juros com rótulo ESG, além de validar projetos e ativos elegíveis a nível nacional".</p> <p>SD 248 - Luiza Dias Lopes Vasconcellos, líder de Negócios ESG no Itaú BBA, cita também o título soberano brasileiro como uma sinalização positiva ao mercado, mas acrescenta a criação de uma taxonomia verde própria (em andamento) como um reforço à credibilidade nacional. "Agora se sabe que a agenda de finanças climáticas é central na pauta do Brasil e o tema vai demandar mais capex [investimentos] das companhias para descarbonizar. É natural que tenhamos operações e que elas se intensifiquem", diz. O Itaú BBA é um dos principais estruturadores de dívida ESG do país.</p> <p>SD 249 - José Pugas, sócio da JGP e responsável por ESG e estratégias de crédito sustentável da casa, diz que em 2024 haverá maior oferta de produtos de crédito para setores pouco conhecidos do mercado de capitais, como restauração e agroflorestas, emissões para financiar a descarbonização de indústrias mais poluidoras e de cadeias produtivas, principalmente agrícolas.</p>
46	<p>Novo instrumento financeiro pode contribuir com urgência climática e desigualdade social</p>	<p>SD 250 - Novo instrumento financeiro pode contribuir com urgência climática e desigualdade social (TÍTULO)</p> <p>SD 251 - Um dos principais empecilhos para o setor financeiro direcionar mais capital para projetos de descarbonização da economia e redução da desigualdade social, é o medo de tomarem grandes calotes. Com alto grau de incerteza sobre o sucesso dessas iniciativas, o risco parece ser maior do que a recompensa, ainda que, neste caso, tenha um resultado nobre. Para tentar minimizar essa percepção de risco, um mecanismo que está sendo usado pelo mundo é o chamado blended finance, uma mistura de capital não-reembolsável e dinheiro de investidores, que visa lucratividade. O tema foi, inclusive, discutido na conferência do clima da ONU de 2023 (COP28), em Dubai, nos Emirados Árabes, em dezembro.</p> <p>SD 252 - 'Toda COP carrega algumas palavras-chaves pela qual ela será lembrada. Blended Finance definitivamente foi uma dessas palavras na COP28. A maior parte das soluções que</p>

		<p>conseguem escala são modeladas em arquiteturas de blended finance", defende José Pugas, sócio da JGP e responsável por ESG e estratégias de Crédito Sustentável.</p> <p>SD 253 - O próprio nome já sugere seu funcionamento: sob uma 'casca' só - geralmente uma estrutura de fundo de investimento - dinheiro de investidores que buscam retorno se soma a capital não-reembolsáveis de bancos de fomento e desenvolvimento, filantropos, fundações, institutos e outros, o chamado recurso concessional ou capital catalítico. Como o lado filantrópico do fundo é mais "paciente", de longo prazo, e aceita perder uma parcela do dinheiro para exponenciar o impacto, geralmente este é o montante usado como caução ou garantia, para diminuir o risco geral do financiamento e permitir que investidores coloquem mais dinheiro. Juntos, os recursos são usados para emprestar dinheiro a projetos de alto risco na área de pesquisa e desenvolvimento ou a pessoas de baixa renda com pouco ou nenhum acesso a crédito e ao sistema financeiro.</p> <p>SD 254 - "A maior transição que estamos vivendo hoje é sair do mindset [mentalidade] de uma alocação que pensa só em risco, retorno e liquidez para outra que incorpora o risco do impacto socioambiental", diz Marco Gorini, CEO da Din4mo e do Blendlab, durante evento dedicado ao tema em novembro no escritório Mattos Filho.</p> <p>SD 255 - Gorini reitera que, assim como a tendência comportamental de consumo está mudando, com pessoas mais preocupadas com suas escolhas de marcas e produtos, as escolhas de investimento também tendem a mudar para se adaptar para onde o mundo precisa ir. Mas, como fazer esse processo mais rápido é ainda um desafio e vai depender, em sua opinião, das pessoas saírem de uma lógica individualista para uma agenda de convergência, mais coletiva e colaborativa. "Gestão de risco não é de crédito, é de contexto. "Não existe empresa saudável em uma sociedade doente", comenta.</p> <p>SD 256 - Mesmo sendo promissor e, entre especialistas, uma solução interessante para escalar investimento de impacto, ela ainda não 'pegou' totalmente. Em 2022, o volume dos negócios de blended finance caiu 45%. Só os mecanismos com foco em clima (climate blended finance, no nome em inglês), que são responsáveis por cerca de 40% do total, tiveram declínio de 55% no volume, chegando à menor taxa de financiamento em 10 anos.</p> <p>SD 257 - "Não podemos só pensar em capital concessionário para ter impacto. A oportunidade de investimento de impacto está longe de ser só filantrópica. É possível fazer investimento de impacto em mercados desenvolvidos e o Brasil tem oportunidades claríssimas. Temos de deixar o preconceito do lado e entender que é possível compor retorno de investimento acima da média do</p>
--	--	--

	<p>mercado com impacto social e ambiental, fazendo o bem", comenta Eduardo Mufarej, sócio da Good Karma, gestora de investimento de impacto, também no evento.</p> <p>SD 258 - . "O gap financeiro para atingirmos as metas climáticas ainda é gigantesco. Essa lacuna, ao mesmo tempo em que é um problema a ser resolvido com urgência, é também uma oportunidade de repensarmos o mercado financeiro para acomodar esses novos desafios e articular esses diferentes tipos de capital filantrópico, público e privado em arquiteturas financeiras amigáveis ao futuro que todos queremos", comenta Pugas, da JGP.</p> <p>SD 259 - Em relatório sobre financiamento climático divulgado em dezembro durante a COP28, a equipe do Citi Global Insights também destaca que há um descompasso entre o apetite ao risco do capital e o perfil de risco dos projetos. Pontua que hoje, o volume de capital sustentável comprometido ou que tende a ir para teses sustentáveis vem de fundos de pensão e de seguradoras dos países desenvolvidos, que tem um apetite relativamente baixo por risco devido a restrições regulatórias e de mandato acordadas com os acionistas. "Além disso, quando o capital é comprometido, a sua utilização efetiva é, muitas vezes, limitado por processos e encargos vindos de alianças e redes, como Glasgow Financial Alliance for Net Zero (GFANZ) e o Global Infrastructure Fund (GIF). Por outro lado, o dinheiro não chega a muitas das regiões e países onde o investimento é mais necessário, como os em desenvolvimento", traz o documento do Citi.</p> <p>SD 260 - A estimativa da UNCTAD, unidade das Nações Unidas que trata de Comércio e Desenvolvimento, é que serão necessários US\$ 4,2 trilhões por ano para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODSs) até 2030, com mais da metade (US\$ 2,2 trilhões) só em transição energética, o que inclui desenvolvimento de tecnologias que ainda precisam ser testadas e aperfeiçoadas, como as de absorção, captura e estocagem de carbono, e transporte e armazenamento de hidrogênio verde.</p> <p>SD 261 – "Brasil é mar de oportunidade", comenta Fernanda Camargo, sócia-fundadora do family office Wright Capital. Ela cita que, dos US\$ 1,2 trilhão de investimentos de impacto no mundo, de acordo com dados de 2021 da principal organização da área, a Global Impact Investing Network (GIIN), apenas US\$ 11,5 bilhões está alocado no Brasil, incluindo projetos de microcrédito, ou seja, nem 1% do mercado global.</p> <p>SD 262 - "O Brasil é um país onde poucas pessoas têm muitas oportunidades e muito acesso, enquanto muitas pessoas têm pouco acesso e poucas oportunidades. Os acessos e oportunidades vêm com responsabilidade", diz segundo Vinicius</p>
--	--

		Poit, CEO do Estímulo. Ele acredita que é papel também das pessoas mais abonadas contribuírem para o desenvolvimento social e combate à desigualdade no país.
47	Brasileiros se preocupam com meio ambiente, mas três barreiras limitam o consumo sustentável	<p>SD 263 - Brasileiros se preocupam com meio ambiente, mas três barreiras limitam o consumo sustentável (TÍTULO)</p> <p>SD 264 - Pesquisa da consultoria Bain mostra que há oportunidades para empresas que querem sair na frente e conquistar um público cada vez mais engajado na pauta climática (SUBTÍTULO)</p> <p>SD 265 - Um estudo global da Bain & Company revelou que mais de 80% dos consumidores brasileiros estão "seriamente preocupados" com as mudanças climáticas, colocando o Brasil em segundo lugar em níveis globais de ansiedade ambiental. A média mundial é menor, de 65%.</p> <p>SD 266 - Embora o Brasil e outros mercados em desenvolvimento tenham uma parcela média de 19% de ESGvangelistas, comparada a 13% nos países desenvolvidos, as preocupações ambientais ainda não se traduzem em hábitos de consumo mais sustentáveis. Entre os principais obstáculos para isso acontecer, segundo a Bain, estão o preço dos produtos e serviços, a falta de informação e a limitação de variedade e disponibilidade dos mesmos.</p> <p>SD 267 - Em relação aos custos das tecnologias verdes, Daniela Carbinato, sócia da Bain, sugere uma visão de longo prazo para acelerar a adoção, destacando a importância da inovação. "É importante considerar que hoje estamos em momento de transição, no qual os custos ainda estão se equilibrando e pode ocorrer esse desbalanceamento. Porém, uma vez que a tecnologia verde escalar, ela não será necessariamente mais cara para quem conseguir adotá-la", acredita.</p> <p>SD 268 - A executiva cita que só esperar as novas tecnologias e soluções inovadoras ganharem escala e baratearem os custos vai atrasar o processo. Ela vê duas possibilidades: para tecnologias verdes que, uma vez escalada, são iguais ou mais eficientes que a tecnologia vigente, as empresas podem ter um papel de pioneiras - ou market makers - ao investir na aceleração de sua adoção e escalabilidade, reduzindo custos para todos e tornando a solução viável. "Dominar essas tecnologias pode ser uma vantagem competitiva nos próximos anos".</p> <p>SD 269 - Oportunidades para empresas (RETRANCA) Apesar das barreiras, as empresas que superarem esses desafios podem acessar um mercado consumidor avaliado em pelo menos R\$ 150 bilhões. O potencial de lucratividade é considerável, especialmente entre os consumidores ESGvangelistas e Conscientes, que estão prontos para migrar para produtos mais sustentáveis. A inclusão de aspectos sustentáveis em marcas já preferidas pode impulsionar significativamente as vendas.</p>

		<p>SD 270 - Porém, o estudo destaca três ações-chave para aproveitar essas oportunidades: a inovação aliada à sustentabilidade, ajuste nos preços para atender à disposição financeira dos consumidores e fornecimento de informações claras sobre os impactos positivos dos produtos.</p> <p>Com relação à comunicação dos atributos socioambientais, além do benefício de chamar a atenção de consumidores preocupados com a sustentabilidade, as empresas precisam se preocupar e até se antecipar ao avanço da legislação, sobretudo em alimentos. Um exemplo é o recado, agora obrigatório em rótulos de produtos vendidos no Brasil, do alto teor de açúcar e gordura saturada. Este aviso precisa estar em destaque na embalagem e não pode ficar escondido na tabela nutricional.</p> <p>SD 271 - A executiva destaca que a agenda ESG deve ser tratada com a mesma diligência e disciplina de outros temas estratégicos. "Algumas legislações acelerarão isso, como a obrigatoriedade de divulgação (disclosure), mas as empresas que querem ser reconhecidas na transição para uma economia de baixo carbono e mais justa, podem sair na frente e investir em energia na elaboração deste plano e estratégia e na estruturação de seu acompanhamento e sua conexão com negócios", recomenda. Este ano, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) anunciou a exigência, a partir de 2026, de divulgação ESG seguindo padrões recém-elaborados do IFRS junto com as informações financeiras para companhias abertas.</p>
48	<p>Líderes estão mais comprometidos com sustentabilidade, mas ainda deslizam em quatro frentes</p>	<p>SD 272 - Líderes estão mais comprometidos com sustentabilidade, mas ainda deslizam em quatro frentes (TÍTULO)</p> <p>SD 273 - O estudo "Divisões e Dividendos 2023", produzido pela consultoria Russell Reynolds Associates, identificou que o nível de comprometimento do mundo corporativo com sustentabilidade está aumentando. Prova disso é que 45% dos executivos em posições de liderança disseram que os investimentos na agenda ambiental devem crescer em 2024. Outros 45% vão manter o mesmo orçamento de 2023 e apenas 7% pretendem reduzir esses esforços. Para a pesquisa foram ouvidos 3.813 líderes sêniores e 8.753 colaboradores de empresas em 104 países das Américas, Ásia, Europa e Oceania.</p> <p>SD 274 - Na opinião de Freitas quem, de fato, puxa a agenda ESG nas empresas são clientes e investidores, mais até do que o arcabouço legal existente em alguns mercados. "Em geral, a legislação sobre práticas ESG ainda é tímida e não reflete o nível da discussão na sociedade, nos meios acadêmico, científico, corporativo, entre líderes de opinião, que é muito mais avançada", diz. [Tatyana Freitas, líder da prática de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) e ESG da consultoria especializada em desenvolvimento de lideranças Russell Reynolds Associates]</p>

		<p>SD 275 - Executivos brasileiros se destacam globalmente, com respostas 15 pontos percentuais acima da média global em diversos aspectos. A pesquisa revela que os líderes no Brasil veem seus CEOs como mais comprometidos com a agenda sustentável e desenvolveram planos concretos para lidar com questões ambientais, trabalhistas, regulatórias e sociais. Pelo Brasil ser mais 'cobrado' em nível global em relação à preservação do meio ambiente, segundo Freitas, é natural que as empresas fiquem mais atentas a esse aspecto na hora de montar planos de ações.</p> <p>SD 276 - "Sem uma liderança com mentalidade inovadora e metas ambiciosas, a agenda avança mais lentamente que o ideal", ressalta Freitas. Para ela, a mudança se dá com maior entendimento da relevância do tema e do seu impacto para o negócio, com aprovação de investimentos cada vez mais alinhados com os objetos em ESG e com maior cobrança da sociedade, dos investidores. Entre os atributos importantes para os futuros líderes, a consultoria, em seu trabalho de desenvolvimento de profissionais, busca: pensamento sistêmico multinível, inclusão de stakeholders, inovação disruptiva e orientação de longo prazo.</p> <p>SD 277 - Freitas comenta que a construção de marca pautada pela sustentabilidade é relevante, mas é apenas o primeiro passo de uma longa jornada e quem prioriza esse aspecto ainda está em uma fase inicial da aplicação da agenda ESG.</p> <p>SD 278 – “Sustentabilidade é um tema irreversível e é preciso enxergá-la como uma oportunidade de criação de valor para os negócios e a comunidade para integrá-la nas práticas diárias e impulsionar a sobrevivência no longo prazo”, comenta a executiva da consultoria. (DESTAQUE)</p>
49	<p>Sustentabilidade entra na estratégia corporativa, mas falta combinar com os funcionários</p>	<p>SD 279 - Sustentabilidade entra na estratégia corporativa, mas falta combinar com os funcionários (TÍTULO)</p> <p>SD 280 - A última conferência do clima da ONU, COP28, deixou claro que, o combate às mudanças climáticas deve envolver o engajamento público e também privado, além do investimento nas potencialidades locais. Dentro deste contexto, a consultoria Roland Berger ouviu mais de 40 grandes empresas do Brasil para entender como os líderes brasileiros estão percebendo a evolução da agenda de sustentabilidade no país, se as empresas dão valor ao investimento feito em sustentabilidade e o quanto a sustentabilidade é estratégica nas empresas como oportunidade de geração de emprego e receitas. Cita áreas como biocombustíveis, hidrogênio verde, biometano, agricultura regenerativa e pecuária com rastreabilidade como as mais "quentes" e que podem ganhar mais atenção nos próximos anos.</p> <p>SD 281 - "Será que existe um compromisso de alto nível nas salas de diretoria e isso não é traduzido em agenda de atividades pragmáticas? Será que estamos tendo um ano tão duro de resultado</p>

		<p>que sustentabilidade é importante, mas não urgente e focar na sobrevivência do negócio é prioridade? Será que está concentrado na diretoria e não cascadeia, não é comunicado para o restante da empresa", indaga o presidente da Roland Berger ao dizer que é importante entender esses gargalos.</p> <p>SD 282 - Outra lacuna entre intenção e ação está no orçamento dedicado às práticas sustentáveis. Apesar de 76% dos entrevistados afirmarem que vale a pena investir em sustentabilidade no Brasil, os investimentos dedicados não passam de 1% da receita em quase metade (46%) das empresas. Pouco mais de um terço (36%) destina entre 1% e 5% do faturamento e só uma minoria -18% - dedica mais de 5% do faturamento.</p> <p>Isso pode ser explicado pela baixa visibilidade sobre o retorno do capital, apontada como a principal das dificuldades para a ampliação do investimento. Entre os respondentes com cargos de C-Level, cerca de 25% fazem essa afirmação. Ela também é a principal barreira individual na opinião das pessoas de outros cargos mais abaixo: 29% apontam o item quando perguntadas sobre as principais dificuldades para ter mais capital disponível para sustentabilidade.</p> <p>SD 283- A pressão regulatória e da sociedade estão puxando essa agenda. Isso fica evidente quando observadas as respostas por representantes de diferentes setores econômicos.</p> <p>SD 284 - A indústria, mais emissora de gases de efeito estufa (GEE) e também quem mais pressões sociais, de investidores e da legislação nacional e internacional é o segmento que mais investe - 33% aplicam mais de 5% da receita.</p> <p>SD 285 - Dentre os benefícios esperados, a reputação da marca tem grande destaque em todos os setores. O fortalecimento da reputação é apontado como principal benefício por 77% deles, seguida pela maior confiança dos investidores (41%), a preferência do consumidor (38%) e a promoção da inovação (36%).</p> <p>SD 286- "Maturidade é o quando a sustentabilidade faz parte de uma agenda estratégica da empresa, além de uma agenda de mitigação de riscos e auditoria", comenta Guimarães. "Como Roland Berger, acreditamos no papel importante das empresas em mitigar as mudanças climáticas e vemos oportunidades em uma série de setores." (DESTAQUE)</p> <p>SD 287 - Uma parte do estudo se dedica a elencar algumas dessas frentes em potencial, como a agricultura regenerativa, ao destacar que a agropecuária no Brasil se diferenciar por conseguir aumentar a produtividade e produção sem abrir mais pastos. Também aponta o amplo leque de oportunidades em energia. "O Brasil tem oportunidade de se tornar líder mundial na economia verde, com receitas potenciais de aproximadamente R\$ 200</p>
--	--	--

		<p>bilhões apenas na produção de créditos de carbono e de hidrogênio verde", aponta o estudo, que leva em consideração dados da EPE, EPBR, BTG Pactual e comunicados de empresas.</p> <p>SD 288 - Para o desenvolvimento de uma economia verde no Brasil traz, por exemplo, que serão necessários investimentos de R\$ 600 bilhões, sendo cerca de R\$ 290 bilhões para aumentar a capacidade instalada e de transmissão de eletricidade verde e R\$ 170 bilhões para desenvolver os setores de gases verdes, como construção de novos dutos e aumento da produção de biogás e biometano, além do desenvolvimento de projetos de hidrogênio verde e derivados.</p> <p>SD 289 - Contudo, para que isso se concretize, destaca Guimarães, o setor público precisa avançar na construção de um arcabouço regulatório para o desenvolvimento da economia verde no país, enquanto o setor privado tem de se engajar e investir de forma estratégica e não apenas por mitigação de riscos, mas por acreditar que pode dar também dinheiro.</p>
--	--	--

CIP - Catalogação na Publicação

Cardozo Capeletti, Janáina
O ESG NO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE MEIO
AMBIENTE: UMA ANÁLISE DA COBERTURA DO PORTAL DO JORNAL
VALOR ECONÔMICO / Janáina Cardozo Capeletti. -- 2024.
180 f.
Orientadora: Ilza Maria Tourinho Girardi.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação,
Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. Jornalismo ambiental. 2. ESG. 3. Jornalismo . 4.
Discurso. 5. Meio ambiente. I. Tourinho Girardi, Ilza
Maria, orient. II. Título.